



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**AS TRANSFORMAÇÕES DO PCB E A DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Autor: Marcelo Mattos

Brasília, 2010



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

## **AS TRANSFORMAÇÕES DO PCB E A DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Autor: Marcelo Mattos

Tese apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília/UnB como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Brasília, 2010



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**AS TRANSFORMAÇÕES DO PCB E A DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Autor: Marcelo Mattos – 2006/46857

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Francisca Pinheiro Coelho

**Banca examinadora:**

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Francisca Pinheiro Coelho – Orientadora  
(Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília)

Prof. Dr. Alberto Ágio  
(Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP – Franca/SP)

Prof. Dr. Caetano Ernesto Pereira de Araújo  
(Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília)

Prof. Dr. David Flecher  
(Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília)

Prof. Dr. Paulo Nascimento  
(Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília)

“Não dá para escrever a história política do século XX sem fazer simultaneamente a da  
esquerda – no mundo e no Brasil”  
Gildo Marçal Brandão

“Os privilégios sociais, sendo produto da sociedade e não da natureza, podem ser superados”  
Antonio Gramsci

## **AGRADECIMENTOS**

À Maria Francisca Pinheiro Coelho, pela orientação, dedicação e interesse no tema desta tese.

A Caetano Ernesto Pereira de Araújo, David Flecher, Paulo Nascimento e Frank Svensson, pelo tempo que disponibilizaram a conversar com o autor. Seus depoimentos tornaram esta tese repleta de vida e sentido.

Aos meus pais Wany e Carlos, por tudo que me proporcionaram desde sempre.

A meu irmão Carlos Jr. e minha cunhada Denise, por terem acreditado em mim e me estimulado no trabalho acadêmico.

Aos meus sobrinhos Jéssica e Thiago, por me fazerem ver que ainda tenho muito a aprender.

A minha grande amiga Angela, por me apoiar nas horas de fraqueza, pela amizade sincera, pelas conversas e discussões, já não tão frequentes quanto foram um dia, mas ainda assim fundamentais.

Ao amigo e padrinho Fernando Perezino, pelo grande otimismo e confiança em meus estudos.

Ao amigo Creso Tatiano Lima, pelo incentivo e apoio aos meus estudos.

Ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia da UnB, por proporcionar a estrutura e as condições favoráveis à realização dessa pesquisa.

Ao CNPq e à Capes, pelo auxílio financeiro durante a realização desta tese aqui e em Paris. Fui bolsista do CNPq no Programa de Doutorado no Brasil e da Capes no Estágio em Paris – PDEE.

## RESUMO

Depois da Revolução russa de outubro de 1917, em 1922, foi criado no Brasil, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que, baseado na ditadura do proletariado, tornou-se um importante componente da história política brasileira até 1992, quando foi decretado o seu fim no X Congresso do partido. Durante seus 70 anos de existência, o PCB protagonizou uma luta pela democracia e pela própria sobrevivência, sofrendo diversas transformações que culminaram no seu X Congresso. Esta pesquisa pretende investigar qual a contribuição dessas transformações para a construção da democracia brasileira que por diversas vezes foi ameaçada, principalmente na ditadura de Vargas e na ditadura militar de 1964 a 1985.

A luta pela democracia foi caracterizada por dois paradoxos: a autonomia *versus* a heteronomia em relação à URSS (adaptação do comunismo à cultura brasileira) e o paradoxo da luta insurreta *versus* a luta democrática, pacífica, por um governo socialista.

Em razão desses paradoxos, o PCB foi enfraquecendo com o tempo, tendo basicamente dois causadores: 1º) as críticas que a teoria marxista-leninista vinha sofrendo no âmbito internacional e o próprio enfraquecimento do comunismo no mundo, que culminou com a queda do Muro de Berlim, em 1989, e com o fim da URSS, em 1991; 2º) os conflitos internos no partido decorrentes dos dois paradoxos citados, que fizeram diversos militantes importantes largarem a vida política ou o trocaram por outros partidos, além dos conflitos do Partidão com outros partidos.

Concluiu-se que os conflitos internos e externos enfraqueceram o PCB, por um lado, mas, por outro, serviram como substrato para fortalecer a democracia no partido – tão defendida pelo PPS, um dos partidos que surgiram como resultado do X Congresso do PCB – e do país. Além disso, percebeu-se que faltou ao PCB uma análise aprofundada da realidade brasileira antes de tentar qualquer iniciativa em direção a uma revolução social que aumentasse a participação da sociedade civil na sociedade política. Para esse aprofundamento, sugere-se a utilização dos pensamentos de Gramsci, não necessariamente como método, mas pelo menos como referência de um estudo aprofundado de uma sociedade.

**Palavras-Chave:** comunismo, socialismo, ditadura do proletariado, revolução social, democracia.

## ABSTRACT

After the Russian Revolution of October 1917, in 1922, was created in Brazil, the Partido Comunista Brasileiro (PCB), which, based on the dictatorship of the proletariat, has become an important component of Brazilian political history until 1992, when its X Congress decreed its end. During its 70 years existence of the PCB staged a fight for democracy and survival facing changes that culminated in its Tenth Congress. This study intends to investigate the contribution of these transformations for the construction of Brazilian democracy that was threatened several times. Especially in the Vargas dictatorship and the military dictatorship from 1964 to 1985.

The struggle for democracy was characterized by two paradoxes: 1º) internationalism (influence of the URSS) versus nationalism (adaptation to Brazilian culture of communism); 2º) the paradox insurgent fighting the fight versus democratic, peaceful, for a socialist government.

Because of these paradoxes PCB was fading with time, for basically two causes, the first criticism that the marxist-leninist theory was suffering at the international and own specific weakening of communism in the world which culminated in the fall of the Berlin Wall, in 1989, and the end of the USSR in 1991. The second were the conflicts within the party by the two paradoxes mentioned, who made several important people step out of politics life or go for other parties, besides the “Partidão” (the big party) conflicts with other parties. It was concluded that the internal and external conflicts that have weakened the PCB, on the other side served as a substrate for strengthening democracy in the party – as advocated by PPS, one of the parties that arise how result the X Congress of the PCB – and country. In addition it was felt that it lacked the PCB depth analysis of the Brazilian reality before attempting any move toward a social revolution that would increase civil society participation in political society. For further suggests that the use of Gramsci, not necessarily as a method, but as a reference for a study of a society.

Keywords: communism, socialism, dictatorship of the proletariat, revolution social, democracy.

## RÉSUMÉ

Après la Révolution russe d'Octobre 1917, en 1922, a été créé au Brésil, le Partido Comunista Brasileiro (PCB), qui, a fondé sur la dictature du prolétariat, est devenue une composante important de l'histoire politique brésilienne jusqu'à 1992, lorsque son dixième Congrès a décrété sa fin. Au cours de ses 70 ans d'existence le PCB a organisé une lutte pour la démocratie et pour sa propre et mettre une changements qui pendent sa dixième Congrès. Cette étude but à étudier la contribution de ces transformations pour la construction de la démocratie brésilienne qui a été menacé à plusieurs reprises. Principalement pendent la dictature de Vargas et la dictature militaire de 1964 à 1985.

La lutte pour la démocratie a été caractérisé par deux paradoxes: 1°) internationalisme (influence de l'URSS) *versus* nationalisme (adaptation du communisme à la culture brésilienne); 2°) le paradoxe de la lutte insurgés *versus* lutte démocratique, pacifique, par un gouvernement socialiste.

Principalement à cause de ces paradoxes le PCB a été affaibli pendent le temp, avec deux causes. La première la critique de la théorie marxiste-léniniste dans tout le monde et le affaiblissement du communisme dans le monde qui a été sa fin avec la chute du mur de Berlin, en 1989, et la fin de l'URSS en 1991. Les seconds motif sont les conflits au sein du parti par les deux paradoxes mentionnés, qui a fait plusieurs militant important changer de parti au abandonner la vie politique et les conflit du "Partidão" (le grand parti) avec les autres parties.

Il a été conclu que les conflits internes et externes qui dun coté ont affaibli le PCB et d'outre côté est a été un substrat pour le renforcement de la démocratie dans le parti – a défendu pour le PPS, un des partis qui résultent du Dixième Congrès du PCB – et du pays. Il a a été conclu aussi que le PCB ne fait pas une analyse approfondie de la réalité brésilienne avant de tenter une révolution sociale qui augment la participation de la société civile dans la société politique. Pour sa analyse de la société, nous suggérons l'utilisation de Gramsci, pas nécessairement comme une méthode, mais comme une référence.

Mots-clés: communisme, socialisme, dictature du prolétariat, révolution social, démocratie.



## SUMÁRIO

### INTRODUÇÃO

.....1  
1

### CAPÍTULO I – As origens dos partidos comunistas

.....1

8

- O marxismo-leninismo  
18
- Revolução de outubro de 1917  
20
- Ditadura do proletariado  
21
- A Terceira Internacional  
23

### CAPÍTULO II – As origens do Partido Comunista Brasileiro (PCB)

.....2

5

- A pré-história do PCB  
26
- Autonomia *versus* heteronomia em relação à União das  
Repúblicas Soviéticas (URSS)  
.....2

7

- Luta insurreta *versus* luta democrática  
29

### CAPÍTULO III – As causas externas do enfraquecimento do PCB

.....3

2

- Guerra Fria  
32
- O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS)  
34
- A intervenção da URSS na Hungria  
36
- A intervenção da URSS na Tchecoslováquia  
38
- Críticas ao marxismo-leninismo  
42
- A queda do Muro de Berlim  
47

**CAPÍTULO IV – As causas internas do enfraquecimento do PCB**  
.....5

0

- A história do enfraquecimento do PCB  
50
- Manifesto do PCB de agosto de 1950 *versus* o PTB  
51
- Declaração do PCB de março de 1958 *versus* o PCdoB  
67
- O PCB de 1964 a 1969 *versus* a Esquerda radical (ALN, PCBR, VPR,

VAR-Palmares e MR8)  
.....8

0

- O PCB da anistia de 1979 *versus* Luis Carlos Prestes  
88
- O PCB de 1982 e os eurocomunistas  
102

- O PCB de 1988 e o Partido dos Trabalhadores (PT)  
107

**CAPÍTULO V – Os antecedentes do X Congresso do PCB**  
..... 11

2

- As conexões entre o IX Congresso e o X Congresso  
122
- O X Congresso  
132

**CAPÍTULO VI – O X Congresso do PCB e o panorama internacional**  
..... 13

6

- O Partido Comunista Italiano (PCI)  
137
- Novos rumos do PCI  
138
- Semelhanças e diferenças entre o PCI e o PCB  
141
- Partido Comunista Francês (PCF)  
144
- Novos rumos do PCF  
145
- Diferenças e semelhanças entre o PCF e o PCB  
148

**Conclusão**  
..... 16

6

**ANEXO 1:** Manifesto de agosto de 1950 (PCB)  
..... 16

9

**ANEXO 2:** Declaração sobre a Política do Partido Comunista Brasileiro:  
março de 1958  
..... 17

2

**ANEXO 3:** Manifesto Programa de 1962 do PCdoB  
..... 18

8

**ANEXO 4:** Manifesto aprovado no X Congresso do Partido Comunista  
Brasileiro (PCB)/ Partido Popular Socialista (PPS)  
..... 19

7

**Bibliografia**  
..... 19

9

## INTRODUÇÃO

Filho de militar e aluno de Colégio Militar de 1979 a 1985, ainda no período da ditadura militar implementada no Brasil após o Golpe de 1964, convivi com as interpretações ruins que os militares faziam do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do comunismo como um todo. Participei de instruções militares denominadas Movimento Comunista Internacional (MCI) em que difundiam a ideia de que os comunistas eram ateus, inimigos da nação e da família, terroristas e “traidores da pátria” brasileira. Em 1987, logo após o fim da ditadura militar, trabalhando no Banco do Brasil, participei de assembleias, greves e outros movimentos promovidos pelo Sindicato dos Bancários de Brasília. Nessa época, estabeleci contatos, embora superficialmente, com militantes do PCB, que tinham participação ativa em nosso sindicato, a saber, Arildo Dória, Augusto Carvalho, que era o presidente do sindicato, entre outros.

Além disso, entre os anos de 1986 e 1991, cursando Educação Física na Universidade de Brasília e mais tarde fazendo graduação e mestrado em administração em outras universidades, tive contato com diversas outras visões políticas, principalmente as de esquerda. Essas convivências me fizeram enxergar o que costumo chamar de outro lado do comunismo e do PCB propriamente dito. O lado da luta por justiça social, por diminuição das desigualdades sociais, pela democracia e da luta contra a exploração do homem pelo homem, que até então, em razão de minha formação militar, não conseguia coadunar com a ideia de comunismo.

Em 1992, deparei-me com o X Congresso do PCB, que mudou seu nome para Partido Popular Socialista (PPS) – embora uma ala minoritária, que se intitulou Movimento de Defesa do PCB, tenha abandonado esse Congresso e anos mais tarde conseguiu restabelecer o nome PCB. Eu acreditava que o surgimento do PPS fosse apenas a mudança de um nome e de símbolos que estavam desgastados e manchados pela propaganda anticomunista da ditadura militar e pela queda do Muro de Berlim, em 1989.

Estabelecido o dilema em minha mente, senti a necessidade de aprofundar meus conhecimentos em relação ao socialismo e ao PCB propriamente dito. Mais especificamente sobre o que levou às mudanças propostas pelo partido em seu X Congresso, que significaram o seu fim. Durante o aprofundamento de meus estudos universitários, principalmente no doutorado, comecei a entender que essa mudança era muito mais do que uma simples mudança de nome. Comecei a entender que se tratava do início de uma inversão na ideia de que a democracia era um meio para se alcançar o socialismo. A ideia preponderante agora era a de que o socialismo era uma

ferramenta para se chegar à democracia e à adoção, portanto, da radicalidade democrática. Tratava-se, por isso, da confirmação da luta democrática para a implantação de um governo socialista (que levaria a um Estado democrático), de um distanciamento dos ideais da Internacional Comunista e outros aspectos que estão evidenciados nas palavras do presidente do PCB/PPS, Roberto Freire (1992:16-17), em relação às mudanças adotadas no X Congresso do PCB:

(...) essa mudança vai ao encontro de um “novo socialismo”. Socialismo esse que busca a “renovação do pensamento marxista e socialista”, a “justiça social e liberdade”, um “Estado ampliado” que, segundo ele, seja mais permeável à ação da sociedade civil, uma “aglutinação” da esquerda brasileira que proporcione mais igualdade social e que crie “uma nova paixão socialista, democrática, libertária e generosa”.

Mais do que alguns aspectos teóricos que embasaram o X Congresso do PCB, esse discurso de Roberto Freire apresenta expressões como “Estado ampliado” e “sociedade civil”, que nos remetem a ideias de Antonio Gramsci (1891-1937) e dão sinal de que as mudanças propostas nesse Congresso possuem alguma semelhança e proximidade – não necessariamente ligações – com essas ideias e com as mudanças que aconteceram no Partido Comunista Italiano (PCI) um ano antes, em 1991.

É interessante a semelhança entre a história das ideias da Itália e as ideias de Antonio Gramsci com a história do Brasil. Esse autor, após uma autocrítica sobre a análise que fazia do partido político – quando priorizava o papel das comissões de empresa –, passou a afirmar que o Partido Comunista – que, na época, ele, juntamente com Amadeo Bordiga e outros, estava tentando fundar – era o instrumento e a forma histórica do processo de íntima libertação por meio do qual o operário, de executor, torna-se líder e guia (COUTINHO, 1989).

Carlos Nelson Coutinho (1989:94) cita como elementos dos estudos de Gramsci em sua luta para a transição ao socialismo a revolução passiva que aconteceu na Itália e também no Brasil e que, de certa forma, dificultou a conquista da hegemonia para a tomada do poder pelos menos favorecidos desses países. Essa hegemonia passaria necessariamente pela transformação da classe operária em classe nacional, pelo abandono das causas corporativas, pessoais e imediatas, em nome de causas nacionais, da concepção de sociedade de civil e do conceito de Estado ampliado, entre outros. Segundo Gramsci, tanto a atuação dos intelectuais orgânicos

como a dos partidos políticos têm um papel decisivo no estabelecimento dessa hegemonia (COUTINHO, 1989).

De posse de alguns conceitos teóricos de Karl Marx (1818-1883), Max Weber (1864-1920), Gramsci, Gilberto Freyre (1900-1987), Raimundo Faoro (1925-2003), Florestan Fernandes (1920-1995), Caio Prado Junior (1907-1990), entre outros, sobre a necessidade de uma revolução social (Revolução Burguesa, Revolução Democrático-Popular ou algo do gênero) que possibilite a maioria excluída do povo fazer parte dos destinos de uma nação, e mais a minha vivência parca, porém paradoxal com o PCB, tracei o objetivo de entender o que levou às mudanças que aconteceram em seu X Congresso, em 1992, e qual o seu impacto na democracia brasileira.

Este estudo tem início em 1950, ano da declaração política do PCB de agosto – após a reestruturação do partido na Conferência da Mantiqueira, em 1943, e a anistia de Getúlio Vargas, em 1945 –, e vai até 1992, ano do X Congresso do partido que efetuou a mudança de seu nome para PPS e dos seus símbolos. São três as suposições que orientaram as mudanças ocorridas:

### **Suposição 1:**

As mudanças que ocorreram no X Congresso do PCB, em 1992, foram fruto de diversos acontecimentos que ocorreram dentro e fora do Brasil, dentro e fora do partido, que o enfraqueceram, o tornaram inviável e que decretaram o seu fim.

### **Suposição 2:**

As mudanças que ocorreram no PCB foram semelhantes às que ocorreram no Partido Comunista Italiano, o PCI.

### **Suposição 3:**

Por sua vez, as mudanças que ocorreram no PCB foram distintas da trajetória do Partido Comunista Francês, que inclusive continua com o mesmo nome e símbolos, desde sua criação, em 1920.

Na tentativa de perseguir seu objetivo com clareza e fidedignidade, essa pesquisa divide-se basicamente em sete capítulos. No **primeiro capítulo**, é feito um estudo sobre a origem do

comunismo no mundo, fazendo-se basicamente uma contextualização histórica desde as teorias marxistas-leninistas, passando por momentos históricos fundamentais para o comunismo, como, por exemplo, a Revolução Russa de 1917 e a Terceira Internacional. No **segundo capítulo**, são tratadas mais especificamente as origens do Partido Comunista Brasileiro, focando nos paradoxos autonomia *versus* heteronomia em relação à União das Repúblicas Soviéticas (URSS) e luta insurreta *versus* luta democrática, que de alguma forma permearam toda a vida do Partido, contribuindo para as suas crises e enfraquecimento, mas também para o seu amadurecimento. No **terceiro capítulo**, é feita uma análise das causas externas do enfraquecimento do PCB que o levou às mudanças ocorridas no seu X Congresso. Para isso, são estudadas as premissas básicas do marxismo-leninismo, do stalinismo e da tentativa de desestalinização do comunismo com o relatório secreto de Nikita Krushev no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em 1956, cujo “tiro saiu pela culatra”, principalmente após a intervenção da URSS na Hungria, no mesmo ano, e na Tchecoslováquia, em 1968. As críticas ao marxismo-leninismo em geral e o conseqüente surgimento de novas alternativas, como a terceira via de Antony Giddens e o social liberalismo de Norberto Bobbio também são apresentadas. Por fim, é analisada a queda do Muro de Berlim e a derrocada da URSS, em 1989 e 1991, respectivamente.

No **quarto capítulo**, são analisadas as causas internas para o enfraquecimento do Partidão, o que passamos a chamar de história da crise do PCB, por meio de seis de seus momentos históricos: Manifesto do PCB de agosto de 1950 *versus* o PTB; Declaração do PCB de março de 1958 *versus* o PCdoB; o PCB de 1964 a 1969 *versus* a Esquerda radical; o PCB da anistia de 1979 *versus* Luis Carlos Prestes; o PCB de 1982 e os Eurocomunistas; o PCB de 1988 e o PT.

No **quinto capítulo**, é feita uma análise específica do X Congresso, no qual, além de ter acontecido o fim do PCB, com a mudança de seu nome para Partido Popular Socialista (PPS) e com o estabelecimento de um Movimento de Defesa do PCB, começa uma tentativa de aplicar na prática um nova forma de ver e atuar na política brasileira, que é fruto de um amadurecimento político que tem como carro-chefe a radicalidade democrática. Esse capítulo é fundamental na composição deste trabalho, tendo em vista que se acredita que o X Congresso foi o epílogo de uma história de mudança que se iniciou desde a Declaração de março de 1958. Foi uma tentativa de se aplicar na prática todo o aprendizado que se obteve com os erros e acertos do PCB, fruto de todos os tópicos – nacionais ou internacionais, internos ou externos ao partido – abordados até agora. Mas antes de abordar o X Congresso propriamente dito, são



abordados tanto os antecedentes teóricos desse Congresso e a sua conexão com o IX Congresso, que, na verdade, foi o grande responsável pelas mudanças que se confirmaram no X Congresso.

Tendo em vista que as mudanças ocorridas no PCB compõem apenas um capítulo da história do comunismo no mundo, como mostram as causas externas, no **sexto capítulo**, é feita uma análise das mudanças do X Congresso do PCB no contexto mundial. Na impossibilidade de fazer essa análise em diversos partidos comunistas do mundo, é feita apenas no Partido Comunista Francês (PCF)<sup>1</sup> e no PCI<sup>2</sup>, que parecem ser dois casos emblemáticos e antagônicos dessas mudanças no mundo.

O **sétimo** e último **capítulo** propõe-se a checar o cumprimento do objetivo e das suposições suscitadas na introdução e a explanar algumas conclusões a que se chegou durante a confecção desta pesquisa.

## **A Pesquisa**

A pesquisa de campo para a confecção desta tese de doutorado conta com basicamente três ferramentas metodológicas: pesquisa documental, entrevistas e observação participante. O objeto de estudo envolve além do Partido Comunista Brasileiro (PCB), os Partidos Comunistas da Itália e da França. No caso do PCB, foi feita uma análise do período de 1950 a 1992, mas esses períodos sofreram pequenas variações na Itália e França em virtude da especificidade e diferenças nas datas das transformações ocorridas em seus partidos comunistas. Lembrando que parte da pesquisa de campo foi feita durante um estágio doutoral – com bolsa da Capes – de nove meses em Paris, na França, e uma visita a Milão e outra a Roma, ambas na Itália.

Foram entrevistados 23 ex-militantes do PCB, incluindo pessoas que deixaram de atuar no ramo da política partidária; atuais membros do PPS e membros do PCB que se restabeleceu após X Congresso. Em Milão, foram entrevistados 4 ex-militantes do PCI que ainda militam no Partido Democrático (PD). Em Roma, foi entrevistado o deputado pelo PD, Fábio Porta – oriundo da Democracia Cristiana e que foi eleito por italianos residentes no Brasil – e o militante Eugenio Marino. Além disso, no Rio de Janeiro, foi entrevistado Andrea Lanzi,

---

<sup>1</sup> O Partido francês não fez qualquer mudança em seus nomes e símbolos, permanecendo até os dias de hoje como Partido Comunista Francês (PCF).

<sup>2</sup> Em 1991, o PCI muda o seu nome para Partito Democrático della Sinistra (PDS), que, em 2007, se fundiu com o Marguerita, um partido liberal católico, formando a Democratici di Sinistra (DS) e, em 2008, transforma-se em Partito Democrático (PD).

italiano que é Diretor de Redação da *Revista Forum*, direcionada à comunidade italiana no Brasil. Em Paris, foram entrevistados 8 membros do PCF. Além disso, tive conversas informais em eventos do PCF com diversos membros do partido.

Foram feitas análises de documentos dos partidos. No caso do PCI, foram investigadas as edições do jornal *l'Unitá*, que, por ser o jornal oficial do partido, veiculou diversos documentos oficiais deste. No caso do PCF, foram analisadas as edições do *L'Humanité* (diário oficial do partido), do *Cahies du Communisme*<sup>3</sup> (jornal interno do partido) e da revista *Nouvelle France* (dos intelectuais do partido), que, por serem periódicos oficiais do partido, também veiculam seus documentos oficiais, além das resoluções do partido. No caso do PCB, foram pesquisados o jornal *Voz Operária* e diversos documentos de resoluções do partido, alguns deles, em anexo. Paralelo às pesquisas documentais, foram realizadas observações participantes, por meio das quais buscou-se perceber aspectos manifestos que podem ser vistos mais claramente no seu dia a dia, bem como diferenciá-los dos latentes, que não são percebidos à primeira vista. Além disso, essa pesquisa procurou tratar de uma relação de poder que pode contar com ideologias, não no sentido de conjunto de ideias que Desttut de Tracy se propunha a estudar, mas no sentido da câmara escura de Marx (2005) que deforma a realidade.

Notou-se que na política partidária existem discursos que podem possuir alguns aspectos ideológicos, em que o dito pode estar querendo dizer mais do que se fala ou pode estar ocultando algo que não se quer tornar visível. Existe também outros aspectos que podem distorcer as informações que são colhidas em uma pesquisa. Bourdieu (1993) nos alerta que é necessário reduzir as distorções que são resultantes do modo de compreender aquilo que pode ser dito e aquilo que não pode, as censuras que impedem de dizer certas coisas e as excitações que encorajam a acentuar outras. Além disso, não se perdeu de vista que o fato do pesquisador possuir um conhecimento prévio sobre o assunto poderia influenciar no entendimento do que lhe foi comunicado. Procurou-se por isso manter-se o mais possível atento às indicações dos fatos.

Buscou-se sempre eliminar alguns aspectos que poderiam inviesar a pesquisa, prenoções do próprio pesquisador, ideologias, falácias e intencionalidade das ações dos pesquisados envolvidos. Como bem lembra Anthony Giddens (1978:20), “a linguagem é antes de tudo um

---

<sup>3</sup> Este periódico, antes de 1924, tinha o nome de *Bulletin Communiste*. Em 1924, recebe o nome de *Cahies du bolchevisme* e segue com esse nome até 1939, quando finalmente recebe o nome de *Cahies du Communisme*.

sistema simbólico ou de sinais; mas ela não é simples, nem primariamente, uma estrutura de descrição ‘potenciais’ – ela é um meio da atividade prática social”.

## **CAPÍTULO I – As origens dos partidos comunistas**

O fim do comunismo, caracterizado, no mundo, pela queda do Muro de Berlim e pelo fim da União Soviética em 1989 e 1991, respectivamente, e, no Brasil, pelo X Congresso do PCB, em 1992, que, entre outros pontos trocou o nome, os símbolos e filosofia do partido, aconteceu em razão do enfraquecimento da teoria marxista-leninista, dos sistemas de governo da URSS, dos seus países-satélites e das atitudes dos diversos partidos comunistas por todo o mundo. No caso específico do Brasil, esse enfraquecimento aconteceu em virtude de fatos ocorridos no mundo – que aqui chamaremos de causas externas –, no próprio país como um todo e mais especificamente dentro do PCB – que neste trabalho será estudado agrupadamente com as causas internas. É importante ressaltar que essas causas internas estão direta ou indiretamente relacionadas às causas externas até mesmo pelas ingerências do PCUS nos demais partidos comunistas do mundo. Independentemente disso, as causas externas serão tratadas no terceiro capítulo e as internas no quarto capítulo.

Só que antes de afirmar especificamente sobre as causas do enfraquecimento do PCB e do comunismo como um todo, é necessário comentar sobre o seu surgimento, a começar pela teoria marxista-leninista.

### **O marxismo-leninismo**

O marxismo possui diversos momentos distintos e capitais para a história política mundial, mas aqui destacaremos três momentos que, de certa forma, serão o fio condutor deste capítulo. O primeiro momento é o do surgimento da teoria marxista propriamente dita, nos fins do século XIX, a partir dos escritos de Karl Marx (1818-1883) na *Gazeta Renana*, em 1942 e 1943; do Manifesto Comunista (MARX e ENGELS), em 1848; da Contribuição à Crítica da Economia Política (MARX, 1983), em 1859, e outros escritos. Trata-se de um aprofundamento teórico que veio influenciar profundamente o comportamento social da época, influenciando acontecimentos históricos como as revoluções de 1848, a Comuna de Paris, em 1871, outros movimentos sociais na Europa e a própria Revolução de 1917, na Rússia. O segundo momento é a década de 1960, após a reabilitação econômica da Europa do pós-Segunda Guerra Mundial, quando acontece o que pode se chamar de redescoberta da teoria marxista por meio de intelectuais como Herbert Marcuse, Louis Althusser e outros que refizeram releituras de intelectuais marxistas como Rosa Luxemburgo e Antonio Gramsci. Ressurgem os ideais de

revolução em Marx na tentativa de transformar o mundo (JUDT, 2008:406). O terceiro momento é quando, nas décadas de 1970 e 1980, a teoria marxista-leninista e principalmente os desvios cometidos pela ditadura de Stalin em nome do comunismo são atacados por diversos outros intelectuais como Raymond Aron (1905-1983), Albert Camus (1913-1960), Isaiah Berlin (1909-1997), Arthur Koestler (1905-1983), entre outros (JUDT, 2008:560).

Marx observa, desde o socialismo utópico da antiguidade, como as relações de produção transformam a sociedade dentro de um processo dialético, chegando ao capitalismo moderno do século XVIII e XIX, que ao ser superado daria a vez ao socialismo. Na ótica de Marx, surge uma sociedade capitalista que ele acredita, assim como Max Weber (1864-1920), ser baseada na racionalidade propriamente dita, mas que origina e representa o surgimento do trabalho assalariado e da exploração do homem, do trabalhador.

Para combater essa exploração que a burguesia capitalista mantém sobre o proletariado, Marx desenvolve a teoria do socialismo científico, em que, ao contrário do capitalismo, o Estado teria maior ingestão no mercado e a propriedade privada seria extinta, o que proporcionaria a igualdade social e a proteção dos mais fracos.

Tanto na análise do capitalismo feita por Weber quanto na análise feita por Marx a burguesia tem um papel fundamental. Para Weber, ela é responsável pela revolução contra a nobreza e o clero e por provocar a transição do feudalismo, com sua dominação carismática e tradicional, para a sociedade capitalista, com sua dominação burocrática. Segundo o autor, isso não aconteceu na Europa ibérica, onde se localiza Portugal, colonizadora do Brasil, onde, conseqüentemente, não houve sequer feudalismo quanto menos o capitalismo.

De acordo com Raimundo Faoro (1925-2003), o que existe no Brasil é o capitalismo politicamente orientado. Para Marx, a burguesia fez a transformação dialética pautada nas relações de produção, formando a burguesia moderna (capitalista) e fazendo surgir a sociedade capitalista. Ou seja, para ambos os autores, a burguesia foi a responsável pela chegada ao capitalismo moderno, embora de maneiras diferentes. A diferença entre os estudos de Marx e de Weber é que, para Marx, essa burguesia capitalista deve ser combatida por meio de uma revolução do proletariado a fim de se chegar ao socialismo. Um exemplo significativo disso é a Revolução Bolchevique que acontece na Rússia, em 1917, que aqui terá uma atenção especial, pois representou o início da tentativa de implementação da teoria marxista aprimorada por Lênin.

## **Revolução de outubro de 1917**

Depois da reunião da Liga dos Comunistas em 23 e 24 de novembro de 1847, que teve como um dos resultados o Manifesto Comunista escrito por Marx e Engels, acontece um aprofundamento dos ideais marxistas e da proposta de sua maior divulgação. Com os ideais de Marx e de Engels de união do proletariado de todo o mundo, baseado nas palavras finais desse manifesto – “trabalhadores de todos os países, uni-vos” (MARX; ENGELS, 2004:105) –, acontece em 1864 a criação da Associação Internacional do Trabalhador (AIT) também conhecida como a I Internacional. Como veremos adiante, nela estavam juntos comunistas e anarquistas, como, por exemplo, Marx, Bakunin e Proudhon, na luta a favor de uma revolução social que emancipasse os trabalhadores, o proletariado.

Como uma das consequências desta Internacional e dos ideais de Marx, Engels e agora de Vladimir Lênin (1870-1924), acontecem diversas revoltas na Rússia, no início do século XX e em outubro de 1917 (novembro pelo calendário ocidental), bem como uma revolução na qual os trabalhadores de fábricas e camponeses russos tomam o poder, desbancando o governo provisório que, por sua vez, havia derrubado a monarquia. Esse acontecimento dá início ao que Astrogildo Pereira (ZAIDAN, 1980:56) chamou de “um novo ciclo histórico, marcando o início da era comunista”.

Com o enfraquecimento e a extinção da II Internacional e o rompimento do comunismo, mais especificamente Lênin, com a social-democracia – que ele intitulou de social chauvinismo (LÊNIN, 1979) –, em 1919, é criada a III Internacional, conhecida como a Internacional Comunista e também chamada de Comintern. Em consequência da Revolução Russa e da difusão que a Internacional Comunista fez dos ideais marxistas-leninistas, começa um esforço de difundir o comunismo mundo afora, provocando a criação de partidos comunistas em diversos países, como, por exemplo, o Partido Comunista da Argentina (PCA) em 1918; o dos EUA (PCUSA) em 1919; o da Grã-Bretanha (PCGB) e o Francês (PCF) em 1920; o Italiano (PCI), o Português (PCP), o Chinês (PCC), o Espanhol (PCE) e o Uruguaio (PCU) em 1921 e o Partido Comunista Brasileiro em 1922. Mais tarde ainda surgiram o Partido Comunista Paraguaio em 1928, o Colombiano em 1930, o Venezuelano em 1931 e o Boliviano em 1950. Percebe-se que muitos partidos, a exemplo do PCF, surgiram de uma ruptura com partidos socialistas.

Essa história de cismas desde a I Internacional mostra, como veremos no estudo específico do PCB, que os conflitos internos no Partido vêm acontecendo há muito tempo. Essa é uma

prerrogativa da democracia tão pregada pelo comunismo, mas que talvez não tenha sido prevista por ele. Possa ser que, por isso, principalmente Stalin, mas também Lênin, Krushev e Brejnev tenham utilizado de meios violentos e aparelhos ideológicos para manter o controle sobre os partidos comunistas e do próprio comunismo no mundo.

Em janeiro de 1924, depois da morte de Lênin, acontece uma disputa acirrada entre Stalin e Trotski pela sua sucessão. Essa disputa que não foi feita de forma muito lícita, principalmente da parte de Stalin, gerou desavenças e uma cisão entre o pensamento de Trotski, que defendia a difusão do socialismo por todo o mundo, e o stalinista, que defendia que primeiro o socialismo deveria ser consolidado na Rússia e só então difundido na Europa e no mundo. Passou a existir uma partição entre os militantes partidários do stalinismo e os partidários do trotskismo. Isso não contribuiu para o fortalecimento do Partido e do comunismo; pelo contrário, gerou uma partição que mais tarde veio a contribuir para o seu enfraquecimento. Exemplo disso é o que acontece no Brasil, em 1962: os dissidentes que deixaram o Partido para formar o PCdoB defendendo uma linha maoista. Apesar disso, pode-se dizer que, naquela época, o comunismo estava em alta. Era uma filosofia política que prometia terminar, com a desigualdade e com diversas injustiças sociais, mas alguns de seus aspectos deixaram brechas para críticas ou para a sua deturpação e inviabilização. A começar pela proposta marxista-leninista da ditadura do proletariado.

### **Ditadura do proletariado**

A teoria marxista-leninista defendia, entre outras coisas, que aspectos da injustiça social, como é o caso da desigualdade social sofrida pelos operários das fábricas e do campo, como, por exemplo, a reinante na Rússia do início do século XX, não seriam resolvidos apenas com a luta pela igualdade. Nem também o poder capitalista. Para ela, o causador dessa injustiça social seria superado somente com um combate direto, com uma revolução do proletariado contra esse sistema. Uma revolução que proporcionasse uma maior participação do proletariado na determinação dos destinos da sociedade. Mas, como nos citam Vilma Figueiredo e Caetano Araújo,

a derrota da comuna e a repressão que se seguiu ensinaram a Marx que a revolução precisaria de um forte componente repressivo para se defender das tentativas restauradoras das antigas

classes dominantes. Daí a afirmação de que a primeira fase pós-revolucionária consistiria numa ditadura dos dominados, no caso, do proletariado (FIGUEIREDO; ARAÚJO, 1997).

Como essa ditadura era apenas para evitar revanchismos dos dominados, a intenção era que depois de certo tempo – depois de sedimentadas as mudanças propostas pela revolução – ela fosse abrandada paulatinamente. Essa proposta ficou conhecida e explicada pelo pensamento de Lênin como a “teoria da curvatura da vara”.

Segundo essa teoria, quando uma vara está curva para um lado e se quer deixá-la reta, não basta desentortá-la até ficar reta, pois ela irá retornar a posição inicial (torta) quando for solta. É preciso envergá-la radicalmente para o lado oposto e aí sim, quando ela for solta, ficará reta. Nessa teoria, a revolução tinha o objetivo de derrotar os inimigos do socialismo a fim de corrigir distorções políticas e a ditadura do proletariado teria apenas o objetivo de resguardar as reações desses inimigos contra os revolucionários. Após estabelecida a nova ordem, após o comunismo como um todo estabelecido e sedimentado, essa ditadura extinguir-se-ia.

O problema é que em vez de ser abrandada, essa ditadura foi se perpetuando e se tornando um regime totalitário e violento. Primeiro com o próprio Lênin, até 1924, e mais ainda com Stalin, de 1924 a 1953. De certa forma, como veremos à frente, essa ditadura foi mantida – embora de forma mais branda – por Nikita Krushev, que, em 1956, deu início a um processo de desestalinização do comunismo, com o seu relatório secreto do XX Congresso do PCUS, mas que, no mesmo ano, invadiu a Hungria, e por Leonid Brejnev, que, apesar de ter inaugurado a era da estagnação, invadiu a Tchecoslováquia em 1968.

Mais especificamente no caso do comunismo brasileiro, essa ideia de ditadura do proletariado não combina com um país onde, segundo alguns autores, como Raymundo Faoro e Caio Prado Junior<sup>4</sup>, não houve revolução burguesa. O problema é: como se defender de restaurações de um sistema que sequer foi mudado.

Esses e outros desvios da teoria marxista, além de uma desconexão econômica, social e tecnológica em uma Europa que vinha se recuperando das mazelas da Segunda Guerra Mundial, fizeram com que as críticas ao socialismo aumentassem cada vez mais, o que vai provocar o seu enfraquecimento e a sua derrocada com a queda do Muro de Berlim, em 1989, e com o fim da URSS, em 1991.

---

<sup>4</sup> Para maiores esclarecimentos, ver o Capítulo V desta tese.



O marxismo teve um momento áureo logo após a Revolução Russa de 1917 e foi definindo até a queda do Muro de Berlim, em 1989, mas nesse ínterim teve uma revitalização na década de 1950 e 1960, quando a Europa, começando a viver uma era de prosperidade, após os anos difíceis do pós-guerra, volta a acreditar nos ideais marxistas. Esse ideal era dominante na época. Tratava-se de uma era de revolução. Desde a música, com os Beatles e os Rolling Stones, até a arte como um todo e a moda. Os jovens estavam tentando se libertar da gerontocracia de seus avôs. Inclusive Raymond Aron, intelectual que, segundo Judt (2008:407), foi anticomunista toda a sua vida, admitia que naquele tempo o marxismo era a ideia dominante, a “religião da época”. O certo é que em muitos aspectos, em virtude de contextos políticos, houve rompimentos e aproximações entre o comunismo e o socialismo ou a social-democracia.

### **A Terceira Internacional**

Depois do estabelecimento da I Internacional, em 1864, que contava com o apoio, entre outros, dos marxistas e dos anarquistas, surgem desacordos teóricos entre comunistas e anarquistas, principalmente Marx e Bakunin. Embora ambos combatessem o capitalismo e a burguesia, discordavam em relação ao Estado. Bakunin e os anarquistas eram contra a ditadura do proletariado de Marx e defendiam uma sociedade sem Estado, uma sociedade cooperativista. Já os comunistas defendiam uma sociedade com um Estado forte que controlasse a economia e protegesse os mais fracos. Por essas e outras, em 1889, surge a II Internacional, agora sem a participação dos anarquistas. Começa a haver críticas de Lênin aos social-democratas ou aos social-chauvinistas, como ele os chamava, porque alegava que se associavam à burguesia capitalista, embora fizessem um discurso socialista em favor da igualdade social (LÊNIN, 1979). Em função dessas discordâncias, é criada a III Internacional, em 1919, também conhecida como a Internacional Comunista e chamada de Comintern. Lênin lança a estratégia de provocar um “racha” nos partidos socialistas. Aí começa uma história de união e desunião entre comunistas e social-democratas que vai durar bastante tempo e que vai ter diversos capítulos de ida e vinda. Por um lado, durante as ditaduras fascistas – a de Mussolini na Itália, a de Franco na Espanha e a de Salazar em Portugal –, tanto os social-democratas quanto os comunistas foram vítimas da repressão, o que, de certa forma, representou uma aproximação entre ambos, principalmente na Itália. Por outro lado, apesar da “guerra” de Lênin contra os social-democratas, por volta de 1946 e 1947 – quando os comunistas ainda tentavam

complementar o que as pessoas vinculadas à esquerda, como, por exemplo, a Montanha<sup>5</sup>, vinham tentando desde as revoluções burguesas de 1848, combatendo às desigualdades –, os resultados das eleições em diversos países da Europa (Alemanha Oriental, Áustria, Hungria) não lhes eram muito animadores. Os comunistas foram derrotados, principalmente pelos partidos liberais, social-democratas e agrários (JUDT, 2008). Os comunistas europeus até tentaram ações violentas e retaliadoras contra os socialistas e os social-democratas, mas, na impossibilidade de derrotá-los, os comunistas se aliaram a eles. Além disso, não se pode negar a intensificação da oposição dos EUA e as dificuldades enfrentadas pela URSS e o comunismo com a Guerra Fria que se instalou logo após a Segunda Guerra Mundial.

---

<sup>5</sup> Chamavam-se montanhesees, na época da Revolução de 1848, os representantes dos democratas pequeno-burgueses na Assembleia Constituinte e na Assembleia Legislativa. Essa denominação derivava da época da grande Revolução Francesa, quando os elementos da ala esquerda da convenção eram chamados de montanhesees, porque se assentavam nos bancos mais elevados, situados ao fundo. “Contrariamente, em 1848, o partido da Montanha representava uma massa oscilante entre burguesia e o proletariado” (MARX, 1983).

## **CAPÍTULO II – As origens do Partido Comunista Brasileiro (PCB)**

Para discorrer sobre os acontecimentos internos que provocaram o enfraquecimento do Partido Comunista Brasileiro (PCB), é preciso primeiramente entender um pouco mais da história do PCB, inclusive no tocante à sua relação com PCUS e com o comunismo no mundo. O PCB teve um papel importante nas transformações sociais pelas quais passou o Brasil. Segundo Pedreira (1964), apesar de sua pouca expressão nas eleições, o PCB tornou-se um grande articulador da esquerda no Brasil.

Aparentemente essa tese trata do passado da vida política do Brasil, mas se torna atual e até futurística por tratar do importante papel do PCB em uma revolução social que parece ainda não ter sido concretizada no Brasil, embora, acredita-se, esteja em desenvolvimento. Não é possível mencionar a história do Brasil, principalmente a sociopolítica, sem se referir ao partido comunista.

Embora o período desse trabalho seja de 1950 a 1992, pretende-se fazer um resgate histórico dos anos que antecederam esse período e que possuem elementos importantes para o entendimento do que ocorreu naquele momento. Primeiro, é preciso esclarecer que o termo pré-história não tem vínculo algum com a ideia de antiquado, ou ultrapassado e extinto. Tenta-se aqui, seguindo ensinamentos de Rosanvallon (2003), partir de uma questão contemporânea: o PPS como a continuação da tentativa de uma revolução social no Brasil que faça os dirigidos serem dirigentes ou, no mínimo, que tenham maior participação na sociedade política brasileira, para retrazar sua genealogia e então retornar ao tema, mas agora com as riquezas dos ensinamentos do passado.

Tem-se a consciência de que, para abordar especificamente as transformações que ocorreram no X Congresso do PCB, é necessário deixar de lado muitos aspectos importantes da história e do contexto social desse partido. Será feita aqui apenas uma alusão, mais especificamente, das crises que o enfraqueceram e que o levaram às mudanças feitas durante o seu X Congresso. O objeto aqui não é a história do partido. Ela é apenas uma ferramenta para melhor entender o referido Congresso, esse sim objeto dessa pesquisa.

Vamos tentar entender melhor essas crises que já começam desde a criação do partido.

## A pré-história do PCB

Os acontecimentos na Rússia no início do século XX provocaram reflexos no Brasil, em grupos comunistas de Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Juiz de Fora e Recife, entre outros. No dia 25 de março de 1922, Abílio Nequete (barbeiro), Astrogildo Pereira (jornalista), Cristiano Cordeiro (contador), Hermogênio Silva (ferroviário e eletricista), João da Costa Pimenta (gráfico), Joaquim Barbosa (alfaiate), José Elias da Silva (funcionário público), Luís Peres (vassoureiro) e Manuel Cendon (alfaiate), representando 73 comunistas do Distrito Federal (atual Rio de Janeiro), Niterói, São Paulo, Recife, Cruzeiro e Porto Alegre, dão início à primeira sessão do I Congresso do Partido Comunista do Brasil, que ainda teria continuidade nos dias 26 e 27 (CARONE, 1982a)<sup>6</sup>.

Desde a sua criação, o PCB passou por problemas que dificultaram a sua ação política e que contribuíram para as mudanças ocorridas no decorrer de sua existência e que culminou com o seu fim em seu X Congresso, em 1992. Um deles é que a maior parte de sua existência aconteceu na clandestinidade. Já em julho do ano de sua fundação, Eptácio Pessoa o coloca na ilegalidade. O Partido volta à legalidade no período de janeiro a agosto de 1927, no governo de Washington Luís. Depois de 18 anos de ilegalidade, ele volta à legalidade em 1945 (CARONE, 1982a). Permanece legal até 1947, quando mais uma vez é decretada a sua ilegalidade, que dura até 1985, quando se torna legal, com o fim da ditadura militar. Ou seja, dos seus 70 anos de vida, 63 foram na ilegalidade.

Vale lembrar que a ditadura militar foi um período de muita perseguição, talvez só comparável ao período da ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945), logo após a Aliança Nacional Libertadora e a Intentona Comunista de 1935. Nessa época, o partido ficou aniquilado e só se reorganizou na Conferência da Mantiqueira, em 1943. Na ditadura Vargas, o partido experimenta uma perseguição acirrada. Além disso, o partido ainda tinha o problema dos diversos desacordos internos, de diversas naturezas, que provocaram cisões e a evasão de diversos de seus militantes.

Senão todas, pelo menos a maioria dessas crises internas do PCB se devem a dois paradoxos que permearam toda a sua história: **autonomia versus heteronomia** em relação à URSS e a

---

<sup>6</sup> O partido foi criado com o nome de Partido Comunista do Brasil mantendo-o até o cancelamento de seu registro em 1947. Como uma das alegações dessa suspensão era de que o nome dava a entender que se tratava de uma seção do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) no Brasil. No V Congresso, em 1960, esse nome foi mudado para Partido Comunista Brasileiro. Mas, em ambos os casos, a sigla utilizada é PCB, o que foi o estopim para a criação do PCdoB, em 1962.

**luta insurreta versus a luta democrática.** O primeiro deles se refere, por um lado, ao alto grau de influência da Internacional Comunista (IC) na ideologia e nas estratégias adotadas pelo PCB, não se adequando à cultura brasileira, também evidenciado na Declaração de 1950, e, por outro lado, à necessidade de adequação ao perfil cultural brasileiro, evidenciada na Declaração de 1958. O segundo paradoxo tem de um lado a luta insurrecional para o estabelecimento de um governo socialista no Brasil, assim como ocorrido na Revolução Russa de 1917, evidenciada em seu Manifesto de agosto de 1950. Por outro, defendia a luta democrática, por meio de eleições e ações parlamentares que também ficou patenteada em sua Declaração Política de março de 1958.

Ambos os paradoxos estão interligados. Ou seja, o lado do excesso de internacionalização das estratégias do PCB significa também a adoção do uso da violência como uma das estratégias. E o apelo à maior adequação das estratégias do PCB às características culturais brasileiras significa também a adoção de ações pacíficas. Tendo em vista a complexidade e a importância de cada um dos paradoxos no enfraquecimento do PCB e conseqüentes mudanças ocorridas no seu X Congresso, vamos separá-los para análise, ressaltando que a separação é apenas didática.

### **Autonomia versus heteronomia em relação à União das Repúblicas Soviéticas (URSS)**

Sendo o PCB fundado, assim como os partidos comunistas de diversos países, por influência do PCUS após a Revolução Russa de 1917 e da sua intenção de propagar o comunismo por todo o mundo – o que de certa forma era evidenciado no Manifesto do Partido Comunista –, seria normal que houvesse alguma dominação do segundo sobre o primeiro deles, até mesmo pelo aporte financeiro. O PCB passa a acompanhar cegamente as orientações da Internacional Comunista. Alguns militantes defendiam que essas orientações deveriam ser adaptadas à cultura brasileira e ao contexto do país. Está deflagrado o primeiro paradoxo que permeia toda a vida do PCB. Com o passar dos anos, os comunistas foram constantemente acusados de serem mais internacionalistas do que nacionalistas. Um exemplo disso foi que, em 1947, o partido teve o seu registro cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral, sob a alegação, entre outras, de que o partido se chamava Partido Comunista do Brasil, o que, para o Tribunal, caracterizava que se tratava de uma sessão da Internacional Comunista (IC) e não de um partido brasileiro e que, por isso, seus integrantes eram mais comunistas do que brasileiros. Para os juízes, se houvesse uma guerra entre o Brasil e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), os membros desse partido ficariam a favor da URSS e contra o Brasil.

A questão aqui não é avaliar se a decisão do Tribunal Superior Eleitoral e muito menos a sua alegação foi acertada ou não, mas de mostrar que essa alegação não surgiu do nada. Existia uma tendência do PCB de seguir, sem uma análise crítica aprofundada e uma adaptação à cultura brasileira, as diretrizes da IC. O próprio Caio Prado Junior (2004) menciona um descasamento entre as diretrizes do documento da IC, de 1933 (*Por un viraje decisivo en el trabajo campesino*) elaborado para orientar a atuação do PCB e a cultura brasileira.

Nessa generalização apressada e injustificada, o Brasil foi particularmente prejudicado, pois nos organismos que se incumbiriam da elaboração da teoria e da linha revolucionária na América do Sul, o chamado *Bureau Sul-americano da Internacional Comunista, com sede em Montevideú, a predominância era decididamente do elemento hispano-americano, e nada ou muito pouco se sabia aí das coisas brasileiras* (PRADO JUNIOR, 2004:37).

Inclusive, segundo o autor, o documento foi escrito em espanhol e não se sabe de nenhuma versão em português.

Além disso, não se pode negar que Luis Carlos Prestes, que dirigiu o PCB de 1943 a 1980, era declaradamente, ainda na década de 1960, a favor da proximidade com a URSS e a favor da luta armada – haja vista a intentona comunista de 1935, por ele chefiada e algumas de suas afirmações durante uma entrevista concedida a Paulo Patarra da *Revista Realidade*, em setembro de 1968 – já dez anos após a Declaração de 1958. Quando perguntado se achava que o PC poderia tomar o poder por meio de uma luta de guerrilha, respondeu:

Se o senhor se refere ao Brasil, nossa opinião é de que não existem agora, na situação atual, condições para uma luta desse tipo. Isso não significa, porém, que sejamos contra a luta armada. Na *Resolução política* do quinto congresso de nosso Partido [em 1960, dois anos após a declaração de 1958], afirmamos, expressamente, que devemos nos preparar e preparar as massas para a eventualidade de uma luta armada. O que não julgamos acertado é que um pequeno grupo de pessoas possa fazer uma revolução. Revolução é sempre obra dos povos, das massas de milhões, como dizia Lenine (CARONE, 1982c:83).

No aspecto específico da política como relação de poder, o conflito que existia no PCB era: a quem seguir? À cultura brasileira ou à Internacional Comunista e seu tipo de socialismo? A existência desse paradoxo já delineava uma tendência, dentro do PCB, de mudanças que levassem, entre outros, ao rompimento com o comunismo da União Soviética, que aconteceu no seu X Congresso. Se analisarmos o estudo do paradoxo que Levi-Strauss fez, como, por exemplo, o cru e o cozido, podemos perceber alguma semelhança com o caso da história do PCB. No estruturalismo de Levis-Strauss, o paradoxo serve para a evolução de uma pessoa ou

um grupo de pessoas. No caso do PCB, esse paradoxo talvez tenha provocado um paradoxo do paradoxo, isto é, os dois paradoxos (luta insurreta *versus* luta democrática e autonomia *versus* heteronomia em relação à URSS), por um lado, contribuíram, como já dito, para o enfraquecimento do partido, mas, por outro, contribuíram para o seu desenvolvimento, com o distanciamento do comunismo soviético e do marxismo ortodoxo, o que o fez caminhar para uma direção necessária à evolução de um sistema político de esquerda democrático, embora já enfraquecido à época do X Congresso.

Percebe-se que tanto a Manifesto de agosto de 1950 como a Declaração de março de 1958 foram documentos muito importantes para a institucionalização desses paradoxos, assim como para a vida do partido propriamente dito. A Declaração de 1958, além de conter o último posicionamento do PCB, o da luta democrática e do nacionalismo, já aponta diversos dos aspectos abordados nos seus IX e X Congressos.

### **Luta insurreta *versus* luta democrática**

Também nesse caso, com a influência da IC, que a exemplo da Revolução Russa de 1917 defendia a luta armada para a implementação do comunismo no mundo, por um lado, e o atendimento da cultura de não violência do povo brasileiro, por outro, era de se esperar que houvesse mais uma dicotomia no PCB, que também geraria conflitos internos. Conflitos esses que, conforme já dito, contribuíram (causas internas) para o enfraquecimento do partido e de alguma forma contribuíram para as mudanças propostas em 1992.

Esse paradoxo que se refere, por um lado, à opção de luta armada do PCB para estabelecer um governo socialista no Brasil (via insurreta) e, por outro, estabelecer esse governo democrático por meio da luta eleitoral, tem alguns pontos a serem detalhados. Em relação ao primeiro lado desse paradoxo, o da luta insurreta, é possível entender, o que não quer dizer que justifique, a posição do partido. Abordaremos esse assunto mais detalhadamente ao tratarmos da história do enfraquecimento do PCB, mais precisamente do seu conflito com o PTB. Nesse momento, o PCB estava sobre a égide do seu Manifesto de 1950, que adotava a luta armada como estratégia para o socialismo. Já o PTB ainda se abrigava no guarda-chuva do populismo de Getúlio Vargas.

O PCB vinha de um grande sucesso eleitoral, em 1945, fazendo-o acreditar que a luta democrática podia ser o caminho para atingir seus objetivos. Logo depois, em 1947, com o que os comunistas chamaram de “a ditadura de Dutra”, o PCB tem seu registro cancelado pelo

Superior Tribunal Eleitoral (STE). Não é de se espantar que com essa “ducha de água fria” nos ânimos dos comunistas, eles voltassem a optar pela luta armada, como na Aliança Nacional Libertadora (ANL), nos idos de 1935.

Porém, percebe-se que nesse embate está sempre de um lado o Estado – o governo de Epitácio Pessoa, de Getúlio Vargas, de Eurico Gaspar Dutra e até a ditadura militar de 1964 a 1985 – de forma autocrática oprimindo e cerceando as ações do PCB, muitas das vezes se utilizando até de violência física; de outro, está o povo brasileiro, sem muita maturidade política, sem ter passado pela revolução social que o emancipasse politicamente, com o seu jeito pacífico, para não dizer subserviente, de enfrentar seus conflitos. Povo esse guiado por partidos que visavam os interesses da elite ou desses Estados autocratas e pelo PCB que dentro de uma filosofia socialista estava à esquerda do sistema, tentando salvaguardar os seus direitos.

A segunda parte desse paradoxo, representada pela opção por uma luta democrática, já vinha permeando também o partido. Exemplo disso foi quando o partido optou pela luta democrática, principalmente por meio das eleições, com o seu sucesso eleitoral em 1945. Mas, depois de algumas iniciativas fracassadas, que talvez não tenham passado de iniciativas, e do relatório secreto de Krushev no XX Congresso do PCUS, em 1956, deflagrando os crimes cometidos por Stalin, a repulsa à luta armada aumentou e como consequência, também disso, o PCB preparou, em março de 1958, uma declaração política (a Declaração Política de março de 1958<sup>7</sup>), em que o partido assume uma estratégia democrática e mais nacionalista, tanto em relação à URSS quanto aos EUA, para o estabelecimento de um governo socialista no Brasil. A questão é que, segundo membros do atual PPS, a sua implementação foi impedida, ou pelo menos adiada, pela ditadura de 1964 a 1985, época em que as atenções do partido ficaram todas direcionadas para a luta contra a ditadura. Não estamos aqui nos referindo a volta à luta armada, mas à concentração de todos os esforços para lutar contra a ditadura.

Percebe-se que esses dois paradoxos, segundo Gildo Marçal Brandão (1997), funcionam como um pêndulo que ora está no lado da luta insurreta e internacionalista, ora está no lado da luta democrática e mais nacionalista, permeiam quase toda a vida do PCB e ficam mais evidenciados institucionalmente nessas duas declarações do PCB: a de agosto de 1950 (luta insurreta e internacionalista) e a de março de 1958 (luta democrática e mais nacionalista). Esses paradoxos causaram diversos conflitos internos do partido, a saída de diversos militantes –

---

<sup>7</sup> Essa declaração, e sua opção pela luta democrática, foi uma das causas de uma dissidência dentro do PCB que preferiu manter a linha trotiskista e maoista e criou o PCdoB, em 18 de fevereiro de 1962.



exemplo disso é a criação do PCdoB em 1962, do PCBR e diversos movimentos de esquerda (MR-8, VAR-Palmares, ALN), conforme veremos à frente –, e o seu consequente enfraquecimento.

Ambos os paradoxos estão relacionados a acontecimentos, tanto no panorama nacional quanto no panorama mundial, que afetaram o PCB. Alguns desses acontecimentos contribuíram para o seu enfraquecimento. Nos dois próximos capítulos, serão estudados os episódios do comunismo mundial e depois os do comunismo no Brasil, que contribuíram para o enfraquecimento do PCB.

### **CAPÍTULO III – As causas externas do enfraquecimento do PCB**

Como os dois paradoxos estudados mostram, desde a sua criação, em 1922, o PCB é influenciado pela Internacional Comunista e até por outros partidos comunistas da Europa e da América Latina. Se no momento em que o comunismo no mundo estava em alta, tal fato contribuiu para o fortalecimento do comunismo no Brasil, não poderia ser diferente que, quando o marxismo-leninismo começasse a ser questionado, como será mostrado na penúltima parte desse capítulo, e quando a União Soviética tomasse atitudes que não agradassem ao senso comum, ocorressem influências negativas no PCB.

Stalin foi um dos grandes responsáveis por ações que deparam contra o comunismo no mundo, mas também existem situações como a intervenção na Hungria e na Tchecoslováquia que foram criadas por outros dirigentes do PCUS e pela própria URSS que não fizeram muito bem ao PCB, como veremos neste capítulo. E para entender um pouco mais o movimento comunista internacional, começaremos pela Guerra Fria, alguns posicionamentos de Stalin que, pode-se dizer, deram início ao enfraquecimento do comunismo no mundo e, conseqüentemente, no Brasil, bem como outros acontecimentos que mesmo depois de um processo de desestalinização do comunismo ainda o feriram mortalmente.

#### **Guerra Fria**

Antes da Segunda Guerra Mundial, os EUA eram um símbolo do capitalismo e a URSS do comunismo. Conforme a teoria marxista-leninista, essas duas vertentes se apresentavam opostas e excludentes. Entretanto, durante a Segunda Guerra Mundial, ambos se uniram – juntamente com a Inglaterra – formando o grupo dos países aliados, para combater as potências do Eixo – Alemanha, Itália e Japão – para combater o fascismo, principalmente o de Hitler e Mussolini. Logo após a Guerra, a Europa encontra-se em ruínas e os EUA, também graças a Guerra, encontravam-se numa posição de liderança comercial e tecnológica<sup>8</sup>.

Os EUA começaram a injetar dinheiro na Europa a fim de socorrê-la. Até o ano de 1947, os países europeus até conseguiram uma recuperação rápida em suas infraestruturas (indústrias, transporte, habitação, reforma agrária etc.), mas a provisão de alimentos ainda estava precária. Com o terrível inverno de 1947, a situação piorou. Em todo esse período pós-guerra, os EUA

---

<sup>8</sup> Tanto a escassez de carvão como a de gêneros alimentícios foram compensadas por importações dos EUA, o que contribuiu para a posição comercial privilegiada que os EUA assumiram no pós-guerra.

injetaram grandes quantias de dinheiro na Europa, a fim de ajudar seus países a saírem da crise do pós-guerra – 4,4 bilhões de dólares no Reino Unido e 1,9 bilhões na França. Nesse mesmo ano, foram mais de 513 milhões para a Itália, 251 milhões para Polônia, 272 milhões para a Dinamarca e 161 milhões para a Grécia (JUDT, 2008). O problema é que nem todo esse dinheiro foi aplicado em planejamentos e investimentos para o futuro dos países. Alguns deles utilizaram o dinheiro para remediar situações urgentes e, em outros casos, até parece ter sido mal aplicado por seus dirigentes.

Diante dessa situação, o Secretário de Estado americano, George Catlett Marshall, sugeriu o Plano de Recuperação Europeia (PRP) por meio do qual os EUA emprestariam dinheiro para os países europeus destruídos pela Segunda Guerra Mundial, mas dessa vez com a supervisão de observadores internacionais americanos que orientariam e garantiriam a boa aplicação do dinheiro. Como afirma Judt (2008), os empréstimos dos EUA deixam de ser um fundo emergencial de desastre para fazerem parte de um programa estratégico de recuperação e crescimento.

Em junho de 1947, a oferta de auxílio por meio do Plano Marshall foi feita a todos os países da Europa. Até esse ponto, parecia estar tudo bem, não fosse a desconfiança de Stalin de prováveis objetivos escusos que os americanos poderiam ter com essa ajuda para a recuperação da Europa. Poderiam pretender um controle e dominação econômica sobre aqueles países – o chamado imperialismo americano. Viacheslav Molotov se retira de uma reunião no dia 2 de julho, promovida pelos ministros das Relações Exteriores da Grã-Bretanha, França e da própria União Soviética, para dar uma resposta à proposta dos EUA. Talvez tenha sido aí o início do que Raymond Aron (1955) chamou de Guerra Fria. Início em termos, pois, na verdade, a Segunda Guerra Mundial amorteceu ou amenizou as diferenças e o antagonismo entre os EUA e a URSS. Outro episódio que também caracteriza o início dessa Guerra Fria é um incidente com a Tchecoslováquia. No início das negociações para a implementação do Plano Marshall, o ministro das Relações Exteriores da Tchecoslováquia, Jan Masaryk, que não era comunista, aceitou o convite. Logo após, Stalin deu ordem a Klement Gottwald, primeiro-ministro da Tchecoslováquia e também líder do Partido Comunista para não participar do encontro no dia 4 de julho – promovido pela França e pela Grã-Bretanha para discutir a adesão dos países europeus ao Plano Marshall. Isso aconteceu depois de se cogitar a participação de Gottwald no encontro para criticá-lo e depois abandoná-lo, levando o maior número possível de representantes dos países europeus.

Essa foi uma guerra em que não havia combates diretos nem explícitos e muito menos confrontos armados. Uma guerra pela hegemonia econômica no mundo. Nessa guerra, os EUA desencadearam diversas estratégias para enfraquecer o socialismo que tentava se expandir cada vez mais mundo a fora, seguindo as últimas palavras do Manifesto Comunista: “trabalhadores de todos os países, uni-vos” (MARX; ENGELS, 2004), e querendo aumentar o seu poderio econômico. A propaganda anticomunista se espalha por todo o mundo por meio da imprensa, de filmes, livros etc. O imperialismo norte-americano tenta impor-se pelo mundo, principalmente em países menos desenvolvidos da Europa e futuramente de países da América Latina, como foi o caso do Brasil.

Judt (2008:141) chega a afirmar que “a causa imediata da divisão da Alemanha (inimiga dos EUA e da URSS durante a Segunda Guerra Mundial) e da Europa reside, antes, nos equívocos cometidos pelo próprio Stalin naqueles anos”. O mesmo autor relata que “a Guerra Fria na Europa foi resultado inevitável da personalidade do ditador soviético e do sistema por ele comandado” (idem, p. 142). De qualquer forma, não se pretende aqui descobrir quem foi o culpado ou simplesmente o iniciador da Guerra Fria. Se foram os EUA com o seu Plano Marshall e possíveis intenções de dominação da Europa, ou se foi Stalin com sua intransigência com esse plano e com os EUA, mais especificamente, e todas as suas manobras para enfraquecê-lo ou torná-lo inócuo. A questão que não pode ser ignorada é que a Guerra Fria contribuiu muito para o enfraquecimento do comunismo no mundo e que os EUA se aproveitaram muito dos acontecimentos do XX Congresso do PCUS para intensificar a propaganda contra o comunismo, o PCUS e a própria União Soviética.

### **O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS)**

Os acontecimentos do XX Congresso do PCUS, de 14 a 26 de fevereiro de 1956, tiveram fortes impactos nos diversos partidos comunistas do mundo. Inclusive no brasileiro, a exemplo da declaração política do PCB, de março de 1958, que contribuiu para o enfraquecimento do partido e as consequentes mudanças do seu X Congresso, mas isso será mais detalhado em capítulo específico sobre as causas internas. De qualquer forma, serve para mostrar, como já dito no início deste capítulo, como as causas internas estão relacionadas com as causas externas.

A crise gerada pelo relatório secreto de Nikita Krushev condenando o culto à personalidade de Stalin e relatando as atrocidades cometidas por ele em nome do comunismo e do culto a sua

personalidade tem início antes do XX Congresso do PCUS. Depois da morte de Stalin no dia 5 de março de 1953, o maior candidato à sua sucessão era o chefe da polícia secreta da URSS, Lavrenti Beria. Esse chefe já defendia algumas reformas no caminho da desestalinização do comunismo. Fato que se pode verificar nas palavras de Judt (2008:317): “No breve período entre a morte de Stalin e o momento em que Beria foi detido, este repudiou a Conspiração dos Doutores<sup>9</sup>, soltou alguns presos prisioneiros do Gulag e até propôs reformas nos Estados-satélites, para a perplexidade dos líderes do partido nesses países”. Com o assassinato de Beria logo depois, o indicado para suceder Stalin foi Nikita Krushev, que deu continuidade a essa história e teve como um de seus grandes capítulos o seu “discurso secreto” no XX Congresso do PCUS.

Essa política de Krushev de desestalinização do comunismo – que significou uma tentativa de recuperar a imagem do comunismo, bastante manchada com o advento do stalinismo –, segundo Judt (2008), possuía quatro prioridades. A primeira era estabilizar as relações com o Ocidente, no que concerne ao rearmamento da Alemanha, de sua participação na OTAN e no Pacto de Varsóvia. A segunda, relativa à tentativa de buscar contatos com os países não aliados, a começar pela Iugoslávia. Como terceira prioridade, Moscou incentivou os reformistas dos países-satélites, permitindo críticas discretas dos erros da velha guarda stalinista, reabilitando algumas das vítimas do stalinismo e acabando com os julgamentos forjados, detenção em massa e expurgos. Por último, Krushev promoveu a reforma controlada e o rompimento com Stalin, que teve como elemento importante o seu relatório secreto no XX Congresso do PCUS.

Segundo o jornal *L'Humanité*, para Krushev, o culto à personalidade propiciava a centralidade democrática e defendia a direção coletiva. Sob essa alegação, no dia 25 de março de 1956, último dia do Congresso, Krushev menciona a importância de Stalin na Revolução de 1917 e no fortalecimento do comunismo mundial durante seu governo. Ressalvado esses aspectos positivos, Krushev relata as atrocidades cometidas por Stalin. Esse relatório gerou perplexidade nos delegados ali presentes. No Brasil (PCB), a discussão sobre ele levou meses para começar. Já na França e na Itália, a discussão começou antes, embora também tenha levado algum tempo.

---

<sup>9</sup> Médicos pertencentes à associação burguesa judaica internacional nacionalista, a organização sionista de espionagem que assassinaram figuras públicas soviéticas por meio de tratamento médico.

A intenção de Krushev era resgatar o comunismo limpando-o dos traços negativos deixados por Stalin. Ele queria, como diríamos no bom português, “lavar a roupa suja” e, como diz o dito popular, “roupa suja se lava em casa”. Sendo assim, a sua intenção era de que o seu “relatório secreto” permanecesse em segredo no âmbito dos órgãos comunistas de todo o mundo e que fosse depois de um prazo – e aos poucos – divulgado para o mundo. As intenções de Krushev eram de que o seu discurso só fosse publicado oficialmente na União Soviética anos mais tarde, mas os serviços de espionagem dos EUA logo descobriram o acontecido e deram visibilidade ao mundo inteiro. Com isso, os acontecimentos do XX Congresso provocaram um choque em toda a comunidade comunista mundial e provocou algumas deserções dos partidos.

No PCB, provocou diversos conflitos na direção do partido, que vão ter como desfecho a saída de alguns de seus importantes militantes, como João Amazonas, Maurício Grabois, Lincoln Oest, Ângelo Arroyo do comitê central do PCB e que fundam, em 1962, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Essa repercussão no Brasil será abordada com mais profundidade no quarto capítulo por ocasião da análise comparativa entre a Declaração de março de 1958 do PCB e o Manifesto Programa de 1962 do PCdoB.

Apesar de se tratar de uma tentativa de limpar o comunismo da herança maldita deixada por Stalin, tendo em vista o clima de Guerra Fria, era de se esperar que os EUA aproveitassem esse grande acontecimento para acirrar a luta contra o comunismo, utilizando esse fato como um reconhecimento que o comunismo fazia de suas fraquezas. Em suma, aquilo que poderia ser a salvação do comunismo acabou se virando contra ele. Com isso, os EUA aproveitaram para intensificar a propaganda contra o comunismo. A Guerra Fria estava acirrada e Krushev, que tentava resgatar a imagem do comunismo – até era acusado por algumas pessoas, como aqueles que viriam a ser os fundadores do PCdoB, em 1962, de propor uma linha de coexistência pacífica com o capitalismo –, invade a Hungria e faz desmoronar a esperança de salvação deste.

### **A intervenção da URSS na Hungria**

Stalin, com o seu estilo ditatorial de governar a URSS e seus países-satélites, baseado no culto a sua personalidade, com seus métodos violentos para a manutenção do comunismo na Europa Oriental e para a sua expansão pela Europa Ocidental, fez muito mal ao comunismo. O governo de Krushev foi a grande oportunidade, a grande esperança da remição do comunismo, com sua desestalinização, e para a sua manutenção mundo a fora como um sistema político viável. Contudo Krushev não queria o enfraquecimento total da União Soviética, como acabou

acontecendo em 1991. Na intenção de manter a força do comunismo, também se utiliza de sua mão forte sobre os seus países-satélites. Em 1956, na Polônia, Krushev chegou a ameaçar invadir Varsóvia com tanques do exército vermelho da União Soviética. Felizmente, depois de negociações com Wladislaw Gomulka, eleito pelo Partido Comunista Polonês para ser seu primeiro-secretário, Krushev recuou de suas intenções armadas e manteve Gomulka na liderança do partido.

O ocorrido na Polônia teve um “final feliz”, mas não deixou de incitar o povo húngaro, que já vinha com conflitos internos desde 1953. Infelizmente, na Hungria, o epílogo não foi em nada semelhante ao daquele país. Com a subida ao poder na URSS, em 1953, Krushev destituiu Máthyas Rákosi, um membro da liderança stalinista, do governo da Hungria e em seu lugar coloca Imre Nagy, um reformista. Tem início aí uma sequência de alterações no governo da Hungria e consequentes conflitos sociais. Por problemas econômicos e principalmente por atitudes oportunistas e incapacidade de seguir a linha do partido, em 1955, Moscou o retira do poder e coloca de volta Rákosi. Por sua herança stalinista, Rákosi atrapalha uma política de reaproximação de Moscou com o general Tito da Iugoslávia. Por isso, é demitido por Moscou e substituído por Ernő Gerő. Também stalinista, ele entra em confronto direto com estudantes utilizando suas forças de segurança e, em 24 de outubro de 1956, dispara contra manifestantes desarmados na Praça do Parlamento. No dia seguinte, volta ao poder Imre Nagy, que, com a tentativa de instituir um governo multipartidário – que sem dúvida alguma ia contra os princípios da União Soviética –, provoca a invasão de Budapeste pelos tanques soviéticos e a sua substituição por János Kádár. Tem início um período de intensa repressão, com julgamentos e execuções, inclusive com a execução de Imre Nagy e seus companheiros em 16 de junho de 1958.

Após esses acontecimentos da Polônia e da Hungria começa a haver uma “metástase” que incentiva direta ou indiretamente outros países a se rebelarem contra a União Soviética, pelos menos a enxergarem e terem objeções ao comunismo e, principalmente, aos métodos que Moscou utilizava para sua manutenção. Em outras palavras, a intervenção soviética da era Krushev na Hungria destruiu as esperanças de resgate de um comunismo que proporcionasse uma luta contra a desigualdade social, contra as injustiças sociais provocadas pelo capitalismo. Uma luta por um estilo de vida melhor. Significou outra mancha em sua imagem e assim contribuiu para o seu enfraquecimento.

## **A intervenção da URSS na Tchecoslováquia**

De certa forma, a invasão da Tchecoslováquia teve uma natureza semelhante à invasão da Hungria: a desestalinização do seu comunismo. Ela só aconteceu alguns anos mais tarde (10 anos) porque, apesar de ser mais democrático que os demais países da Europa Oriental, desde o pós-guerra, em 1945, a Tchecoslováquia era um dos maiores aliados da URSS e, por isso, mantinha com ela uma relação bastante amistosa. Além disso, a sociedade tcheca era mais desenvolvida que as demais sob o domínio soviético. Tudo isso tornou maior o poder e a dominação da Rússia sobre a Tchecoslováquia e, conseqüentemente, as atrocidades cometidas por Stalin. As experiências com o terror stalinista eram fortes e recentes. Por esses motivos, a desestalinização foi propositalmente retardada pelos governos russo e tcheco pelo medo que tinham de que as suas conseqüências fossem bem maiores do que na Polônia e na Hungria.

Conforme já citado, a década de 1960 foi um período de movimento revolucionário generalizado na Europa. Tratava-se de revoluções tanto sociais quanto culturais fomentadas principalmente pela juventude de seus países (COELHO, 2007; JUDT, 2008). Em 1968, na França, acontecia um levante que teve início no meio estudantil, por causa das reformas no sistema de ensino, promovida por Charles de Gaulle e, que entre outros fatos, aumentava o poder do Estado em detrimento da autonomia dos estudantes e seus pais. Esse levante gerou um confronto violento entre os estudantes e a polícia, foi se alastrando para as classes dos trabalhadores e ficou conhecido como o famoso Maio de 1968. Essa onda revolucionária estabelece uma clima propício para uma luta da juventude tcheca pela liberdade.

Na década de 1960, a Tchecoslováquia passava por uma desestalinização, mas era preciso reconhecer os erros do passado sem enfraquecer o governo (comunista) do presente; unindo-se a isso, a onda revolucionária daquela década. Nos idos de 1963, começam a acontecer alguns conflitos entre os Partidos Comunistas da União Soviética e o da Tchecoslováquia em razão das reformas econômicas iniciadas pelos tchecos e por um movimento intelectual com a participação de Milan Kundera, Ladislav Novomeský, Jirí Menzel e Josef Skvorecký, entre outros, que preocupavam o governo soviético por possuírem aspectos liberais.

Em 5 de janeiro de 1968, o Comitê Central do Partido Comunista da Tchecoslováquia elegeu Dubcek primeiro-secretário do partido em substituição a Antonin Novotny. O novo primeiro-secretário possuía um idealismo renovado que permitiria o reconhecimento dos erros de Stalin e a efetivação da reforma econômica; entretanto, a sua inquestionável lealdade ao partido não permitiria o seu enfraquecimento.



Segundo Tony Judt (2008), a invasão da Tchecoslováquia girou em torno de 3 ilusões:

- a ideia de que as liberdades e reformas em pauta naquele momento poderiam ser inseridas no projeto socialista;
- o povo acreditava que o partido era capaz de salvar o socialismo da sua própria história e a liderança do Partido Comunista da Tchecoslováquia acreditava que poderia lidar com esse pensamento popular sem perder o controle do país;
- a convicção de Dubcek de que poderia garantir à URSS que o que vinha acontecendo na Tchecoslováquia iria aumentar a popularidade do Partido Comunista sem ameaçar o comunismo e que por isso a União Soviética poderia manter-se afastada de tudo isso.

Em relação à terceira ilusão, existe na edição do diário comunista *L'Humanité* um artigo sobre a impressão do general iugoslavo Tito sobre a situação tcheca.

Tito [Général Yugoslav a été bien reçu ha an peur de temp dans TCH]: j'ai la conviction que Le gouvernement Dubcek était decide à réprimer toute tentative antisocialiste"(*L'Humanité*, 22 ago. 1968)<sup>10</sup>.

Cogitou-se que os Estados Unidos estivessem por trás dessa reforma econômica e que estavam apoiando a Tchecoslováquia contra a URSS. Inclusive o *L'Humanité* colocou um artigo em sua edição de 22 de agosto de 1968 afirmando que o presidente dos EUA Lyndon Jhonson condenou a invasão da Tchecoslováquia (TCH) e disse que a informação de que o governo tcheco havia pedido a intervenção dos EUA foi um mero pretexto. Disse também que suas tropas na RFA não estavam em alerta.

Em abril de 1968, é instalado um novo governo na TCH encabeçado por Oldrich Cerník que promove um regime mais liberal. Tão liberal que incomoda Dubeck. Até o jornal *Le Monde*, mais direita que o diário comunista *L'Humanité*, publica a seguinte manchete:

LE COMITÉ CENTRAL DU P.C. TCHÉCOSLOVAQUE ADOPTE UN PROGRAMME D'ACTION 'RADICAL', mais le nouveau presidium reste dominé par les 'modérés' (*Le Monde*, 06 abr. 1968)<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> Tito (General iugoslavo foi bem recebido há pouco tempo na Tchecoslováquia): Eu tenho a convicção de que o governo Dubcek tinha decidido reprimir toda tentativa antisocialista.

Com todo esse panorama, a URSS percebeu que o Partido Comunista TCH havia perdido o controle da situação. Sabendo que as consequências de uma invasão poderiam ser desastrosas para o comunismo, mas que o sucesso do movimento liberal na TCH seria mais desastroso para ele, em 21 de agosto de 1968, os tanques do Pacto de Varsóvia invadem Praga “reprimindo manifestações que visavam combinar socialismo com liberdades políticas” (COELHO, 2007). Realmente a invasão teve consequências desastrosas para o comunismo no planeta. Quase todo o mundo condenou a invasão. Tiveram até partidos comunistas, como o italiano, que a condenaram. Na edição do dia 22 de agosto de 1968, um dia após a invasão, não foi encontrada qualquer manifestação do Partido Comunista Francês sobre o assunto. Na edição do dia 23 de agosto de 1968, dois dias após, o PCF publicou um artigo com o título “**UNANIMITÉ AU COMITÉ CENTRAL** du Parti Communiste Français sur la situation créée par l’intervention militaire em Tchecoslovaquie”<sup>12</sup>, explicando que o partido adotou por unanimidade uma carta de seu secretário-geral (Waldeck Rochet) que faz todo um circunlóquio para dizer que até condena a intervenção militar na TCH, mas que decide convocar uma reunião de conciliação entre as partes envolvidas. Finaliza confirmando o apoio ao movimento comunista internacional e convoca todos os comunistas, trabalhadores democratas a combater o antissocialismo.

A Tchecoslováquia já possuía um perfil de autonomia cultural, inclusive em relação à dominação do comunismo russo, o que foi confirmado na entrevista, para esta pesquisa, de Arlindo, um militante do PCB que morou em Budapeste, na Hungria, nos anos de 1982 e 1983, ao se referir tanto ao povo húngaro quanto ao povo tcheco. Essa opinião de Arlindo ajuda a entender quando Maria Francisca Pinheiro Coelho (2007), se utilizando de palavras de Hannah Arendt, comenta que o movimento social que acontecia na Tchecoslováquia nos anos de 1968, provocou perplexidade no movimento estudantil da Europa Ocidental. Como eles associavam o socialismo à liberdade, não conseguiam entender como o povo de um país como a Tchecoslováquia, governado por comunistas, podia lutar por liberdade. Talvez tivessem um conceito mais “evoluído” de liberdade.

---

<sup>11</sup> O COMITÉ CENTRAL DO P.C. TCHECOSLOVACO ADOTA UM PROGRAMA DE AÇÃO ‘RADICAL’, mas o novo presidente permanece dominado pelos ‘moderados’.

<sup>12</sup> UNANIMIDADE NO COMITÉ CENTRAL do Partido Comunista Francês sobre a situação criada pela intervenção militar na Tchecoslováquia.

O interessante é que, no mesmo livro, Maria Francisca Pinheiro Coelho mostra o depoimento de um dos líderes do Maio de 1968, relatando o erro que cometeram ao associarem comunismo com liberdade.

Essa é a crítica de Cohn Bedit, um dos líderes do maio francês, 30 anos depois: “A grande diferença entre os jovens de 68 e os de hoje é que nós não tínhamos medo do futuro. O futuro era nosso e a nossa briga era para vivê-lo como a gente bem entendia. Contudo nós não tínhamos razão em tudo. Falávamos em liberdade, desfilando com o retrato de Mao Tsé-Tung; outros protestavam contra o autoritarismo, carregando o de Fidel ou de Ho Chi Min” (*Isto É*, 3 jun. 1998:138 apud COELHO, 2007:74).

De qualquer forma, o perfil de autonomia da juventude e do povo tcheco como um todo contribuiu para os desafetos entre esse país e a União Soviética e essa invasão violenta na Tchecoslováquia mais uma vez dividiu o comunismo internacional. O Partido Comunista Italiano criticou veementemente a atitude russa, já o Partido Francês até criticou a forma violenta como aconteceu a invasão, mas permaneceu ao lado do Pacto de Varsóvia.

O importante é que tudo isso acontece depois de um longo combate, desde o XX Congresso do PCUS, contra as atitudes truculentas do stalinismo, que sofreu uma baixa em 1958 com a invasão da Hungria e outra nesse ano de 1968. Essa intervenção foi muito danosa ao comunismo, mas menos do que a da Hungria. Apesar disso, é interessante que em conversas formais e informais que mantive com pessoas em Paris, Bélgica e outros países europeus, percebi que ela é vista como mais danosa. Acredita-se que essa impressão se deve ao fato de esta invasão ser mais recente e por isso os atos violentos que foram cometidos tenham ficado mais fortes nas mentes das pessoas. Além disso, é provável que menos pessoas que vivenciaram o caso da Hungria estejam vivas ou pelo menos ainda atuantes na vida política de seus países.

### **Críticas ao marxismo-leninismo**

As críticas à teoria marxista-leninista associadas a esses acontecimentos políticos e sociais citados se tornaram um reforço no enfraquecimento do comunismo no mundo. Após a queda do Muro de Berlim, em 1989, e o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, em 1991, o comunismo e a teoria marxista são condenados à morte, mas as críticas a eles começaram muito antes. Antonio Gramsci, como um dos maiores seguidores de Karl Marx na crítica ao capitalismo, foi também um dos críticos da teoria marxista. Um exemplo é que percebe-se em

Gramsci a possibilidade da hegemonia dos dominados, ao contrário da hegemonia da elite sugerida por Lênin.

Gramsci analisa as diferenças estruturais existentes entre “as formações sociais do ‘Oriente’ (...) caracterizadas pela debilidade da sociedade civil em contraste com o predomínio quase absoluto do Estado-coerção; e (...) as formações sociais do ‘Ocidente’, onde se dá uma relação mais equilibrada entre sociedade civil e sociedade política, ou seja, onde se realizou concretamente a ‘ampliação’ do Estado.” Gramsci adapta o conceito de “hegemonia” desenvolvido por Lênin numa sociedade de tipo oriental (a Rússia czarista) para as sociedades de formação “ocidental” (como Gramsci já considerava a Itália).

formações “orientais”, a predominância do Estado-coerção imporia à luta de classes uma estratégia de ataque frontal, uma “guerra de movimento” ou “de manobra”, voltada diretamente para a conquista e conservação do Estado em sentido restrito; no “Ocidente”, ao contrário, as batalhas deveriam ser travadas inicialmente no âmbito da sociedade civil, visando à conquista de posições e de espaços (“guerra de posição”), da direção político-ideológica e do consenso dos setores majoritários da população, como condição para o acesso ao poder de Estado e para sua posterior conservação (COUTINHO, 1989).

A referência anterior pode confirmar a ideia de Gramsci de que, ao contrário do que pensava Marx, a hegemonia pode pertencer a uma minoria. O PCI, partido do qual Gramsci foi um dos fundadores e grande inspirador de suas ideias, por um lado, tornou-se um dos partidos comunistas mais fortes do mundo. Como já dito, ele e o PCF foram os únicos partidos comunistas ocidentais não governamentais que faziam parte do Komiform (HOBSBAWM, 1982).

Por outro lado, o PCI foi o líder do eurocomunismo, senão o seu criador. Segundo depoimento de Giuseppe Vacca em entrevista para esta pesquisa, o eurocomunismo é na verdade o ítalo-comunismo e se deve ao pensamento gramsciano. Esse assunto será mais detalhado no capítulo “O PCB de 1982 e os Eurocomunistas”. Essa vertente do comunismo envolveu, além da Itália, a França e a Espanha e manteve certo afastamento da teoria marxista-leninista do PCUS na década de 1970. Não que esse movimento tenha se inspirado diretamente em Gramsci, mas pode-se dizer que foi fruto de uma visão um tanto quanto autônoma que o PCI sempre teve, em virtude, entre outros, da influência do pensamento gramsciano. Isso é claramente perceptível pelo fato de Gramsci ter sido influenciado, também, por Benedetto Croce (1866-1952) e por George Sorel (1847-1922). Já em 1985, quando publicou o *Materialismo storico ed economia*

*marxista*, Croce ressaltava valores positivos da teoria marxista, mas também já frisava alguns de seus aspectos negativos, assim como Sorel, o que fica evidente na seguinte passagem de Bianchi (2007), ao citar a referida obra:

No prefácio da primeira edição dessa obra, afirmava que, assim como Georges Sorel, seu objetivo era “livrar o núcleo sã e realista do pensamento de Marx dos adornos metafísicos e literários de seu autor e das exegeses e deduções pouco cautelosas da escola” (1927, p. IX). Esse empreendimento intelectual era interpretado como uma missão libertadora e revivificadora.

Isso sem comentar que, para Croce, o marxismo era apenas uma metodologia para estudar a história. Os pensamentos de Gramsci voltarão a ser abordados no Capítulo V (O X Congresso do PCB), mais precisamente no item sobre os antecedentes teóricos do IX e X Congressos do PCB.

Conforme Wright, Levine e Sober (1993), o marxismo, que foi a base de sustentação de um terço dos partidos comunistas do planeta, já vem há algum tempo sendo questionado, assim como o comunismo da URSS, principalmente depois do seu XX Congresso. Em 1981, Anthony Giddens escreve *A contemporary critique of historical materialism* (1981), que, como o próprio nome diz, faz uma análise crítica da teoria marxiana. Em 1980, Michael Löwy organiza *O marxismo na América Latina* (1999) que ao fazer um estudo sobre o marxismo faz uma proposição de sua revisão e fecha com um capítulo sobre suas novas tendências, o que vai ao encontro de diversos autores em todo o mundo.

Mais críticas ao marxismo são feitas nos estudos de Nancy Fraser (2001) e ampliam o conceito de luta de classes de Marx. Além das injustiças socioeconômicas vistas por ele, ela aborda a questão das injustiças culturais ou simbólicas, como as desigualdades sociais ocasionadas pelos preconceitos de raça, cor, sexo e outros. E assim como Marx, que propunha a revolução para lutar contra as desigualdades sociais, ela propõe alguns remédios. Para ela, trata-se de remédios afirmativos de reconhecimento, de remédios transformativos de reconhecimento, de remédios afirmativos de redistribuição e de remédios transformativos de redistribuição. Segundo a autora, assim, transforma-se a estrutura, que caracteriza uma era pós-socialista em que a análise da justiça social vai além, como já dito, da análise das relações de produção.

Wright, Levine e Sober (1993) afirmam que o marxismo tem sido renunciado tanto por partidos quanto por movimentos sociais de esquerda. Assim como o pensamento desses autores, o

surgimento das ideias de terceira via de Antony Giddens e de terceiro caminho de Norberto Bobbio faz ver que existem outras opções políticas que não o comunismo ou o capitalismo.

Existem outras vertentes que repensam soluções para a crise no socialismo e talvez no capitalismo. As teorias sobre a terceira via parecem estar mais aderentes aos discursos dos militantes do PCB, inclusive o de Roberto Freire, presidente do partido e grande articulador das mudanças ocorridas em seu X Congresso, em 1992. Não no sentido de que as mudanças ocorridas neste Congresso tenham sido a busca da terceira via (ou caminho) de Giddens e de Bobbio ou especificamente do caminho sugerido pelos demais autores críticos de Marx citados, mas no sentido de que essas teorias contribuem com uma tentativa de revisão do que foi o socialismo real, como aconteceu no PCB.

A **terceira via de Anthony Giddens** sugere como saída para o conflito entre o capitalismo e o comunismo, embora trate da social-democracia, a ideia da existência de uma alternativa entre a social-democracia tradicional e o neoliberalismo:

A terceira via se refere a uma estrutura de pensamento e de prática política que visa a adaptar a social-democracia a um mundo que se transformou fundamentalmente ao longo das duas ou três últimas décadas. É uma terceira via no sentido de que é uma tentativa de transcender tanto a social-democracia do velho estilo quanto ao neoliberalismo (GIDDENS, 2000:36).

A terceira via é uma social-democracia renovada.

Giddens faz uma análise sobre os estudos de Marx. Ele se utiliza da teoria geral da estruturação social para fazer uma desconstrução do socialismo marxista. Tenta contextualizar a transição do capitalismo para o socialismo. Ele faz uma rediscussão das teorias marxianas a ponto de se referir a uma inversão de papéis. Afirma que ao contrário de suas concepções iniciais, a esquerda agora é conservadora e a direita é que é radical (GIDDENS, 1996).

Essa discussão contribuiu para sua proposta de uma terceira via que, seguindo aqueles que criticam a monocausalidade de Marx (a divisão da sociedade em classes como consequência das relações de produção), inclui questões ecológicas, democracia, igualdade social para além da meritocracia. Um *welfare state* positivo, em que o aconselhamento e o investimento podem ser mais importantes que o sustento econômico, um real investimento social.

Para o autor, trata-se de uma terceira via porque transcende a social-democracia (que enfatiza a ação do Estado social) e o neoliberalismo (que enfatiza a ação do mercado). O foco da terceira via é o fortalecimento da sociedade civil. Concentra-se na responsabilidade pessoal, na

reconstrução das instituições públicas e na democratização da democracia. As mudanças no mundo a partir do final da década de 1980 vão refletir na América Latina, nos partidos e no pensamento de esquerda, com particularidades.

Por não ter a experiência de uma social-democracia desenvolvida, a política da terceira via, nos moldes definidos por Giddens, não teve muita repercussão na discussão sobre o socialismo na América Latina, embora o termo seja empregado em alguns contextos. Em relação às mudanças nos partidos comunistas e no paradigma da esquerda, a repercussão foi mais direta, embora algumas organizações de esquerda tenham permanecido fiéis a ortodoxia, fato que também ocorreu na Europa, em menor proporção.

Norberto Bobbio é outro autor que, ao criticar o comunismo e principalmente a sua relação excludente com o capitalismo, contribui para a construção de uma ideia de uma via alternativa entre os dois estilos políticos, partindo das ideias de Stuart Mill (1806-1873). O autor busca o equilíbrio entre o liberalismo – livre capitalismo capitalista que defende a liberdade, mas acaba provocando a desigualdade, pois não protege os mais fracos (falta justiça social) – e o socialismo marxista, que defende a igualdade, mas acaba não respeitando muito a liberdade individual (BOBBIO, 1994). No comunismo não existe muito a pessoa, o militante não tem consciência de si. Existe mais o partido e o Estado.

O liberalismo social tem diversas características semelhantes à terceira via de Giddens. De uma forma mais geral, reconhece as vantagens e desvantagens tanto do liberalismo quanto do socialismo real. Resgatando as teorias de Stuart Mill e seus sucessores, Bobbio lança mão do liberalismo social, social liberalismo, ou ainda liberalismo socialista, como também se refere, na busca do já mencionado equilíbrio. Com isso, ele tenta, basicamente, aplicar o que há de melhor em cada uma dessas teorias, que, no início, se viam como excludentes, mas que passam a ser percebidas como complementares.

Bobbio, muito antes de Giddens, já vinha flexibilizando a teoria de Marx. Ao ser entrevistado para esta tese, Roberto Vitale<sup>13</sup>, que atualmente tem 70 anos de idade, contou uma passagem de sua adolescência, quando uma professora comunista criticava Norberto Bobbio alegando que, apesar de ser de esquerda e antifascista, era um anticomunista, que era um liberal, muito flexível em suas ideias. Bobbio, no debate em relação ao questionamento ou a validade dos conceitos de esquerda e de direita, após uma digressão sobre a cronologia e a semântica do

---

<sup>13</sup> Roberto Vitale é presidente da província de Milão do Partido Democrático (PD) da Itália, mas está no partido desde 1958, quando ainda era Partido Comunista Italiano (PCI) e do qual foi membro da Direção Nacional.

conceito de esquerda, conclui pela sua atualidade, ressaltando que somente a esquerda consegue ser mais consequente em relação à defesa do valor da igualdade social, mas a igualdade deve vir combinada à liberdade.

Refletindo sobre a contemporaneidade, o autor reúne três valores básicos: a igualdade, a liberdade e a paz. Ele afirma que

o critério mais frequentemente adotado para distinguir a direita da esquerda é a diversa postura que os homens organizados em sociedade assumem diante do ideal da igualdade, que é, com o ideal da liberdade e o ideal da paz, um dos fins últimos que os homens se propõem a alcançar e pelos quais estão dispostos a lutar (BOBBIO, 1995:95).

Percebe-se aí a sua defesa acirrada da liberdade que não é proporcionada pelo comunismo. Sua tese é a de que o elemento que melhor caracteriza

as doutrinas e os movimentos que se chamam de “esquerda”, e como tais têm sido reconhecidos, é o igualitarismo, desde que entendido, repito, não como a utopia de uma sociedade em que todos são iguais em tudo, mas como tendência, de um lado, a exaltar mais o que faz os homens iguais do que o que os faz desiguais, e de outro, em termos práticos, a favorecer as políticas que objetivam tornar mais iguais os desiguais (idem, p. 110).

Poderíamos aqui elencar muitos outros autores que estudaram Marx e que apresentaram alguma variação em sua teoria, como, por exemplo, Jean Paul Sartre, Poulantzas, Louis Althusser, entre outros, mas, se enveredássemos por esse caminho, poderíamos dar início a outra pesquisa.

Além desses autores que fazem alguma crítica ao marxismo, pode-se citar autores que em determinado momento se aproximam dos ideais marxistas e que em outros se colocam contra o marxismo e/ou os partidos comunistas. Esta lista poderia iniciar com nomes como Pierre Bourdieu (1903-2002) e Jean Paul Sartre (1905-1980). O próprio Sartre costumava relacionar o socialismo com a perda da liberdade. Isso sem mencionar aqueles que se posicionam terminantemente contra o marxismo, como foi o caso de Raymond Aron (1905-1983).

Todos esses acontecimentos contribuíram para o enfraquecimento do comunismo no mundo, que teve o seu momento crucial em 1989, com a queda do Muro de Berlim.

### **A queda do Muro de Berlim**

Depois da derrota da Alemanha – e dos países do eixo como um todo – na Segunda Guerra Mundial, a vida política na Europa e a Guerra Fria giraram em torno desse país. A questão da Guerra Fria não se referia ao Ocidente e ao Oriente. Referia-se à Europa Ocidental e à Europa



Oriental, principalmente ao confronto dos EUA com a URSS, do capitalismo contra o comunismo. Questão essa fortemente simbolizada pela Alemanha Ocidental e a Alemanha Oriental. Além das intenções econômicas sobre esse país, o domínio sobre ele passou a ter um caráter estratégico e até simbólico no embate entre os EUA e a URSS, entre o capitalismo e o comunismo.

Em 1948, foi criada uma nova moeda na Alemanha Ocidental, o Deutschemark, com o apoio dos EUA. Segundo Judt (2008), as notas foram impressas secretamente nos EUA. Em contrapartida, a União Soviética criou um novo Mark para a Alemanha Oriental. No mesmo ano, Stalin determina o bloqueio de Berlim. A situação fica cada vez mais delicada entre as duas potências. Em maio de 1949, os dois países marcam uma reunião para rediscutir o bloqueio de Berlim e a situação entre eles. A reunião não surtiu bons resultados e, em junho deste mesmo ano, houve a divisão definitiva da Alemanha com a criação da República Federal da Alemanha (a parte ocidental dominada pelos Estados Unidos) e a República Democrática Alemã (a parte oriental dominada pela União Soviética).

Conforme afirma Judt (2008), o êxodo da Alemanha Oriental para Ocidental, por Berlim, cresceu bastante. Se continuasse assim, em pouco tempo a República Democrática Alemã logo ficaria vazia. Em razão disso, em 19 de agosto de 1961, tem início a construção do Muro de Berlim, selando a separação entre as duas metades da cidade. Esse Muro representou muito mais do que uma barreira física entre as duas Alemanhas. Significou a materialização do embate político entre os Estados Unidos e a União Soviética. Significou a materialização da Guerra Fria. Por isso, a queda do Muro de Berlim, no final do ano de 1989, é considerada pelos teóricos políticos em geral como o fim da Guerra Fria. Mais do que o fim da URSS, em 1991, que na verdade foi consequência da queda do Muro, como veremos a seguir.

É um pouco difícil determinar quando foi o início do enfraquecimento do comunismo e sua consequente derrocada em 1989 ou 1991, como acharem melhor. Pode-se dizer que ele vem sendo superado desde as teorias marxistas, desde seu início, haja vista as diversas críticas que vem recebendo desde então, conforme já relatado neste trabalho. Pode-se afirmar, também, que o fim do comunismo teve início com a ascensão de Mikhail Gorbachev a secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, em 11 de março de 1985. Nesta pesquisa, será adotado como o início do fim do comunismo, da própria queda do Muro de Berlim e do consequente fim da URSS o relatório secreto de Nikita Krushev no XX Congresso do PCUS em 1956. Esse posicionamento pode ser reforçado com as palavras de Judt:

Gorbachev ficara profundamente sensibilizado e entusiasmado pelas revelações de 1956, mas se decepcionaria com os equívocos da era Krushev e com a repressão e a inércia das subsequentes décadas de Brejnev (JUDT, 2008:592).

Na verdade, o relatório de 1956 foi apenas consequência de um movimento de renovação dentro do PCUS, que já vinha acontecendo desde 1953, com a escolha de Lavrenti Beria para secretário-geral do PCUS, após a morte de Stalin. Com a morte de Beria, sobe ao poder Krushev, que dá início a ações de revisão do comunismo de Stalin, das quais o relatório foi apenas uma. Krushev abre as portas para se repensar mais especificamente o stalinismo e acaba abrindo os portões para se repensar o comunismo como um todo. Essa contraposição ao comunismo se agrava com a invasão à Hungria que ele mesmo ordenou, em 1956, e mais tarde com a invasão à Tchecoslováquia ordenada por Leonid Brejnev, em 1968. Daí para frente a ordem natural das coisas vai levando ao fim do comunismo. Gorbachev, que já foi apontado pela imprensa internacional como o promotor da democratização da URSS, foi na verdade o condutor de um processo que há muito já havia começado. E que passa por diversos aspectos já abordados nesse trabalho.

No decorrer de 1987 e 1988, o secretário geral [Gorbachev], quase sem querer, formou no país uma clientela predisposta à mudança (JUDT, 2008:596).

Gorbachev e sua revolução controlada foram, em última instância, engolidos pela escala das contradições por eles mesmos geradas. Em retrospecto, o líder observou, com certo arrependimento: ‘naturalmente, perturba-se o fato de não ter conseguido manter o processo de *Perestroika* dentro do esquema das minhas intenções (idem).

Esta parte do trabalho, intitulada “A queda do Muro de Berlim”, é a conclusão deste terceiro capítulo, denominado de “As causas externas do enfraquecimento do PCB”. Isso porque tudo o que foi comentado neste capítulo é o precedente do que, de uma forma ou de outra, causou a queda do Muro de Berlim, que, por sua vez, contribuiu para aprofundar o enfraquecimento do PCB e levar às mudanças no X Congresso em 1992.

A queda do Muro de Berlim e o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, em última instância foram o grande motivo para mudanças radicais em diversos partidos comunistas do mundo, como, por exemplo, o PCF que já vinha se afastando do PCUS desde 1976 (PUDAL, 1989) e o PCB que se tornou PPS em 1992.

Embora essas sejam as grandes causas do enfraquecimento do comunismo e das mudanças propostas no X Congresso do PCB, não se pode ignorar que ocorreram outras que, apesar de estarem intimamente relacionadas a essas causas externas, serão aqui classificadas como causas internas.

## **CAPÍTULO IV – As causas internas do enfraquecimento do PCB**

Mais uma vez referindo-se aos paradoxos autonomia *versus* heteronomia no que concerne à URSS e luta insurreta *versus* luta democrática, é possível perceber uma relação histórica entre os militantes que fizeram a opção por um elemento do paradoxo e os que optaram pelo outro elemento. Um exemplo dessa situação é quando se tem de um lado o PTB, que é a favor da abertura da economia brasileira para o capital estrangeiro, e do outro lado o PCB, que é contra a entrada deste capital no Brasil. Outra situação é quando se tem militantes do PCB que optaram pela luta insurreta e os que optaram pela luta democrática.

Situações dicotômicas como estas podem provocar o amadurecimento de ambas as partes, o que se pode perceber no caso da esquerda brasileira que, após diversas divergências sobre o aspecto luta armada, acabou por optar, se não toda, pelo menos em grande parte, pela luta democrática. Basta verificar o exemplo do PCdoB, formado por uma dissidência que optou pela luta armada, promoveu a guerrilha do Araguaia e atualmente é partidário da luta democrática; ou o caso de Prestes, que comandou a insurreição de 1935 e mais para o fim de sua vida adotou as práticas democráticas em sua luta política.

O problema é que numa situação como essa, antes de chegar a um amadurecimento, ocorrem conflitos que podem minar as forças das partes envolvidas, o que não foi diferente com o PCB. Como veremos a seguir, o PCB até amadureceu bastante e, com isso, muito contribuiu para a democracia brasileira, mas, talvez, o preço pago por este amadurecimento tenha sido a sua vida.

### **A história do enfraquecimento do PCB**

O PCB enfrentou muitas adversidades para se manter vivo. Os diversos acontecimentos mundiais que aniquilaram o comunismo como ideologia e que afetaram vários partidos comunistas, significando o enfraquecimento de muitos deles e o fim de alguns outros, também afetaram o PCB. O Partidão, em toda a sua trajetória, teve diversos momentos de conflitos internos, lutas internas relativas à prática política geradoras de crises que dividiram as ideias de seus militantes, provocando abalos na unidade partidária e o desligamento de diversos deles e, no mínimo, o distanciamento de outros, como foi o caso, por exemplo, de Caio Prado Junior, um grande intelectual do partido.

Como se já não bastassem os conflitos internos, o PCB também enfrentou inimigos externos fortes que contribuíram para o seu enfraquecimento. Alguns desses inimigos são: Getúlio

Vargas e o seu PTB, o PCdoB, os movimentos revolucionários (Ação Popular – AP, Partido Comunista Revolucionário – PCBR, Ação Libertadora Nacional – ALN, Movimento Revolucionário 8 de outubro – MR8, Vanguarda Revolucionária – VAR-Palmares, Vanguarda Popular Revolucionária – VPR etc.) e o Partido dos Trabalhadores (PT). Boa parte desses partidos de esquerda foi constituída de militantes que deixaram o Partidão e se tornaram seus opositores. De certa forma, é até interessante que tenha sobrevivido por 70 anos (1922 a 1992), embora, para alguns, o PCB já estava morto muito antes do seu X Congresso, que só teria assinado o seu atestado de óbito.

A seguir, veremos 6 momentos do Partido que podem resumir essa sequência de conflitos chamada de história do enfraquecimento do PCB, que, como consequência, significou o enfraquecimento do movimento de esquerda na política brasileira. Essa história e suas consequências para a política brasileira serão explicadas nos próximos subitens deste capítulo.

Não se pretende aqui ignorar a existência de conflitos como o de 1931, quando surgiu a Liga Comunista (oposição bolchevista-leninista), consequência do conflito entre Stalin e Trotski, após a morte de Lênin em 1924, mais precisamente depois da expulsão de Trotski da Rússia em 1929. Pode-se dizer que até então o PCB era a esquerda brasileira, pois tinha praticamente a exclusividade na representação do movimento de esquerda. Apesar disso, esse capítulo abordará o período de 1950 (Manifesto Comunista de agosto de 1950) até 1988, ano da crise entre o PT e o PCB, por se tratar do período de maiores conflitos que contribuíram para o enfraquecimento e consequente ocaso do PCB.

### **Manifesto do PCB de agosto de 1950 versus o PTB**

O PCB passou muito tempo na clandestinidade. Sofreu perseguições de diversos governos brasileiros. Não foi diferente no governo de Getúlio Vargas. O PCB teve embates com o PTB e com o próprio Vargas, o seu fundador e patrono, que também contribuíram para a história do seu enfraquecimento. Neste capítulo, será feita uma análise desses dois partidos, utilizando-se do lado do PCB o Manifesto de agosto de 1950 e do lado do PTB depoimentos e relatos de personagens dessa fase histórica, em periódicos como o *Diário de Notícias de Porto Alegre*, *A Voz Operária* e outras literaturas que tratam do PCB e do PTB da época. Ao estudar esses documentos, pode-se perceber que existiram momentos de aproximação e de afastamento entre estes dois partidos. Na relação às vezes conflituosa e às vezes amigável entre eles, podem ser destacados três momentos. O **primeiro**, que tem um caráter de contexto prévio à formação do

Getulismo, o grande inspirador do surgimento do PTB, que vai dos preparativos para a Revolução de 1930 – que, para Octávio Ianni (1965), não foi uma revolução e sim um golpe –, que levou Getúlio Vargas ao cargo de Presidente do Brasil pela primeira vez, até os últimos momentos do Estado Novo em outubro de 1944. O **segundo momento**, que caracteriza a criação do PTB, é também um período de interstício entre ele e o PCB e vai dos últimos meses de 1945 até as eleições de outubro de 1950. O **terceiro momento**, que corresponde ao período em que o PTB leva Vargas de volta à Presidência da República e vai de 1951 até sua morte em 1954. Nesses dois últimos períodos, ocorreu o conflito entre o PCB e o PTB que contribuiu para o enfraquecimento do primeiro e é o objeto de estudo desta parte da pesquisa. Contudo, esse conflito já mostra sinais desde o primeiro período com desavenças entre o PCB e Getúlio Vargas. Essa análise só foi possível com base no panorama criado entre os anos de 1929 e 1950, detalhado nos primeiro e segundo momentos desta parte do trabalho.

O surgimento de Getúlio Vargas na vida política brasileira em 1929 teve um papel fundamental na criação do PTB e será analisado não desde o início da sua vida política, mas do início de sua longa jornada como Presidente do Brasil e do populismo que o envolveu: o Getulismo. Este foi o ano em que foi formada a Aliança Liberal para lançar Getúlio Vargas à disputa das eleições presidenciais de 1930. A Aliança contou com o apoio dos tenentes que fizeram parte do movimento do Tenentismo, entre eles Luis Carlos Prestes.

Prestes ainda não era do PCB, mas já vinha estudando o marxismo, o que o fez se filiar ao PCB anos depois e se tornar inclusive o seu secretário-geral. Ainda durante os preparativos para a Revolução já acontece um afastamento entre a Aliança Liberal e o PCB, embora ambos os lados tivessem alguns ideais em comum, como, por exemplo, a defesa da reforma agrária e a consequente luta contra a aristocracia rural.

Washington Luis, o último presidente da Velha República, indica Júlio Prestes para seu sucessor, fugindo à Política do Café com Leite, mas mantendo a hegemonia da aristocracia rural brasileira. Júlio Prestes foi eleito e a Aliança Liberal dá o golpe, impede a sua posse e leva Getúlio Vargas à presidência do país. O tema aqui abordado não é ainda sobre o conflito entre o PCB e PTB de Vargas, mas já se pode perceber seus antecedentes. Depois que começa o governo de Vargas, aumenta o conflito entre ele e Luis Carlos Prestes, que havia recusado chefiar a revolta militar de 1930, e entre Getúlio e o PCB, ao qual Prestes havia se filiado em 1930. Em 1934 e 1935, com a formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) para a luta

contra o fascismo, o PCB passa por um período muito duro, sofre muita perseguição e retaliação. Muitos comunistas são presos, entre eles Prestes.

Na década de 1940, já na luta contra o governo ditatorial do Estado Novo de Getúlio, após a prisão de diversos de seus dirigentes e a infiltração de policiais em seu movimento, o PCB fica desagregado, desarticulado, fragmentado. O Partido só se reestrutura na Conferência da Mantiqueira em 1943.

Getúlio Vargas tinha suas raízes na seara positivista do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) desde os idos da Greve de 1917 no Rio Grande do Sul (FONSECA, 1993). Isso já era um pré-requisito para o embate entre Vargas e o marxismo que vai alimentar o conflito do PTB, criado por Vargas alguns anos mais tarde (1945).

Embora existam indícios do “rompimento” de Vargas com os positivistas quando fez parte da chamada “geração de 1907” (FONSECA, 1993), não se pode negar que sua carreira política possuía características positivistas. Isso desde seus discursos ainda como parlamentar no Rio Grande do Sul, onde defendia a primazia da ciência sobre a política e da administração e da economia sobre o direito e a filosofia (idem). Por outro lado, uma alegação dos defensores do distanciamento de Vargas do positivismo é a sua aproximação com os “tenentes” que não possuíam uma única ideologia como grupo. Existia entre eles “liberais, fascistas, integralistas, positivistas e até esquerdistas” (idem), embora isso não signifique a eliminação total de seus traços positivistas.

Além do positivismo, o governo de Getúlio Vargas também possuía traços fascistas que iam de encontro à ideologia marxista. Utilizando uma expressão popular, pode-se dizer que os fascistas eram “inimigos mortais” dos comunistas, haja vista, por exemplo, os embates entre Hitler e Stalin. Além de algumas características fascistas, como, por exemplo, colocar o Estado como mais importante que o conjunto dos indivíduos, o governo Vargas chegou a manter certa proximidade tanto com Mussolini quanto com Hitler, para quem entregou Olga Benário, mulher de Luis Carlos Prestes.

Em 1942, Vargas se junta aos países aliados na Segunda Guerra Mundial (EUA, URSS e Inglaterra) e, com a concessão da Ilha de Fernando de Noronha para os EUA manter uma base militar e o envio da Força Expedicionária Brasileira (FEB) à Itália, contribui para a derrota dos países fascistas do eixo. Essa proximidade com os EUA permite o acirramento da interferência deste nos destinos sociopolíticos do Brasil, em nome do imperialismo americano.

O **segundo momento** tem início em 1945, quando os países fascistas do eixo (Alemanha, Itália e Japão) são derrotados pelos aliados, dando fim à Segunda Guerra Mundial, e quando, em 28 de fevereiro, o governo Vargas promulga o Ato Adicional nº 9, que previa as eleições para a Presidência da República, o que gerou uma onda que desencadeou a liberdade de opinião, o estreitamento de relações com os EUA, o reatamento de relações com a URSS e a anistia para os condenados por crimes políticos.

Tem início o que provavelmente foi a melhor fase da vida do PCB. Trata-se da maior trégua entre o PCB e Getúlio Vargas. Vários comunistas, entre eles Luis Carlos Prestes, são anistiados e libertados, o que marca uma nova era do PCB, como pode ser evidenciado em alguns trechos do discurso de Prestes em 23 de maio de 1945, no Estádio de São Januário, do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, em comemoração à anistia política e em favor da união nacional para a democracia e o progresso:

Brasileiros! Trabalhadores!

Povo Carioca!

Digníssimos senhores representantes dos povos irmãos!

Prezadíssimas camaradas das delegações estrangeiras!

Queridos amigos e amigas da gloriosa Aliança Nacional Libertadora!

Companheiros e companheiras do Partido Comunista!

Amigos e companheiros!

É com a mais funda emoção que participo desta festa em que o povo essencialmente democrata e antifascista de nossa querida cidade festeja a primeira grande vitória da democracia em nossa terra.

A anistia foi, sem sombra de dúvida, uma conquista do povo: de homens, mulheres e crianças unidas pelo coração num sentimento que se tornou paixão, numa ideia que se faz força (CARONE, 1982b:25).

Mas a anistia foi obra também de nosso governo, deste mesmo governo que dando volta atrás nas suas tendências para o povo, vencendo dificuldades mil criadas sempre pelos reacionários que o comprometiam e que, felizmente em grande parte ainda o comprometem, preferiu ficar com o povo – cortar relações com o Eixo, declarar-lhe guerra, estabelecer relações com o governo soviético e finalmente abrir as prisões e revogar na prática as restrições à democracia mais sensível do nosso povo (idem:26).

O PCB que já havia constituído a União Nacional para a Democracia e o Progresso com características, além de democráticas, pacíficas e de união das forças de esquerda brasileira contra o imperialismo americano, inclusive se aliando à parte da burguesia. Nessa época, a união nacional, nas palavras de Luis Carlos Prestes, no discurso do Estádio do Vasco da Gama,



é a “única saída para a grande crise” (CARONE, 1982b:31). Isso também pode ser visto no artigo publicado pela União Nacional, no *Jornal Continental* de março de 1944, com o título “A União Nacional é um movimento de pacificação” (CARONE, 1982b:17).

Com essa linha de pensamento e com a sua legalidade, o PCB obtém grande sucesso nas eleições de 2 de dezembro de 1945, elegendo 14 deputados federais, entre eles Carlos Marighella, Gregório Bezerra, Osvaldo Pacheco, João Amazonas e Jorge Amado (PRESTES, 2006:48) e um senador, Luis Carlos Prestes, que, segundo o Banco de Dados Políticos das Américas (1999), obteve 1.095.843 votos, só perdendo para os 4.225.389 do Partido Social Democrata (PSD), distribuídos entre os seus 39 senadores eleitos, e para os 2.699.493 da União Democrática Nacional (UDN), distribuídos entre os seus 15 senadores eleitos. Ou seja, o senador mais votado dessa eleição. Esse sucesso fica claro no texto da Seção História, da *Voz Operária* de 1972.

#### O REGIME DE 46: CRESCIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO PARTIDO

A força do partido expressou-se nas eleições realizadas em 2 de dezembro de 45, quando os candidatos comunistas receberam cerca de 10% de todos os votos. Prestes foi eleito senador pelo DF (Guanabara); a bancada do PCB na Câmara Federal ficou constituída por 14 deputados. O crescimento da força eleitoral do Partido continuaria no ano seguinte, para expressar-se nas eleições estaduais realizadas em janeiro de 47: os candidatos do Partido receberam representações numerosas de deputados e vereadores comunistas em todo o país. Nos grandes centros urbanos, principalmente RJ e SP, onde era maior o peso do voto operário e mais elevada a consciência política do eleitorado, os candidatos do partido receberam votações que se aproximavam de metade do total de votantes. (*Voz Operária*, n. 94, dez. 1972, p. 2).

Esse sucesso eleitoral do comunismo não ficou restrito ao Brasil. Alguns partidos comunistas da Europa também tiveram sucesso em eleições no pós-guerra. “Nas eleições italianas de 1946, o Partido Comunista Italiano (PCI) obteve 19% dos votos; nas segundas eleições francesas naquele mesmo ano, o Partido Comunista Francês conseguiu 28,6% dos votos, o melhor resultado de todos os tempos” (JUDT, 2008:93).

Também em 1945, mais precisamente no dia 15 de maio, em meio ao Queremismo<sup>14</sup>, Getúlio Vargas funda o PTB, cuja construção de sua ideologia contou com o apoio precioso de Alberto Pasqualini<sup>15</sup>. Este partido nasce com traços de positivismo, populismo, fascismo, autoritarismo

---

<sup>14</sup> Movimento de 1945 que pretendia manter Getúlio Vargas na presidência do Brasil para dar continuidade à ideologia trabalhista (trabalhismo) e ao nacional-desenvolvimentismo. Esse movimento é vinculado principalmente aos setores mais pobres da população brasileira, que acreditavam que Vargas era o defensor de todos os pobres brasileiros.

<sup>15</sup> Advogado, professor e sociólogo. Ideólogo trabalhista, senador pelo PTB e futuramente membro do PDT. Se não foi o maior, foi um dos maiores teóricos do trabalhismo no Brasil e do PTB.

e diversos outros. Mas, segundo Delgado (2005), as críticas dos opositores ao governo do presidente petebista estavam fundamentadas principalmente por questões socioeconômicas presentes na essência do seu projeto de governo e se pautavam em quatro princípios filosóficos: o **trabalhismo**, o **nacionalismo**, o **estatismo** e o **desenvolvimentismo**. Algumas de suas características parecem coadunar com os ideais do PCB, mas essa proximidade de ideologia entre os dois partidos ficou só na aparência, pois a relação entre eles trazia em seu bojo várias divergências que serão estudadas no terceiro momento.

Embora não seja possível separar esses princípios – na verdade trata-se de uma ideologia trabalhista que está pautada em um nacionalismo desenvolvimentista que necessitava de um forte estatismo para ser colocado em ação –, na prática, aqui o faremos por um apelo didático. O **trabalhismo** é caracterizado pela visão do trabalhador como mola mestra de um sistema social baseado na produção (já percebe-se aqui alguma semelhança do PTB com o comunismo). O trabalhismo petebista tem como essência a ideia de que, pelo menos, quase todos os bens de uma pessoa devem advir do seu próprio trabalho e não do trabalho alheio. Ainda defende que esses bens (ou riqueza) devem ter uma utilidade social. Como consequência desses aspectos, o trabalhismo petebista se funda no apoio e na proteção incondicional do trabalhador, revertido em práticas de defesa dos direitos trabalhistas, políticas públicas voltadas para a garantia de emprego e a qualificação do trabalhador, programa de previdência social ampla, entre outros.

Esse aspecto do trabalhismo talvez tenha sido o que de mais próximo existia nas ideologias do PTB e do PCB, pois parecia estar pautado na defesa do mais fraco, assim como no socialismo. Mas é sabido que, na prática, até mesmo esses aspectos possuem diferenças fundamentais da ideologia comunista. Diferentemente do comunismo, o trabalhismo petebista tem um enfoque paternalista (BODEA, 1992) – Vargas era conhecido como o “pai dos pobres” – e positivista.

Segundo Pasqualini, a essência do trabalhismo está pautada em 5 itens:

- a) o trabalho é a fonte principal e ordinária dos bens produtivos. A função destes é a satisfação de necessidades. O valor dos bens reside, portanto, na sua utilidade e no trabalho que concorre para produzi-los;
- b) a coletividade humana é um sistema de cooperação. A cooperação se realiza pelo trabalho e para que a cooperação de cada membro da coletividade se torne efetiva, é necessário que se traduza por uma atividade socialmente útil, isto é, que traga benefícios não apenas a quem exerce, mas também aos demais membros da coletividade e contribua desta forma para o aumento do bem-estar geral;

- c) a forma de cooperação é um intercâmbio de trabalho. Quem de útil nada produz nada de útil tem para permutar;
- d) o poder aquisitivo deve ser a contrapartida do trabalho socialmente útil. Esse trabalho é o único e verdadeiro lastro da moeda. A posse de poder aquisitivo que não derive dessa forma de trabalho é o único e verdadeiro lastro da moeda. A posse de poder aquisitivo que não derive dessa forma de trabalho representa uma apropriação injusta do trabalho alheio e se caracteriza como usura social;
- e) o objetivo fundamental do trabalhismo deve ser a eliminação crescente da usura social e alcançar uma tal organização da sociedade aonde todos possam realizar um trabalho, socialmente útil de acordo com as suas tendências e aptidões, devendo (...) equivalente ao salário anual de mil trabalhadores. O dinheiro dos operários representa trabalho, trabalho produtivo, duro e penoso. É esse trabalho o lastro de seu salário ou dos seus ganhos. O dinheiro do negociante, do agiota, do intermediário desnecessário, do burocrata inútil, do pai parasita, não tem lastro algum. É como moeda falsa. Entretanto, tem o mesmo poder aquisitivo. O que ganhou dez milhões num negócio escuso pode adquirir o produto do trabalho de centenas de trabalhadores, isto é, pode trocar uma atividade socialmente inútil, senão prejudicial, pelo trabalho útil de centenas de pessoas (PASQUALINI, Alberto. A essência do trabalhismo. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 28 fev. 1950, p. 2;16, apud SIMON, 2001).

O trabalhismo foi, se não a maior, pelo menos um dos maiores elementos de conflito entre o PCB e o PTB, tanto por seu uso populista no PTB quanto pelo fato de ser a característica que mais abrange os demais aspectos básicos da ideologia petebista: nacionalismo, estatismo e o desenvolvimentismo, a saber, embora paradoxalmente é o campo de maior afinidade com o marxismo.

O **nacionalismo** também era uma característica do PTB e estava intimamente vinculado ao desenvolvimento industrial e ao populismo. Em relação ao primeiro deles, demandava um rompimento com o modelo econômico agrário-exportador e um conseqüente rompimento com a classe social a ele vinculada: a oligarquia latifundiária e o seu poder oligárquico. Havia também nesse campo um apelo ao desenvolvimento autossustentado – que não é possível nem nos dias de hoje – e à criação de uma indústria livre do imperialismo. Essa opção pelo nacionalismo e, conseqüentemente, pela industrialização autossustentada, pressupunha um confronto com a oligarquia rural exportadora, no plano interno, conforme já dito, e com imperialismo, no plano externo. Segundo Moreira (1998), a campanha “o petróleo é nosso” foi central para a construção do ideário nacionalista brasileiro; porém, existia um desentendimento entre os nacionalistas. A esquerda, como era o caso do PCB, defendia o controle rígido sobre o ingresso de recursos estrangeiros, cogitando no máximo empréstimos entre governos. Os liberais, dos quais o PTB mais se aproximava, apoiavam investimentos diretos de capital

externo para o financiamento do desenvolvimento (“progresso”) brasileiro. Esse fato pode ser citado como outra causa do conflito entre o PCB e PTB.

Como poderá ser percebido também no terceiro momento – que mostra mais detalhadamente o conflito entre o PCB e o PTB, sob a alegação de que não havia capital nacional suficiente para financiar esse desenvolvimento industrial –, o nacionalismo de Vargas não rompe com o capital estrangeiro e muito menos com o imperialismo americano. No máximo controlava a entrada de capitais externos e as remessas de lucros, tentando evitar a evasão de divisas do país. O nacionalismo desenvolveu um sentimento contra o americanismo, como pode ser percebido nas palavras de Moreira (1988), “no campo da esquerda, cresceu um profundo antiamericanismo ao ser identificado o ‘imperialismo’ com os interesses dos Estados Unidos”, que foi mais caracterizado na maior parte do primeiro governo de Vargas (1930-1945) do que no seu final (1945) e no segundo (1951-1954).

No tocante ao populismo, existia a intenção de criar uma comunidade nacional imaginária e totalmente homogênea. Outro motivo de discordância se deve ao fato de que o Estado populista de Vargas, por um lado, garantiu certos ganhos reais às camadas populares e até mesmo apelou frequentemente para sua mobilização, mas, por outro lado, obstruiu uma possível organização independente destas (partenalismo), viabilizando a manutenção da dominação e evitando a revolução democrático-burguesa eleita pelos intelectuais da época – como, por exemplo, Sergio Buarque de Holanda – como necessária ao estabelecimento desse desenvolvimento autossustentável. Revolução essa que era um dos objetivos do PCB: a emancipação do povo. Esse aspecto faz lembrar a revolução passiva a que se refere Gramsci na qual a transformação é feita por cima, ou seja, por uma elite, em nome do povo.

Conforme já dito, esses quatro princípios filosóficos são inseparáveis e uma prova disso é que Moreira (1998) afirma que a campanha “o petróleo é nosso” foi fundamental para o nacionalismo no governo Vargas e que Delgado (2005:15) se refere à importância da criação da Petrobras para o **estatismo** de tal governo: “políticas industrializantes sustentadas por forte estatismo, traduzido principalmente pela criação da Petrobras”. O estatismo apresentava alguns traços do fascismo, onde o Estado está acima da soma dos indivíduos, o que foi usado algumas vezes como pretexto para algumas iniciativas do PTB que iam contra os ideais do PCB. Exemplo disso é quando Alberto Pasqualini afirma que “O grau de ‘socialização’ pode ser maior ou menor, conforme as conveniências e os interesses nacionais, que representam sempre o supremo critério de socialização” (SIMON, 2001:2002). Apesar de utilizar a expressão

“interesses nacionais”, fica claro que se trata do nacionalismo, mas o nacionalismo enquanto uma faceta do estatismo. Poulantzas relaciona quatro características do que ele chama de estatismo autoritário e que possui semelhanças com o estatismo dos governos de Vargas:

- transferência do poder do ramo legislativo para o ramo executivo e a concentração de poder no segundo;
- uma fusão acelerada dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, acompanhada de um declínio do império da lei;
- declínio funcional dos partidos políticos como canais principais para o diálogo político com a administração e como as maiores forças na organização da hegemonia e
- o crescimento das redes paralelas de poder atravessando a organização formal do Estado e mantendo uma decisiva parcela de suas várias atividades (JESSOP, 2009).

O **desenvolvimentismo**, que assim como o estatismo já foi indiretamente abordado em diversos momentos desse trabalho, possui relação com o positivismo ao qual, conforme já explanado, o PTB está vinculado. Esse partido enxergava o “progresso” como o desenvolvimento econômico a qualquer preço. É outro aspecto que era utilizado pelo PTB para justificar diversos de seus atos, como, por exemplo, o não confronto total com o capitalismo e até mesmo a cogitação da possibilidade de aliar-se ao capital estrangeiro. “O Brasil é um país de capital escasso. Não poderá, conseqüentemente, prescindir ainda da cooperação do capital alienígena” (SIMON, 2001:207).

Após a análise desses quatro traços orientadores da visão do PTB, pode-se destacar aspectos que estão direta ou indiretamente vinculados a esses traços filosóficos e que merecem um tratamento específico, tendo em vista a sua contribuição para a crise entre este partido e o Partido Comunista.

O PTB se reconhecia com características socializantes, o que podia até parecer uma aproximação com o PCB, mas, na realidade, tratava-se de características diferentes do socialismo do PCB. O PTB pregava, por exemplo, a socialização das riquezas naturais, entretanto essa socialização não se estendia à terra (SIMON, 2001). Pode-se dizer que o PTB não atacava frontalmente o capitalismo. Sob a égide de uma política nacionalista (nacionalismo), em que o interesse nacional estava acima de alguns interesses mais particulares ou localizados, o PTB defendia um controle do Estado para que as iniciativas privadas não visassem apenas objetivos particulares, para que o capitalismo fosse revertido para causas úteis à sociedade.

Mas, como já dito, o trabalhismo não defendia a participação intensiva do Estado no controle desse capitalismo, característica forte do socialismo do PCB. A iniciativa privada era controlada para ter utilidade social que passaremos a chamar de “capitalismo vigiado”. O PCB defendia a socialização de todas as riquezas naturais, inclusive a terra. Por isso a reforma agrária, a luta contra os latifundiários e a aristocracia rural eram almeçadas pelos comunistas de forma radical. O PTB defendia a ideia de explorar a capacidade de cada uma:

Para nós [os petebistas], o livre entendimento não significa a possibilidade de explorar o povo, mas somente a ideia de que cada um pode valer-se de sua capacidade de invenção e iniciativa para realizar empreendimentos úteis à coletividade (SIMON, 2001:213).

Em vez de falarem “equitativa distribuição da propriedade ou da riqueza com igual oportunidade para todos” deveríamos falar em “igual oportunidade de acesso ao poder aquisitivo” (SIMON, 2001:204).

Com base nisso, defendia a igualdade de oportunidade para que cada um desenvolvesse as suas capacidades. A principal ferramenta defendida pelo PTB para esse fim era o crédito bancário que, regulado pelo Estado, deveria ser disponibilizado a todos que realmente quisessem trabalhar a terra, por exemplo, ou qualquer outra iniciativa produtiva que fosse útil à humanidade.

Como sabemos, o crédito é a alma da economia moderna. A própria igualdade de oportunidade nada mais é, no mundo econômico atual, do que uma igualdade de acesso ao poder aquisitivo ou a antecipação do poder aquisitivo, que só pode e deve conseguir-se pelo trabalho produtivo (SIMON, 2001:203).

Diferentemente dos comunistas, o PTB não condena o capitalismo e muito menos defende os mais fracos, os menos afortunados. O PTB defendia não exatamente a igualdade entre as pessoas, como era o caso do PCB, mas a igualdade de oportunidade para as pessoas (trabalhadores) que quisessem produzir algo útil à humanidade. Apesar de algumas aparentes semelhanças teóricas, como o apoio do PCB e do PTB ao trabalhador, na prática, o Partidão, já nos idos de 1945, possuía algumas divergências da ideologia petebista.

No seu discurso de lançamento da USB [União Social Brasileira], Pasqualini frisa que o objetivo “não é a socialização dos meios de produção mas a criação de um capitalismo sadio onde o fim social se sobreponha ao egoísmo, ao interesse e ao proveito exclusivamente individual; de um capitalismo que compreenda o papel preponderante dos trabalhadores e que, em consequência,

não lhes recuse a parte dos proveitos que lhes cabe por justiça” (PASQUALINI, Alberto apud SIMON, 2001).

Apesar dessas diferenças, não se pode negar que 1945 e 1946 foram anos benévolos ao PCB, mas depois desse período de luz, em que imperava a luta democrática, acirraram-se as divergências. Após a vitória do general Eurico Gaspar Dutra, nas eleições de 2 de dezembro de 1945, e sua posse em janeiro do ano seguinte, o PCB experimenta uma grande repressão e retrocesso no recente sucesso em sua luta democrática com a Resolução n. 1.841 do Superior Tribunal Eleitoral, de 7 de maio de 1947, que cancela o registro do então Partido Comunista do Brasil (PCB).

Esse fato gera uma grande frustração no partido, fazendo-o desacreditar da luta democrática para a implementação de um governo socialista que prometia mudanças sociais radicais no país. É de se entender que, depois de uma época democrática áurea e de ver todos os seus sonhos desmoronando após um golpe fatal como esse, o Partido retroceda e opte mais uma vez pela luta insurreta. Essa revolta fica materializada quando o PCB lança o Manifesto de agosto de 1950, por meio do qual assumiu a estratégia da luta insurreta para o estabelecimento do socialismo no Brasil. Essa decepção com a retaliação ao sucesso democrático do PCB ficou evidenciada também na Seção História, da *Voz Operária* de 1972.

Durou assim apenas dois anos o período de legalidade do Partido. Foi o bastante para mostrar a sua força de penetração nas massas e atemorizar os donos do poder. De novo o partido era colocado na ilegalidade, a que os diferentes governos o forçaram, desde a sua fundação (*Voz Operária*, n. 94, dez. 1972, p. 2)

Em relação às causas internas do enfraquecimento do PCB, alguns de seus radicalismos, que geraram embates internos e externos, como esse com o PTB, e contribuíram para a história do seu enfraquecimento, foram amainados no caminho para o seu X Congresso. Já naquela época, o pensamento de Pasqualini mostrava alguns traços menos radicais. Exemplo disso são suas palavras:

Se por socialismo se entende a socialização dos meios de produção, não somos socialistas; se entende-se, simplesmente, uma crescente extensão da solidariedade social e uma crescente participação de todos nos benefícios da civilização e da cultura, então somos socialistas.

Da mesma forma, se por capitalismo se entender individualismo, egoísmo e tradicionalismo, não somos capitalistas; se entender uma função social que se exerce para o

crescente progresso econômico e social da coletividade, então somos capitalistas. (PASQUALINI, Alberto apud SIMON, 2001:5).

Essas palavras nos fazem pensar na inversão feita pelo PPS, um dos herdeiros do PCB surgidos por ocasião de seu X Congresso, em que o socialismo deixa de ser um fim em si mesmo para se tornar um meio para se atingir a democracia.

No **terceiro momento**, vamos analisar a época de maior afastamento e conseqüente conflito entre o PCB e Getúlio Vargas do PTB. Uma das primeiras divergências entre a ideologia do PCB e o trabalhismo do PTB é que o marxismo-leninismo é regido por uma filosofia dialética contrária à filosofia positivista do trabalhismo. Enquanto o trabalhismo, com características positivistas, defendia a intervenção esporádica do Estado para salvaguardar interesses sociais, como foi o caso da passagem do controle da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS) para aquele estado, os comunistas defendiam a ingerência permanente do Estado na economia, para proteger os mais fracos e proporcionar a igualdade.

Embora na América Latina, mais especificamente no Brasil, tenha-se abandonado algumas características do positivismo, Estado neutro, descentralização federalista, orçamento equilibrado e intervencionismo moderado (FONSECA, 1993), permaneceu forte o princípio de “progresso” vinculado ao comprometimento do Estado com o desenvolvimento capitalista brasileiro, mesmo que para tal precise se associar à iniciativa privada. Percebe-se que alguns dos desvios que a ideologia do PTB teve do positivismo aconteceram em pontos que poderiam até aproximá-lo da ideologia comunista. Exemplo disso é o abandono por parte do PTB das ideias de Estado neutro inerente ao positivismo. Como esse abandono foi em função do comprometimento com o “progresso” (desenvolvimentismo) a qualquer preço, só afastou o PCB do PTB, embora pudesse parecer à sociedade que ambos possuíam mais semelhanças do que realmente tinham. Exemplo disso é o apoio e defesa dos trabalhadores.

Outra divergência responsável pela crise na relação entre os dois partidos se refere à visão que ambos têm da iniciativa privada, do capitalismo. Embora Getúlio Vargas afirmasse que o PTB era um partido anticapitalista e socializante, possuía algumas afinidades com esse mesmo capitalismo (SIMON, 2001). Na verdade o PTB de Vargas acreditava em um capitalismo com sentimento de utilidade social. O PTB se dizia um partido socializante, mas condicionava esta socialização aos interesses nacionais supremos (nacionalismo), o que abria precedentes para flexibilizar o socialismo que o PCB tratava radicalmente. Isso pode ser verificado nas palavras de Pasqualini, em entrevista ao *Diário de Notícias*, em dezembro de 1949: “o grau de



‘socialização’ pode ser maior ou menor, conforme as conveniências e os interesses nacionais, que representam sempre o supremo critério dessa socialização” (SIMON, 2001:202).

Um prova dessa socialização com indícios de capitalismo é que Vargas e o PTB, assim como o PCB, defendiam a socialização das riquezas do subsolo e as fontes naturais de energia, conforme a campanha do petróleo defendida por Monteiro Lobato, pelo PCB, do qual ele se aproximou por ocasião do Estado Novo, entre outros segmentos. O senão é que o Vargas e o PTB não incluíam nessas riquezas naturais a terra. Para esta, ao contrário da reforma agrária tão ansiada pelo PCB, existia um tratamento diferenciado, não muito socialista. Vargas, embora se dissesse a favor da extinção dos latifúndios, favorecia aos aristocratas rurais com a ideia de que “não se trata aqui de ‘socializar’, isto é, de suprimir a propriedade e a exploração privada da terra, mas apenas de alterar as condições em que essa propriedade é exercida, tendo em vista um interesse social” (SIMON, 2001: 202). Assim como para outros assuntos de seu interesse, Vargas dispensava uma anuência às iniciativas privadas de forma controlada para que se caracterizasse como utilidade social e não para fins exclusivos de lucro. Essa ideologia era totalmente contrária aos princípios que o PCB possuía e que veio a registrar em seu Manifesto de agosto de 1950 (ANEXO 1).

Na ideologia do PTB, o Estado não condena o capitalismo, apenas controla a iniciativa privada para evitar a usura social, ou seja, o trabalho voltado para os interesses particulares dos capitalistas, o dinheiro que não está lastreado no trabalho com utilidade social. Até mesmo porque, ao contrário do socialismo que ataca radicalmente o capitalismo, o trabalhismo considera a possibilidade deste ter uma utilidade social. Além disso, existe o problema da dosagem. Até quanto ou quando se podia controlar o capitalismo para evitar a usura social? Era possível manter esse equilíbrio? Mas, é importante ressaltar que, para que se entenda bem as divergências entre esses dois partidos, são necessários dois aspectos. Primeiro, analisar a situação à época, entendendo as aspirações de ambos naquele contexto histórico, haja vista que o próprio PCB já não tinha um pensamento tão radical em relação ao capitalismo e a alguns princípios do trabalhismo, como nos idos da década de 1940. O segundo aspecto é que a análise seja feita sem viés. É necessário verificar apenas como cada partido pensava à época.

Vargas é eleito nas eleições de outubro de 1950 e assume o poder em janeiro de 1951. O PCB escreve seu Manifesto de agosto de 1950 (ANEXO 1) após uma grande frustração que vem desde a decretação de sua ilegalidade em 1947, no governo de Dutra, e do andamento político do que chamaram de ditadura Dutra – e que continua após a eleição de Getúlio. Esse

Manifesto estabelece a criação de uma Frente Democrática de Libertação Nacional com um programa pautado em 9 itens abaixo relacionados:

1. Por um governo democrático e popular.
2. Pela paz e contra a guerra imperialista.
3. Pela imediata libertação do Brasil do jugo imperialista.
4. Pela entrega da terra a quem a trabalha.
5. Desenvolvimento independente da economia nacional.
6. Pelas liberdades democráticas para o povo.
7. Pelo imediato melhoramento das condições de vida das massas trabalhadoras.
8. Instrução e cultura para o povo.
9. Um exército popular de libertação nacional.

Comparando esses nove itens com as características da ideologia do PTB, pode-se classificá-los em quatro grupos: o **neutros** (1, 6, 8 e 9), que são aqueles que de certa forma até podem apresentar alguma semelhança com a ideologia petebista, mas que em termos gerais independem dela. Apesar disso, no item seis do Manifesto de agosto, o PCB trava uma luta pela democracia e como se pode perceber o estatismo autoritário do governo Vargas depõe contra ela, pois se caracterizou pela valorização do Poder Executivo em detrimento do Poder Legislativo e até do Poder Judiciário.

Os **contrários** (2 e 3), que são diametralmente opostos aos princípios petebistas. O **favorável**, que é o que coaduna com os ideais do PTB. E, por último, os **aproximados**, que, apesar de se mostrarem contrários ao pensamento petebista, apresentam alguns aspectos próximos a ele. Alertamos que na verdade todos esses itens apresentam proximidades e afastamentos com a ideologia petebista e que essa classificação é baseada no maior ou menor nível de aproximação ou afastamento entre eles e que se trata de um apelo metodológico para melhor compará-los. Neste momento trataremos apenas dos três últimos grupos, começando pelo único **favorável**. O item sete do Manifesto de agosto (Pelo imediato melhoramento das condições de vida das massas trabalhadoras) possui bastante semelhança com o trabalhismo, pois esse item se refere ao “aumento geral de salários, inclusive, do salário mínimo familiar (...) Aposentadorias e pensões que satisfaçam as necessidades vitais dos trabalhadores e suas famílias (...) Fiscalização dos direitos dos trabalhadores, bem como a administração da assistência social”. Alguns desses aspectos são iguais ao que consta da plataforma do PTB que apoiava a defesa incondicional do trabalhador, em defesa dos direitos trabalhistas, políticas sociais voltadas para

garantia de emprego, políticas públicas destinadas à qualificação do trabalhador e programa de previdência social ampla, que não só defendia, mas que de certa forma tornou-se realidade.

Se, por um lado, houve semelhanças entre o PCB e o PTB, por outro, houve diferenças. Referente ao imperialismo norte-americano – itens número 2 (Pela paz e contra a guerra imperialista) e número 3 (Pela imediata libertação do Brasil do jugo imperialista) –, mostram-se contrários à aproximação que Vargas buscava com os EUA. O item dois foca na luta contra qualquer acordo militar do Brasil com os EUA. Não é difícil perceber que esse ataque é direcionado diretamente à concessão da Ilha de Fernando de Noronha, por Getúlio Vargas, em 1942 (Segunda Guerra Mundial), para a instalação de uma base da marinha americana.

Além disso, esse item se refere ao “estabelecimento de relações comerciais e diplomáticas com a União Soviética, com a China Popular e com a Alemanha Democrática” que após a Segunda Guerra, com o estabelecimento da Guerra Fria, tornaram-se inimigas dos Estados Unidos. O item 3 defendia a “imediata nacionalização de todos os bancos, empresas, indústrias, de serviços públicos, transporte, de energia elétrica, minas, plantações etc., pertencentes ao imperialismo e imediata expulsão do território nacional de todas as missões militares ianques, de todos os técnicos, agentes e espiões norte-americanos, como de todos os destacamentos militares ianques que ocupam nossa terra”. Além de mais uma vez se referir aos acordos militares entre o governo de Vargas e os EUA, numa visão mais ampliada, condenava toda e qualquer ingestão de capital estrangeiro, principalmente o norte-americano, na economia brasileira.

Talvez essa tenha sido a maior divergência entre estes dois partidos, pois o trabalhismo do PTB admitia a possibilidade da iniciativa privada (capitalismo) poder proporcionar um trabalho socialmente útil que valorizasse o trabalhador. Para o PTB, esse capital poderia ser inclusive estrangeiro. Ao ser perguntado sobre o assunto, Pasqualini (apud SIMON, 2001) afirma que o PTB não se opõe à entrada de capital estrangeiro no Brasil. Sendo o Brasil um país com poucos recursos financeiros, não só não há problema para a entrada de dinheiro estrangeiro no país, como é até necessária.

Para os trabalhistas o capitalismo, a exploração vai acontecer independentemente de ser capital nacional ou estrangeiro, desde que sua aplicação não seja administrada pelo Estado. Para que não se favoreça aos lucros e sim a objetivos sociais, é preferível que as fábricas sejam dirigidas pela iniciativa privada e que o Estado seja colocado no processo apenas como árbitro. Esse pensamento dos trabalhistas destoa do pensamento dos socialistas, que defendem que

somente o Estado deveria instalar e dirigir diretamente as fábricas para garantir que o seu capital vise a utilidades sociais. Percebia-se nesse contexto que se dava abertura para o capital americano, que já vinha há alguns anos interferindo no comércio e na indústria brasileira com meros objetivos de especulação e enriquecimento. Exemplos disso são mostrados no trecho de Elias Chaves Neto.

Nada mais estranho do que as atividades no Brasil da American International Agriculture, a qual controla, em diferentes países do mundo, as atividades Rockefeller no campo da agricultura. Não se mencionada a Standard Oil e suas subsidiárias que, estas, se ocupam do negócio ao qual o nome de Rockefeller está tradicionalmente ligado, o petróleo (...) as organizações ligadas àquele truste que operam em nosso país e dirigidas pela A.I.A são a Cargil, a Agrocere e a Ema. A Cargil controla hoje em dia praticamente a produção de milho do Norte do Paraná e Alta Sorocabana, (...) a Agrocere cuida da produção de sementes de milho híbrido com o fito de incrementar a produção daquele cereal e a Ema se ocupa de trabalhos de preparo do solo, visando estimular, pela difusão do emprego de máquinas agrícolas, cultura extensiva de milho cuja produção a Cargil controla (NETO, 1956).

Dentre os itens **aproximados** do Manifesto, pode-se citar primeiro o de número 4 (Pela entrega da terra a quem a trabalha), que trata da “confiscação das grandes propriedades latifundiárias com todos os bens móveis e imóveis nelas existentes, sem indenização e imediata entrega gratuita da terra, máquinas, ferramentas, animais, veículos etc.”. Este item se aproxima, por um lado, dos ideais petebistas referentes justamente à questão da reforma agrária que aquele partido defendia. O que o afasta um pouco é que a reforma agrária defendida pelo PTB permite a manutenção da aristocracia rural, que, na verdade, é a origem tanto do PRR quanto do próprio Vargas. Alberto Pasqualini, em entrevista ao *Diário de Notícias de Porto Alegre*, já dizia que “o PTB pretende ‘socializar’, portanto, a exploração das fontes naturais de riquezas, exceto, naturalmente, a terra” (SIMON, 2001:202). O item 5 (Pelo desenvolvimento independente), também se aproxima da ideologia petebista quando defende a “completa nacionalização das minas, das quedas d’água e de todos os serviços públicos”, conforme a passagem da entrevista de Pasqualini relatada anteriormente; por outro lado, afasta-se quando defende também “a nacionalização dos bancos e empresas de seguro” que não coadunam muito com a permissão da entrada de diversas empresas norte-americanas no Brasil, pelo governo de Getúlio Vargas.

Acredita-se que por causa dessas semelhanças e oposições houve diversos momentos de aproximação e também de afastamento entre estes dois partidos, mas houve um fato, decorrente de um dos momentos de conflito entre os dois partidos, que incontestavelmente contribuiu de

maneira significativa para o enfraquecimento do PCB. Como se pode perceber nas palavras de Delgado (2005), no dia 24 de agosto de 1954, em plena campanha da oposição a Getúlio Vargas – nela se inclui o PCB –, o Presidente comete suicídio.

(...) sua atitude [Getúlio Vargas] extremada de tirar a própria vida, ao sentir que o poder lhe fugia, não correspondeu aos planos da oposição, que não pôde se contrapor à comoção nacional e à reação enfiada dos populares, que tomaram as ruas das principais cidades do Brasil (DELGADO, 2005:491).

Enquanto o PCB ia às ruas para protestar contra Getúlio Vargas e seu governo, no auge da oposição a ele, o povo ia às ruas para chorar a sua morte. Isso em nada contribuiu para a popularidade do PCB, conforme afirma Caetano Araújo, em entrevista para esta pesquisa.

### **Declaração do PCB de março de 1958 *versus* o PCdoB**

Não se pretende aqui fazer um novo estudo sobre o **XX Congresso do PCUS** – para isso já basta o segundo item do capítulo III. O importante aqui é mostrar que as atrocidades de Stalin constantes do relatório Nikita Krushev provocaram abalos em todos os partidos comunistas do mundo, inclusive no brasileiro. No PCB, esse relatório acarretou a elaboração da Declaração Política de março de 1958 (ANEXO 2). O fato de se tratar do posicionamento oficial do PCB não quer dizer que esse posicionamento tenha sido aceito espontaneamente por todos os seus membros. Alguns militantes que eram a favor da luta armada e/ou da obediência às teorias do PCUS aceitaram esse posicionamento do partido em nome da unidade partidária, da soberania do Comitê Nacional e não por aceitarem suas orientações. Outros não aceitaram e decidiram deixar o partido. Em 1962, um número expressivo de militantes descontentes com os rumos que o partido estava seguindo, dentre eles importantes dirigentes e intelectuais, como, por exemplo, Arruda Câmara, João Amazonas, Ângelo Arroio, Pedro Pomar, Maurício Grabois, unem-se, saem do PCB e fundam um novo partido. Estava então criado o PCdoB, que foi o protagonista de mais uma etapa da história do enfraquecimento do PCB.

Com a criação do PCdoB, o Partido Comunista ficou duplamente prejudicado. Primeiro por que a criação desse partido foi fruto de mais um conflito interno que dividiu opiniões e abalou a unidade do partido, provocou a saída de um número expressivo de militantes, além da perda de parte considerável de seus dirigentes. Pessoas com forte expressão na determinação de sua filosofia e dos rumos a serem seguidos e nas estratégias para alcançar seus objetivos. Outro

motivo de seu enfraquecimento foi que o novo partido, retornando aos princípios adotados pelo PCB em seu Manifesto de 1950, assumiu uma estratégia diferente da adotada pelo Partido na Declaração de 1958 e ratificada pelas resoluções do seu V Congresso em 1960, o que lhe rendeu, partindo de um conflito interno, um conflito externo de grande monta.

Como o PCdoB foi formado por ex-militantes do PCB, ambos possuem uma mesma origem marxista-leninista. Por isso, é possível encontrar muitas semelhanças entre eles (luta contra o imperialismo norte-americano, defesa da reforma agrária, entre outros), mas existem alguns aspectos que são determinantes no conflito expressivo que houve entre os dois partidos, que foi mais um acontecimento que contribuiu para o enfraquecimento do PCB e do movimento político de esquerda do Brasil, conforme será detalhado a seguir. Esse conflito será analisado com base em documentos que determinavam a atuação dos dois partidos, na época: a Declaração de março de 1958 (ANEXO 2), com o auxílio das resoluções do V Congresso do PCB, que veio ratificar as orientações dessa Declaração, pela parte do PCB, e o Manifesto Programa de 1962 (ANEXO 3), documento aprovado na 5ª Conferência Extraordinária do PCdoB.

O estudo da **Declaração Política de março de 1958** do PCB (ANEXO 2) tem aqui duas importâncias fundamentais. A primeira é a de que é um documento que significa o posicionamento do partido em relação aos dois paradoxos mencionados: o da luta insurreta *versus* a luta democrática e o da maior aproximação do partido às diretrizes do PCUS *versus* a sua melhor adequação à cultura brasileira. As duas almas do partido (BRANDÃO, 1997).

Em relação ao primeiro paradoxo, posiciona o partido na luta democrática, e, em relação ao segundo, orienta o partido a lutar pela adequação de suas atuações à cultura brasileira. A outra importância se refere ao fato de que esse documento já abordava diversos aspectos que orientaram as mudanças ocorridas no X Congresso do PCB. Inclusive, para alguns militantes do PPS, esse documento foi o precursor das mudanças de 1992.

Segundo Werneck Vianna (CARVALHO, 2008), essa Declaração foi um documento mais interpretativo do que normativo, que chamava a atenção para o caráter de longo prazo do processo da revolução brasileira. O partido assume a luta democrática ao invés da luta insurreta e reforça a crítica ao stalinismo. Ressalta-se que esse segundo posicionamento exposto não foi acompanhado por muitos militantes, pois o próprio PCUS estava combatendo seus segmentos stalinistas e também porque ao entrevistar tanto os militantes do PCB quanto os do PCI e PCF fica evidente, para o autor desta tese, o forte apego emocional deles pelo marxismo-leninismo.

Contribuiu para isso o posicionamento de Luis Carlos Prestes, um dos heróis do Partidão, junto ao PCUS. As interpretações constantes desse documento ganham um caráter normativo ao serem ratificadas pelas resoluções do V Congresso do PCB, em setembro de 1960.

Ao analisar as resoluções do V Congresso do PCB, percebe-se que esse Congresso veio ratificar a posição assumida pelo partido na Declaração de 1958. Esse evento teve como grande defensor Alberto Passos Guimarães (SANTOS, 2009). A legalização do partido é o foco principal desse Congresso. Para isso, entre outras estratégias, o Partido Comunista do Brasil muda o seu nome para Partido Comunista Brasileiro, mantendo a sua sigla PCB. Esse fato não foi determinante, mas contribuiu bastante para a dissidência de vários de seus militantes e a consequente criação do Partido Comunista do Brasil, só que agora com a sigla PCdoB.

A Declaração de março de 1958 (ANEXO 2) possui alguns aspectos bem claros, como se pode ver na sua leitura e também na análise feita por Raimundo Santos (2009), que merecem atenção especial. São eles:

- ataque acirrado ao imperialismo americano;
- assunção de uma luta democrática e
- distanciamento da URSS (do stalinismo).

Essa percepção que é exposta por Raimundo Santos é facilmente perceptível em algumas passagens da declaração.

1º) *Política exterior independente e de paz.*

2º) *Desenvolvimento independente e progressista da economia nacional.*

3º) *Medidas de reforma agrária em favor das massas camponesas.*

4º) *Elevação do nível de vida do povo.*

5º) *Consolidação e ampliação da legalidade democrática. Garantia dos direitos.*

Especificamente a assunção da luta democrática fica clara na passagem seguinte:

O caminho pacífico da revolução brasileira é possível em virtude de fatores como a democratização crescente da vida política, o ascenso do movimento operário e o desenvolvimento da frente única nacionalista e democrática em nosso país. Sua possibilidade se tornou real em virtude das mudanças qualitativas da situação internacional, que resultaram numa correlação de forças decididamente favorável à classe operária e ao movimento de libertação dos povos (Item VI).

O documento aponta inclusive os meios para a conquista de um governo nacionalista democrático:

1. Pela pressão pacífica das massas populares e de todas as correntes nacionalistas, dentro e fora do Parlamento, no sentido de fortalecer e ampliar o setor nacionalista do atual governo, com o afastamento do poder de todos os entreguistas e sua substituição por elementos nacionalistas.

2. Através da vitória da frente única nacionalista e democrática nos pleitos eleitorais.

3. Pela resistência das massas populares, unidas aos setores nacionalistas do Parlamento, das forças armadas e do governo, para impor ou restabelecer a legalidade democrática, no caso de tentativas de golpe por parte dos entreguistas e reacionários, que se proponham a implantar no país uma ditadura a serviço dos monopólios norte-americanos.

Existem na Declaração de março de 1958 alguns aspectos que coadunam com a teoria de Gramsci. Como exemplo, pode-se citar a opção pela luta democrática. Não que necessariamente tenha havido alguma intencionalidade. Isso se deve basicamente à semelhança entre a transição democrática da Itália, desde o *rissorgimento* (unificação da Itália em meados do século XIX), e do Brasil, desde a sua independência. Em ambos os casos, a transição foi feita sem a participação da massa da população. Esse tipo de revolução foi chamada por Gramsci de revolução passiva e por Georg Lukács (1885-1971) de via prussiana. Embora o pensamento de Gramsci seja mais detalhado no capítulo V, pode-se perceber alguma semelhança entre a Declaração de 1958 e Gramsci nas palavras de Werneck Vianna:

*Declaração de Março*, do PCB, em 1958, pela primeira vez na história da esquerda no país, se identifica com uma proposta de ruptura que não inclui como necessário um “momento explosivo de tipo francês”. Com essa Declaração, a revolução passiva deixa de ser o cenário exclusivo das elites, passando a incorporar o projeto de ação do ator da antítese, cujo objetivo é o de introduzir o elemento ativo no processo de transformismo que estaria em curso: “O caminho pacífico da revolução brasileira é possível em virtude de fatores como a democratização crescente da vida política, o ascenso do movimento operário e o desenvolvimento da frente única nacionalista e democrática em nosso país” (PCB, 1980, p. 22)<sup>16</sup>. Não se trata, pois, de denunciar “a revolução sem revolução”, mas de percebê-la em registro positivo com a finalidade de ativar o *gradual* e o *molecular*: “O povo brasileiro pode resolver pacificamente os seus problemas básicos com a acumulação, gradual mas incessante, de reformas profundas e consequentes na estrutura econômica e nas instituições políticas, chegando-se até à realização completa das transformações radicais colocadas na ordem do dia pelo próprio desenvolvimento econômico e social da Nação” (VIANNA, 1996).

Estamos nos referindo às semelhanças entre o pensamento de Gramsci e a Declaração de março de 1958 e não às influências. Em depoimento do próprio Armênio Guedes em entrevista para

---

<sup>16</sup> PCB: *Vinte Anos de Política, 1958-1979* (1980). São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas.



esta pesquisa, ele alega que não houve influência do pensamento gramsciano na elaboração da Declaração. Mas tanto ele quanto Mário Alves e Jacob Gorender – alguns dos relatores da referida Declaração – já haviam tido acesso à realidade italiana e à teoria de Gramsci por meio dos escritos de Palmiro Togliatti (1893-1964) e conheciam também algumas obras de Lukács (1885-1971).

Existe também nesse documento uma forte semelhança com os pensamentos de Caio Prado Junior, inclusive quando ele se refere à burguesia compradora (burguesia que dependia dos estrangeiros – imperialismo – para movimentar o seu negócio) e burguesia nacional que tinha o imperialismo como concorrente dos seus bens produzidos (PRADO JUNIOR, 2004). À época, houve uma crítica à Declaração de 1958 (ANEXO 2) em relação à sua proposta de associação com uma parte da burguesia e da aristocracia rural que não possuíam uma produção industrial ou agrícola de exportação e que tinham os produtos americanos como concorrentes. Esse posicionamento da Declaração tem uma clara aderência ao eurocomunismo e aos pensamentos gramscianos, o que pode ser percebido na seguinte passagem de Carlos Nelson Coutinho, já em referência à Revolução de 1930:

O triunfo dessa Revolução levou à formação de um novo bloco de poder, no qual a fração oligárquica ligada à agricultura de exportação foi colocada numa posição subalterna, ao mesmo tempo em que se buscava cooptar a ala moderada da liderança político-militar das camadas médias (os tenentes) (COUTINHO, 1989:123).

Esse momento histórico, ainda na Revolução de 1930 já delineava alguns conflitos que minaram o PCB mais para frente.

Em fevereiro de 1962, em meio ao descontentamento de alguns dirigentes do PCB, principalmente com o caminho pacífico adotado pelo partido desde sua Declaração de 1958 (ANEXO 2), realiza-se o que eles chamaram de 5ª Conferência Extraordinária do PCdoB. Nesse evento, foi aprovado um documento intitulado de Manifesto Programa de 1962 (ANEXO 3), que ora passaremos a utilizar para verificar as características principais do PCdoB, fundado nessa mesma conferência, embora, para seus militantes, trata-se da continuação do Partido Comunista Brasileiro que teve como primeiro nome, antes de 1947, Partido Comunista do Brasil. O Manifesto está estruturado em 7 itens:

- difícil a situação do país e do povo;

- onde residem as dificuldades;
- um regime reacionário e antinacional;
- impossível resolver os problemas fundamentais do povo nos marcos do atual regime;
- instaurar um novo regime, conquistar um poder popular;
- propostas e
- só a luta revolucionária dará ao povo um novo poder.

Os cinco primeiros estão relacionados à situação política do Brasil à época, mostrando as condições sociais precárias em que o Brasil se encontrava: dívida externa crescente, crise na produção açucareira, queda do preço do café, aumento do estoque desse produto, exploração de camponeses, crise na habitação e analfabetismo, sistema de saúde precário, aumento da criminalidade, aumento da prostituição, aumento da mortalidade infantil, o problema da fome, entre outros.

No Rio de Janeiro (...), no ano de 1948 havia 119 favelas, nas quais vegetavam 270 mil pessoas. Em 1960, essa cifra passou para 194 favelas, com um milhão de habitantes, dos quais 540 mil eram crianças, na maioria abandonadas (primeira página).

Mais da metade da população adulta do país não sabe ler (primeira página).

As estatísticas oficiais colocam o Brasil entre os países de mais baixo padrão de vida do mundo e revelam que em território brasileiro se encontra uma das mais extensas áreas geográficas da fome (segunda página).

Segundo os dados do Imposto de Renda, em 1959, 1,02% dos contribuintes, ou seja, menos de 2.500 firmas, detinham 67,9% do montante dos lucros tributados (quarta página).

Em seguida, aponta o imperialismo americano como a grande causa desse cenário nacional avassalador:

Isso se verifica devido à espoliação do país pelo imperialismo, em particular o norte-americano, ao monopólio da terra e à crescente concentração de riquezas nas mãos de uma minoria de grandes capitalistas (segunda página).

Os monopólios ianques ocupam posição destacada no comércio exterior do Brasil, impõem preços cada vez mais baixos aos produtos brasileiros de exportação e elevam constantemente os dos bens que o país importa (segunda página).

Os latifundiários monopolizam a terra e exploram as massas camponesas (segunda página).

Enquanto mais de 10 milhões de camponeses e assalariados agrícolas não possuem terra, 149 mil grandes proprietários ocupam  $\frac{3}{4}$  da área total das propriedades rurais (segunda página).

Grupos de grandes capitalistas nacionais estão associados às forças do latifúndio e do imperialismo na exploração comum do povo brasileiro (terceira página).

Segundo os dados do Imposto de Renda, em 1959, 1,02% dos contribuintes, ou seja, menos de 2.500 firmas, detinham 67,9% do montante dos lucros tributados.

Existia, no Brasil, toda uma condição social contra a qual o PCdoB lutava. Além do que já foi relatado, existe uma passagem no Manifesto que resume a causa de toda essa mazela, que era combatida veementemente pelos comunistas do PCdoB.

O imperialismo, o latifúndio e os grupos monopolistas da burguesia – a parte da burguesia que se beneficiava que tinha uma produção exportadora e que por isso era beneficiada pelo imperialismo norte-americano. Ao contrário da pequena burguesia cuja produção sofria concorrência dos produtos norte-americanos e a quem o imperialismo era danoso – são, por conseguinte, os principais entraves ao progresso da Nação e à conquista do bem-estar do povo.

Ainda na primeira parte o documento se refere a problemas sociais brasileiros, mas agora vinculados à precariedade de sua estrutura econômica e de suas instituições políticas, também contaminadas pelo imperialismo norte-americano.

Essas forças [imperialismo], desde há muito, instauram no país um regime que serve aos seus interesses. A vida da sociedade brasileira está organizada em função da defesa dos privilégios de uma ínfima minoria e não de acordo com os interesses gerais da Nação (quarta página).

As Forças Armadas intervêm nos acontecimentos políticos para sufocar os movimentos populares e defender as classes abastadas (quarta página).

O Parlamento é, assim, em sua quase totalidade, formado por representantes dos ricos e os governantes são, em geral, banqueiros, industriais, fazendeiros e seus prepostos ou pessoas diretamente ligadas a empresas imperialistas (quarta página).

O documento deixa bem evidente a inconformidade com essa situação, mostrando que algumas pessoas se referem a uma mudança, mas que realmente não têm interesse que elas se realizem. Essa passagem mostra alguma semelhança com o conceito de revolução passiva de Gramsci. Com isso, o povo começa a ficar descontente e o partido começa a introduzir a ideia de revolução para mudar radicalmente essa situação. Caio Prado Junior (2004) expõe alguns conceitos de revolução; menciona a revolução enquanto mudança radical de um sistema e, tal mudança, ao contrário do que normalmente se entende por essa palavra, pode também acontecer no decorrer de um longo período de tempo à moda Guerra de Posições de Gramsci, explicada no capítulo V. No caso do Manifesto Programa, o termo revolução parece ter sido empregado no sentido de curto prazo. Além disso, o PCdoB parece estar incitando o povo a uma revolta, que, como veremos na segunda parte, cogita o uso da luta armada.

Dizem que pessoas dotadas de certas qualidades, assumindo o poder, poderiam conduzir o país por um caminho acertado que assegurasse a felicidade do povo (sexta página).

Os destinos do Brasil e a vida do seu povo não podem continuar nas mãos de um reduzido grupo de banqueiros, fazendeiros e grandes industriais nacionais e de miliardários norte-americanos (quinta página).

Descrentes das promessas, parcelas do povo começam a falar em revolução (quinta página).

Este regime, porém, somente será criado se essas forças afastarem do poder as atuais classes dominantes e instalarem um governo popular revolucionário (sexta página).

E finaliza essa primeira parte referindo-se à instauração de um novo sistema de governo, o que pode ser percebido pelo título de seu quinto item: “Instaurar um novo regime, conquistar um poder popular”.

Em sua segunda parte, o Manifesto expõem a proposta de um “governo popular revolucionário”, com um capítulo específico para isso, e então faz considerações sobre a forma de implementá-la. Segundo o PCdoB, isso só era possível por meio da luta armada sob a

direção da classe operária. Essa opção, que é facilmente perceptível nas passagens que se seguem, foi o principal motivo do conflito entre o PCdoB e o PCB:

Nessas circunstâncias, as classes dominantes tornam inviável o caminho pacífico da revolução. Por esse motivo, as massas populares terão de recorrer a todas as formas de luta que se fizerem necessárias para conseguir seus propósitos (nona página).

Mas só a luta decidida e enérgica, as ações revolucionárias de envergadura, darão o poder ao povo (nona página).

A unidade da esmagadora maioria da Nação é necessária e possível e, sob a direção da classe operária, será a força capaz de varrer todas as barreiras que se ergam no caminho da emancipação nacional e social do povo brasileiro (nona página).

Percebem-se alguns detalhes em relação à luta armada pregada no Manifesto de 1950 e em outros momentos da história do PCB e até de outros partidos da esquerda brasileira, como veremos, por exemplo, no Manifesto de 1962 do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que é um retorno ao espírito desse Manifesto de 1950. O PCUS menciona muito a paz, assim como o Manifesto de 1950 do PCB e o Manifesto de 1962 do PCdoB, mas essa referência é à paz mundial, à paz entre as nações e, por que não dizer, à paz entre a URSS e os EUA, pois não era estrategicamente conveniente à União Soviética um embate armado com os Estados Unidos – por isso a Guerra Fria. Não era interessante a nenhum dos dois promover uma provável Terceira Guerra Mundial. O segundo ponto é que, apesar desse discurso de paz (internacional), tanto o PCUS quanto o PCB (em alguns momentos) se utilizaram da luta armada para atingir seus objetivos. O senão é que os objetivos de ambos os partidos eram diferentes. O PCUS utilizou a violência para a manutenção da submissão dos demais partidos comunistas à sua filosofia e ao seu poder, ou seja, para combater seus inimigos internos (internos ao comunismo). Temos aí o caso das invasões da Hungria, da Tchecoslováquia, do Afeganistão etc., negando a democracia que sempre defendeu. Na verdade, isso coadunava com a sua ideia de que a democracia levaria ao socialismo. Por isso alguns partidos comunistas, como é o caso do brasileiro, tenham invertido esse pensamento para o socialismo como meio para se atingir a democracia. O PCB algumas vezes utilizou a violência para combater seus inimigos externos. No caso, temos a Intentona Comunista de 1935, o proposto em seu Manifesto de 1950 e atitudes isoladas de ex-militantes do PCB (Prestes, Carlos Marighela, entre outros).

Para realizar a sua política de exploração e de vinculação de nosso país aos seus planos guerreiros, o imperialismo norte-americano conta com o apoio de setores de latifundiários e de setores da burguesia.

Tomando como ponto de partida os dois paradoxos que Gildo Marçal Brandão via no PCB, já citados, percebe-se que em relação ao da internacionalização *versus* adaptação à cultura brasileira, não houve conflito entre o PCB e o PCdoB, pois ambos pleiteavam o afastamento da linha stalinista do PCUS e uma ação mais nacionalista. Isso era de se esperar, pois ambos possuíam uma origem comum baseada na teoria marxista-leninista. Esses dois partidos lutavam contra inimigos comuns: a desigualdade social, o imperialismo americano. Era grande o ataque que ambos faziam ao imperialismo norte-americano. Em seu Manifesto Programa, o PCdoB praticamente colocava o imperialismo como causa de todas as mazelas brasileiras.

Grupos de grandes capitalistas nacionais estão associados às forças do latifúndio e do imperialismo na exploração comum do povo brasileiro (...). A derrota da política do imperialismo norte-americano e de seus agentes internos abrirá caminho para a solução de todos os demais problemas da revolução nacional e democrática no Brasil.

Já na Declaração do PCB de 1958:

A derrota da política do imperialismo norte-americano e de seus agentes internos abrirá caminho para a solução de todos os demais problemas da revolução nacional e democrática no Brasil.

A luta contra os latifundiários é outro traço de semelhança entre os dois partidos. Isso pode ser verificado nos seguintes trechos da Declaração de 1958:

Tem grande importância a defesa jurídica dos direitos já assegurados aos camponeses. A ação de massas se mostra indispensável para vencer a resistência dos latifundiários no Parlamento e conquistar a aprovação de leis que correspondam aos interesses dos trabalhadores agrícolas, inclusive a elaboração de uma legislação trabalhista adequada ao campo.

Por sua vez, no Manifesto Programa de 1962, podemos perceber essa luta contra os latifundiários e a aristocracia rural:

Os latifundiários monopolizam a terra e exploram as massas camponesas que vivem como párias na sociedade brasileira. Enquanto mais de 10 milhões de camponeses e assalariados agrícolas não possuem terra, 149 mil grandes proprietários ocupam 3/4 da área total das propriedades rurais. Cobram pesadas taxas de arrendamento, que encarecem enormemente a produção.

Conforme já dito, poderíamos relacionar diversos itens em comum entre esses dois partidos, mas citaremos apenas um dos mais expressivos: a luta contra o feudalismo. Na Declaração de 1958, destacamos os seguintes trechos que mostram esses aspectos:

A sociedade brasileira está submetida, na etapa atual de sua história, a duas contradições fundamentais. A primeira é a contradição entre a nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. A segunda é a contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção semifeudais na agricultura. O desenvolvimento econômico e social do Brasil torna necessária a solução dessas duas contradições fundamentais. (...) A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática.

No Manifesto Programa de 1962, essa guerra contra o feudalismo está estampada nos seguintes trechos, entre outros:

O latifúndio, como sistema arcaico e parasitário impede, assim, a ampliação do mercado interno, freia o desenvolvimento da indústria nacional e é o principal responsável pela baixa produtividade na agricultura.

Grupos de grandes capitalistas nacionais estão associados às forças do latifúndio e do imperialismo na exploração comum do povo brasileiro. Tais grupos beneficiam-se da inflação e auferem fabulosos lucros devido às suas posições monopolistas em certos ramos da economia, prejudicam e submetem aos seus mesquinhos interesses as regiões mais atrasadas. Alguns desses capitalistas dedicam-se a atividades exclusivamente especulativas.

Em consequência da pilhagem do imperialismo, do domínio do latifúndio e da ação nociva de grandes capitalistas, o atraso e a miséria campeiam enquanto acumula-se a riqueza nas mãos de uns poucos magnatas. Segundo os dados do Imposto de Renda, em 1959, 1,02% dos contribuintes, ou seja, menos de 2.500 firmas, detinham 67,9% do montante dos lucros tributados. Desses contribuintes, 56 firmas declararam ter um lucro de 27 milhões de cruzeiros. Não é de se estranhar, portanto, que a Comissão Comercial norte-americana que visitou o país, em relatório publicado no Correio da Manhã, de 9 de outubro de 1960, tenha confessado que no Brasil “não é raro que uma fábrica se pague em um ou dois anos”.

Além de serem três aspectos que estão relacionados aos dois partidos em virtude de sua origem marxista-leninista, percebe-se que eles estão inter-relacionados. O que mais diferenciou um

partido do outro, gerando o conflito, foi o segundo paradoxo (luta democrática *versus* luta insurreta), ou seja, as estratégias utilizadas para alcançar seus objetivos, que como já visto, eram muito próximas: o estabelecimento de um governo socialista no Brasil que tivesse aderência à cultura brasileira. Se, por um lado, o PCB havia se distanciado do stalinismo e do PCUS, optando por estratégias democráticas, como, por exemplo, os pleitos eleitorais:

Os comunistas consideram que existe hoje em nosso país a possibilidade real de conduzir, por formas e meios pacíficos, a revolução anti-imperialista e antifeudal (...). O caminho pacífico da revolução brasileira é possível em virtude de fatores como a democratização crescente da vida política, o ascenso do movimento operário e o desenvolvimento da frente única nacionalista e democrática em nosso país. Sua possibilidade se tornou real em virtude das mudanças qualitativas da situação internacional, que resultaram numa correlação de forças decididamente favorável à classe operária e ao movimento de libertação dos povos (DECLARAÇÃO DE MARÇO DE 1958).

Por outro lado, o PCdoB também se afastou do PCUS, mantendo a linha marxista-leninista, mas adotando uma estratégia maoista, que era violenta, utilizando inclusive a luta armada:

Nessas circunstâncias, as classes dominantes tornam inviável o caminho pacífico da revolução. Por esse motivo, as massas populares terão de recorrer a todas as formas de luta que se fizerem necessárias para conseguir seus propósitos (...). Mas só a luta decidida e enérgica, as ações revolucionárias de envergadura, darão o poder ao povo (MANIFESTO PROGRAMA DE 1962).

Esse conflito vinha de antes do final do Estado Novo de Getúlio Vargas, antes de 1945. Eram os dissidentes Mario Pedrosa, Rodolfo Coutinho, Lívio Xavier, Rachel de Queiroz, Barreto Leite Filho e Edmundo Moniz, entre outros (*Revista História Viva*). Foi por essa época, mais precisamente 1947, que Hermes de Lima, Antônio Cândido, Miguel Arraes, Antônio Houaiss e alguns outros militantes do PCB, liderados por João Mangabeira, então deputado, abandonaram o Partidão e fundaram o Partido Socialista Brasileiro (PSB), que se opôs fortemente ao comunismo soviético e à ditadura do proletariado. Essas divergências e a ida de dissidentes para o PSB não são o foco desse item, mas não há dúvida de que contribuíram tanto para o conflito do PCB com o PCdoB quanto, antes mesmo do XX Congresso do PCUS, em 1956, para a postura mais democrática que foi assumida pelo PCB em 1958 e que perdurou mesmo durante a ditadura militar de 1964, gerando outros conflitos, como veremos no próximo item deste capítulo.



Sendo assim, como não poderia deixar de ser, o conflito entre os dois partidos, que conseqüentemente contribuiu para o enfraquecimento do PCB, estava armado. Outro ponto de discordância, que não está diretamente relacionado com quaisquer dos dois paradoxos, é o fato de a Declaração de 1958 conceber a possibilidade de união dos comunistas a uma parte da burguesia, conforme já citado, a parte da burguesia que tinha o capital estrangeiro como concorrente de seus negócios.

Tendem a unir-se e podem efetivamente unir-se no movimento nacionalista a classe operária, os camponeses, a pequena burguesia urbana, a burguesia e os setores de latifundiários que possuem contradições com o imperialismo norte-americano (DECLARAÇÃO DE MARÇO DE 1958).

Embora a Declaração deixe bem claro que existe uma parte da burguesia, a exportadora, a qual interessa o imperialismo norte-americano no Brasil:

Para realizar a sua política de exploração e de vinculação de nosso país aos seus planos guerreiros, o imperialismo norte-americano conta com o apoio de setores de latifundiários e de setores da burguesia.

Essa aproximação com a pequena burguesia e a burguesia ligada aos interesses nacionais, que é prejudicada pela ação dos monopólios imperialistas, é ratificada na Resolução do V Congresso do PCB, em 1960.

### **O PCB de 1964 a 1969 *versus* a Esquerda radical (ALN, PCBR, VPR, VAR-Palmares e MR8)**

Deparamo-nos com mais um momento da história do PCB e da política brasileira que contribuiu para o enfraquecimento do Partidão. Também neste caso existe um conflito interno que causou a saída de importantes dirigentes do PCB. A diferença do momento anterior, o da criação do PCdoB, é que naquele houve uma luta interna gerada anos antes, em 1956, por um evento internacional – o relatório de Nikita Krushev, XX Congresso do PCUS, ou seja, por uma questão prática lá na URSS, que se traduziu em uma questão mais filosófica no Brasil. Já esse momento (1964-1967) foi gerado por uma questão prática no Brasil. O golpe militar de 1964 e a sua conseqüente ditadura onde as Forças Armadas se utilizaram de muita brutalidade para tentar aniquilar as forças de esquerda, principalmente os comunistas, mas que acabou

reacendendo em alguns comunistas e ex-comunistas a estratégia da luta armada, violenta, que o PCB já havia abandonado desde a Declaração de 1958. Para tentar detalhar um pouco esse momento histórico, analisaremos primeiro o governo de João Goulart. Isso porque existe uma ligação forte entre esse governo e o comunismo, o que também contribuiu para o Golpe de 1964. Além disso, é precioso contextualizar o Brasil e o próprio PCB que foram usados como argumento para o referido Golpe. Será estudada a forte relação do PCB com o governo, que é evidente. Só então analisaremos o PCB da época, dando enfoque aos seus dissidentes que se enfrontaram por movimentos que se utilizavam da luta armada para combater a ditadura. Por fim, faremos um resumo desse conflito e de suas consequências para o PCB.

Em 1961, João Goulart finalmente assumiu a presidência do Brasil. Seu governo merece uma análise um pouco mais aprofundada, já que, como o documento do VI Congresso do PCB cita,

a derrubada do governo Goulart trouxe uma modificação profunda na vida política brasileira. Assinala uma derrota das forças democráticas e nacionalistas, e uma vitória das correntes reacionárias e entreguistas. O golpe de estado de 1º de abril, resultante da junção de forças políticas, econômicas e sociais numerosas e heterogêneas, deu início a um novo processo político em nosso país.

Uma análise pelo “novo processo político em nosso país”, mas principalmente pela “derrota das forças democráticas e nacionalistas” e pela “vitória das correntes reacionárias e entreguistas”. O seu governo enfrentou problemas econômicos e sociopolíticos. No ramo econômico, pode-se dizer que as condições econômicas do Brasil não eram as melhores. Havia uma redução no nível de desenvolvimento econômico, queda na produção agrícola devido à estiagem em algumas áreas, geada nas zonas cafeeiras de São Paulo e Paraná etc. (TAVARES, 1966). Como esse próprio autor nos lembra, o desenvolvimento industrial do pós-guerra só durou até 1962 – pouco depois do início do governo de Jango. Depois disso, a situação fica bem pior em 1963, com uma hiperinflação e um prejuízo de 160 bilhões na renda bruta da agricultura (idem). Segundo o documento oriundo do VI Congresso do PCB em 1967, esse progresso durou até, pelo menos, aquele ano, como se pode verificar na passagem a seguir.

O processo de industrialização foi o elemento dinâmico essencial do desenvolvimento capitalista. Entre 1948 e os dias atuais, a produção industrial multiplicou-se por quatro, enquanto que o produto interno bruto cresceu de 2,6 vezes e o número de habitantes aumentou em 60%. A indústria de bens de produção ganhou maior impulso. O valor da sua produção equivale ao valor da produção de bens de consumo, sendo que em 1939 correspondia a menos

da metade. É preciso considerar que houve uma grande expansão da própria indústria de bens de consumo, cuja produção até a Segunda Guerra Mundial satisfazia apenas a uma fração da demanda nacional. Ela hoje abastece, praticamente, todo o mercado brasileiro. A indústria pesada, por seu turno, já pode atender a três quartas partes das necessidades brasileiras de equipamentos.

Esse documento apresenta uma análise bastante sensata desse período, como, por exemplo, quando mostra que o desenvolvimento industrial da década de 1960 se deveu menos à iniciativa e à capacidade tecnológica brasileira do que à necessidade de substituição da importação em virtude do necessário foco das atenções dos Estados Unidos na indústria bélica durante a Segunda Guerra Mundial. Mas, na verdade, percebe-se muito otimismo nesse documento quando, por exemplo, se diz que “a economia brasileira passou a ter o seu centro dinâmico no próprio mercado interno, deixando de ser um mero apêndice do mercado imperialista”. O desenvolvimento industrial pode ter durado até o ano do VI Congresso, mas não se pode negar que houve, no mínimo, uma involução nesse desenvolvimento provocada principalmente por estiagem e até geadas. Além do artigo de Assis Tavares<sup>17</sup>, existe a comprovação tácita da crise sociopolítica e econômica que permeou a renúncia de Jânio Quadros.

Aliado a isso, em seu governo começaram a haver conflitos sociais envolvendo principalmente o imperialismo norte-americano, a elite brasileira formada pela aristocracia rural e parte da burguesia.

Segundo Assis Tavares (1966), o investimento de capital americano no Brasil diminuiu durante o governo de João Goulart não por causa dos atritos entre esse governo e o governo dos EUA, como afirmara Roberto Campos, mas sim por dificuldades na economia norte-americana e por preferências daquele país por nações com mais rentabilidades. Mas isso não quer dizer que não houve atritos entre ambos os países. O governo de Jango foi caracterizado também por traços que estão inter-relacionados, que se aproximavam dos ideais pecebistas e que contribuíram para o Golpe de 31 de março. São eles:

- o nacionalismo que combatia o imperialismo norte-americano;
- o paradoxo da elite e setores populares na oposição e
- a reforma agrária.

---

<sup>17</sup> Pseudônimo de Marco Antônio Coelho Tavares, Editor do Jornal *A Voz Operária* na época da ditadura militar de 1964.

O primeiro dos traços que marcaram o governo de Jango, que guardavam semelhanças com a ideologia do PCB e que não agradaram muito às forças opositoras, neste caso, o imperialismo norte-americano, foi o nacionalismo. Talvez por ser filiado ao PTB, Jango fez um governo que atacou o imperialismo norte-americano. O texto a seguir, de Assis Tavares, mostra algumas ações desse governo que confirmam essa afirmação:

a famosa lei de remessa de lucros; as providências administrativas e judiciárias para a anulação das imorais concessões ao grupo Hanna; a sustação, em junho de 1963, dos entendimentos para a compra do acervo da AMFORP (Velha reivindicação do Departamento de Estado, sob a culpa de eliminar-se as áreas de atrito); as medidas no terreno do petróleo (monopólio de importação de óleo cru pela Petrobras e distribuição direta aos órgãos estatais); a intensificação do comércio com os países socialistas etc. (TAVARES, 1966:12).

Além desses eventos sociais que contribuíram para o ocaso do governo de Jango, não se pode negar que a revolução liderada por Fidel Castro contra Baptista, em Cuba, passa a influenciar toda a América Latina (fenômeno cubano), inclusive o Brasil. Em plena Guerra Fria, toda a América Latina passava por um movimento progressista, que era contraditório ao poderio americano. Além do governo de Jânio Quadros, do qual João Goulart era vice-presidente, ter sido contra a exclusão de Cuba na Segunda Conferência de Punta del Este, em fevereiro de 1962, tal governo, que, conforme já dito, via com bons olhos alguns princípios comunistas, se aproximou da comunidade comunista internacional reatando relações diplomáticas com países comunistas, como, por exemplo, a URSS e a China. Pode-se dizer que isso contribuiu imensamente para o estremecimento das relações do Brasil com os Estados Unidos, principalmente depois da morte do presidente John Kennedy.

Outro traço do governo de Jango que contribuiu para o seu ocaso é o paradoxo entre o descontentamento e oposição da elite e o dos setores populares ao seu governo. Aqui o tratamos como paradoxo pelo fato de se serem dois segmentos sociais excludentes, ou seja, quando a elite está sendo beneficiada por alguma ação econômica ou social, normalmente é em detrimento de segmentos dos setores populares. No referido governo, acabou acontecendo tanto o descontentamento de setores populares quanto o da elite. O descontentamento dos setores populares se explica pelas dificuldades econômicas enfrentadas pelo seu governo, principalmente as estiagens, que geraram a queda na produção agropecuária e a consequente escassez de alimentos para consumidores de grandes centros, como mostra a seguinte passagem de Assis Tavares.

Exemplifica isso o que sucedeu com o arroz, nos primeiros meses de 1963, que desapareceu da Guanabara, determinando providências oficiais confusas, divergentes e contraproducentes, que além de não resolverem a questão, somente deram maior impopularidade aos governantes (TAVARES, 1966:12).

O outro lado da moeda é que a elite também ficou contra o governo de Jango. O artigo de Assis Tavares, na *Revista Civilização Brasileira*, tem dois trechos que mostram esse descontentamento de grupos privilegiados da elite com esse governo.

A análise da vida econômica e financeira, no biênio em que governou o Sr. João Goulart, indica como se sentiram ameaçados vários setores da minoria privilegiada (TAVARES, 1966:13).

Que grupos privilegiados tivessem ficado contra o governo isto era até certo ponto natural, não obstante seja discutível se foi acertada a atitude de se provocar tantos adversários a um só tempo (idem).

Lembrando que, ao tomar atitudes contra o relacionamento comercial com os EUA que abalam o imperialismo norte-americano no Brasil, o governo também descontenta pelo menos parte da elite brasileira. Justamente aquela parte que está vinculada ao capital norte-americano, como, por exemplo, a burguesia dependente do capital estrangeiro que tem uma produção voltada para a exportação, principalmente para os Estados Unidos.

O terceiro traço do governo de João Goulart que contribuiu para o seu próprio fim e que também estava bem próximo dos ideais comunistas foi a luta pela reforma agrária. Apesar de João Goulart ser filho de uma família de privilegiados, também lutou pela causa dos menos afortunados. Uma das suas batalhas foi a favor da reforma agrária. Nesse ponto, permitimo-nos fazer uma analogia a Caio Prado Junior. Esse intelectual nasceu em família nobre, com direito até a ter professores particulares trazidos do estrangeiro, no entanto, defendeu como poucos a causa dos menos favorecidos. Mexer com esta seara é comprar uma briga séria com a aristocracia rural, que não possui pouco poder político. O interessante é que como uma revolução passiva nos moldes de Antonio Gramsci, essa luta pela reforma agrária foi defendida mais pelos democratas dos centros urbanos do que pelos próprios camponeses. Apesar disso, não se pode negar que durante o governo de Jango foi criada uma situação social que possibilitou o envolvimento desses camponeses nessa luta. Como exemplo, podemos citar as ligas de camponeses em Pernambuco e na Paraíba. A organização de trabalhadores rurais em

sindicatos foi uma tendência crescente, que atuou sempre de forma democrática, pacífica (a exceção na luta de posseiros contra os grileiros), que chegou à criação da Central Única dos Trabalhadores Agrícolas. Esses e outros acontecimentos ocorridos no governo de João Goulart significaram grande oportunidade de uma revolução social que fizesse o Brasil abandonar o feudalismo e engendrar no caminho justiça da social, além de se soltar das amarras da dominação norte-americana. Tudo isso fez piorar a situação entre o Brasil e os Estados Unidos. Nas palavras de Assis Tavares:

Pela primeira vez em nossa história, o país tutor e opressor sentiu que um governo brasileiro dava ares de emancipado, indicando que cedo cortaria as amarras que nos prendem aos Estados Unidos. Por tudo isso, agravou-se extraordinariamente a contradição entre a Nação Brasileira e o imperialismo norte americano (TAVARES, 1966:17).

Tudo isso sem afirmar que esse presidente possuía boas relações com o PCB, apesar de ser do PTB, com quem o Partidão teve um embate político no passado. No item deste capítulo que trata do conflito entre o PCB e o PTB, foi comentado que alguns princípios filosóficos da ideologia do segundo partido se assemelhavam aos do primeiro. Comentou-se inclusive que a não oposição radical do PTB ao capitalismo, para quem era aceitável desde que com utilidade social, foi uma das características que permeou o PCB em vias do seu X Congresso. Em relação ao governo de João Goulart, percebe-se uma aproximação maior entre os dois partidos, fruto do amadurecimento de ambos, ou seja, os conflitos entre partidos, dentro de uma visão democrática e histórica, podem até enfraquecer um partido, como foi o caso do PCB, mas também contribuem para o seu amadurecimento. Mas o importante nesse momento é que a onda de descontentamento com o governo de Jango – que era grande – e a sua fraqueza – que era evidente – abriram espaço para o Golpe militar de 31 de março de 1964.

A brutal repressão que se seguiu ao Golpe, abalando o conjunto das forças democráticas, atingiu fortemente o PCB. O Partido se posicionou em uma linha de ação antiditatorial centrada em uma ação democrática fundada em uma política de massas, orientação essa ratificada pelo VI Congresso que o PCB, numa vitória contra a ditadura, realizou em dezembro de 1967. Do lado da ditadura existe a utilização de estratégias militares para investigar e eliminar os comunistas. A violência foi exageradamente utilizada. Como já dito, tudo isso reacendeu em alguns comunistas a estratégia da luta armada para combater “à altura” a violência do governo ditador. Marighella, por exemplo, participou da I Conferência da Organização Latino-

Americana de Solidariedade (OLAS), em Cuba, em 1967, que pregava o uso da violência para o atingimento do socialismo, e, no mesmo ano, foi expulso do PCB.

Com o Golpe instalou-se no Brasil uma ditadura militar que se prolongou até 1985. Pode-se dizer que houve um retrocesso na luta democrática da esquerda, que de certa forma foi estabelecida pela Declaração Política do PCB de março de 1958. O retrocesso não foi exatamente na luta democrática do PCB, pois esse se manteve fiel aos princípios da referida Declaração, mas sim um retrocesso no movimento de esquerda como um todo por causa de diversos movimentos insurretos que foram compostos por ex-militantes do Partidão. Essa ditadura militar coloca ao movimento de esquerda uma “Questão explosiva” (*Revista História Viva*): a luta contra a ditadura será pacífica ou violenta? (idem). E mais uma vez o PCB, que optou por manter a luta democrática, perdeu diversos militantes que optaram pela luta armada, a saber: AP, PCBR, ALN, VPR, VAR-Palmares etc.

A ditadura militar está instalada no Brasil. No contexto do paradoxo da luta armada *versus* luta democrática, a situação brasileira dessa época retrata um Estado que possui legitimidade no uso da força física, pelo exército e pela polícia, para administrar o país. De outro lado, estão as iniciativas de grupos não vinculados ao Estado – nesse caso o PCB, que insiste na luta democrática – e também algumas iniciativas sociais por ele influenciadas direta ou indiretamente, que em determinados momentos se utilizou da força física, para enfrentar as brutalidades da ditadura e para tentar implementar um Estado socialista, uma sociedade mais justa. Mas a questão aqui não é discutir, para utilizar as ideias de Norbert Elias, se esses grupos têm ou não legitimidade para o uso da força física. Inclusive existem estudiosos, como Marcelo Ridenti, em entrevista para esta pesquisa, que afirmam que não foi o uso da violência pela ditadura ou a ditadura propriamente dita que fez ressurgir a luta armada no Brasil. Mesmo que não houvesse ditadura militar no Brasil, em 1964, com o uso indiscriminado da repressão violenta, haveria movimentos revolucionários insurretos aqui, principalmente pelos espíritos exaltados na América Latina com os exemplos dados pela Revolução Chinesa e, principalmente, pela Revolução Cubana. Mas uma coisa pode-se afirmar: a ditadura contribuiu, funcionou como um estopim para os levantes que aqui aconteceram.

Por outro lado, nessa época, o Estado brasileiro, utilizando de um sistema político com traços positivistas, fez uma propaganda que colocava os comunistas, em geral, como marginais que ameaçavam a ideia de “Ordem e Progresso” estampada em nossa Bandeira Nacional. Exemplo

disso é o depoimento de Nise Tavares Jinkings, filha do comunista Raimundo Jinkings e professora de sociologia da Universidade Federal de Santa Catarina:

Vivíamos um momento em que os órgãos de comunicação, controlados pelo governo militar, atuavam como forte mecanismo de dominação, divulgando cotidianamente os ideais do movimento contra-revolucionário de 64. Sem dúvida, grande parte da população incorporava os valores que lhe eram transmitidos e julgava que o golpe militar “salvava” o país da “anarquia comunista” (BRASIL, 1995).

Essa propaganda, assim como a repressão violenta do Estado contra os comunistas, gerou consequências drásticas para o PCB. Além da imagem dos comunistas como antipatriotas, fez com que, mais uma vez, diversos militantes do Partidão, principalmente dirigentes, o abandonassem em nome de uma luta armada contra as brutalidades das Forças Armadas e os órgãos policiais. Vale lembrar que Carlos Marighella entra para a Comissão Executiva do PCB em 1952, coincidência ou não, no auge do Manifesto de 1950, que pregava a luta insurreta, e saiu em 1967, depois de alguns anos de lutas internas no Partido, justamente em função de seu posicionamento insurreto, contrário aos ditames democráticos do PCB decorrente da Declaração de março de 1958. Um ano depois, junto com Joaquim Câmara Ferreira e outros, Marighella funda a Ação Libertadora Nacional. Semelhante a isso, alguns militantes que pensavam que era o momento de voltar ao uso da força e da luta armada, uma arma contra a ditadura, mostram-se descontentes como, por exemplo, Mário Alves, Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho, que fundam o PCBR. O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) foi fundado por estudantes comunistas dissidentes do Rio de Janeiro e teve a participação de Franklin Martins, Nelson Chaves dos Santos, Vladimir Palmeira, Cid Benjamin, Fernando Gabeira e Cezar Benjamin. Esse movimento, juntamente a ALN, sequestrou o embaixador Charles Burke Elbrick, em setembro de 1969, em troca da libertação de presos políticos da ditadura. A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) foi fundada por Carlos Lamarca, Iara Iavelberg e Ladislav Dowbor. Por sua vez, a Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-Palmares) foi fundada por Dilma Rousseff, Carlos Minc, entre outros. Nesse parágrafo percebe-se que mais uma vez uma quantidade bastante grande de militantes abandonam o Partido. O problema é que, além da quantidade, trata-se da saída de elementos fundamentais no Partidão, pois muitos dos que saíram compunham órgãos da direção do PCB, como é o caso de Carlos Marighella, Jacob Gorender, Mário Alves, Apolônio de Carvalho e outros.



### **O PCB da anistia de 1979 versus Luis Carlos Prestes**

Desde 1974 percebe-se um contexto desfavorável ao regime e favorável às forças democráticas bem como ao movimento popular. No ano de 1978, com o agravamento da situação econômica e social do Brasil decorrentes da inexperiência política e administrativa dos militares, do favorecimento da oligarquia nacional e do imperialismo norte-americano, aumenta o descontentamento dos operários, dos setores populares e de outros segmentos da sociedade brasileira, como, por exemplo, parte da burguesia. Aumenta o desgaste do regime ditatorial militar e ocorre a ampliação do movimento de massa (CARONE, 1982c). A reboque disso, aumentaram no PCB os movimentos de redemocratização do país. Isso fica muito claro inclusive em sua Resolução Política, de novembro de 1978 (*A Voz Operária*, n. 152). Digo a reboque desse movimento de massa porque a democracia pleiteada pelo PCB era maior do que a conquista de espaço parlamentar. Referia-se principalmente ao fortalecimento da sociedade civil e esse esforço contou com apoio de expressivas entidades da sociedade brasileira, como, por exemplo, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Além disso, as eleições de 15 de novembro de 1978 foram consideradas um grande golpe contra o governo da ditadura, como detalharemos no item sobre o posicionamento do PCB diante da anistia.

Com esse panorama montado, em 1979, João Batista de Oliveira Figueiredo assume a Presidência da República, já sem o Ato Institucional nº 5 (o famoso AI-5) que havia sido revogado, no dia 13 de outubro de 1978, no governo de seu antecessor, o general Ernesto Geisel, e que diminuiu as restrições aos políticos da esquerda. Ele assumiu com a missão de restabelecer, de forma gradual, a democracia no país. Vale lembrar que o novo presidente é um general, filho de um general, Euclides Figueiredo, que tomou parte em alguns movimentos de esquerda na década de 1920 e 1930, entre eles a Revolução do Forte de Copacabana, também conhecida com a Revolta dos 18 do Forte, e a Revolução Constitucionalista de 1932, a qual comandou.

Em virtude disso foi preso e exilado em Portugal e na Argentina, retornando ao Brasil após uma anistia em 1934. Vale lembrar pela ironia do destino de ser filho de revolucionário, revolucionário convicto, diferente de alguns tenentes que participaram do movimento tenentista e mais tarde fizeram parte do Golpe de 64 e do regime de ditadura militar, como é o caso de

Cordeiro de Farias, Eduardo Gomes, Juraci Magalhães e Juarez Távora. Alguns deles chegaram a ser presidente na época da ditadura, como Ernesto Geisel, Castelo Branco e Médici, e, mesmo assim, fazem parte de uma ditadura sangrenta como essa e são tão resistentes à abertura democrática e à anistia. Esperava-se que para ele essa transição gradual fosse mais fácil. Esperava-se que, sendo filho de uma pessoa com um passado como esse, fosse mais maleável, como às vezes até tentou transparecer. Embora se saiba que ele estava a serviço do regime para quem essa abertura na verdade não era fruto de algum “bom samaritanismo”.

Essa decisão foi tomada pelo regime militar porque a forte e crescente crise econômica, social e política na qual o Brasil se encontrava aumentava a oposição ao regime militar e promoveu contradições no bloco ditatorial. Tudo isso favorece cada vez mais às forças democráticas. Em 1979, o Presidente Figueiredo enviou ao Congresso Nacional um projeto de anistia. Projeto esse que inicialmente, segundo Carone (1982c), não se tratava de anistia e sim de uma revisão das punições, mas, devido às pressões sociais, “não tendo o Presidente para onde correr”, virou mesmo um projeto de anistia.

Esse projeto de lei deu início a Lei 6.683, popularmente conhecida como a Lei da Anistia, promulgada pelo presidente Figueiredo em 28 de agosto de 1979. Indiscutivelmente a anistia foi muito importante para o movimento de esquerda brasileiro, principalmente para o PCB que entre os anos de 1973 e 1975 foi violentamente golpeado. Um terço de seu comitê Central foi assassinado pela repressão e milhares de militantes submetidos à tortura e, em alguns casos, à morte, dentre os quais o jornalista Vladimir Herzog, que ficou mais conhecido na mídia. Em função disso, o Partido teve parte de sua direção obrigada a rumar para o exílio. Mas esse episódio da anistia merece aqui um parêntese para analisar a luta de Terezinha Zerbini pela tão desejada e alcançada anistia “ampla geral e irrestrita”, em 1979. Luta essa desenvolvida juntamente com seu marido general Zerbini, que já tinha sido severamente criticado no passado por ter apoiado o governo de João Goulart, o que não era exatamente a intenção do Presidente Figueiredo e muito menos da ditadura. Luis Hidelbrando Pereira<sup>18</sup>, em seu livro *Crônicas de*

---

<sup>18</sup> Cientista engajado, como ele mesmo se classifica, professor da USP, foi afastado do Brasil em 1964 e novamente em 1968 devido ao AI-5. Primeiramente estudando em Bruxelas e depois trabalhando em Paris, trabalhou com François Jacob, prêmio Nobel em Genética Molecular, organizou e dirigiu a Unidade de Parasitologia do Instituto Pasteur, consagrando-se como pesquisador de grande prestígio internacional, onde ficou por aproximadamente 30 anos. Mesmo no exterior, manteve sempre uma militância política ligada ao Brasil, juntamente com Frei Oswaldo, Armênio Guedes e outros comunistas exilados e com a ajuda de intelectuais franceses, como Jean Paul Sartre. Foi um grande defensor da redemocratização do Brasil, na luta contra a ditadura militar, dando, inclusive muito apoio logístico a diversos exilados políticos brasileiros, como, por exemplo, Apolônio de Carvalho, Gregório Bezerra, Célio Guedes, Terezinha Zerbini e seu marido o general

*Nossa Época*, chega a dedicar um capítulo a essa mulher que se intitula Santa “Terezinha da Anistia” (HIDELBRANDO, 2001). Nesse capítulo, ele cita três tentativas de Terezinha Zerbini e seu marido de lançamento de uma Campanha de Anistia. A primeira foi quando, em 1967, por meio do Frei dominicano Oswaldo Resende, ela conseguiu uma audiência com o ex-presidente da CNBB, ex-arcebispo de São Paulo e então arcebispo de Aparecida do Norte-SP, Dom Carlos de Vasconcelos Mota, para solicitar o seu apoio a um movimento pela anistia que estava nascendo. Nessa primeira tentativa, Terezinha lançou mão de basicamente três argumentos.

- A tradição brasileira de Anistia. Deu os exemplos de 1930 e 1932, quando a anistia foi proclamada rapidamente após os movimentos revolucionários militares.
- Insistiu na necessidade de desarmar os espíritos, cujo aquecimento, visível no quadro social e político, ameaçava mergulhar o país numa nova vaga de violências.
- Ressaltou o papel da Igreja na defesa da paz social e o da CNBB, como instrumento de expressão dos sentimentos pacifistas de bom entendimento entre os homens defendidos pelos cristãos (HIDELBRANDO, 2001:128).

Não foi nessa tentativa que ela teve êxito. Com o argumento de que a Igreja estava concentrando todos os seus esforços na organização do Congresso Eucarístico de 1968 em Medellín, na Colômbia, que ia ter a participação do Papa Paulo VI e de toda a hierarquia da Igreja Católica latino-americana, Dom Carlos comprometeu-se no máximo a defender junto ao Papa e ao episcopado uma posição política de defesa da paz social, que envolvia entre outros – solidariedade com os pobres, os humildes etc. – o estabelecimento de uma política de tolerância que passava obrigatoriamente pela anistia. Segundo ele, não era um momento propício para uma ação isolada da Igreja brasileira. Vale lembrar que durante o governo de João Goulart, como presidente da CNBB, Dom Carlos de Vasconcelos foi favorável às reformas de base de Jango e que, em função disso, queria desfazer as prováveis ligações políticas com aquele governo. Ao que nos parece, o arcebispo não estava muito disposto a defender mais uma causa política.

Hildebrando (2001) nos remete também à segunda tentativa de Terezinha Zerbini de estabelecer uma Campanha pela Anistia. Essa aconteceu depois do Congresso de Estudantes da UNE, em 1968, mais conhecido como Congresso de Ibiúna. Esse Congresso foi realizado na Fazenda Ibiúna, próximo à cidade de São Paulo, justamente por intermédio do casal Zerbini,

---

zerbini, Celso Furtado, o próprio ex-presidente João Goulart quando foi fazer tratamento médico em Paris, entre outros.

que conseguiu a fazenda de amigos, mas teve um final trágico: a prisão de todos os seus participantes. Terezinha também foi presa e libertada uma semana depois, quando lançou a Campanha das Mães pela Anistia dos Estudantes de Ibiúna. Apesar de todas as mulheres que comporam a direção da Campanha, como, por exemplo, Jovina Pessoa, Ruth Escobar, Rada Abramo, Suzana Sampaio, não serem mães de estudantes e algumas nem mães serem, conseguiram fazer uma mobilização que possibilitou a soltura da maioria dos estudantes presos. Restaram presos somente os líderes do Congresso – José Dirceu, Marc Vanderweil e alguns dirigentes da UNE.

Essas duas tentativas deram início a diversas iniciativas pela anistia: Comitês Femininos pela Anistia, Comitês Brasil Anistia e o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), fundado em 1975 por Terezinha Zerbini. Mas a luta continuava. Em 1974, em visita a Paris, juntamente com seu marido o general Zerbini, reuniu-se com um grupo de exilados políticos, entre eles Luis Hidelbrando e padre Oswaldo Rezende, na casa de Violeta Arraes<sup>19</sup>, propondo a criação de um movimento pela anistia em Paris. Após diversas articulações com exilados brasileiros, militantes de esquerda franceses e intelectuais daquele país – tudo isso com a ajuda incansável de Violeta, Hidelbrando e padre Oswaldo – elaboraram o regimento do Comitê Brêsil Amnistie<sup>20</sup>, que foi fundado no dia 10 de setembro de 1974. Esse comitê contribuiu muito para os esforços pró-anistia, promovendo, entre outras, grandes manifestações públicas contra a ditadura brasileira e pela anistia, congressos europeus como o de Bruxelas e o de Roma em 1978 bem como a organização da jornada de protestos em Paris, por ocasião da visita do presidente Geisel. Depois desse parêntese, podemos nos referir à Lei de Anistia de 1979.

A Lei da Anistia de 1979, embora não sendo ainda ampla, geral e irrestrita, permitiu não só o retorno de diversos exilados políticos ao Brasil, mas também o restabelecimento de parte de sua cidadania. Estava estabelecida mais uma grande oportunidade de reestruturação da esquerda brasileira, de redemocratização do país e, no caso mais específico desse trabalho, a grande possibilidade de reestruturação do PCB que tinha sido quase que dizimado pela repressão violenta e cruel dos anos de chumbo da ditadura militar. Conforme já citado, os exilados encontram um Brasil com mais abertura.

---

<sup>19</sup> Violeta Arraes era socióloga, psicóloga e irmã do ex-governador Miguel Arraes. Ela foi uma grande ativista política no Brasil e em Paris, onde residiu de 1964, depois do Golpe, até a anistia em 1979. Sua casa tornou-se um local de constantes reuniões e debates, com exilados brasileiros e chilenos, sobre ditadura militar.

<sup>20</sup> Comitê Brasil de Anistia.

a classe operária, as massas populares e as forças democráticas conquistaram espaços onde estão podendo defender melhor seus interesses específicos e os interesses gerais da nação e de algum modo, podendo dar prosseguimento à luta pela redemocratização do país (CARONE, 1982c:256).

Entretanto, não se pode ignorar que a abertura não foi fruto da boa vontade dos militares. A instabilidade política, social e econômica os levaram a isso. Mas os ditadores não pretendiam abrir mão do poder e de seu caráter militar-fascista: “a ditadura não pretende assinar seu próprio atestado de óbito” (CARONE, 1982c:156). A situação da abertura fica um tanto quanto paradoxal: por um lado, o contexto sociopolítico é extremamente favorável às forças democráticas, às ações populares, à abertura, por outro lado, o regime se utiliza de estratégias enganosas para manter o seu poder. O primeiro lado da oposição é claramente percebido pela grande quantidade de greves dos trabalhadores e pela derrota eleitoral do regime em novembro de 1978, que desferiram um golpe quase mortal do povo contra a ditadura. Nas comemorações do 1º de maio de 1979, somente no ABC paulista, mais de 100 mil pessoas se reuniram em um manifesto promovido por mais 56 unidades. Ação sem igual na história do Brasil. E, segundo a Resolução do Comitê Central do PCB, publicada no número 159 do Jornal *A Voz Operária* de maio de 1979, “entre maio de 1978 até hoje, mais de 1 milhão de trabalhadores foram à greve, sobrepondo-se à legislação repressiva e, na maioria dos casos, impondo derrotas à política salarial do regime” (CARONE, 1982c:243).

Mais uma vez, como em 1974, o voto popular desferiu poderoso golpe nas pretensões do regime de estabilizar-se nos quadros jurídicos e institucional por ele mesmo fixados (CARONE, 1982c:234).

A oposição e a imprensa brasileira consideraram o resultado das eleições de 1978 como uma vitória antigovernamental pelo facto de o MDB ter tido, para o Senado, mais 4.291.202 votos que a Arena e ter recolhido vitórias nos Estados mais populosos e economicamente poderoso da Região Centro-Sul, ou seja, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Apesar desta diferença de votos, a ARENA conseguiu eleger 14 Senadores contra 8 do MDB (...). Isto foi possível em virtude do sistema de representação no Senado, acima referido, porque o Estado de São Paulo deu ao partido opositor uma vantagem obtida no conjunto do país” (idem).

**Quadro 1 – Resultado Final das Eleições de 1978 para o Senado**

<b>Estado</b>	<b>ARENA<sup>21</sup></b>	<b>MDB</b>	<b>Branços</b>	<b>Nulos</b>
Acre	31 242	31 183	1 065	1 888
Alagoas	189 728	157 703	30 256	34 399
Amazonas	115 048	114 827	22 897	28 627
Bahia	1 145 425	629 967	266 028	1 978 53
Ceará	758 817	591 034	129 066	45 495
Espírito Santo	270 071	246 913	46 496	49 260
Goiás	444 170	536 113	101 738	84 989
Maranhão	476 530	161 872	69 994	49 911
Minas Gerais	1 668 297	1 137 077	656 165	398 608
Mato Grosso Sul	180 223	142 108	28 502	28 043
Mato Grosso	123 224	97 672	58 857	7 575
Pará	332 261	262 378	124 375	73 744
Paraíba	303 154	368 611	48 332	48 469
Pernambuco	693 497	654 592	76 993	101 923
Piauí	550 225	-	31837	16 191
Paraná	1 083 573	1149 533	208 183	197 761
Rio de Janeiro	1 296 574	2 184 900	523 635	489 019
Rio Grande do Sul	284 436	207 876	32 655	39 965
Sta. Catarina	1 091 131	1 751 469	174 766	112 219
Sergipe	606 429	626 185	93 871	101 652
São Paulo	1 225 730	5 789 872	1 154 395	925 455
<b>Total</b>	<b>12 239</b>	<b>17 530</b>	<b>3 783 550</b>	<b>3 048</b>
	<b>418</b>	<b>620</b>		<b>053</b>
Vitórias	14	8		

Fonte: ALVES; BAPTISTA, 1979.

<sup>21</sup> Aliança Renovadora Nacional, partido de situação da época da ditadura militar estabelecida com o Golpe de 1964.

E essa vitória foi conseguida também pelo aumento da bancada de oposição na Câmara dos Deputados e nas Assembleias Legislativas, como pode ser visto no Quadro 1. Tudo isso mesmo com todas as restrições colocadas pelo regime, como a “máquina de propaganda ditatorial, os Senadores Biônicos, a corrupção desenfreada, as pressões de toda ordem, das intimidações e do emprego, em muitos casos dos órgãos de repressão” (CARONE, 1982c:234), sem mencionar a Lei Falcão<sup>22</sup>. Ainda contam como ponto a favor da luta antiditatorial a extinção do AI-5 e o restabelecimento do *habeas corpus* para os chamados crimes políticos.

Já o outro lado do paradoxo fica evidenciado quando os governantes se referem à redemocratização, mas na verdade pretendem mesmo é consolidar o regime. Existe mudança, mas são mantidas as bases ditatoriais. Falava-se em redemocratização, mas estabeleceu-se as reformas políticas antidemocráticas que visavam manter os políticos da ARENA – partido ligado ao regime – em maioria nas casas parlamentares. Fala-se em democracia, mas se edita a Lei de Segurança Nacional, a lei antigreve etc. Os governantes ditadores estimulavam a produção agropecuária para encher a panela do pobre, mas instituíram o chamado “pacote de abril de 1977”, que teve uma ação contrária a essas promessas. Além disso, eles não mencionavam as vendas de empresas brasileiras lucrativas para os estrangeiros e a cessão de grandes extensões da Amazônia. Criavam estratégias para dividir a oposição, partindo da desarticulação do PCB. A reforma partidária de 1979, no governo Figueiredo, proporcionou a criação de diversos partidos, o que será melhor detalhado no item sobre a criação do PT.

É preciso manter bem à vista a linha divisória entre a abertura política, a manutenção do regime militar e os privilégios das elites. Perceber o descasamento do discurso dos militares com suas práticas, principalmente para quem voltou ao Brasil, depois de tantos anos de exílio. Esse foi o caso de Luiz Carlos Prestes que vai estar no centro do conflito com comunistas que permaneceram no país. Prestes era uma figura de muito carisma junto ao povo brasileiro e reconhecidíssimo como líder do Partido Comunista. A direção do PCB no Brasil manteve as orientações do seu VI Congresso.

Trata-se de fazer avançar agora nossa tarefa tática principal, definida pelo VI Congresso, que consiste em mobilizar, unir e organizar a classe operária e demais formas patrióticas e

---

<sup>22</sup> A Lei 6.339, de 1º de julho 1976, conhecida como Lei Falcão, limitava a participação em horário político eleitoral, a apresentação do currículo do candidato, da legenda e do número de registro, a fim de dificultar a divulgação de candidatos de oposição à ditadura.

democráticas para a luta contra o regime ditatorial, pela sua derrota e pela conquista das liberdades democráticas (CARONE, 1982c:247).

Na verdade esse posicionamento é um complemento das diretrizes adotadas pelo partido desde a Declaração de março de 1958, que determinou a luta pacífica para o atingimento de seus objetivos. Acontece que Prestes, talvez por ter ficado exilado em Moscou, muito próximo dos dirigentes do PCUS, com uma linha de extrema esquerda – inclusive surge nessa época diversas facções no PCB: extrema esquerda, centro esquerda, esquerda radical etc. – começa a ter alguma discordância com o restante da direção do PCB. Em virtude disso, acontece mais um conflito interno no Partido que lhe custou a perda de força política, justamente em um contexto social tão propício à sua reestruturação. Justamente em um momento em que, como diz Semeraro (2007:8),

a crítica e a contraposição ao Estado autoritário e ao sistema capitalista não eram mais suficientes. Era preciso avançar em direção à elaboração de propostas alternativas, desenvolver a capacidade de constituir novas organizações políticas na sociedade civil, conquistar espaços suficientes para preparar a formação de um Estado democrático-popular. (...) Em suma, além de romper com o passado colonial e alcançar a autonomia, precisava se preparar para criar, controlar e conduzir o complexo processo da nova formação político-partidária e das instituições democráticas necessárias para o país.

Assim como o Partido Comunista, Prestes defende a mobilização das massas na luta democrática, na luta contra a ditadura, como pode ser percebido em uma entrevista que a *Voz Operária* realizou com ele em sua edição número 19, de agosto de 1978, sobre os problemas políticos de maior atualidade em nosso país. O problema é que, para Prestes, a luta até deve ser pacífica, mas não elimina a possibilidade de luta armada para o partido atingir esses objetivos. Prestes deixa claro esse seu ponto de vista, quando em entrevista a esse diário, afirma que “os comunistas brasileiros precisam estar preparados para adotar a tática da luta armada, caso as circunstâncias favoreçam a ação”. Para grande parte do PCB, Prestes estava assumindo uma postura de esquerda radical, chegando a ir contra, como o depoimento acima citado pode mostrar, o posicionamento de luta pacífica assumida na Declaração de março de 1958 e ratificada pelos V e VI Congressos, conforme já citado. Para Prestes, o PCB estava se tomando um partido reformista deixando de ser um partido revolucionário, de vanguarda e assumindo uma posição a reboque da burguesia (reboquismo) e estava se posicionando mais a direita, como denuncia Anita Leocádia Prestes (2006:62):



Em março de 1980 o veterano combatente comunista torna pública sua “Carta aos Comunistas”, em que oficializa seu rompimento com a política “oportunista de direita” imposta pela direção do PCB, denunciando a postura, adotada pelo Comitê Central, de abandono da luta pelos objetivos revolucionários e socialistas que deveriam nortear o Partido Comunista.

Mas, na verdade, isso é só uma parte de um sério conflito interno no partido, conflito esse que contribuiu para a história do enfraquecimento do PCB. Tornou-se bastante traumático para um partido que tentava se reestruturar, pois tinha em seu centro Luis Carlos Prestes, secretário-geral do PCB e indiscutivelmente um líder carismático nacional. Segundo Arildo Dória<sup>23</sup>, em entrevista para esta pesquisa, um dos problemas do PCB foi o fato de a imagem de Prestes estar acima da imagem do Partido. O “prestismo” era maior que o “pecebismo”, no entanto, Prestes, embora mais popular em termos de quadros do PCB, levou poucos militantes com ele, quando rompeu com o partido. Para análise desse conflito, poderíamos utilizar diversos documentos do partido e depoimentos tanto de Prestes como dos demais dirigentes do partido na imprensa, mas iremos focar em dois documentos: a entrevista de Hércules Corrêa, Giocondo Dias e Salomão Malina no *Jornal do Brasil*, conforme abaixo especificado, e a Carta aos Brasileiros que Prestes fez como resposta a essa entrevista e a tudo que estava acontecendo com o PCB e com o contexto político do Brasil da época.

No dia 3 de fevereiro de 1980 é publicado no *Jornal do Brasil* uma entrevista com Hércules Corrêa, Giocondo Dias e Salomão Malina, que discorrem sobre as divergências existentes no PCB, mais especificamente entre Prestes e a direção. Em vista da comoção gerada por essa entrevista do *Jornal do Brasil* e até por ter sido nela criticado, logo depois, em março, aproximadamente um mês após da referida entrevista, Prestes escreve a famosa Carta aos Brasileiros em que, além de se esclarecer perante os demais integrantes da direção do Partido, alerta ao povo brasileiro sobre a crise que atravessa o PCB, tanto pela falência de sua direção quanto pela sua orientação política estar superada e não corresponder à realidade que atravessavam à época. Apesar de tudo, assume, assim como Hércules Corrêa na entrevista ao *Jornal do Brasil*, que as divergências deveriam ser resolvidas por meio de discussões democráticas dentro do Partido.

Já nas três primeiras perguntas fica claro que existe um conflito declarado. A primeira pergunta – “qual o caráter das divergências do Sr. Prestes com o Comitê Central?” – mostra o objetivo

---

<sup>23</sup> Arildo Dória foi militante do PCB e depois do X Congresso optou por integrar os quadros do PPS.

da entrevista: discutir o conflito entre Prestes e o Comitê Central (CC). A segunda pergunta – “as declarações do Sr. Prestes representam a opinião do Comitê Central?” –, ao ser respondida taxativamente que não por Hércules Corrêa, não deixa dúvida que existe um grande conflito entre Prestes e o Comitê Central (CC). Com a terceira pergunta – “como os senhores pretendem resolver as divergências do Sr. Prestes com o CC?” – fica também claro, juntamente com a duas anteriores, que o motivo da entrevista é basicamente denunciar as atitudes de Prestes. Na Carta aos Brasileiros, Prestes também não esconde a séria crise existente no Partido, pelo contrário, a denuncia juntamente com outros aspectos negativos, a seu ver, do Partido Comunista. Exemplo disso é quando diz:

Assim vem sendo levantada a bandeira da unidade do PCB para na realidade encobrir uma atividade divisionista e de simples acobertamento de graves fatos ocorridos na direção. Na verdade, uma real unidade em torno de objetivos politicamente claros e definidos inexistente há muito tempo (CARONE, 1982c:321).

A quarta pergunta – “os senhores concordam com o Sr. Prestes quando ele diz que os comunistas brasileiros devem estar preparados para adotar a tática da luta armada, caso as circunstâncias favoreçam essa ação?” – mostra a causa da desavença entre Prestes e o CC. Não somente pela luta armada especificamente, mas pelo fato de que esse pensamento representa uma postura mais radical a esquerda de Prestes, provavelmente pela sua proximidade com a URSS, onde esteve exilado, no governo do conservador Leonid Brejnev.

Depois dessas quatro perguntas fundamentais para entender o conflito dentro do PCB, seguem-se mais 22 perguntas que servem muito mais para mostrar o posicionamento do PCB naquele contexto histórico. Algumas perguntas destacam alguns pontos contrários, mas também alguns pontos comuns aos de Prestes.

A pergunta feita aos três membros do CC – “o PCB desestimula, então, a articulação de uma frente de esquerda” – demonstra um dos aspectos fundamentais do conflito. Na resposta que deu a essa pergunta, Hércules Corrêa deixa claro que o PCB é a favor de uma frente ampla de forças antiditatoriais. Inclusive o Partido tomou essa decisão no V Congresso, em 1960.

Consideramos grave erro político, que resultará em inevitável atraso, na luta pela democracia em que a classe operária e o nosso povo estão empenhados, a proposta de uma frente de esquerda no lugar de uma frente ampla de forças antiditatoriais, no que alguns círculos insistem atualmente (Entrevista de H. Corrêa, G. Dias e S. Malina ao JB apud CARONE, 1982c:258).

Quando Hércules menciona “que alguns círculos insistem atualmente”, está nitidamente se referindo a Prestes e seus seguidores, pois Hércules é a favor da criação de uma frente de esquerda. Diz Prestes:

Penso que, para chegarmos à construção de uma efetiva frente democrática de todas as forças que se opõem ao atual regime, é necessário que se unam as forças de “esquerda” – quer dizer, aquelas que lutam pelo socialismo – no trabalho decisivo de uma organização das massas “de baixo para cima” (CARTA AOS BRASILEIROS. In: CARONE, 1982c:328).

Além disso, vê-se, nesse mesmo parágrafo da Carta de Prestes, que se trata de uma resposta à entrevista dos três dirigentes do Partido:

(...) não se pode deixar de chegar à conclusão lógica de que é totalmente infundada a contraposição, que vem sendo a mim atribuída, entre uma suposta “frente de esquerda” e uma “frente democrática” ou de oposição. Jamais coloquei o problema dessa maneira, o que não passa de mais uma deturpação do meu pensamento, útil àqueles que precisam tergiversar minhas ideias para poder combatê-las (CARTA AOS BRASILEIROS. In: CARONE, 1982c:328).

O cerne da divergência é que Prestes, volta ao Brasil não acreditando na abertura política proposta pelo regime. Ele não está de todo errado, pois, na verdade, os militares não queriam abrir mão do poder, mas o contexto socioeconômico e político fez dessa abertura um caminho sem volta. O controle se esvaiu das mãos dos ditadores. Em função disso, para Prestes, o PCB optou pela frente ampla de forças antiditatoriais e, com isso, ele estava se associando aos aliados burgueses, ficando a reboque deles (reboquismo) e assumindo uma postura de reformismo – característica dos sociais-democratas que o comunismo real da União Soviética tanto condenava –, ao invés de uma postura revolucionária como ele pensava que deveria ser. Acontece que, como já visto, a intenção da ditadura era fazer uma revisão do regime e não a “abertura democrática” brasileira. Embora seja tema do próximo item, é importante salientar que essa questão da revolução violenta do reformismo social democrata estava sendo muito discutida pelos eurocomunistas que procuravam um caminho alternativo, parodiando Norberto Bobbio, “um terceiro caminho”. Acredita-se que o fato dessa discussão estar muito intensa na Europa e de os soviéticos perceberem os eurocomunistas tentando se afastar da luta insurreta – só a utilizariam em último caso – e se aproximando do reformismo, nos permite inferir por que

Prestes, que era próximo ao PCUS, volta para o Brasil com essas ideias mais de estratagemas esquerda e até se entende por que ele chega a afirmar em entrevista que a luta é passiva, mas que se deve estar preparado para a utilização da luta violenta em uma situação extrema. Na visão de Prestes, esse reboquismo e reformismo ao qual o PCB acabara se sujeitando, favorecia ao Regime.

Por outro lado, a resposta de Hércules Corrêa defende que a ideia de Prestes de um objetivo maior (transição para o socialismo) já se mostrou equivocada, inviável e foi rejeitada pela classe operária e que, por isso mesmo, sua ideia não levava em conta a realidade política concreta brasileira. Talvez pelo seu afastamento durante o exílio. Pode-se fazer uma analogia desse conflito com a teoria de Antonio Gramsci sobre a Guerra de posições e a Guerra de movimentos. Percebe-se que as ideias que Prestes defende se assemelham a uma guerra de movimentos e que o posicionamento dos demais dirigentes do PCB se assemelham à guerra de posições.

Vale lembrar que, nessa mesma época, como veremos no próximo item dessa tese, também existiu um conflito dos eurocomunistas, mais próximos à Itália de Gramsci, e de uma esquerda mais radical, mais próxima do comunismo russo, que era o caso de Prestes. A postura adotada pelo partido quando do X Congresso era mais gramsciana, haja vista, entre outras, a semelhança entre o IX e o X Congressos do PCB, respectivamente, em 1991 e 1992, o Congresso do PCI em Bolonha, em 1989, e o Congresso de Rimini, em 1991, sem mencionar que essa discussão nos parece estar na origem da inversão que acontece no X Congresso do PCB – de democracia como ferramenta para o socialismo, para o socialismo como ferramenta para a democracia.

Uma das perguntas – “o PCB não reconhece que o regime sofreu uma mudança com o processo de abertura política?” – abre espaço para que Giocondo Dias fale do caráter apenas aparente da abertura, pois a ditadura não pretende perder o seu controle, o seu poder e muito menos assinar o seu próprio atestado de óbito. Permite-se a referência a uma passagem das resoluções do IX Congresso do PCB, em 1991, sobre esse assunto:

Ao contrário da suposição ingênua, não se trata para essas elites conservadoras e reacionárias de tentar provocar um retorno à situação militar, mas, sim, de viabilizar um novo padrão hegemônico burguês.

Em sua Carta aos Brasileiros, escrita logo após essa entrevista, Prestes também cita esse caráter aparente da abertura promovida pelo regime e ainda afirma que a divulgação do conflito existente no partido, na imprensa, não é nada mais nada menos que uma estratégia da campanha anticomunista que agora pretende “minar o PCB a partir de dentro” (CARONE, 1982c:319).

A ditadura lança mão de diversas estratégias para minar o PCB, inclusive favorecendo o conflito entre seus dirigentes. Não é a toa que “as páginas da grande imprensa foram colocadas à disposição de alguns dirigentes do PCB”. Não parece que comunista na mídia fosse uma habitualidade naquela época; somente em momento de conflito, para agravar a crise. Mostrar ao povo brasileiro que, se nem os dirigentes do Partido estão conseguindo unir forças para lutar por sua causa, que também não está claramente definida, como vão se unir ao povo ou a outras instituições sociais para lutar por suas aspirações? O cavaleiro da Esperança, como também era conhecido Luiz Carlos Prestes, aproveitou esse gancho para anunciar que o Partido não está mais exercendo um papel de vanguarda, tornando-se um partido reformista, desprovido do seu caráter revolucionário e “dócil aos objetivos do regime” (idem, p. 320). Além disso, faz uma séria acusação ao Partido: de que sua orientação política não corresponde à realidade do movimento operário e popular: “estamos atrasados no que diz respeito à realidade brasileira” (idem, p. 320).

Na resposta da pergunta “e quanto à suspeição, levantada sempre que os comunistas falam de sua legalização, de que manteriam uma fachada pública encobrendo o verdadeiro Partido clandestino?”, Salomão Malina parece não dar muita importância e diz que, em caso de legalização, o partido seguirá as determinações legais e que isso é intriga dos que são contra a legalização. Já Prestes, em sua Carta, diz que não basta contar com a deliberação do Tribunal Superior Eleitoral, pois se não houver uma “conquista do movimento de massa e de todas as forças realmente democráticas em nosso país” (idem, p. 324) de nada adiantará. Outra pergunta – “o fechamento da *Voz Operária* é uma decisão que se encaixa no propósito de buscar a confiabilidade do regime, levando a que os comunistas acabem com o jornal que era o símbolo de sua resistência?” – parece ser tema de desavença entre Prestes e o CC. Em sua resposta Hércules Corrêa alega que não foi para o Partido ser confiável à ditadura, mas sim por que o jornal era clandestino e isso não combinaria com as condições que se abriram para a participação pública do Partido na vida do país. Pelas entrevistas feitas com Marçal Brandão,

Armênio Guedes e Luis Carlos Azedo, percebe-se que foi um pouco diferente. Teve influência do eurocomunismo, cujo conflito será detalhado em item específico.

Os três dirigentes do PCB aproveitam para mencionar, por exemplo, a crise econômica no Brasil e a reforma partidária de 1979; para declarar um repúdio ao posicionamento dos EUA em relação à invasão do Afeganistão, fazendo inclusive uma defesa do acordo geral de desarmamento; para citar a substituição do termo ditadura do proletariado por governo dos trabalhadores – a questão aqui é saber se não se tratava apenas de um disfarce para a defesa de um pensamento marxista-leninista ainda reinante no comunismo real da União Soviética. Até mesmo porque o conceito de governo dos trabalhadores não tem muita relação com a origem da ideia de ditadura do proletariado, que era a de se resguardar das tentativas restauradoras das classes dominantes de antes da revolução, inclusive, no caso brasileiro, se pergunta: que revolução? Além disso, alguns traços do comunismo real da URSS ainda permaneceram bastante ativos; no VII Congresso (1988); no Movimento de liberalização do PCB; na negativa à cópia do modelo eurocomunista; no conflito da democracia; no centralismo democrático de Lênin; na recusa do governo brasileiro ao embargo de venda de cereais para a URSS; na presença do estado na economia e na perspectiva da transformação socialista da sociedade; na burguesia nacional como apêndice ou não da burguesia internacional e outros assuntos que o PCB queria dar publicidade. Prestes também aproveitou a Carta aos Brasileiros para dar publicidade a outros assuntos que achava importante, principalmente a necessidade de os comunistas reavaliarem a direção do partido e os rumos que ele estava seguindo.

Fruto desse conflito e do conflito com os eurocomunistas, que será objeto de estudo do próximo item desse trabalho, mas que está intrinsecamente ligado a esse conflito ao qual nos referimos agora, em 1982, Prestes se desliga do PCB se filiando ao PDT. E o pior, levando consigo diversos militantes. Mais uma vez percebemos o enfraquecimento do Partido Comunista por ter seus princípios questionados perante a sociedade, por um homem com credibilidade perante ela, e pela perda de mais alguns de seus importantes membros.

### **O PCB de 1982 e os eurocomunistas**

Vamos tratar aqui do conflito gerado pela chegada ao Brasil de alguns princípios filosóficos do eurocomunismo. Esta parte da pesquisa tem uma peculiaridade. Essa crise aconteceu praticamente na mesma época do conflito de Luis Carlos Prestes e de alguma forma o influenciou. Digo isso porque, quando Prestes retornou da URSS, em 1979, o eurocomunismo

já estava sendo discutido na Europa e fazia sérias objeções ao PCUS, ao qual Prestes estava fortemente ligado. Por isso esse tema poderia ser abordado juntamente com o item referente ao conflito Prestes – PCB, mas, tendo em vista que se trata de um conflito bastante significativo para a história do PCB e mais especificamente para a história do enfraquecimento do Partido – até mesmo porque o eurocomunismo muito influenciou nos destinos do PCB que levaram ao ocorrido no seu X Congresso –, torna-se necessária a confecção de uma parte específica para ele.

Na década de 1970, comunistas italianos, como, por exemplo, Enrico Berlinguer, então secretário-geral do Partido Comunista Italiano (PCI); franceses, como George Marchais, então secretário-geral do Partido Comunista Francês (PCF); espanhóis, como Santiago Carrilo, então secretário-geral do Partido Comunista Espanhol (MONDIANI, 2006), passaram a fazer uma nova análise da Revolução Russa de 1917 – de que aconteceu dentro de um contexto sociopolítico e cultural atrasado e específico da Rússia daqueles anos. Para eles, esse tipo de revolução ou de comunismo não teria os mesmos resultados em países com um capitalismo desenvolvido e uma cultura mais desenvolvida, como era o caso de alguns países da Europa Ocidental. Tal análise, na verdade, já vinha sendo trabalhada desde a época de Antonio Gramsci, que muito influenciou, por exemplo, Enrico Berlinguer. Em países como esses, eram necessárias estratégias diferentes. Temos aí a origem de uma nova vertente do comunismo: o eurocomunismo. Suas ideias começaram se espalhando por países como Espanha, Portugal e França, ganharam a Europa Ocidental, China e alcançaram diversos países do mundo, como foi o caso do Brasil. Não há dúvida do papel fundamental do PCI no surgimento dessa vertente – para Giuseppe Vacca, o eurocomunismo era na verdade o “italo-comunismo”. Não há dúvida também da semelhança do contexto histórico sociocultural entre o Brasil e a Itália, países nos quais aconteceram uma revolução passiva no estilo gramsciano ou a via prussiana, no estilo de Luckas; e entre o PCB e o PCI, como será melhor detalhado em capítulo específico sobre as semelhanças e diferenças entre o PCB, o PCI e o PCF.

No Brasil, em entrevista para esta pesquisa, Armênio Guedes nega qualquer intencionalidade nos princípios gramscianos adotados por ele e Alberto Passos Guimarães ao redigir a Declaração de março de 1958. Alega apenas que ambos já tinham lido alguma coisa sobre o pensamento gramsciano em livros de Enrico Berlinguer. Carlos Nelson Coutinho, em contato telefônico, alega que o que aconteceu com o PCB em seu X Congresso não tem

qualquer relação com o pensamento gramsciano. Apesar disso, percebe-se já desde a Declaração de março diversas semelhanças entre a postura do PCB e as ideias de Gramsci.

No caso da nossa pesquisa, a semelhança mais forte é, provavelmente, a adoção de uma postura de luta democrática, inclusive utilizando o sistema eleitoral e o que Gramsci chamou de Guerra de posições. Em relação a isso, é preciso destacar dois aspectos. O primeiro: uma vez tomada essa postura, em 1958, em oposição à postura de luta insurreta e revolução a curto prazo (Guerra de movimentos de Gramsci) de agosto de 1950, o partido jamais voltou atrás. Ao contrário de um movimento pendular (segundo Gildo Marçal Brandão) entre luta insurreta e democrática, esse posicionamento estratégico do Partido foi ratificado pelo V Congresso, em 1960; pelo VI Congresso, em 1967, e por todos os demais congressos que aconteceram e, como tal, percebe-se alguma influência.

O segundo aspecto a observar é que justamente a irredutibilidade dessa postura provocou diversos conflitos que contribuíram para a história do enfraquecimento do PCB, como, por exemplo, a crise que gerou a criação do PCdoB em 1962, os diversos abandonos, na década de 1960, de militantes como Carlos Marighella e outros que retornaram a uma postura insurreta e a própria crise de Luis Carlos Prestes que, no final da década de 1960 e início da década de 1980, também havia regredido para uma postura mais radical de esquerda, mais próxima da Guerra de movimentos de Gramsci.

O ponto focal dessa divergência foi que os eurocomunistas defendiam a ideia de que uma sociedade socialista não poderia deixar de lado a manutenção das liberdades democráticas e a garantia do pluralismo, valores arduamente conquistados pela modernidade no curso das revoluções burguesas, entre os séculos XVII e XIX, e que o PCUS estava deixando de lado. A questão é que por criticar diversos aspectos do comunismo real existente na União Soviética e em seus países-satélites e defender abertamente a autonomia dos partidos comunistas de outros países, o eurocomunismo gerou conflitos no comunismo internacional e a sua tentativa de adoção no Brasil, também gerou conflitos no Partido daqui.

Exemplo disso é que na entrevista que membros do Comitê Central do PCB deram ao Jornal do Brasil no dia 3 de fevereiro de 1980, quando perguntado se a retirada da expressão ditadura do proletariado dos estatutos e do programa do partido quando do pedido de registro legal ao TSE, em 1962, significava uma renúncia a ela, Giocondo Dias respondeu que estrategicamente há muito já vinham substituindo o termo por governo dos trabalhadores, por que o nome ditadura não era bem visto pelo povo brasileiro, tendo em vista as situações



ditatoriais traumáticas pelas quais já havia passado. Mas afirma que ainda o consideram um conceito científico correto, que se refere a todo poder de classe. Essa é uma demonstração que mesmo após sérias discussões dos eurocomunistas que defendiam entre outras coisas que o conceito de ditadura do proletariado era contrário ao conceito de democracia como valor universal, o PCB ainda defendia a primeira como um conceito válido para a nossa realidade.

É criado então um conflito aparentemente tripartíte. De um lado, tínhamos o próprio Prestes que retornara a pouco da URSS. De outro, Werneck Vianna, Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Marçal Brandão e outros, liderados por Armênio Guedes que, por ter vivido muitos anos em Paris e em contato constante com os italianos, tinha uma postura eurocomunista. Entre estas duas vertentes estavam Giocondo Dias e Hércules Corrêa, entre outros, que mantiveram uma postura menos radical do que Prestes, porém menos renovadora do que o grupo de Armênio Guedes. Na verdade, o conflito que aparentemente era tripartíte acabou ficando por conta dos dois últimos grupos, tendo em vista que Prestes abandonou o PCB em 1982 – fato já analisado no item anterior – e que com a sua saída, justamente Armênio Guedes e Giocondo Dias travaram uma “luta” pela presidência do PCB. Giocondo Dias saiu vitorioso e Armênio Guedes, juntamente com alguns de seus seguidores, como, por exemplo, Werneck Vianna e Gildo Marçal Brandão, deixam o partido.

Não é preciso frisar muito que mais uma vez o partido perde importantes militantes, sem mencionar o potencial intelectual, pois Werneck Vianna é ainda hoje um grande intelectual das Ciências Sociais, ligado à Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), ao Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ), ao Centro de Estudos de Direito e Sociedade (CEDES), entre outros. Gildo Marçal Brandão, que morreu no dia 15 de fevereiro de 2010, foi grande cientista político, professor do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade de São Paulo (CEDEC/USP). Ambos contribuíram enormemente para o aparato intelectual e ideológico do Partido Comunista Brasileiro e para o estudo da política brasileira como um todo. Gildo Marçal Brandão juntamente com outros intelectuais, também chamados de grupo renovador, fundou o Jornal *Voz da Unidade*, em 1980, que passou a ser o semanário legal do Partido (SILVA, 2005). Com a derrota do grupo liderado por Armênio Guedes para o grupo de Giocondo Dias na batalha pela secretaria-geral do Partido, esse providenciou para que Luiz Carlos Azedo e Givaldo, conforme declaração do próprio Luiz Carlos Azedo, em entrevista para esta pesquisa, assumissem a administração do Jornal. Com isso e com a derrota política, Gildo Marçal Brandão e outros intelectuais, como, por exemplo,

Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Armênio Guedes, Luiz Werneck Vianna, Aloísio Teixeira, Marco Aurélio Nogueira, Moisés Vinhas, Ivan Ribeiro, Luiz Sérgio Henriques, Mauro Malin, abandonaram o partido representando mais uma vez o seu enfraquecimento. Esse conflito entre os pecebistas que ficaram no Brasil e os que retornavam do exílio fica evidente. Com a volta dos exilados políticos, o conflito interno do partido aumenta ainda mais, pois acontece um choque entre os jovens pecebistas que continuaram atuando no Brasil, mesmo na clandestinidade e os velhos pecebistas que voltavam para o Brasil <sup>24</sup>. Os velhos pecebistas, com ideias mais vinculadas ao comunismo internacional inclusive o da URSS; os jovens pecebistas, com ideias mais aderentes às especificidades da cultura brasileira. Mais uma vez a oposição autonomia *versus* heteronomia em relação à URSS e revolução insurrecional ou democrática. Por esses motivos, 1979 é aqui considerado um momento marcante na história da mudança de PCB para PPS.

A disputa entre os eurocomunistas e os comunistas tradicionais, mais próximos do comunismo soviético, serviu para que o PCB perdesse energia enquanto representante da esquerda e da oposição ao regime, de certa forma, atendendo às expectativas da ditadura. Mas esta disputa, que é uma prerrogativa da democracia, da liberdade de assumir pensamentos diferentes, assim como aconteceu com o eurocomunismo em relação ao comunismo real, serviu para, mais uma vez, proporcionar o amadurecimento do PCB. Com todas as idas e vindas do eurocomunismo na Europa (principalmente do PCF) e até no Brasil, um de seus traços ficou marcante no PCB e balizou a sua mudança de 1992, que foi a assunção da democracia como objetivo final da campanha do Partido. Carlos Alberto, um ex-militante do PCB e atual militante do PPS deixou isso bem claro no seu depoimento para esta pesquisa, quando, emocionado, falou “o PCB foi um grande defensor da democracia no Brasil, e o que aconteceu no seu X Congresso foi para salvar a democracia brasileira”. Lembrando que essa visão ainda não era clara no início do movimento eurocomunista em meados da década de 1970.

### **O PCB de 1988 e o Partido dos Trabalhadores (PT)**

---

<sup>24</sup> Informação obtida em entrevista com o Prof. Gildo Marçal Brandão do Departamento de Ciência Política da USP e à época jovem militante do PCB e que estava no Brasil. E também do professor Paulo César Nascimento do Departamento de Ciência Política da UnB, que na época voltava de estudos que fez em Moscou (não estava exilado).

Conforme já detalhado nesse trabalho, a ditadura militar já vinha em crise há bastante tempo, o que piorou com a extinção do AI-5, com o *habeas corpus* para os criminosos políticos, com a anistia, entre outros. No campo eleitoral, a ditadura vinha sofrendo fortes golpes democráticos. Primeiro, com o sucesso do MDB, que elegeu 17 senadores contra os 5 da ARENA nas eleições de 1974. A ditadura fascista-militar lança mão de estratégias para tentar minar o sucesso eleitoral da oposição que era dado como certo nas eleições de 1978: a Lei Falcão, o recurso do Senador Biônico, propagandas anticomunistas em redes de TV e rádios monopolizada por eles e outras estratégias vinculadas ao “pacote de abril”. Mesmo assim, acontece outro sucesso da oposição nestas eleições de 1978. Com a crise da ditadura cada vez maior, o sucesso nas eleições de 1982 era cada vez mais eminente, então não resta ao regime outra solução senão fazer a reforma partidária de 1979, orquestrada pelo general Golbery do Couto e Silva. Essa reforma é feita sob a alegação ideológica (no sentido marxista da palavra de distorção da realidade) de acabar com o bipartidarismo, proporcionando o pluripartidarismo para um processo eleitoral mais democrático. Mas na verdade o bipartidarismo não interessa mais ao regime, onde a ARENA já vinha perdendo espaço para o MDB desde 1974, conforme já citado. A verdadeira intenção do Sr. Golbery, chefe da Casa Civil do governo do Presidente Figueiredo, era dividir a oposição (o MDB onde os comunistas inclusive os do PCB estão infiltrados para manterem sua ação política) em uma tentativa desesperada de salvaguardar a dominação da ditadura militar. A questão é que se, por um lado, o bipartidarismo serviu para controlar as eleições, por outro, acabou funcionando como um catalizador, um aglutinador de todos os partidos e iniciativas de oposição. Essa situação tinha que ser neutralizada. Nasce nesse contexto o Partido Democrático Social (PDS), que substituiu a ARENA; o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que substituiu o Movimento Democrático Brasileiro (MDB); o Partido Popular (PP); o Partido Democrático Trabalhista (PDT), com Brizola, e é restabelecido o PTB que, depois de uma briga legal de Brizola e Ivete Vargas, acaba ficando com a segunda; assim como o Partido dos Trabalhadores (PT), que será personagem principal desse item no qual pesquisaremos mais uma ação que contribuiu para a história do enfraquecimento do PCB.

O PT foi criado por um conjunto um tanto quanto heterogêneo de militantes: políticos de esquerda, militantes das comunidades de base da Igreja Católica que seguiam a “Teologia da Libertação”, intelectuais moderados e líderes de sindicatos e de movimentos sociais (SAMUEL, 2004), basicamente por pessoas da oposição ao regime.

A leitura que os dirigentes sindicais fazem do panorama sociopolítico e econômico, com repressão violenta, crise financeira e maior participação das massas no processo de abertura política propagandeada pela ditadura, mas não acompanhada por suas práticas, é a mesma do PCB. Para isso, basta confrontar a Carta de Princípios do PT, de 1º de maio de 1979, principalmente em sua primeira parte,

o governo desencadeia sua repressão: os sindicatos serão invadidos e suas direções destituídas oficialmente, enquanto nas ruas a polícia persegue os piquetes e tenta impedir, pela violência, que os trabalhadores consigam local para se reunir,

e a Resolução Política do Comitê Central do PCB de maio do mesmo ano. Em sua segunda parte, a Carta de Princípios do PT aborda que, sendo o MDB criado pelo regime em um sistema bipartidário que atendia mais a seus interesses e aos da elite que ele representava do que ao povo brasileiro propriamente dito; e que ele trazia em seu bojo uma heterogeneidade que chegava ao conflito de interesses. Partindo dessa abordagem, alega que esse partido se tornava cada vez mais insuficiente para representar os interesses das massas trabalhadoras brasileiras.

O PT é concebido como um partido socialista, em defesa da massa trabalhadora que, segundo os dirigentes sindicais (que conceberam do PT), é a verdadeira força-motriz de uma sociedade socialista. Por essas e outras características, esse partido é concebido com uma ideologia muito semelhante à do PCB. O seguinte trecho de sua Carta de Princípios, de 1º de maio de 1979, mostra isso:

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena, exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia nem democracia sem socialismo. Um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática tem de ser, ele próprio, democrático nas relações que se estabelecem em seu interior.

Mostra inclusive que esse partido planejado também por ex-comunistas já incute em suas entranhas o conceito de democracia mais amadurecido. Talvez fruto de aprendizados adquiridos por esses ex-comunistas e outras facções da esquerda brasileira com os erros e acertos cometidos pelo PCB. Lembrando que esse conceito de democracia está mais amadurecido, mas ainda não ao ponto da inversão que é feita pelo PCB em seu X Congresso: a democracia como objetivo maior do socialismo. Digo isso porque na página seis da Carta de Princípios é utilizada a expressão **governo dos trabalhadores**, a exemplo da substituição do

termo **ditadura do proletariado** por essa expressão, mas apenas como tática para a tentativa de legalização do PCB em 1962, como demonstra o trecho a seguir.

Afirma, outrossim, que buscará apoderar-se do poder político e implantar o **governo dos trabalhadores**, baseado nos órgãos de representação criados pelas próprias massas trabalhadoras com vista a uma primordial democracia direta.

A Carta de Princípios menciona o PT como um representante da massa operária, dos trabalhadores, mas abre espaço para os membros de todas as classes, menos a dos patrões exploradores. Já o seu Manifesto de Fundação refere-se aos operários industriais, assalariados do comércio e dos serviços, funcionários públicos, moradores da periferia, trabalhadores autônomos, camponeses, trabalhadores rurais, mulheres, negros, estudantes, índios e outros setores explorados, aumentando o escopo da representatividade dos militantes do PT. Talvez esse reposicionamento seja fruto das críticas de Leonel Brizola publicadas no *Jornal do Brasil* e relatadas por Armênio Guedes em artigo publicado na *Voz Operária* n. 155, de fevereiro de 1979, ao responder um repórter sobre a possível criação de um partido dos trabalhadores. Brizola afirma que partidos não pluralistas, como é o caso do PT e também do PCB, estão fadados a um papel secundário na conjuntura política do Brasil. Um partido que não está identificado com sua luta pela transformação social da sociedade brasileira.

Com esse reposicionamento, o PCB tenta fugir desse estigma não pluralista e impotente. Na verdade, o PT surge com características muito semelhantes ao PCB, só que se trata de um partido novo, sem o estigma da palavra comunismo sobre a qual foi feita uma propaganda negativa tão grande. Nesse ponto, aniquilar o PCB, o objetivo do Sr. Golbery foi atingido, pois boa parte do povo corre para o PT, que protege as grandes massas e não carrega consigo o termo comunismo, ditadura do proletariado, União Soviética etc., embora se considere um partido socialista.

Apesar dessas semelhanças entre o PT e o PCB, não se pode deixar de lado as circunstâncias um tanto quanto adversas em que se encontrava o PCB quando o PT foi fundado, com nos mostra Werneck Vianna em entrevista para Maria Alice Carvalho.

Basta pensar o que foi o Partido Comunista. Principal responsável pela linha da resistência democrática à ditadura, quando essa linha se torna vitoriosa, ele desaparece, se extingue. Quer dizer, ele ainda está aí, virou PPS, mas perdeu a energia, perdeu a força. Além disso, surgiram agremiações novas, vindas da sociedade: o PSDB e o PT. O Partido dos Trabalhadores, como sabemos, é inteiramente estranho a essa história anterior e mobiliza uma intelectualidade que

tinha se confrontado, duramente, com a que defendera as liberdades democráticas. Grande parte dos intelectuais arregimentados pelo PT tinha vindo da luta armada e professara a crença de que “o povo armado derruba a ditadura”. Eles construirão esse partido de massas com uma postura absolutamente idiossincrática em relação à esquerda anterior, à esquerda do “povo organizado derruba a ditadura”. Daí essa configuração do PT, essa coisa quasimodal: uma liderança sindical, que vinha dos setores reformistas lá do ABC, com o Lula à frente, mais uma esquerda derrotada no caminho da luta armada e mais um pedaço da Igreja Católica, com as Pastorais da Terra e a Teologia da Libertação. Na medida em que esse caminho vai se afirmando, vai ejetando o outro, tira o lugar do outro. Bom, a indefinição desse Quasímodo, a ambiguidade dele, foi, paradoxalmente, a razão de seu sucesso. É por isso que o Lula pode falar: “Eu sou uma metamorfose ambulante”... (CARVALHO, 2008).

A resolução do VIII Congresso do PCB, em 1987, reafirma a mobilização para o fortalecimento de uma frente democrática que concretize a transição democrática (o Estado de Direito Democrático) que vinha sendo feita desde o fim da ditadura e que pudesse progredir bastante com a nova Constituição do Brasil. Embora ainda nas Resoluções do VIII Congresso do PCB perdure a ideia da democracia como caminho para se atingir o socialismo, percebe-se a luta por uma democracia cada vez mais forte, assim como a pleiteada pelo movimento eurocomunista. Essa frente democrática envolve todos os segmentos da sociedade interessados na conclusão da transição democrática que ainda não aconteceu. Havia espaço inclusive para o PT. O PCB vê na Assembleia Nacional Constituinte uma grande oportunidade de avanço nesse terreno, mesmo reconhecendo nela algumas deficiências.

O PT, inicialmente, foi contra o novo texto constitucional sob a alegação de que ela não favorecia a realização da reforma agrária. Ameaçou não assiná-la. Apesar de suas ressalvas, optou por assinar o novo texto constitucional. Essa divergência deu início a um desentendimento entre os dois partidos, que vai desembocar em um conflito com graves consequências para ambos, principalmente para o PCB, que vai mais uma vez enfraquecê-lo. Nas eleições presidenciais de 1989, o PCB lança candidato próprio, o então deputado Roberto Freire, mas, apesar das divergências já existentes, apoia a candidatura de Luíz Inácio Lula da Silva, do PT, no segundo turno, mas a vitória fica com Fernando Collor. Apesar dessa aliança para as eleições, continuam as desavenças entre o PT e o PCB, como pode ser visto no trecho abaixo extraído do *site* oficial do PPS.

PCB assume uma postura oposicionista diferenciada do restante da esquerda, é duro adversário da política ao fazer severas críticas ao PT e aos demais partidos oposicionistas por terem criado uma espécie de Governo Paralelo, como se estivéssemos num regime parlamentarista. Na

verdade, tratava-se de uma iniciativa bastante equivocada, pois tentava desconsiderar a existência de um governo legal e legítimo, produto da maioria dos votos dos brasileiros (<http://portal.pps.org.br>).

## CAPÍTULO V – Os antecedentes do X Congresso do PCB

Na verdade, tanto o IX quanto o X Congresso do PCB foram os responsáveis pelas profundas transformações pelas quais passou o PCB. Como já dito na introdução deste trabalho, em sendo o X Congresso do PCB, juntamente com o IX Congresso, visto como uma tentativa de seus dirigentes implementarem na prática o amadurecimento teórico e prático adquirido com seus erros e acertos, este capítulo tem um valor especial nesta pesquisa. Não que seja mais importante do que os demais, mas pode-se dizer que é a consequência de tudo o que foi abordado até agora.

Por isso, arriscaríamos dizer que o X Congresso significou mais do que o fim do PCB. Representou o início de uma nova concepção de socialismo e de sua contribuição para a democracia brasileira. Início de uma história que ainda possui muitos capítulos a serem escritos e que não serão objeto deste trabalho. Na realidade, as reformas do PCB vieram tarde demais, elas eram para terem sido feitas quando da abertura democrática e da luta contra o prestismo. A maioria da direção partidária optou por combater tanto o prestismo quanto o grupo renovador “eurocomunista”, o que acabou alienando os intelectuais do partido e atrasando as tão necessárias reformas.

Ainda que sejam citados e analisados estudiosos que contribuíram para a formação teórica e prática do PCB e da esquerda brasileira como um todo, como Caio Prado Junior, Carlos Nelson Coutinho, Marcos Aurélio Nogueira, Florestan Fernandes, Jacob Gorender, Leandro Konder, Werneck Vianna, entre diversos outros, faremos uma releitura de alguns desses autores e de suas filiações teóricas. Levando-se em consideração, também, que este trabalho tem como foco o amadurecimento democrático brasileiro e que, para isso, é necessária uma revolução social, faremos essa releitura referenciada em três desses estudiosos: Caio Prado Junior e Florestan Fernandes, no Brasil – com maior aprofundamento no primeiro deles –, e Antonio Gramsci, na Itália.

Florestan e Caio Prado porque, além de terem contribuído muito para o estudo da democracia brasileira e terem mantido algum tipo de vínculo com o PCB, possuem algumas divergências entre eles e com esse partido, em relação à revolução social brasileira, o que nos permite um debate proveitoso. Gramsci porque, além de ter sido seguidor e estudioso do marxismo-leninismo, deu início a um movimento de questionamento e consequente autonomia dessa teoria que tanto influenciou o Partido Comunista Italiano, como o movimento eurocomunista,



que, por sua vez, teve sua contribuição de influência no PCB e na vida política brasileira. Suas teorias guardam semelhanças com o que ocorreu com o comunismo e o movimento democrático brasileiro, inclusive com as mudanças propostas pelo IX e X Congressos do PCB. A escolha desses autores também se deve à aderência das suas ideias com as mudanças que aconteceram em 1992, o que não quer dizer que outros também não as tenham tido. Caio Prado Junior e Florestan Fernandes, pela militância no partido, inclusive com momentos de afastamento, anteciparam de certa forma alguns posicionamentos que na época não agradavam ao partido e que mais tarde foram reconhecidos como válidos. Gramsci, apesar de não se tratar de um autor brasileiro, por ser um intelectual ligado ao Partido Comunista Italiano, que tem um histórico de mudanças muito semelhante ao brasileiro, possui pensamentos com grande afinidade ao caso do comunismo brasileiro.

Alguns estudiosos brasileiros, como Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda, Raimundo Faoro, Luiz Verneck Vianna, Roberto DaMatta e outros, na tentativa de aprofundar um estudo sobre a cultura, a realidade brasileira, tecem uma discussão bastante profícua sobre a provável falta de uma revolução burguesa em Portugal, nosso colonizador, e conseqüentemente no Brasil, como um fator que contribuiu para o “subdesenvolvimento” do Brasil. Alguns desses autores, inclusive, referem-se aos Estados Unidos da América como um referencial de sucesso, onde aconteceu essa revolução burguesa.

Não é possível ignorar que o movimento comunista brasileiro teve a oportunidade de contribuir efetivamente, na teoria e na prática, para a revolução social brasileira, não necessariamente como a apregoada por Marx, mas uma revolução, no caso, mais específica do Brasil, contra a aristocracia rural, o imperialismo norte-americano etc. No entanto, o PCB, assim como o movimento de esquerda brasileiro como um todo, bastante influenciado por ele, cometeu erros que não possibilitaram sucesso nessa empreitada. Muitos dos antigos membros do PCB, como Luiz Hildebrando Pereira da Silva, Armênio Guedes e o próprio Luiz Carlos Prestes admitiram que o PCB teve muitos acertos e contribuições positivas para a construção de uma democracia no Brasil, mas também cometeu muitos erros que comprometeram a sua luta pela democracia e pela emancipação do Brasil.

Para iniciarmos a releitura dos autores selecionados, devemos revisitar o conceito de revolução, pois esse termo possui diferentes interpretações. Para isso, faremos uso das palavras de Caio Prado Junior (2004). Já no início do primeiro capítulo do seu livro *A revolução brasileira*, o autor analisa as diversas interpretações que esse termo pode assumir.

O termo “revolução encerra uma ambiguidade (aliás na verdade muitas, mas fiquemos aqui na principal) que tem dado margem a frequentes confusões. No sentido que é originariamente usado, “revolução” quer dizer o emprego da força e da violência para a derrubada de governo e tomada do poder por algum grupo, categoria social ou outra força qualquer na oposição. Revolução tem aí o sentido que mais apropriadamente caiba ao termo insurreição. Mas “revolução” tem também o significado de transformação do regime político-social que pode ser e em regra tem sido historicamente desencadeado ou estimulado por insurreições. Mas que necessariamente não o é. (...) “Revolução em seu sentido real e profundo, significa o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em períodos históricos relativamente curtos, vão dar em transformações estruturais da sociedade e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais (PRADO JUNIOR, 2004:11).

Mais à frente veremos que, se evoluirmos um pouco mais nesses pensamentos, principalmente no tocante às mudanças contínuas e na tentativa de abandono da ideia de imediatismo (“concentradas em períodos históricos relativamente curtos”), chegaremos cada vez mais próximos do conceito de revolução de Gramsci. Retornaremos a essas definições quando nos referirmos à guerra de posições e à guerra de movimentos desse autor.

Mais especificamente no caso da revolução burguesa brasileira, Caio Prado rejeita a ideia de que havia um sistema feudal no Brasil que pudesse ser transformado por essa revolução fazendo surgir o capitalismo (PRADO JUNIOR, 2004). Esse pensamento inclusive lhe rendeu sérios conflitos com a direção do PCB, pois, já no início da implantação do comunismo no Brasil, o partido defendia a revolução antifeudal, “sugerida” pela Internacional Comunista, e o autor era contra, alegando que na verdade jamais houvera um feudalismo no Brasil. Acreditava que houvera uma relação no sistema de parceria, no estilo de meação ou terça, por exemplo. Pode-se verificar que esse posicionamento do PCB tem relação com a oposição da autonomia *versus* heteronomia em relação à URSS, já comentada no início deste trabalho.

Diferentemente de Caio Prado, Florestan Fernandes (2005) defende a existência de uma burguesia no Brasil e por isso cita uma revolução burguesa. A questão é a definição ou classificação que o autor faz dessa burguesia. Para ele, trata-se de uma burguesia formada primeiramente por fazendeiros do café, depois pelo imigrante e principalmente pelo exportador, normalmente estrangeiros. Esse ponto de vista se aproxima do pensamento de Raymundo Faoro (1993), que, além de caracterizar uma sociedade brasileira inexperiente e diferente da sociedade de países europeus que se dedicaram a promover uma revolução burguesa e dos Estados Unidos – que a concretizou –, referia-se ao capitalismo politicamente orientado. No Brasil, segundo

Florestan Fernandes, havia uma economia dependente da exportação, um capitalismo dependente. Esse panorama pode ser diferente da ideia de não existência de um feudalismo ou de uma burguesia defendida por Caio Prado, mas não difere em relação à necessidade de adaptação da revolução brasileira à realidade de nosso país, que é diferente da sociedade russa, na qual estava baseada o marxismo-leninismo que se tentava implantar no Brasil.

Enquanto Florestan Fernandes (2005), ao se referir ao caso brasileiro, menciona a revolução burguesa, Caio Prado Junior (2004) cita a revolução brasileira alegando se tratar de uma revolução socialista, democrático-burguesa ou outra qualquer que promova a participação efetiva dos governados na ação e no comportamento do governo.

Apesar da diferença de abordagem, percebe-se que ambos se referem a uma revolução que se prontifica a resolver problemas que devem ter sua conjuntura presente e seu processo histórico muito bem interpretados. Gramsci também menciona uma revolução social, ao se referir a uma transformação (com aparências socialistas), em que deveria haver maior participação dos dirigidos, dos subalternos, na determinação de seus destinos.

Tanto Caio Prado como Florestan Fernandes apresentaram elementos fundamentais para compreender a construção da cultura política brasileira, mas não se podem ignorar alguns pontos de suas teorias que precisam ser desenvolvidos. Em relação a Caio Prado Junior, percebe-se uma análise bastante profunda do Brasil Colônia até um pouco depois do Golpe de 1964. Já no período mais contemporâneo, nota-se um estudo menos efetivo.

Caio Prado Junior aderiu ao PCB em 1931 e militou dentro e fora dele, na universidade, editoras, revistas etc. Quando, em 1933, escreveu *A Revolução Brasileira*, ele inaugurou uma corrente de interpretação marxista do Brasil, diferente e original, descentrada do PCB, o que lhe gerou um relacionamento nem sempre pacífico com o partido. Acontece que esse livro e a produção teórica dessa nova corrente de interpretação marxista do Brasil, que era mais marxiana (parece ser mais puro, mais dialético. Lênin já possui traços mais totalitários) do que marxista-leninista, faziam severas críticas ao pensamento e ao comportamento do partido perante a evolução histórica brasileira (REIS, 1999).

Parece-nos, também, que o autor mantinha mais proximidade com as análises da realidade brasileira do que com as diretrizes da Internacional Comunista. Para abordar esse tema torna-se necessário retornar à transplantação cultural e ideológica do colonialismo brasileiro. Segundo Nelson Werneck Sodré (1967), nenhum tema mereceu debates tão apaixonados como esse. Esse autor apresenta dois pontos de vista sobre essa transplantação: o que tinha como solução

para o Brasil a cópia pura e simples de modelos externos (modelos institucionais, jurídicos e ideológicos) – percebe-se aí que muitos colocam o modelo americano como o ideal – e o que criticava a posição de subalternidade do Brasil, pretendendo uma visão objetiva e realista para os problemas brasileiros.

Segundo José Carlos Reis, para Caio Prado Junior os revolucionários brasileiros cometeram dois erros estratégicos:

1º – erraram "teoricamente", leram mal os clássicos marxistas, compreenderam erradamente a dialética materialista e seguiram cegamente as teses soviéticas sobre o mundo inteiro sem distinguir as diversas situações particulares;

2º – erraram "historicamente", analisaram mal o Brasil, interpretaram erroneamente o seu passado, compreenderam equivocadamente as classes e as lutas de classes no passado brasileiro, o modo de produção do Brasil colonial. Em sua análise da história brasileira, quiseram ajustar a realidade brasileira aos textos clássicos e a outros contextos. Usaram conceitos para os quais é difícil encontrar correspondente real: "latifúndio, restos feudais, camponeses ricos, médios e pobres, burguesia nacional (...)" O modelo era o feudalismo europeu. Portanto, mal equipados teórica e historicamente, não puderam acertar na ação revolucionária (REIS, 1999:10).

As ideias de Caio Prado podem não ter influenciado diretamente a direção do PCB à época, mas, assim como a Declaração de março de 1958, possuíam características marcantes que renderam muitas discussões dentro e fora do partido e coadunam com os rumos tomados por ele em seu X Congresso. Marcia R. Victoriano (2001) propõe que as descrições feitas por Caio Prado sobre o nosso curso burguês não sustentável levam a supor o uso do conceito de desenvolvimento desigual e combinado num registro muito próximo do que Gramsci constrói para dar conta da relação entre o Norte (industrial) e o Sul (agrário) como momentos constitutivos do capitalismo na Itália. “Modernidade e debilidade entrelaçam-se mutuamente” (VICTORIANO, 2001:42).

Passaremos agora a estudar o pensador italiano Antonio Gramsci, que possui algumas ideias que coadunam com as desses brasileiros e que possuem afinidades com as transformações que aconteceram no PCB. Ele passou a ser traduzido e publicado no Brasil por volta de 1966 e 1968, nas academias, mas passou a ser mais “socializado” nos anos de 1975 e 1976 (NOGUEIRA, 1988). Gramsci, um dos mais importantes marxistas do mundo, faz uma análise crítica do pensamento de Marx ao adaptá-lo à realidade italiana e, como já dito, por guardar bastante semelhança com a tentativa de uma revolução (mudança) social no Brasil e por poder auxiliar na análise do caso brasileiro, merece uma atenção especial neste trabalho.

Não quero dizer com isso que houve ou não intencionalidade do PCB ou de um ou outro militante na proposição de algumas das teorias e/ou ações gramscianas, mas era de se esperar que isso acontecesse, tendo em vista a semelhança da história política italiana e brasileira.

Para fazer um aprofundamento nas teorias de Gramsci, seria necessária uma tese inteira. Tanto no Capítulo III – “As causas externas do enfraquecimento do PCB”, mais precisamente no momento em que mencionamos as críticas teóricas ao marxismo-leninismo, quanto no Capítulo IV, quando nos referimos ao eurocomunismo, já abordamos algumas características do pensamento de Antonio Gramsci. Nesta parte da pesquisa, nos detemos em algumas características de Gramsci para tentar entender melhor a influência, direta ou indireta, de suas ideias nas transformações que aconteceram no PCB.

Gramsci é um seguidor da teoria marxista-leninista, mas, ao estudá-la, percebeu a necessidade de adequá-la às sociedades capitalistas da Europa Ocidental, como era o caso de seu país, a Itália, em que estas eram mais desenvolvidas do que as sociedades agrárias orientais, atrasadas, como a Rússia na época da Revolução de 1917. Percebeu, também, que seria necessário um estilo de revolução diferente do que houve no Leste Europeu.

Essa percepção serviu para que ele revisse alguns conceitos de Marx, como, por exemplo, o de uma revolução insurreta e de curto prazo. Gramsci deu início à visualização da revolução socialista pela via democrática (sem luta armada), e conseqüentemente de longo prazo, caracterizada por suas ideias de “guerra de posições”. Segundo Carlos Nelson Coutinho (1989), a sociedade brasileira – ocidental e mais desenvolvida, assim como a sociedade italiana – era diacronicamente diferente da sociedade russa. Talvez por isso a tentativa do PCB de, em 1945, com a anistia e o sucesso eleitoral do partido, optar pela via democrática tenha sido uma decisão acertada. O partido volta atrás nesse posicionamento com o Manifesto de agosto de 1950, quando adota novamente a estratégia da luta armada, mas volta ainda à estratégia da luta democrática com a Declaração Política do PCB de 1958<sup>25</sup>. Cabe lembrar que Gramsci inspirou o movimento do eurocomunismo, que, na década de 1970, influenciou o PCB, e que, apesar de um retrocesso seu em relação a esse movimento depois do retorno dos comunistas anistiados, em 1979, abriu o caminho para a luta democrática que culminou com as mudanças do X Congresso do PCB.

---

<sup>25</sup> Apesar da semelhança, segundo palavras do próprio Armênio Guedes (um de seus autores), a Declaração de 1958 não teve influência do pensamento gramsciano, embora ele e os demais autores já tivessem acesso a seu pensamento, por meio de Togliatti, e aos pensamentos de George Luckas.

Gramsci substitui a estratégia de ataque frontal da **guerra de movimento**, semelhante a que ocorreu na Rússia na década de 1910, e passa a adotar a estratégia da **guerra de posição**. Nesse tipo de revolução deve acontecer o que ele chamava de rede de instituições, nas quais o processo revolucionário se desenvolve: conselhos de fábrica, sindicatos e partidos. Esse pensamento traz uma semelhança muito grande como o movimento de pelo menos parte da esquerda – inclui-se aí o PCB – na luta pela reabertura democrática do Brasil no fim da década de 1970 e início dos anos 1980.

Observa-se que, em relação a essa rede, no caso do Brasil, o PCB, que havia regredido bastante na representatividade junto aos sindicatos, começa a restabelecê-la em uma nítida adoção da estratégia de guerra de posições. Mas mesmo essa iniciativa não conseguiu tirá-lo do estado enfraquecido em que se encontrava, até mesmo porque os partidos da atualidade não estão mais representando esse ou aquele segmento da sociedade, e sim as causas da sociedade, como, por exemplo, a ecologia, o aquecimento global, as causas femininas, as causas raciais. Percebe-se, inclusive, que, com a revolução tecnológica que já dava sinais na década de 1970, o desenvolvimento sustentável “vem se impondo a planejadores políticos, empresários, e a cada vez mais amplos setores das populações” (FIGUEIREDO e ARAÚJO, 1997:85). Percebe-se aí uma expansão para além da análise monocausal de Karl Marx e até de Gramsci.

Existe um aspecto do pensamento gramsciano que aconteceu na Itália e no Brasil e que se tornou um dificultador para a realização da revolução burguesa brasileira ou de uma revolução social do tipo que carecemos. Trata-se da revolução feita pela elite, em nome do povo como um todo, que aconteceu na Itália por ocasião do *Risorgimento* italiano, em meados do século XIX. Com o fim do período napoleônico (início do século XIX) e com o Congresso de Viena, a Península Itálica encontrava-se dividida e dominada por diversos povos diferentes. Acontece então o *Risorgimento* – movimento de reunificação da Itália. Nesse movimento, aconteceu uma revolução feita pela classe dominante sem a participação dos dominados, do proletariado. A esse tipo de revolução Gramsci chamou de **revolução passiva** – uma revolução que é feita por cima, ou seja, pela elite, mas em nome da massa, como se a elite soubesse o que é bom para a massa. Provavelmente, até saiba do que a massa precisa, mas não tem reais interesses em lhes proporcionar. A elite age como se os seus interesses fossem os mesmos das massas. Essa revolução passiva que aconteceu na Itália guarda muita semelhança com as diversas revoluções que ocorreram no Brasil no século XX. Por exemplo, podemos citar a Revolução de 1930 e a

Revolução de 1964, que, na verdade, como diz Otavio Ianne (1965), não se trata de revoluções, e sim de golpes.

É provável que o que aconteceu no Brasil não tenha sido uma revolução social, embora se saiba que nem todos pensam assim, como, por exemplo, o ex-ministro da fazenda do Brasil, Bresser Pereira<sup>26</sup>. Saliente-se que, apesar do fato de se tratar de uma revolução com aspecto restaurador, a revolução passiva de Gramsci não elimina a possibilidade de ocorrerem modificações efetivas. É que, como se trata de modificações progressivas, e não radicais, e por ser feita pelas classes dominantes, atendendo a demandas das classes populares, provavelmente são modificações que não alteram o *status quo* da classe dominante (COUTINHO, 1989) e muito menos transformam os trabalhadores e/ou os menos favorecidos em agentes políticos efetivos na determinação dos caminhos a serem seguidos pelo Estado.

Gramsci fez uma reavaliação do conceito de hegemonia de Marx, que, como já dito, significa a emancipação da classe oprimida para que passe a fazer parte da determinação de sua história político-social. Essa classe criaria sociedade política com maior participação da sociedade civil. Para Gramsci, a **hegemonia** pode ser alcançada por meio de uma direção intelectual e moral (consenso), em que os intelectuais, que organizam o consenso e permitem o desenvolvimento da direção moderada, têm um papel fundamental. Por isso, a hegemonia de Gramsci pode ser de uma minoria, pode ser do proletariado, pode ser dos subalternos, mas uma condição para isso é que a sociedade abandone a **mentalidade corporativista**, deixando de defender apenas os seus interesses imediatos, e torne-se **classe nacional**, passando a defender os interesses da sociedade como um todo. É superar todo o espírito corporativista e elevar-se à condição de classe nacional (COUTINHO, 1989).

Esse intelectual que contribui para a hegemonia, que Gramsci intitula intelectual orgânico, substitui o chefe carismático para fazer a intermediação entre os líderes e as massas, para fazer existir verdadeiramente a filosofia da práxis, possibilitando a elevação do nível cultural e político das massas, para a promoção da transformação social que aumentará a participação dessa massa na determinação de seus destinos.

---

<sup>26</sup> Informações obtidas em conversas acontecidas durante a realização do Seminário “Mondialisation et compétition en Amérique Latine” de 28/01 a 18/02/2009, com o ex-ministro Luiz Carlos Bresser Pereira na École des Hautes Etudes em Sciences Sociales, em Paris. Para Bresser Pereira, a Revolução Brasileira já foi feita. Por cima, mas com a participação da massa (em referência à ideia de revolução passiva de Gramsci, seria um *mix*).

Trazendo para a realidade brasileira, esse conceito de classe corporativa me lembra o caso de um amigo que era funcionário do Banco do Brasil – por isso tinha um plano de saúde privado – e que reclamava de um governador de Brasília que estava tentando uma reeleição, dizendo que não votaria nele porque ele não havia feito nenhuma obra em seu bairro. Entretanto, havia a obra de um hospital que atendia toda a população da cidade para ser concluída.

Faltou ao PCB um empenho em explorar a figura do intelectual orgânico para tentar criar uma hegemonia que proporcionasse maior participação da sociedade civil na sociedade política. Faltou à esquerda brasileira um partido político que assumisse efetivamente o seu papel pedagógico e que abandonasse suas causas mais específicas, como as vinculadas a uma ou outra classe, como previa o marxismo-leninismo, e atingisse uma sociedade hegemônica.

Na edição nº 155 da *Voz Operária* de fevereiro de 1979, Armênio Guedes, então dirigente do PCB, tentou se explicar a respeito do que Leonel Brizola disse ao responder a um repórter do *Jornal do Brasil* sobre a possível criação de um partido dos trabalhadores. Brizola afirmou que partidos não pluralistas, como era o caso do PT e também do PCB, estão fadados a um papel secundário na conjuntura política do Brasil. Ele alegou que o partido estava associado a diversos segmentos da sociedade por meio de sindicatos e associações em geral e, principalmente, na luta pela democracia, tentando mostrar o lado pedagógico do PCB, mas insistindo em colocar a questão operária como a causa da sociedade brasileira (CARONE, 1982c). Com esse argumento, tentou fugir desse estigma não pluralista e impotente que lhe é tachado.

Gramsci alerta que, nos países ocidentais, a conquista da hegemonia deve preceder a conquista do poder. Vemos aqui o poder não como dominação, mas sim como a prerrogativa de poder fazer, de ter participação na determinação de seu próprio destino. E, como mais uma semelhança entre o pensamento de Gramsci e a história do comunismo no Brasil, reproduzimos uma passagem de Carlos Nelson Coutinho que cita o elemento central da estratégia de Gramsci, da transição ao socialismo. Trata-se da conquista da hegemonia para a tomada do poder. Hegemonia essa que passa necessariamente pela transformação da classe operária em classe nacional, situação em que o partido político tem um papel decisivo na transformação dessa classe.

(...) revela uma justa preocupação com os elementos culturais que fazem parte da luta pelo socialismo, o qual não se esgota nas transformações econômicas e políticas. O socialismo é



também a criação de uma nova cultura, sem o que não poderá realizar plenamente suas potencialidades: e essa é uma ideia que Gramsci jamais abandonará, como podemos ver em suas reflexões carcerárias sobre a importância de uma “reforma intelectual e moral”, da luta pela hegemonia (COUTINHO, 1989).

Outra associação pode ser feita entre o pensamento de Gramsci e a realidade brasileira e a tentativa da esquerda brasileira, incluído o PCB, de, assim como a "catarse" de Gramsci, transformar o indivíduo passivo e dominado pelas estruturas econômicas em sujeito ativo e socializado capaz de tomar iniciativa e de se impor com um projeto próprio de sociedade (SEMERARO, 2007).

Também para Gramsci o partido político possui um papel fundamental nessa tarefa. Destacando que esse é um dos pontos que mostra um Gramsci em processo de mudança em sua visão política. Em 1919, ao defender a criação dos conselhos de fábrica, Gramsci subestimava o papel do partido político como organizador da vontade coletiva da classe operária. Mais tarde, já nos idos de 1920, convencido da importância do partido político, ele muda o foco de suas atenções dos Conselhos de Fábrica para a criação do novo partido.

Faltou ao PCB, além de um estudo mais profundo da cultura brasileira, uma compreensão do partido político no sentido mais amplo de Gramsci, que lutasse contra os efeitos da revolução passiva que aqui aconteceu e que estabelecesse uma hegemonia de forma consensual dos subalternos. Percebe-se uma diferença entre a introdução do comunismo, na década de 1920, e do eurocomunismo, influenciado por Gramsci, no Brasil, na década de 1970. O eurocomunismo “não foi imitado ou grosseiramente copiado, mas tratado como elemento de vanguarda da moderna teoria socialista, uma espécie de ponte que permitia saltar as armadilhas do marxismo-leninismo” (NOGUEIRA, 1988:139). Foi analisado criticamente por intelectuais da academia – talvez aspirantes a intelectuais orgânicos –, o que contribuiu para maior adaptação à cultura brasileira, além de já guardar semelhanças com a italiana.

A introdução do comunismo até foi analisada por intelectuais – o PCB era um partido intelectualizado –, mas, além de grande parte não pertencer à academia, era muito influenciada pela Internacional Comunista. Análises críticas adaptadas à realidade brasileira foram tentadas por Caio Prado Junior e Florestan Fernandes. Essas críticas resultaram inclusive no afastamento do primeiro, que era militante do PCB, do partido. Lastreado pela importância que Rubem Alves (1993) dá ao senso comum, não estou aqui desconsiderando a sua importância, mas essa diferença de análise do comunismo pode ter contribuído para a sua má

interpretação ou má colocação prática, o que também contribuiu para o enfraquecimento do PCB.

Depois de elencadas algumas características do pensamento gramsciano e da Itália, podemos perceber as semelhanças entre o pensamento desse estudioso italiano com o amadurecimento democrático do PCB, que o levou às mudanças do X Congresso.

O partido político é uma das instituições que deve trabalhar em prol da formação de uma cultura política forte. Ao contrário disso, o PCB chegou a um nível de enfraquecimento tão grande que pode-se dizer que chegou a uma situação de falência. Talvez o X Congresso não tenha representado o soerguimento do PCB, mas uma tentativa de aproveitar a experiência acumulada durante os seus 70 anos de sucessos e fracassos, de acertos e de erros, para manter uma “novo” partido que cumpra o seu papel social. Mas, na verdade, o X Congresso foi apenas a conclusão de um processo que começou no IX Congresso. Por isso, é importante estudar a conexão entre esses dois congressos.

### **As conexões entre o IX Congresso e o X Congresso**

No IX Congresso do PCB, em 1991, ainda se percebem traços do marxismo-leninismo, mas já se observam alguns avanços em relação a essa teoria. Ao ler as resoluções desse congresso (Nova Política – Partido Novo), fica claro que o partido faz um questionamento do socialismo real, põe fim ao antigo movimento comunista internacional, enterra seus velhos dogmas, mitos e a antiga cultura política terceiro-internacionalista. Fala-se da necessidade de criar novos caminhos e abrir novos horizontes, mas propõe-se a fazer isso buscando um **novo socialismo e novas formações de esquerda**. Além disso, fica clara, também, a necessidade de instauração da multipolaridade em substituição ao bipolarismo da Guerra Fria.

No dia 15 de junho de 1991, sai a edição nº 515 da *Voz da Unidade*, tendo em sua capa o anúncio da publicação das resoluções do 9º Congresso do Partido Comunista Brasileiro, sob a manchete “NOVA POLÍTICA, NOVO PARTIDO”. Entre os últimos dias de maio e os primeiros de junho de 1991, no *Campus* da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, aconteceu o IX Congresso do PCB, que, além de eleger Roberto Freire presidente do PCB, que se tornou líder das mudanças acontecidas em 1992, já dá claros sinais de mudanças profundas no PCB, haja vista a manchete de capa da *Voz da Unidade* e alguns trechos do editorial *O caminho da renovação*.

A primeira frase desse editorial, “O PCB escolheu o seu caminho: a democracia como única via para o socialismo”, anuncia o que foi uma mudança crucial para o partido. Desde a Declaração de 1958 e ratificada pelas resoluções de todos os congressos que se seguiram, essa democracia já vem sendo focada pelo partido. O socialismo real, por meio principalmente da centralidade democrática e da ditadura do proletariado, que ainda influencia bastante o PC Brasileiro, manteve, quando muito, a democracia, mas como um caminho para o socialismo. Com as reflexões de Gramsci, desde o início do século XX, e depois com as de Togliatti e outros membros do PCI e do PCF, na década de 1970, a ditadura do proletariado passou a ser questionada e o caminho da liberdade e da democracia passou a ser trilhado. Com um certo retrocesso do eurocomunismo, principalmente da parte do PCF, e alguns desvios, como o do PCE, essa reflexão não evoluiu muito, mas a realidade dos países capitalistas mais desenvolvidos da Europa Ocidental não cessou de demandar essas mudanças.

No Brasil, não foi diferente. A pressão no partido para essa inversão e o socialismo como caminho para a democracia vinham ocorrendo. Além dessa mudança, o contexto nacional e o internacional, com a queda do Muro de Berlim e a Perestroika demandavam também a mudança de nome e de símbolos do partido. Além dessa frase, existem outros trechos desse editorial que deixam clara a mudança radical pela qual o PCB começou a passar nesse congresso e o seu otimismo com o processo.

(...) os documentos do PCB mais uma vez constituem um referencial para o debate entre as forças de esquerda do nosso país e um instrumento para ação política consequente junto às demais forças democráticas e progressivas. São uma alternativa não somente para a renovação do PCB mas também para a construção de uma nova formação política, de esquerda, compreendida como um movimento amplo e plural, uma das propostas mais importantes aprovadas no Congresso.

O compromisso dos comunistas com a democracia é assim definitivo: ela é um valor de caráter universal e radical.

Finalmente, urge a verdadeira renovação da vida partidária, em busca de um partido novo de fato, o que exige mudanças, métodos e formas de atuação, novas concepções de trabalho e organização, abertura para todo o novo e rejeição de tudo aquilo que a vida vem demonstrando que não está dando certo.

De acordo com a reportagem da página 2 dessa mesma edição do *Voz da Unidade*, “Vitória das teses novas”, essas mudanças foram tentadas no IX Congresso do PCB, mas malograram, como se pode verificar no trecho a seguir.

Foi inequívoca a vitória das teses renovadoras do PCB, depois de um debate que mobilizou a militância partidária durante quase um ano de muita polêmica, disputas e até de ameaças de “racha”. As propostas de mudança de nome e símbolo foram rejeitadas pela maioria das assembleias e conferências, mas o novo enfoque do socialismo e a afirmação radical do compromisso com a democracia foram teses amplamente vitoriosas (VOZ DA UNIDADE, n. 515, p. 2).

Essa passagem deixa bem claro que a intenção do PCB era a de mudar não somente o nome e os símbolos do partido, mas também o seu enfoque filosófico adotando a radicalidade democrática, já no seu IX Congresso. Porém, como essas mudanças foram rejeitadas, foram concluídas no X Congresso. Fato interessante, que será mais detalhado no Capítulo VI, é que houve uma semelhança entre esses dois congressos do PCB e os congressos de Bolonha (1989) e o de Rimini (1991) na Itália. Esse é o motivo pelo qual, apesar dessas mudanças terem ocorrido no X Congresso, estamos estudando o IX Congresso como etapa fundamental no processo das mudanças do partido. Na verdade, o IX Congresso preparou toda a transformação que aconteceu no X Congresso. Toda a ideia foi amadurecida no IX Congresso e o curto período entre ele e o X Congresso (sete meses) serviu apenas para “bater o martelo”. Demonstrações disso são o fato de que, enquanto o X Congresso teve apenas um manifesto de não mais que três páginas, as resoluções do IX Congresso possuem 22 capítulos, conforme a seguir, divididos em mais de 20 páginas, e de o tempo entre um congresso e o outro ter sido de 7 meses, prática pouco comum no PCB.

As resoluções do IX Congresso estão organizadas em itens que, pelos seu títulos, mostram a profundidade da análise do contexto brasileiro, fruto de exaustivos debates.

- I. A crise do socialismo**
- II. Reestruturação capitalista**
- III. Nova ordem internacional**
- IV. Esquerda e integração**
- V. A democracia como via do socialismo**
- VI. Modernidade e cidadania**
- VII. Mundo da cultura: modernidade e democracia**
- VIII. O esgotamento do modelo econômico**
- IX. A alternativa democrática para a crise**
- X. Emprego e renda**
- XI. A Questão agrária**
- XII. Reforma democrática do Estado**
- XIII. Por uma economia democrática**
- XIV. Mundo do trabalho e hegemonia**
- XV. Transição e neoliberalismo**
- XVI. Novo bloco político**
- XVII. Mundo do trabalho e cidadania**
- XVIII. O futuro do partido**
- XIX. O partido novo**
- XX. A nova formação política**

Os três primeiros capítulos mostram um panorama interessante. A derrocada do socialismo, as transformações do capitalismo com o fortalecimento do neoliberalismo e o surgimento de um novo socialismo, diferente do socialismo real. Não pretendemos afirmar que haja alguma relação desse novo socialismo com a terceira via de Giddens ou de Bobbio, mas verifica-se um socialismo mais afastado do socialismo real, como já dito, e menos distante do capitalismo, ou do neoliberalismo, do que antes, pois pretende uma aproximação entre os partidos comunistas, socialistas, social-democratas e democráticos em geral. Não é a terceira via de Giddens ou de Bobbio, mas é a busca de um caminho alternativo entre socialismo e capitalismo, que minou a bipolaridade da Guerra Fria. Mas, além disso, alguns aspectos importantes devem ser destacados nas resoluções desse IX Congresso.

O primeiro aspecto é a questão da democracia. Se atentarmos bem, perceberemos que todos os capítulos tratam direta ou indiretamente da questão da democracia. A palavra democracia ou palavras derivadas dela aparecem 236 vezes no texto, pelo menos uma vez em cada um de seus capítulos, como é o caso do segundo deles. Existem capítulos, como o V, XII, XV, XVI, em que as palavras aparecem mais de 20 vezes. A simples aparição das palavras isoladamente não necessariamente diz alguma coisa, mas analisando os contextos em que aparecem, fica muito fácil perceber a opção do partido pela radicalidade democrática, por

exemplo, quando diz que não existiria democracia sem a redistribuição de terras, no capítulo referente à reforma agrária, ou no próprio título de diversos capítulos como o 13º – “Por uma economia democrática”.

A discussão sobre a radicalidade democrática está presente no discurso do presidente do PPS, Roberto Freire. Em entrevista feita para esta pesquisa e em diversos de seus discursos em eventos do partido, como no aniversário de 50 anos da Declaração de março de 1958, no Rio de Janeiro, e na Conferência Caio Prado Junior, em 2007, em Brasília, ele deixa bem claro que a única certeza que o partido tem hoje é a da “radicalidade democrática”. Com essa opção que o partido fez pela radicalidade democrática e por essa expressão estar constantemente no discurso de seu presidente, de diversos militantes e nas resoluções do IX Congresso, é necessário entender melhor o que o partido entende por democracia. Para isso, optamos por reproduzir algumas partes do Capítulo V das teses do IX Congresso.

A democracia pela qual lutamos é aquela em que a hegemonia estará colocada permanentemente em disputa. Assim, possibilitará o amadurecimento do projeto socialista, não como algo de antemão, mas formulado segundo a conformação de sujeitos políticos e sociais envolvidos na luta pela hegemonia do mundo do trabalho e da cultura. **Nosso projeto envolve a combinação dialética de democracia e reformas orientadas ao socialismo.** O socialismo não deve ser uma imposição, mas opção democrática. A democracia só se mantém e se amplia sustentada política e socialmente por uma cultura democrática fortemente enraizada na sociedade. E nem haverá cultura democrática sem democracia política.

A democracia no mundo contemporâneo constitui-se num valor universal ao forjar o processo através do qual as sociedades modernas conquistam a possibilidade de passar a assumir a responsabilidade pela própria ordem. Ela pode e deve abraçar todas as esferas do poder que normatizam as relações sociais.

Como construção histórica, **a democracia só pode permanecer e prosseguir no caso de a sociedade contemporânea ultrapassar o liberalismo (que sempre portou uma visão elitista, excludente e estática da democracia e negou a visão aberta à integração social e política e, sobretudo, à promoção da vida política) e o “socialismo real” (que concebeu sempre como irrelevante ou pouco relevante a expansão da subjetividade política como fator de emancipação social).** (...)

A democracia como via do socialismo requer um forte poder democrático. Colocamos o problema do poder em todas as suas instâncias, públicas e privadas – como processo de democratização integral da política e da sociedade civil. É processo que visa permear todas as estruturas e superar no seu limite a separação entre governantes e governados em todas as dimensões da vida social. A questão, assim, é fundamentar novas regras, novos direitos sociais e novos poderes e instituições democráticos. Essa visão de democracia confere uma *nova* concepção de socialismo: ele não é um sistema abstrato, prefigurado, pronto e acabado. É ao contrário, processo em contínuo desenvolvimento que, visando a uma sociedade mais justa,

deve se basear numa análise da realidade em constante mutação. Pensamos o socialismo pela via processual e centrado na democracia. Projetamos a transição socialista calcada na socialização da política e do poder; na democratização e publicização do Estado, ultrapassando o fosso que o separa da sociedade civil; na democratização das relações sociais, no pluralismo político e no pluripartidarismo, no respeito aos direitos humanos; nas liberdades fundamentais; no Estado de direito democrático; na igualdade e na liberdade. Por esse prisma, o novo socialismo é incompatível com qualquer forma de opressão e supressão dos direitos fundamentais, individuais e coletivos e deve garantir a possibilidade real de alternância de poder (Capítulo V).

O documento menciona que o PCB pretende uma sociedade que “permita a relação aberta e solidária entre raças, etnias e cultura diversas” e, ainda, que “permita a expressão e expansão da subjetividade feminina”. Cita o rompimento com outros conceitos da teoria marxista como a ditadura do proletariado, para o estabelecimento de uma política democrática e se refere à necessidade de um avanço no conceito de “hegemonia do mundo do trabalho”, da maioria social “sempre respeitando os direitos democráticos inalienáveis das minorias”.

(...) rompimento com a velha concepção de revolução, entendida esta como o momento da “luta final”, de “ação violenta”, momento “explosivo” e de ação da “vanguarda da classe operária” ou de “Estado maior” dirigida ao “assalto ao poder” pela força e que “implanta o socialismo”, no qual o poder se institui como “ditadura do proletariado” (Capítulo XXIV).

Percebe-se que o partido, embora esteja tentando superar o conceito de ditadura do proletariado, ainda mantém alguns de seus traços. Afinal, foram 69 anos rezando na cartilha do marxismo-leninismo.

O mais interessante é que, mesmo sabendo que a democracia foi adotada como foco do partido desde a Declaração Política de março de 1958, que a ditadura do proletariado da teoria marxista-leninista passou a ser preterida à democracia no movimento eurocomunista da Itália, Espanha e França, principalmente, e que desde o eurocomunismo, especialmente com Enrico Berlinguer, houve um movimento de inversão do socialismo como caminho para a democracia, ao contrário da concepção que existia no socialismo real em que a democracia é uma ferramenta do socialismo que atingiu também o PCB, encontramos nas resoluções do IX Congresso passagens ainda colocando a democracia como ferramenta para o socialismo.

No Capítulo IV, encontramos:

Nossas relações políticas desde 1922 se deram preferencialmente com os partidos comunistas. Entretanto, **a ideia da democracia como via do socialismo** coloca a necessidade de nos pautarmos por uma visão de horizontes mais alargados que busca contemplar todas as experiências de luta do movimento operário no âmbito internacional e todas as lutas radicalmente democráticas da sociedade moderna.

No Capítulo V, encontramos:

**A democracia é a via do socialismo.** Assim, concebemos a democracia não só como a única via ao socialismo, mas também como a via do seu desenvolvimento. Ela é muito mais que um terreno favorável à luta dos explorados e oprimidos: é base de afirmação de sua cidadania.

Carlos Alberto, ex-diregente do PCB, declarou, em entrevista, que um dos aspectos mais importante das mudanças propostas no IX Congresso é que elas serviram para resgatar a democracia, luta antiga do PCB, mas desta vez colocando-a como um fim e não como um meio para o socialismo. Assim como ele, outros dirigentes do PCB confirmam essa afirmação. Mas a discrepância entre o que está escrito nos documentos do partido dessa época e o discurso e a prática de vários de seus militantes é uma demonstração do conflito que existiu no partido naquele momento e da transformação em curso. O que também pode ser percebido pelo fato de que nem todas as mudanças propostas para o IX Congresso do PCB foram efetuadas, como, por exemplo, a troca do nome e símbolos do partido.

O documento faz alusão a alguns conceitos que foram abordados por Antonio Gramsci, como o de hegemonia, como se pode ver nos Capítulos V e VI, e o que cita o Estado Ampliado (o Capítulo XII):

(...) formulado segundo a conformação de sujeitos políticos e sociais envolvidos na luta pela **hegemonia** do mundo do trabalho e da cultura. Nosso projeto envolve a combinação dialética de democracia e reformas orientadas ao socialismo. O socialismo não deve ser uma imposição, mas opção democrática. A democracia só se mantém e se amplia sustentada política e socialmente por uma cultura democrática fortemente enraizada na sociedade. E nem haverá cultura democrática sem democracia política (Capítulo V).

Quem for reconhecido – social, política e institucionalmente – como o portador da ideia da plena realização da modernidade se habilitará a exercer **uma ação hegemônica sobre as demais forças sociais ou ampla parcelas delas**. A democratização integral da sociedade brasileira, ampliando e generalizando a participação política, particularmente a das classes trabalhadoras e oprimidas – mesmo com a ampliação da autonomia dos movimentos sociais –, se constitui numa política cuja dinâmica não se pode realizar plenamente sem a existência de uma nova esquerda radicalmente democrática (Capítulo VI).



Com o processo de democratização, a nova Constituição ampliou a autonomia e independência das agências das classes dominadas mas não apartou dos centros de decisão do Estado as agências das classes dominantes. A estrutura de Estado não foi democratizada. Nas condições do **“Estado ampliado” (sociedade civil + sociedade política)**, somente o livre jogo democrático na definição das políticas públicas e no funcionamento administrativo estatal valorizará o papel dos partidos políticos e das eleições, assegurando relações democráticas entre a sociedade e o Estado (Capítulo XII).

Essas passagens evidenciam também a tentativa da direção do partido em deixar para trás o socialismo real e o conflito que essa tentativa de mudança causou no partido. Conflito esse que não foi abordado no capítulo quatro deste trabalho quando nos referimos ao enfraquecimento do PCB, refletindo nos dois partidos resultantes do X Congresso: o PPS e o Movimento de Defesa do PCB, que posteriormente reassumiu o nome PCB. Esses dois aspectos se referem a questões interligadas. Primeiro porque o uso dessas terminologias refletem os pensamentos de Gramsci, que foi um grande influenciador do movimento eurocomunista. Em segundo, porque mostra que essas novas ideias de Gramsci e do eurocomunismo são combatidas por militantes do partido que ainda estavam enquadrados nos paradigmas do socialismo real praticado na União Soviética.

Outros aspectos da mudança abordados nas resoluções do IX Congresso são na verdade a comprovação da crise do partido, o amadurecimento que essa crise trouxe a ele e a necessidade de mudança. Primeiro destacamos alguns trechos em que o PCB assumiu a sua crise:

Neste processo autocrítico que o PCB deseja promover, a Direção Nacional afirma que ela própria não está imune de responsabilidade quanto às causas que levaram o Partido a se encontrar na difícil situação atual.

O PCB vive uma crise inédita. Essa crise manifesta-se no baixíssimo percentual eleitoral, na perda de vínculos com o movimento operário, nas débeis relações com o mundo, a cultura, na fraqueza orgânica, na desagregação e cizânia internas, nos problemas e vicissitudes diretivas, nos impasses e debilidades teóricas e analíticas. Acrescentem-se a esses elementos a crise de identidade e as perplexidades político-teóricas derivadas do colapso do “socialismo real”, cujos reflexos, sem dúvida nenhuma, afetam e abalam o PCB.

Há quem acredite que a crise do PCB e as mudanças “iniciadas” em seu IX Congresso e concluídas em seu X Congresso foram fruto da derrocada do comunismo da União Soviética, mas o que a nossa pesquisa vem tentando demonstrar é que as mudanças são fruto de um

composto maior envolvendo elementos internos ao partido e ao Brasil e externos ao Brasil, como está escrito nesta passagem do documento com as resoluções do IX Congresso:

(...) a crise aguda do PCB remonta é anterior ao vendaval que varreu os regimes autoritário-burocráticos do Leste (Capítulo XVIII).

Além de assumir que a crise estava instalada e que ela é mais antiga do que a queda do Muro de Berlim, o documento tenta entender suas causas, mostrando que houve uma resistência à quebra de alguns paradigmas. Resistência essa que não permitiu a conclusão das mudanças no PCB ainda em seu IX Congresso.

O que levou o PCB à situação atual?

A causa principal consistiu em que a Direção Nacional e os demais dirigentes do Partido não conseguiram perceber e compreender a tempo e em plena medida a necessidade de mudanças. Não obstante os esforços realizados, na atividade prática prevaleceram as tendências, práxis e cultura políticas conservadoras, a inércia política e a tendência de enfrentar as novas sugestões com os esquemas habituais.

A dificuldade de compreender a própria questão democrática, bem como a nova sociedade civil emergida após o processo de modernização conservadora, seus problemas e contradições vitais, tendências e perspectivas sociais estavam relacionados, em grande medida, ao estado e à evolução do nosso pensamento teórico – e essa área é uma das nossas grandes debilidades. A nossa debilidade teórica exerceu grande influência negativa na resolução de questões políticas e práticas. Tal debilidade não pode ser subestimada. Privilegiou-se o estudo do “marxismo-leninismo” em detrimento de concepções alternativas a esse arsenal teórico terceiro-internacionalista.

Ainda que já tenhamos diagnosticado no nosso VII Congresso algumas das contradições e dificuldades existentes na URSS e, em certa medida, nos países do Leste Europeu, não fomos capazes de compreender em sua plenitude os limites históricos do projeto de “socialismo Real” na forma como ele se processou, nem de prever a sua crise.

As concepções de ditadura do proletariado, do monopólio do poder pelo partido único e sua fusão com o Estado, da predominância dos quadros sobre a participação das massas, produtos da dogmatização do pensamento marxista, expressa no “marxismo-leninismo”, tudo isso exauriu-se (Capítulo XVIII).

Destacamos, ainda, passagens que mostram a contribuição do PCB na redemocratização do país:

O PCB caminha para completar 70 anos de existência. Nesse longo período, foi presença marcante nos principais episódios políticos que se destacaram na vida republicana brasileira. Nasceu e viveu como o grande portador dos ideais do socialismo em nosso país, dos ideais de liberdade e de igualdade, de justiça social, de progresso social, de luta contra a opressão e a

exploração, contra a miséria, da defesa da paz, da democracia e dos interesses nacionais (Capítulo XVIII).

Foram muitos os êxitos do PCB nessa longa trajetória. São eles uma sólida base para a continuidade de nossas lutas, para realizar os nossos planos atuais e futuros (Capítulo XVIII).

Não obstante isso tudo, o PCB desempenhou importante papel nas lutas democráticas durante a transição, como foi demonstrado na campanha das Diretas Já, na eleição de Tancredo Neves e José Sarney, na Constituinte (Capítulo XVIII).

No Capítulo XIX, o PCB expõe as suas propostas de um novo partido, o que pode ser visto nas seguintes passagens:

(...) ultrapassagem do capitalismo (...) Um projeto baseado numa via processual, centrado na democracia como a via do socialismo. Um projeto de radicalidade democrática.

Um partido capaz de antecipar e criar fatos políticos novos, de recriar uma intervenção histórica em torno dos ideais socialistas e repensar o reino da liberdade, da igualdade e da felicidade numa sociedade complexa como a do final do século XX e a que se antevê no próximo.

Exige a superação do sistema do centralismo democrático (...) Exige o reconhecimento da soberania dos militantes na escolha das políticas e dos dirigentes.

Consequentemente uma profunda alteração das relações de classe e de poder, superando, no limite, a separação entre governantes e governados. Um partido de homens e mulheres, com direitos e oportunidades iguais na ação.

Lendo as resoluções do IX Congresso do PCB, percebe-se que o partido traça alguns objetivos políticos para um novo partido que acabam ficando mais na teoria. Trata-se de um relatório um tanto quanto descolado da prática, com alguns objetivos difíceis de serem realizados. No entanto, essa não é uma prerrogativa apenas do PCB, mas de diversos partidos. De qualquer forma, como já dito, tratou-se do início de um processo de transformação que veio a se concretizar em seu X Congresso, em fevereiro de 1992, que passaremos a detalhar agora.

## **O X Congresso**

Em janeiro de 1992, acontece um congresso que começa como sendo do Partido Comunista Brasileiro e que termina sem uma identidade única. Nesse congresso, depois de 70 anos de existência, o PCB tem o seu fim decretado. Para Roberto Freire, o então presidente do PCB, essa transformação, que vai muito além de uma mudança de nome e de símbolos, pretende um

reposicionamento do partido perante o novo cenário político e social que se desenha no Brasil e no mundo, para a manutenção de um movimento de esquerda.

Conforme Roberto Freire (1992:16-17), essa mudança vai ao encontro de um “novo socialismo”. Socialismo esse que busca a “renovação do pensamento marxista e socialista”, a “justiça social e liberdade”, um “Estado ampliado” que, segundo ele, seja mais permeável à ação da sociedade civil, uma “aglutinação” da esquerda brasileira que proporcione mais igualdade social e que crie “uma nova paixão socialista, democrática, libertária e generosa”. Além disso, aponta o parlamentarismo como um regime de governo mais efetivo para esse fim. Seu discurso dá a impressão de uma proposta semelhante à do social liberalismo de Bobbio e/ou da terceira via de Giddens. Para os deputados federais Sérgio Arouca e Augusto Carvalho, esse foi o último congresso do PCB e ao mesmo tempo o primeiro do Partido Popular Socialista – PPS. Para outros, como, por exemplo, Oscar Niemeyer, Horácio Macedo, Zuleide Melo, Ivan Pinheiro, Ziraldo, Raimundo Jinkings e outros foi apenas mais um congresso, o décimo, do Partido Comunista Brasileiro.

No X Congresso houve um racha. De um lado estava um grupo liderado por Roberto Freire e Sérgio Arouca que defendia a mudança do nome e dos símbolos do partido e a revisão do partido como um todo. Do outro lado estava o grupo liderado por Zuleide Melo, Ivan Pinheiro e Horácio Macedo, que se intitulou inicialmente Movimento Nacional de Defesa do PCB, logo após Partido Comunista – PC e, finalmente, em 1996, reconquistou o nome PCB. Neste trabalho, passaremos a chamar de PCB reconstruído. Outras posições existiram no X Congresso: alguns defendiam a autodissolução do PCB e a entrada no Partido dos Trabalhadores (PT), outros acabaram rumando para o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e, ainda, um grupo propôs um novo partido mais amplo, o Partido da Esquerda Democrática (PED), projeto que acabou não se concretizando. Por último, ainda, tem aqueles desiludidos com os rumos do PCB que se afastaram não só do partido mas de toda e qualquer atuação partidária (SILVA, 2005). Passaremos nas próximas linhas a detalhar um pouco mais esse racha considerando apenas o grupo que fundou o PPS e o grupo que reconstruiu o PCB.

No dia 25 de janeiro de 1992, tem início, no Teatro Zaccaro, em São Paulo, o X Congresso do PCB, com o objetivo de concluir as mudanças propostas no congresso anterior. O grupo que defendia a reorganização do PCB não concordou com a mudança do nome e dos símbolos do partido alegando que se tratava não de uma renovação do partido, mas sim de sua extinção. Tanto é que nos documentos do PCB reconstruído, o termo utilizado para se referir ao grupo de

Roberto Freire e Sérgio Arouca é liquidacionistas. Para eles, não se tratava de vinho velho em odres novos, os liquidacionistas não queriam renovar o PCB, e sim dar fim a ele. Nos depoimentos de militantes desse grupo contrário às mudanças, existem expressões que afirmam que a proposta de mudança se tratava de uma traição ao partido, uma traição aos companheiros que foram mortos pela ditadura. Utilizavam também em seus argumentos o fato da participação no X Congresso de pessoas não vinculadas ao partido, inclusive com direito a voto, por convocação do Comitê Central do partido, conforme tinha sido evidenciado no último parágrafo do documento com as resoluções ainda do IX Congresso:

Acreditando na perspectiva desse projeto, propomos, sem prejuízo de nossa identidade, um *encontro nacional* do qual participem comunistas e socialistas, marxistas ou não, com partido ou sem partido, sem modelos e programas preestabelecidos. Esse confronto autêntico de opiniões, ideias e experiências, com regras consensuais, tem o objetivo de erguer no campo da esquerda moderna uma *nova plataforma programática e uma nova formação política socialista, humanista e democrática* capaz de intervir em nosso país e construir uma *alternativa real de poder* (Capítulo XX).

Para esse grupo, ali teve início o Movimento Nacional em Defesa do PCB, que realizou uma conferência nacional com a presença de 10 estados e mais de 200 delegados, com as seguintes palavras de ordem: “não à liquidação do PCB e vamos organizar os comunistas”. Durante o X Congresso, esse movimento arregimentou mais de 500 delegados, que se decidiram pela Conferência Nacional de Reorganização do PCB. Eles fizeram uma passeata até o Teatro Zaccaro, onde alegaram que tentaram impedir a entrada deles. Após conseguirem entrar, convocaram os demais companheiros a participarem da Conferência Nacional de Reorganização do PCB. Após isso, abandonaram o Teatro Zaccaro e caminharam em passeata até a Escola Estadual Roosevelt, onde foi realizada a Conferência Extraordinária de Reorganização do PCB, caracterizando o racha entre dois segmentos distintos do PCB que reclamavam o legado do Partidão.

A realidade é que o PCB já vinha sofrendo uma crise, que pode ser comprovada nos resultados eleitorais, regressão do efetivo de militantes, crise na atividade militante, multiplicação dos conflitos internos e crise da imprensa comunista. Em função desses fatos e de diversos acontecimentos nacionais e internacionais já citados nesta pesquisa, surge a necessidade de reorientações de sua política no processo de redemocratização brasileiro.

Este trabalho tem o seu limite temporal no X Congresso de 1992. Não pretende fazer um estudo aprofundado sobre as consequências desse congresso e muito menos do PPS e do Movimento de Defesa do PCB. Apesar disso, será feita uma pequena explanação sobre essas duas vertentes, frutos do X Congresso, apenas com o objetivo de mostrar a que levou a história do enfraquecimento do Partidão.

Surge então a seguinte questão: o PPS é a continuação do antigo Partidão e o atual PCB é uma dissidência, ou o atual PCB é a continuação do PCB e o PPS é uma dissidência? Como o grupo que discordou das mudanças no partido e se retirou do Teatro Zaccaro foi uma minoria, vamos aqui considerar que ele é a dissidência. Outro fator a favor dessa concepção é que Roberto Freire, presidente do PCB, se tornou o líder das transformações ocorridas nesse partido em 1992, se tornou o presidente do PPS.

Pode-se considerar que o legado maior do PCB ficou para o PPS. Pode-se também perceber que, para o PPS, o X Congresso do PCB foi só o início de uma grande mudança que ainda não findou. Exemplo disso é a Conferência Caio Prado Junior que o PPS realizou em agosto de 2007 para reavaliar a identidade da esquerda no século XXI, com o seguinte *slogan*: “O que é ser esquerda democrática hoje?”.

Como já vimos, o outro lado do racha é o Movimento de Defesa do PCB. O PPS entrou com uma ação na Justiça pedindo a proibição do uso do nome PCB, tendo em vista que pertencia a ele, como origem. O Movimento de Defesa do PCB ficou impedido judicialmente de utilizar essa sigla. Após uma briga judicial que durou de 1992 a 1994, o então ministro Sepúlveda Pertence deu o ganho de causa para esse grupo, alegando que o PPS não podia querer preservar um nome que ele estava renegando. Após essa decisão, o Movimento de Defesa do PCB passou a utilizar legalmente o nome PCB. Entretanto, para atender às exigência do TSE para o registro definitivo do PCB – a filiação em 20% dos municípios de 9 estados –, houve uma campanha no partido que alcançou êxito no final de 1995. Em uma passagem das Resoluções do Comitê Central do PCB de março de 2008, o próprio partido reconstruído assumiu que, nesse período, se caracterizou mais como um movimento político do que como um partido.

O preço da diluição política e orgânica pago pela justa e necessária batalha pelo reconhecimento político e pelo registro do Partido (1992/1996). Foi um período em que funcionávamos mais como um Movimento em Defesa do PCB do que um partido (Resoluções do Comitê Central do PCB, baseadas nas conclusões da Conferência Nacional de Organização do PCB, realizada em março de 2008).

Esse partido, desde o X Congresso do PCB, em 1992, é dirigido por Ivan Pinheiro e Zuleide de Melo e continua adotando o modelo comunista leninista-marxista, não incorporando praticamente nenhuma das mudanças propostas no X Congresso, inclusive, ainda adotam o princípio da ditadura do proletariado.

## CAPÍTULO VI – O X Congresso do PCB e o panorama internacional

Não é possível estudar o comunismo sem levar em consideração o seu contexto mundial. Não é possível estudar o PCB sem levar em conta as suas relações com o PCUS e outros partidos comunistas do mundo. As mudanças ocorridas no PCB compõem apenas um capítulo da história do comunismo. O foco desta pesquisa são as mudanças ocorridas no Brasil e optou-se, assim, por estudar a relação entre as mudanças do PCB com apenas dois dos partidos comunistas: o Partido Comunista Francês (PCF)<sup>27</sup> e o Partido Comunista Italiano (PCI)<sup>28</sup>. Isso porque esses dois partidos tiveram vínculo bastante estreito com o PCUS – até mesmo integraram o Cominform (HOBSBAWM,1982) e seguiram caminhos diferentes.

É comum ver os partidos comunistas francês e italiano citados em acontecimentos envolvendo a URSS ou o PCUS propriamente ditos. Um exemplo disso é a referência que Tony Judt faz a esses partidos quando cita a resistência antifascista no pós-Segunda Guerra Mundial, liderada pela União Soviética – “Líderes comunistas como Maurice Thorez, na França, e Palmiro Togliatti, na Itália, desempenharam papel fundamental na obtenção da cooperação de seus seguidores” (JUDT, 2008:79). Existem semelhanças, diferenças e influências entre as mudanças ocorridas no PCB, PCI e no PCF.

As mudanças ocorridas no PCI durante o Congresso de Bolonha, em 1989, e no Congresso de Rimini, em 1991, foram muito semelhantes às ocorridas nos IX e X Congressos do PCB, em 1991 e 1992, o que aumenta a possibilidade de influências entre um e outro acontecimento. No caso do PCF, onde as mudanças foram mais brandas e se limitaram a aspectos filosóficos – tanto é que o partido continuou com o mesmo nome e símbolos – as possibilidades de influências são bem menores.

Para visualizar as mudanças do X Congresso do PCB no panorama internacional, ao qual, como já visto, elas estão relacionadas, será feito um breve estudo sobre o surgimento de ambos os partidos, de suas reações à crise do comunismo e, por fim, a verificação da possibilidade de semelhanças, diferenças e até similaridades entre as mudanças que esses partidos provocaram e as que não provocaram.

---

<sup>27</sup> O Partido francês não fez qualquer mudança em seus nomes e símbolos, permanecendo até os dias de hoje como Partido Comunista Francês (PCF).

<sup>28</sup> Em 1991, o PCI mudou o seu nome para Partito Democrático della Sinistra (PDS), que, em 2007, fundiu-se com o Marguerita, um partido liberal católico, formando a Democratici di Sinistra (DS) e, em 2008, uniu-se à Democrazia Cristiana e transformou-se em Partito Democrático (PD).



## **O Partido Comunista Italiano (PCI)**

O Partido Comunista Italiano (PCI) foi criado em janeiro de 1921. Esse partido, assim como o PCF, nasceu de uma cisão com o Partido Socialista, no caso, o italiano. Mas, ao contrário do PCF, do PCB e de boa parte dos partidos comunistas do mundo, manteve uma forte ligação com a social-democracia. Isso se deveu à necessidade da união da esquerda italiana contra um inimigo comum, o fascismo de Mussolini.

O PCI foi muito reprimido durante o governo fascista de Benito Mussolini, que, em 1926, condenou Gramsci, líder comunista, a 20 anos de prisão, de onde ele foi libertado em 1934 por causa de sérios problemas de saúde que o levaram à morte em 1937. Em compensação, a queda de Mussolini em 1943 serviu para fortalecer o PCI, pois, durante o seu governo, os anti-Mussolini, até os que não eram comunistas, tinham-se juntado ao partido para lutar contra o fascismo. Houve um sucesso tão grande que o PCI, que antes da Segunda Guerra Mundial, no período do fascismo, era considerado pelo Comintern do PCUS como um partido débil, no pós-guerra chega a ser, juntamente com o PCF, convidado para integrar o Cominform (HOBBSAWM, 1982)<sup>29</sup>.

Segundo Hobsbawm, o sucesso do PCI se deveu a três fatores: a união com a massa antifascista italiana, o colapso do anarquismo junto com a passividade do partido socialista, o que aumentou o apoio de operários e dos camponeses ao partido, e o ressurgimento da oposição na Itália entre 1935 e 1938 em decorrência do impacto da Guerra Civil Espanhola, que contou com o apoio de jovens intelectuais que entraram para o partido. Isso talvez tenha contribuído em dois momentos importantes da história do partido. Primeiramente, essa associação com a social-democracia favoreceu uma posição sempre menos ortodoxa do comunismo italiano, que, por sua vez, contribuiu para que, alguns anos depois, fosse o líder do movimento eurocomunista. Segundo depoimento de Giuseppe Vacca, o eurocomunismo, na verdade, foi o italocomunismo.

O segundo momento é que a ligação do PCI com a social-democracia e essa liderança do movimento eurocomunista tornou-o mais ágil, após a queda do Muro de Berlim, nas mudanças

---

<sup>29</sup> O Comintern, abreviatura de *Communist International* (Internacional Comunista, também conhecida como a Terceira Internacional) foi dissolvida em 1943, durante a Segunda Guerra Mundial. Em 1947, após a Segunda Guerra, foi criado o Cominform, abreviatura de *Communist Information Bureau* (Birô de Informação dos Comunistas).

necessárias à sua reestruturação e às associações com a social-democracia para tentar manter a sua força política.

Não há dúvida de que o PCI foi um partido muito forte na política italiana e no cenário do comunismo internacional. Haja vista a sua liderança no movimento eurocomunista e a análise feita por Tony Judt (2008:218), que mostra que, no pós-guerra, o PCI era o maior partido comunista fora do bloco soviético: “4,35 milhões de eleitores (19%) do total, em 1946, subindo para 6,12 milhões (23% do total) em 1953”. Neste mesmo ano, o Partido Comunista Italiano vangloriava-se de contar com 2,14 milhões de membros pagantes. Provavelmente, um dos motivos desse sucesso seja o citado movimento de união da esquerda contra o regime fascista de Mussolini (de 1922 a 1943).

Consequência disso foi o apoio recebido pelo Partido Socialista Italiano (PSI) de Pietro Nenni, em 1943, na luta antifascista. Além disso, segundo Éric Hobsbawm (1982), muitos comunistas que ficaram clandestinos (dentro e fora da Itália), com fim do fascismo, efetuaram os pagamentos de suas responsabilidades partidárias, montante este que havia ficado guardado por anos e anos. Não se pode também ignorar a contribuição da popularidade de Enrico Berlinguer, que entrou para o PCI em 1943 e o comandou de 1972 a 1984, sendo um dos grandes responsáveis por um certo afastamento do PCUS, que muito contribuiu para as mudanças que ocorreram no PCI em 1989 e 1991, semelhantes ao acontecido no PCB em 1991 e 1992. Segundo depoimento de um militante italiano a Jean-Yves Dormagen (1995), ele só chorou três vezes em sua vida: a primeira quando sua mãe morreu, a segunda quando Berlinguer morreu e a terceira quando o PCI acabou.

### **Novos rumos do PCI**

Falou-se até agora de um PCI bastante próximo ao PCUS, mas é preciso se referir também a um PCI que, influenciado pelos pensamentos gramscianos, manteve certa autonomia em relação à URSS. Como afirma Giuseppe Vacca em entrevista para esta pesquisa, apesar de ter se mantido atrelado ao PCUS, foi um partido pioneiro, por ter como um de seus militantes e fundador Antonio Gramsci, que reavaliou alguns aspectos do marxismo-leninismo, e por ter combatido o stalinismo. A consequência disso foi sua participação pioneira na construção dos ideais eurocomunistas, que, conforme já dito, consistiam na defesa da ideia de um socialismo que fosse implementado de forma menos imediata e mais democrática, que tivesse uma base prática mais pluralista e destinada aos países mais desenvolvidos da Europa Ocidental. Esse

movimento, que teve também a participação mais direta dos partidos comunistas da Espanha e da França, afetaram os partidos comunistas de diversos países e não poderia ser diferente em relação ao brasileiro.

O peso do partido italiano no eurocomunismo é incontestável, mas a sua identidade e dependência do PCUS também é considerável, como se pode perceber nos trechos a seguir.

(...) é verossímil formular a hipótese pela qual Togliatti tenha compreendido que, “somente evitando uma ruptura aberta” com o Comintern, seria possível ao grupo dirigente saído de Lyon “manter de algum modo viva a continuidade de inspiração que o guiou na luta contra o fascismo (COUTINHO, 1989:85).

Nós devemos ceder nas questões russas e internacionais, para salvar a política italiana do nosso partido. Senão, Moscou não terá nenhum escrúpulo em combinar uma direção de esquerda com qualquer garoto da Escola leninista. Isto levaria à ruína do nosso trabalho de muitos anos” (COUTINHO,1989:90).

Essas ideias permeavam os pensamentos de Palmiro Togliatti e se “consolidaram” com Enrico Berlinguer. Em 1975, Berlinguer participou de dois encontros fundamentais para o nascimento oficial do eurocomunismo. O primeiro com Santiago Carrillo – secretário-geral do Partido Comunista Espanhol, em Livorno – e o segundo com Georges Marchais – secretário-geral do Partido Comunista Francês, em Roma. As três reflexões apresentadas por Berlinguer em seu relatório de abertura do XIV Congresso do PCI, em março de 1975, foram muito importantes para a construção do eurocomunismo. A primeira foi que a via ocidental do comunismo – ou o eurocomunismo – se tratava de um novo modelo, uma nova ordem social, radicalmente diversa da velha ordem social. A segunda foi que o eurocomunismo tinha como objetivo fortalecer o tecido democrático, o que se opunha à ditadura do proletariado defendido pelo comunismo soviético. E a terceira foi sobre a definição das características centrais do eurocomunismo, que estava baseado no pluralismo político, com defesa da pluralidade de partidos, que deveria ser laico e, por último, que deveria haver a negação da unidade da classe operária como conceito de partido único.

Por fim, os comunistas italianos e franceses reforçam aquilo que havia sido afirmado inicialmente na declaração conjunta de italianos e espanhóis: a necessidade do respeito pelo “princípio da autonomia de cada partido”, ou seja, a exigência da não ingerência de quaisquer partidos ou Estados (leia-se: Partido Comunista da União Soviética e União Soviética) nos desenvolvimentos teóricos e nas opções políticas realizados pelos demais partidos comunistas, tanto no campo oriental como no ocidental – fato que assinalava abertamente a vontade dos três

partidos eurocomunistas de implementar livremente a busca por novos caminhos, a serem seguidos na luta pela construção de uma sociedade socialista e democrática (MONDAINI, 2006:6).

Percebe-se o impacto das ideias do eurocomunismo no paradoxo autonomia *versus* heteronomia em relação à URSS, quando prega o afastamento da URSS e a oposição luta insurreta *versus* luta democrática ao defender um socialismo mais democrático. Esse posicionamento, que foi assumido na Declaração de março de 1958, foi confirmado pelos demais congressos do partido, principalmente nos da época em que as ideias do eurocomunismo haviam chegado no Brasil. A questão é que a ingerência da União Soviética no PCB ainda era forte, havendo inclusive o conflito no PCB, em 1982, entre os militantes mais ortodoxos e os eurocomunistas. Vários ex-militantes do PCB, quando foram entrevistados para esta tese, assumiram que hoje entendem como correto o eurocomunismo defender o pluralismo partidário, a liberdade e a autonomia, mas que à época não achavam que isso era bom para o PCB. Com o X Congresso, houve a intenção de se superar essa dependência da URSS. O eurocomunismo foi uma influência positiva da Itália no PCB, mas continuava a gerar conflito em seu interior, contribuindo para o seu enfraquecimento, o que, por outro lado, também serviu para o seu amadurecimento.

O eurocomunismo defendia a pluralidade e a liberdade, em contraposição ao que acontecia na URSS. Por isso, deve ser considerado um avanço em relação ao socialismo real, mas percebe-se também que a transformação que aconteceu no X Congresso foi ainda superior a essa gênese do eurocomunismo. Possui afinidade também com o eurocomunismo, pode-se dizer, mais maduro, de Enrico Berlinguer. Além de todas essas características do eurocomunismo da época de Gramsci, em 1992, a direção do PCB fazia uma inversão colocando o socialismo como um caminho para a democracia, abandonando a ideia de que a democracia é que levaria ao socialismo. Por isso percebe-se, até hoje, no PPS, em seus diversos encontros (palestras, congressos), no discurso de Roberto Freire, seu presidente, e em conversas com os militantes, a repetição da expressão "radicalismo democrático".

Com o enfraquecimento do PCUS, desde seu XX Congresso, com o eurocomunismo e depois com a queda da URSS, os efeitos da crise do comunismo chegaram ao PCI. Já em 1989, mesmo ano da queda do Muro de Berlim, Achille Occhetto começa a articular a desvinculação do PCI

ao PCUS, anunciando esse processo na televisão. Occhetto anunciou no começo dos trabalhos do Congresso de Bolonha, em 12 de novembro de 1989, o início do fim do PCI. Não conseguindo ser finalizado o processo de liquidação do PCI, ainda foi tema do Congresso de Rimini, em fevereiro de 1991. Assim, então, com as influências externas e os movimentos internos, o PCI mudou seu nome para Partito Democratico della Sinistra – PDS.

Se, por um lado, esse processo era esperado pelo fato de o PCI ter sido precursor no afastamento da URSS, por outro, foi bastante traumático, tendo em vista o grande apego, inclusive sentimental, que os militantes têm pelo partido e seus símbolos. Cabe aqui repetir uma passagem do final da primeira parte deste capítulo. "Segundo um depoimento de um militante italiano a Jean-Yves Dormagen (1995), ele só chorou três vezes em sua vida: a primeira quando sua mãe morreu, a segunda quando Berlinguer morreu e a terceira quando o PCI acabou".

O anúncio do fim do PCI foi traumático para diversos militantes, assim como no caso do PCB, embora pareça que no PCI tenha sido maior. Jean-yves Dormagen (1995) cita até mesmo o depoimento de alguns descontentes com a mudança de nome do PCI: "Eu me senti ferido por dentro. Não se pode mudar as roupas pensando em mudar o interior, o que há no interior permanece: o comunismo" (DORMAGEN, 1995:82). Acontece que o problema do PCI, assim como do PCB e muitos outros, não era mudar a vestimenta. Era mudar o interior, o modo de pensar e de agir.

### **Semelhanças e diferenças entre o PCI e o PCB**

Ao mencionar a história do comunismo no Brasil, principalmente a parte referente às mudanças que ocorreram no PCB, já ficam claras as semelhanças entre o Brasil e a Itália e entre seus partidos comunistas. No entanto, ao contrário do que o título acima pode sugerir à primeira vista, não se pretende aqui fazer uma análise comparativa entre o PCB e o PCI. Nem mesmo uma comparação entre o que aconteceu nos partidos comunistas do Brasil e da Itália com o enfraquecimento do comunismo no mundo. Pretende-se apenas destacar alguns aspectos de um e de outro partido que podem mostrar semelhanças e diferenças na história desses dois partidos e contribuir para o entendimento das mudanças acontecidas no PCB por ocasião da crise do socialismo real.

Primeiramente vamos analisar algumas semelhanças na formação política do Brasil e da Itália. Ambos os países vêm de uma revolução passiva, nos moldes de Gramsci ou de uma

revolução pela via prussiana, nos moldes de George Lukács. No Brasil, desde a época do bloqueio continental proposto por Napoleão e a consequente vinda da família real, que significou uma conservação na metrópole e uma “conservação-mudança na Colônia” (VIANNA, 2004:44); na Itália, após a dominação francesa em parte da Europa, por ocasião dos movimentos revolucionários do *Risorgimento*, influenciado pelo ciclo revolucionário de 1789 a 1848.

Outra semelhança é que, na Itália, na década de 1950, houve uma tentativa de reforma agrária que se propunha inclusive a resolver a questão meridional. Essa tentativa foi frustrada, só alcançando êxito anos depois e, mesmo assim, em partes, pois até hoje a reforma agrária no Brasil não foi resolvida. Percebe-se uma grande semelhança entre o PCI e o PCB no tocante aos meios de se implantar um governo socialista. No PCI, acontece uma discordância de Gramsci com a direção do PCI, dirigido por Amadeo Bordiga. Conforme mostrado por Carlos Nelson Coutinho (1989), Bordiga propunha a ditadura do proletariado a ser implantada mediante um assalto ao poder de forma insurrecional. Gramsci propunha, desde 1925, a luta democrática e progressiva por meio da implementação de uma assembleia republicana com base em conselhos operários e camponeses. No Brasil, semelhante a isso, acontece, conforme já citado, o paradoxo da luta insurreta *versus* luta democrática.

Em relação às semelhanças entre os partidos comunistas italiano e brasileiro, um aspecto importante é que, assim como o PCB, o PCI, desde sua criação, foi um partido intelectualizado, indo contra os princípios da Internacional Comunista, que defendia a constituição de um partido comunista dirigido por proletários, como aconteceu com o PCF.

Em relação à mudança de seu nome e símbolos, que aconteceu no X Congresso do PCB, em janeiro de 1992, também percebe-se semelhanças com o PCI. Primeiro que o PCI precisou de dois congressos para concretizar as mudanças, o de Bolonha, em 1989, e o de Rimini, em 1991. O PCB também precisou de dois congressos. O IX Congresso no Rio de Janeiro, em 1991, e o X Congresso em São Paulo, em 1992. Outra semelhança é que, durante o X Congresso do PCB, criou-se o Movimento Nacional de Defesa do PCB, que mais tarde voltou a utilizar o nome Partido Comunista Brasileiro – PCB. Na Itália, durante o processo de mudança de nome do PCI, criou-se o Partito della Rifondazione Comunista – PRC, embora lá tenha sido criado também, em 1998, o Partito dei Comunisti Italiani – PdCI. Embora haja semelhança na resistência à mudança, o que já é de se esperar em qualquer caso de mudança, essas semelhanças ficam ainda mais próximas no caso de duas culturas parecidas.

Uma diferença entre o que aconteceu no PCI e o que aconteceu no PCB foi que, no Brasil, a mudança de nome significou uma proposta de modernização ou de reavaliação do partido comunista, embora essa ideia tenha sido contestada pelos militantes dissidentes que formaram o Movimento de Defesa do PCB – hoje, Partido Comunista Brasileiro –, para quem a mudança significava a liquidação do PCB. No caso italiano, a ideia foi dar fim ao PCI e formar um novo partido de esquerda. Isso pode ser evidenciado, também, nas palavras do próprio Achille Occhetto (líder da mudança) em entrevista ao Jornal *Le Monde de Paris*, no dia 28/01/2009, quando, ao ser perguntado sobre a nova identidade do partido, respondeu: “É claro que o PDS não é o velho PCI com novos hábitos. Ele não lembra o PCI do leste ligado até aqui aos regimes culpados que não hesitam em se livrar de simples máscaras unicamente mudando de nome”.

As mudanças no partido italiano não se limitaram à de 1991. Nesse movimento de criação de um novo partido, em 1998, houve ainda a associação com o partido Democracia Cristiana e a consequente mudança para Democratici di Sinistra – DS<sup>30</sup>. Em outubro de 2007, durante o seu IV Congresso, acontece a fusão com o partido Marguerita e o surgimento do Partito Democratici – PD<sup>31</sup>. As duas últimas mudanças significaram, na verdade, uma aliança entre partidos para tentar combater a direita, inclusive contra Silvio Berlusconi, a quem a Revista *Forum Democrático*<sup>32</sup> se refere como ditador, lançando até mesmo uma manchete de capa na edição número 71-72, de junho/julho de 2008, intitulada “Berlusconi IV: uma ditadura doce”, em referência a sua eleição para primeiro-ministro da Itália pela quarta vez, em abril de 2008. Eis aí uma diferença entre o movimento dos dois partidos, embora, no Brasil, a transformação não tenha se limitado a uma mudança de nome. Significou, acima de tudo, um combate ao centralismo democrático, a ditadura do proletariado à guerra de movimentos defendidos por Marx, Lênin e Stalin e outras características do socialismo real, ou seja, um rompimento definitivo com o comunismo russo.

### **Partido Comunista Francês (PCF)**

---

<sup>30</sup> Democrático de Esquerda.

<sup>31</sup> Partido Democrático.

<sup>32</sup> A Revista *Forum Democrático* é uma publicação da Associação pelo Intercâmbio Cultural Itália Brasil Anita e Giuseppe Garibaldi. Essa revista é direcionada principalmente para a comunidade italiana no Brasil e possui um vínculo com o Partido Democrático (italiano).

Como consequência, também, do movimento comunista internacional instaurado depois da Revolução Russa de 1917, surgiu, em 1920, o Partido Comunista Francês, com uma luta contra o capitalismo e uma ruptura com a social-democracia. Em dezembro de 1920, durante o Congresso de Tours (18º Congresso Nacional da SFIO – *Section Française de l'international Ouvrière*<sup>33</sup>, criada em 1905) houve uma maioria de dissidentes que criou o Partido Comunista Francês, após uma cisão à referida SFIO. O PCF foi um partido que, apesar de compor o grupo dos chamados eurocomunistas na década de 1970, manteve-se sempre mais próximo do PCUS que os partidos comunistas da Itália e da Espanha, desde sua criação. Uma demonstração disso é o fato de seu jornal oficial, o *L'Humanité*, somente ter anunciado o relatório de Nikita Krushev, no XX Congresso do PCUS, em sua edição do dia 10 de março de 1956, 15 dias após o seu encerramento e, mesmo assim, de uma forma complacente, não indo frontalmente contra os acontecidos daquele congresso – relatando algumas falhas de Stalin, mas, acima de tudo, fazendo uma certa apologia a ele como um dos líderes da Revolução de 1917.

Somente na edição de 18 de março de 1956, o PCF se refere à crítica que Nikita Krushev fez ao personalismo, referindo-se a Stalin, mas não deixava de comentar também os seus méritos. Então, em sua edição do dia 23 de março de 1956, o *L'Humanité* soltou uma matéria de página inteira com a resolução do PCF assumindo e defendendo o trabalho do XX Congresso do PCUS. Enquanto isso, o Jornal *Le Figaro*, já anunciava em sua edição de 20 de fevereiro de 1956, antes mesmo de o congresso acabar, as denúncias que Krushev fez dos erros de Stalin, com informações cedidas por Anastase Mikoyan, primeiro vice-presidente do comitê central do PCUS. Entre seus erros, foram citados não só o culto a sua personalidade como, também, a queima de dezenas de exemplares de uma literatura de Lênin – que era o livro de cabeceira de qualquer comunista – e, ainda, a falsificação de documentos por ocasião da disputa com Trotsky pelo cargo de presidente da União Soviética e de secretário-geral do PCUS quando Lênin ainda estava doente.

Para analisar essa relação de proximidade do povo francês e do seu partido comunista com a URSS, é preciso se reportar aos idos de logo após a Segunda Guerra Mundial, talvez até antes, mas acredita-se que esse período já seja suficiente. Desde a invasão Alemã na França, em 1940, com o regime do governo fantoche do Marechal Pétain, a França deixou de ser uma grande potência europeia<sup>34</sup>. Por isso, no pós-Segunda Guerra, a grande preocupação da França

---

<sup>33</sup> Seção Francesa da Internacional Trabalhadora.

<sup>34</sup> Além do poderio econômico, nos idos de 1938, a França tinha a maior potência militar da Europa.



era a Alemanha, por ela ser a grande fornecedora de carvão para a sua indústria de aço e por haver o medo de um revanchismo alemão. Em função disso, foram feitas diversas alianças entre a França e a União Soviética. O povo francês tinha grande afeto pela Rússia. E, como não podia deixar de ser, o Partido Comunista Francês tinha um relacionamento estreito com a URSS, por suas relações políticas com a Internacional Comunista e o PCUS, sua origem, e, nesse momento, ainda mais por essa simpatia do povo aos soviéticos. Segundo Judt (2008:129), “em fevereiro de 1945, diante da pergunta ”Quem fará mais pela recuperação da França?”, 25% dos entrevistados responderam a favor da URSS e 24% a favor dos EUA. Em 1947, em função de suas dificuldades financeiras e de sua incapacidade de, sozinha, soerguer a Alemanha, sua grande fornecedora de carvão, a França precisou se colocar do lado dos EUA e de seu Plano Marshall. Como Stalin tinha uma oposição ferrenha a esse plano, nesse mesmo ano ele havia criado o Cominform e aumentado a pressão sobre os partidos comunistas Francês e o italiano contra as intenções dos EUA; os sentimentos do povo francês mudaram bastante. Isso também contribuiu para o enfraquecimento do Partido Comunista Francês.

### **Novos rumos do PCF**

Depois da Segunda Guerra Mundial, iniciou uma grande competição entre o capitalismo e o socialismo. De um lado estava principalmente os Estados Unidos e a Inglaterra com o capitalismo e o neoliberalismo. Do outro lado estava a URSS com o comunismo e o socialismo propriamente dito. Esse é o dualismo que Raymond Aron chamou de “guerra fria”. Além desse conflito, em 1956, depois do XX Congresso do PCUS, acirrou-se a análise de opções diferenciadas de comunismo para a Europa Ocidental – o eurocomunismo.

A participação do PCF na criação das ideologias do eurocomunismo, assim como as do PCI e do PCE, foi muito importante. O que Georges Marchais, então secretário-geral do PCF, verbalizou no XXII Congresso do PCF, em fevereiro de 1976, foi de suma importância no processo de criação do eurocomunismo. O seu discurso acabou reafirmando o que já havia sido citado por Berlinguer e Carillo nos congressos de seus respectivos partidos (o italiano e o espanhol), mas houve um aspecto em seu pronunciamento que merece uma atenção especial pelo seu caráter renovador em relação ao comunismo real. Ele afirmou que entendia o socialismo como fruto do pleno desenvolvimento da democracia (MONDAINI, 2006), apesar de ainda não apresentar a inversão proposta, mais tarde, por Berlinguer, de que a democracia é que seria fruto do pleno desenvolvimento do socialismo. De qualquer forma, essas palavras

mostram o ideal do eurocomunismo de liberdade e democracia, ao contrário da ditadura do proletariado do comunismo soviético.

A relação dos Partidos Comunistas Italiano, Francês e Espanhol na fomentação do eurocomunismo teve diversos pontos em comum que deram até mesmo robustez ao movimento, mas não se pode afirmar que se tratou de uma relação harmônica com consenso total. O PC Espanhol, por estar ainda sob o domínio da ditadura de Franco e lutando pela sua legalização, dá continuidade de forma cada vez mais rápida e intensa ao estabelecimento do eurocomunismo, chegando a aumentar o conflito com a União Soviética.

O PC Italiano continuou sua jornada na intensão de realizar na prática as proposições teóricas do eurocomunismo e enfrentou a mão pesada da dominação sem limites da União Soviética e dos terroristas italianos de extrema esquerda e extrema direita, mas alcançou bons resultados nos pleitos eleitorais de 1975 e 1976.

Dos três, o PCF foi o que mais ficou próximo do PCUS. Um fator que contribuiu para isso foi que muitas das políticas de afastamento do comunismo real foram adotadas não por convicções teóricas, mas sim por questões táticas eleitorais, para a aproximação do socialismo e a criação de uma sólida aliança eleitoral para enfrentar a direita gaullista. Essa frente lhe valeu um grande sucesso eleitoral nas eleições legislativas de 1973, com o avanço de 93 para 176 cadeiras no parlamento francês, o que quase desbancou a maioria da coalizão gaullista, e nas eleições presidenciais de 1974, quando por muito pouco a candidatura de François Mitterrand não foi vitoriosa frente à de Valéry Giscard D'Estaing, na sucessão de Georges Pompidou. Apesar desse sucesso eleitoral, preocupados com o fortalecimento dos socialistas liderados por François Mitterrand e com as pressões de Leonid Brejnev, os comunistas recuaram um pouco em suas intenções eurocomunistas e se reaproximaram dos soviéticos (MONDAINI, 2006). Apesar dessa posição mais próxima do PCUS, a participação no movimento eurocomunista contribuiu para algumas mudanças junto ao PCF.

Esse "vai e vem" do PCF em relação à proximidade com o PCUS mostra alguma semelhança, resguardadas as devidas proporções, com as crises pelas quais o PCB passou, permeadas por um de seus paradoxos, o da autonomia *versus* heteronomia em relação à URSS, que findou anos mais tarde com a mudança para PPS e uma minoria dissidente que continuou com o nome PCB. O PCF também passou por crises, permeadas por essa oposição, embora tenha mantido seu nome e seus símbolos.

A França é um país com grande tradição em movimentos de emancipação de classe, contra o clero, nobreza, grupos dominantes. A Comuna de Paris e a Revolução Francesa, entre outros, marcaram essa tradição que vai influenciar o surgimento de uma esquerda forte. Por muitos anos, a França foi considerada um país clássico da revolução dos menos afortunados. As diversas revoluções que aconteceram na primeira metade do século XIX dão consistência a esse *status*.

Depois de algum tempo, a França passa por uma época em que todo movimento de esquerda baseado no socialismo e em valores liberais ou libertários fracassa (HOBSBAWM, 1982). O movimento de esquerda da França se vê permanentemente oscilando entre uma postura nacionalista e uma postura internacionalista, mas acaba optando pela internacionalista, mantendo-se fiel ao Partido Comunista da União Soviética (PCUS). A esquerda na França se mostrou bastante forte por muitos anos e o PCF era o seu esteio. Nas eleições de 1981, acontece um grande declínio em sua força. O PCF perde para o Partido Socialista (PS) a posição de alicerce da esquerda francesa. As fracas estratégias de renovação do seu 24º Congresso, em 1982, após os fracassos enfrentados nos últimos anos, acabam por afastar mais militantes que preferem a saída social-democrata à comunista. O ano de 1983 significa uma grande crise no PCF.

Apesar da crise no PCF, a esquerda francesa, com François Mitterrand do Partido Socialista francês (PS), após uma votação pouco expressiva no 1º turno das eleições de 1981, consegue se eleger no segundo turno, até mesmo em função de eleitores centristas descontentes com a direita.

“O período do governo de Mitterrand, de 1981 a 1995, representou uma era de progresso econômico e social na França, mas não necessariamente de um fortalecimento da esquerda. As eleições legislativas de 1993 representaram o fim de uma era para a esquerda francesa” (ANDERSON; CAMILLER, 1996:33). Todos os partidos de esquerda juntos recebem menos de 1/4 dos votos (LAVAU, 1982). Se estava ruim para a esquerda como um todo, imagine para o PCF que teve pouca participação no governo de Mitterrand.

“Para se proteger de críticas comunistas e atar as mãos da CGT<sup>35</sup> contra a tentação, Mitterrand ofereceu quatro ministérios ao PCF” (ANDERSON; CAMILLER, 1996:46). No entanto, com sua derrota para Jacques Chirac da União por um Movimento Popular (UMP), um partido de

---

<sup>35</sup> Confédération Générale du Travail. Confederação Geral do Trabalho.

direita e centro direita, a esquerda francesa acaba de ruir em 1995. No conjunto da esquerda, o partido mais se enfraqueceu foi o PCF.

Já em 2007, o PCF apoiou a candidatura de Ségolène Royal do PS à presidência da França, mas ela foi derrotada por Nicolas Sarkozy da UMP. Essa derrota aumenta a crise da esquerda francesa e, junto com ela, a do PCF. Nas eleições municipais francesas de 2008, percebeu-se um avanço da esquerda, mais especificamente do PS apoiado pelo PCF, mas a direita resistiu mais do que o esperado. Até os jornais de direita e aristocráticos admitiram certo progresso da esquerda. “La gauche progresse, la droite résiste mieux que prévu”<sup>36</sup> (*Le Figaro*, 2008). “Dans les nombreuses villes, la droite est confrontée à la faiblesse de ses réserves de voix”<sup>37</sup> (*Le Monde*, 2008). Tudo isso traz à tona uma indagação de Bernard Pudal (1989): “Le « declin » du PCF est-il inéluctable?”<sup>38</sup>.

Percebe-se então que, diferentemente do PCI e do PCB, os novos rumos do PCF não se referem à mudança de seu nome ou de seus símbolos, mas a uma readaptação estratégica para tentar suplantar a crise mundial do comunismo. Sendo assim, essa situação nos remete a uma reflexão sobre a reação do PCF à essa crise. Quais foram as suas diferenças com o PCB? Quais as semelhanças?

### **Diferenças e semelhanças entre o PCF e o PCB**

Também aqui, ao contrário do que o título acima pode sugerir à primeira vista, não se pretende fazer uma análise comparativa entre o PCB e o PCF. Nem mesmo uma comparação entre as reações dos partidos comunistas do Brasil e da França diante do enfraquecimento do comunismo no mundo. Pretende-se apenas destacar alguns aspectos de um e de outro partido que podem mostrar semelhanças e diferenças – provavelmente mais diferenças – da história desses dois partidos e principalmente do momento histórico que sucedeu a crise do socialismo real.

A queda do Muro de Berlim em 1989 e o fim da União Soviética em 1991 provocaram consequências em todo o mundo e mais ainda em seus partidos comunistas. Como não podia deixar de ser, tanto o PCB quanto o PCF sofreram o impacto desses acontecimentos, mas com reações bem distintas.

---

<sup>36</sup> A esquerda progride, a direita resiste melhor que o previsto.

<sup>37</sup> Em numerosas cidades, a direita se confrontou com a fraqueza de suas reservas de voz.

<sup>38</sup> O declínio do PCF é inevitável?

Como já visto, o PCB, no seu X Congresso, em janeiro de 1992, trocou o seu nome para Partido Popular Socialista (PPS), abandonou a foice e o martelo como seus símbolos e se afastou do marxismo-leninismo, do stalinismo e do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Além disso, decidiu pelo uso de estratégias democráticas para a implementação de um novo socialismo não ortodoxo, no Brasil. O PCF manteve o mesmo nome que possui desde que se tornou a Seção Francesa da Internacional Comunista, no Congresso de Tours, em 1920. Também não abandonou seus símbolos (a foice, o martelo, o seu hino – A Internacional), mas percebe-se que muita coisa mudou em sua filosofia, adotando, até mesmo, assim como o PCB, uma linha democrática de atuação.

Sem dúvida, a queda do Muro de Berlim e o fim da URSS provocaram crises no PCF, mas esses acontecimentos foram apenas uma das causas de seu enfraquecimento e mudanças. Existem também fatores internos a serem analisados.

Bernard Pudal (1989) faz uma contextualização sociológica do PCF, que é importante para o entendimento de esse partido ter percorrido um caminho diferente dos dois outros partidos em questão, o PCI e o PCB. O autor dedica um capítulo (Composição socioprofissional 1920-1936) de seu livro *Prendre Parti* detalhando a origem socioprofissional dos integrantes do Comitê Diretor e do Comitê Central do Partido, que se percebe bastante diferente dos outros dois partidos.

Em sua análise, Pudal mostra que o número de dirigentes da classe trabalhadora na direção do PCF vai aumentando com o passar dos anos, o que ele chama de proletarização das instâncias dirigentes. Essa informação pode ser visualizada no Quadro 2, que apresenta a evolução de 1920 – ano criação do PCF – até 1936. Esse aspecto, além de justificar a maior dependência do PCF ao PCUS, mostra que a sua formação é diferente do Partido Comunista Italiano e do Partido Comunista Brasileiro, que tinham corpos dirigentes mais intelectualizados, embora um fator que contribuiu para manter o PCB mais próximo do PCUS, entre outros motivos, tenha sido a presença de Luis Carlos Prestes na União Soviética.

**Quadro 2: Evolução da composição socioprofissional dos comitês diretores e comitês centrais de 1920 a 1936 (1920, 1924, 1925, 1936)**

	Comitê Diretor Tours 1920	Comitê Central Lyon 1924	Comitê Central Clichy 1925

	3 2	(%)	3 5	(%)	3 6	(%)
Agricultores	0		0			
Trabalhadores dos serviços públicos	0		2	5,71	5	13,8 7
Trabalhadores de empresas privadas	6	18,7 5	1 5	42,8 0	1 2	33,3 3
<b>Total da classe operária</b>	<b>6</b>	<b>18,7</b> <b>5</b>	<b>1</b> <b>7</b>	<b>48,5</b> <b>1</b>	<b>1</b> <b>7</b>	<b>47,2</b> <b>1</b>
Artesãos, pequenos empreendedores, comerciantes	1	3,12	0		0	
Empregados de escritórios e do comércio	2	6,25	2	5,71	4	11,1 1
Assalariados médios, computáveis privados e públicos	5	15,6 0	6	17,1 4	5	13,8 8
Institucionais e equivalentes	6	18,7 5	5	14,2 8	3	8,33
<b>Total da classe média</b>	<b>1</b> <b>4</b>	<b>43,7</b> <b>2</b>	<b>1</b> <b>3</b>	<b>37,1</b> <b>3</b>	<b>1</b> <b>2</b>	<b>33,3</b> <b>2</b>
Assalariados superiores	1	3,12	1	2,85	3	8,33

privados e públicos						
Professores	1	3,12	2	5,71	2	5,55
Profissionais liberais	4	12,50	1	2,85	1	2,77
Profissionais literários e artísticos	6	18,75	1	2,85	1	2,77
<b>Total da classe superior</b>	<b>12</b>	<b>37,49</b>	<b>5</b>	<b>14,26</b>	<b>7</b>	<b>19,42</b>

Adaptado de Pudal (1989: 42).

No Brasil, houve a tentativa de proletarização de sua direção. Exemplo disso foi a retirada de Astrogildo Pereira do cargo de secretário-geral, em 1943, apoiada por Luis Carlos Prestes. Esse posicionamento gerou um conflito no partido, como pode ser percebido na seguinte passagem da *Voz Operária* em relação à luta do partido contra o fascismo com a ANL, em 1934.

O partido pagou alto preço naqueles anos, pela debilidade de sua formação ideológica e teórica, principalmente dos quadros de direção. O núcleo dirigente eleito no final do ano de 30, encabeçado por Fernando Lacerda, não conseguiu firmar-se. A luta contra a ameaça ideológica representada pelo “prestismo” dentro do partido foi mal conduzida, tornando uma forma grosseira de luta pela “proletarização” dos quadros partidários. (*Voz Operária*, n. 90, ago. 1972, p. 2).

O mesmo autor menciona, no período de 1956 a 1980, uma crise (expressa em resultados eleitorais, regressão do efetivo de militantes, crise da atividade militante, multiplicação dos conflitos internos, crise da imprensa comunista) não só no PCF como nos partidos comunistas da Europa que não estavam acompanhando as transformações que vinham acontecendo nos partidos políticos do mundo, devido aos laços com o PCUS, ainda existente, embora mais fraco do que antes. Segundo esse autor, isso significou a “marginalização do PCF” (PUDAL, 1989:276).

Chute brutal du nombre de adhérents et de électeurs – de 814.285 adhérents en 1946 à 330.000 en 1957 et 25,9% des suffrages en 1946 à 19,2% en novembre 1958. (...) La guerre froide, le XX<sup>ème</sup> Congresso do PCUS (fevrier 1956) et l'etroite dépendance au mouvement communiste international (Cominform), sont quelques motifs pour la crise du PCF (PUDAL, 1989:283)<sup>39</sup>.

A crise do partido comunista de um país com larga experiência em movimentos de esquerda, de um partido que durante muitos anos foi o esteio da esquerda francesa e que teve forte influência tanto no movimento comunista da Europa Ocidental quanto do mundo em geral foi tão impactante que Bernard Pudal, um sociólogo que é um dos mais respeitados estudiosos do Partido Comunista Francês, após escrever “Prendre parti: pour une sociologie historique du PCF”<sup>40</sup> percebeu a necessidade, conforme antecipado em entrevista no dia 25 de março de 2009, de desenvolver mais o oitavo e último capítulo de seu livro que trata da crise do PCF. O autor dedicou um livro específico sobre o assunto: “Um monde défait: les communistes français de 1956 à nous jour”<sup>41</sup>, que foi lançado em 07 de setembro de 2009, durante o 10º Congresso da Associação Francesa de Ciências Políticas, em Grenoble – França.

Esse período, iniciado em 1956, com o Congresso do PCUS, vai desembocar na crise gerada por conflitos internos em 1978 e 1979. Percebe-se que os anos de 1978 e 1979 correspondem justamente ao momento em que os novos militantes que aderiram ao partido por volta de 1956 ascendem, aproximadamente, 22 anos mais tarde, aos comitês federais do partido. Trata-se de uma geração mais intelectualizada e que entrou no partido logo depois do XX Congresso do PCUS e em plena Guerra Fria, com a propaganda acirrada do capitalismo americano contra o comunismo, tanto na literatura como nos filmes e outros meios. Esses militantes passaram a ter acesso a informações sobre as sociedades capitalistas desenvolvidas, principalmente a americana, e começaram a questionar alguns aspectos do partido, gerando alguns conflitos internos. Um dos conflitos mais significativos foi o do comitê parisiense, na década de 1980, com o comitê nacional. Iniciaram, então, as expulsões de diversos desses militantes do partido e os abandonos voluntários.

---

<sup>39</sup> Queda brutal do número de aderentes e de eleitores – de 814.285 aderentes em 1946 para 330.000 em 1957 e 35,9% dos votos em 1946 para 19,2% em novembro de 1958. A guerra fria, o vigésimo congresso do PCUS (fevereiro de 1956) e grande dependência do Movimento Comunista Internacional (Cominform) são alguns dos motivos para a crise do PCF.

<sup>40</sup> Tomar partido: por uma sociologia histórica do PCF.

<sup>41</sup> Um mundo desfeito: os comunistas franceses de 1956 a nossos dias.



Segundo Georges Lavau (1982), alguns motivos do declínio do PCF podem ser conflitos internos, confusão dos militantes, o contínuo e desigual recuo da influência da CGT. Qual foi a influência desse conflito e alternância com o PS na liderança da esquerda francesa? Quais os prejuízos do PCF por não optar por uma linha social-democracia?

É importante ressaltar que, diferente da França, não houve no Brasil essa alternância com partidos socialistas e que, em ambos os partidos, houve influência de questões internacionais, como, por exemplo, o excesso de proximidade com a Internacional Comunista além de conflitos internos gerados também por divergências de militantes intelectuais com os destinos do partido. No caso brasileiro representado, por exemplo, pelo afastamento de Caio Prado Junior e Florestan Fernandes, e, no caso francês, representado, por exemplo, pelo afastamento do próprio Bernard Pudal e alguns de seus contemporâneos. Na verdade, assim como no PCB, o PCF foi-se enfraquecendo pouco a pouco.

A crença dos franceses e até do mundo, no marxismo-leninismo, ou no socialismo russo, foi sendo minada aos poucos. Pode-se separar principalmente cinco fatores para isso. O **primeiro** é que, no fim da Segunda Guerra Mundial, teve início a Guerra Fria com o Plano Marshall, em que, os EUA, capitalista, se tornam um grande inimigo da URSS e do seu socialismo. Isso minou um pouco o socialismo francês. O **segundo** é que, em 1956, os EUA se aproveitaram das declarações de Nikita Krushchev no XX Congresso do PCUS, sobre as atrocidades cometidas por Stalin em nome do socialismo, da centralidade democrática e da ditadura do proletariado, para minar a força do socialismo por meio de propagandas em filmes, imprensa e literatura. O **terceiro** fator é que, em 1968, Charles de Gaulle põe a culpa do uso da violência para conter a Revolta de Maio de 1968 no Partido Comunista que, segundo ele, instigava os revoltosos, principalmente estudantes e trabalhadores, à violência. Prova desse enfraquecimento foi a derrota do PCF nas eleições, logo após os eventos de 1968, para o partido vinculado a De Gaulle (União dos Democratas pela República – UDR). É importante destacar que, como na França a participação nas eleições não é obrigatória, alguns militantes, principalmente os de esquerda, ficaram descontentes com alguns acontecimentos na política e não compareceram às urnas, fazendo prevalecer a posição dos opositores. Assim aconteceu, por exemplo, nesse momento, após a Revolta de maio de 1968, prevalecendo o partido de Charles de Gaulle, como também nas eleições para o parlamento europeu, em 2009, prevalecendo os partidos de direita, como o UMP, de Nicolas Sarkozy. Além disso, as eleições de junho de 1968 tiveram como locais de votação muitas das escolas secundárias onde ocorreram sérios e

violentos embates entre os comunistas e a polícia, fazendo com que o retorno a esses locais provocasse lembranças ruins nos eleitores da esquerda.

O **quarto** ponto é que na Revolta de maio de 1968, a força do PCF foi minada por uma estratégia muito bem montada por Charles de Gaulle. No dia 24/05/1968, saiu uma manchete de destaque na capa do Jornal *Le Figaro* anunciando que o chefe de Estado iria anunciar a realização de um *referendum* em junho do mesmo ano, no qual o povo, por meio de uma participação democrática, iria opinar sobre o destino do país. O *referendum* era sobre a permanência de De Gaulle e do seu primeiro ministro (Georges Pompidou) no poder, ou não. O *Le Figaro* soltou um artigo na página quatro da edição do dia seguinte, apresentando a opinião de 22 representantes de diversos segmentos da sociedade.

Para se ter uma ideia da visão democrática que o jornal tentava atribuir ao artigo, apresentamos a opinião de quatro desses representantes. O primeiro citado é Waldeck Rochet, secretário-geral do PCF. Ele discorda, alegando que não é o *referendum* que irá resolver a debilidade do governo de De Gaulle, e sim a negociação com os trabalhadores e o atendimento das reivindicações de aumento de salários, diminuição da carga de trabalho e atitudes democráticas como a ampliação das atribuições dos comitês de empresas e a livre atuação dos sindicatos. François Mitterrand, da Frente de Esquerda Democrática Socialista (cuja sigla em francês é FGDS), discorda do *referendum* alegando que só foi aventada sua realização depois que a situação estava caótica, que essa atitude democrática deveria ser proposta no início da crise, não agora que esta já estava incontrolável. Dienesch, a presidente da comissão de relações sociais, se declara a favor do *referendum*, alegando que ele permite a institucionalização da participação de todos os cidadãos, particularmente os trabalhadores nas decisões para acelerar a solução dos problemas econômicos imediatos presentes em suas reivindicações. Fontanet do PDM, um partido de centro, fica “em cima do muro” dizendo que a medida veio tarde, mas que pode abrir um novo caminho para as soluções desejadas.

A partir desse momento, seguiu-se uma campanha publicitária em jornais, rádios e televisões sobre o *referendum*. No dia 31 de maio de 1968, o *Le Figaro* soltou uma manchete de capa anunciando que De Gaulle não se retiraria do poder. Na página quatro, o artigo afirma que o General (será que a palavra não foi colocada estrategicamente para intimidar a população, mostrando força militar, armada e possibilidade de uso de violência, como realmente aconteceu depois?) não trocará seu primeiro-ministro, dissolverá a Assembleia Nacional e adiará o *referendum*. A explicação dada para tudo isso é que ele queria tentar uma solução democrática

para a resolução da crise que se instalara na França, mas que desistiu tendo em vista as revoltas serem atitudes tirânicas de grupos organizados e de um partido que é um empreendimento totalitário. Logo após, ele utilizou a expressão comunismo totalitário, o que passa a nítida impressão de que o partido ao qual antes se referiu como a causa de tudo, como o que impediu uma solução democrática e pacífica para o problema, era o PCF. Foi uma boa estratégia para diminuir a simpatia que o povo tinha pelo PCF.

Prova disso é o sucesso da UDR, partido de direita, de De Gaulle, diante do fracasso dos partidos de esquerda PCF e PS que se aliaram para essas eleições. O partido de De Gaulle massacrou os partidos de esquerda. No primeiro turno, em 23/06/1968, a UDR obteve 9.663.605 votos (43,65%), contra 4.435.357 votos (20,03%) do PCF e 874.212 votos (3,94%) do PS. No segundo turno, em 30/06/1968, a UDR obteve 72,49% dos votos, contra 6,8% dos votos obtidos pelo PCF<sup>42</sup>.

O **quinto** e último aspecto é o apoio dado pelo PCF à invasão da URSS na Tchecoslováquia, chegando a liderar os países componentes do Pacto de Varsóvia e participando de diversas reuniões, principalmente em Moscou e Varsóvia. O interessante é que, diferente do PCF, o PCI até se propôs a reunir-se com os países do Pacto de Varsóvia para analisar a situação na Tchecoslováquia, mas parece que essa iniciativa foi muito mais pela ameaça do imperialismo americano (inimigo comum) do que pela adesão a essa aliança militar.

Não se pode negar que em paralelo a esses acontecimentos aconteceram diversos conflitos internacionais, como a Guerra da Argélia, que, segundo alegação de um dos entrevistados para esta pesquisa, o professor universitário Jean Hébrard, vinculado ao Centro de Estudos sobre o Brasil Contemporâneo da École des hautes Études em Sciences Sociales (EHESS)<sup>43</sup> de Paris, que foi membro do PCF no ano de 1968, o envolvimento do PCF nessa guerra também abalou a sua confiabilidade. Segundo Luiz Hildebrando Pereira da Silva, militante do PCB que viveu, entre idas e vindas, 32 anos em Paris e 1 ano em Bruxelas, o PCF era contra a independência da Argélia, seguindo uma tendência colonialista francesa, o que mostrou uma oposição entre essa política colonialista francesa, defendida pelo PCF, e a sua filosofia socialista, democrática. Na verdade, o que se percebe, após uma leitura detalhada das edições do *L'Humanité* dessa época, é que o movimento sobre a guerra, desde 31/01/1956 (data das eleições), caminhou com o desenrolar do XX Congresso do PCUS (de 14 a 25/02/1956) e que o PCF, o tempo todo, se

---

<sup>42</sup> *Journal L'Humanité* de 25 de junho de 1968.

<sup>43</sup> Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais.

posicionou contra a violência na Argélia, embora tenha lutado empenhadamente contra o fascismo que lá se tentava estabelecer.

Essa iniciativa também foi acompanhada por movimentos fascistas e antifascistas no *quartier latin*, principalmente por parte dos estudantes (Sorbonne). A luta do PCF e do povo francês foi contra o colonialismo fascista do governo francês na Argélia. Ou seja, houve um enfraquecimento do PCF à época, mas, como ambos os fatos ocorreram quase simultaneamente, fica um pouco difícil mensurar o quanto o seu envolvimento na Guerra da Argélia o prejudicou. Os resultados do XX Congresso do PCUS no seu enfraquecimento ficou mais evidente. As invasões da Hungria (1956, logo depois desse congresso) e da Tchecoslováquia (1968), entre outros fatos, também minaram a confiança do povo francês no PCF.

O PCF criticou a forma violenta da invasão à Tchecoslováquia, mas não ficou contra a URSS, ao passo que vários outros países ficaram contra, como, por exemplo, a própria Itália. Com isso, percebe-se, por meio de depoimentos colhidos em Paris para esta pesquisa, como o de Madame Anna no *Archive Departamental de Saint-Denis*, que essa ação da URSS, mostrou, mais uma vez, a sua face fascista. O povo francês começa a ver uma incoerência nas palavras do PCF, que combatia radicalmente o fascismo e a sua prática, mas que defendia um governo ditatorial da Rússia.

Outra questão que fica evidente na análise dos periódicos do PCF é que o *Cahiers du Communisme*, periódico destinado aos dirigentes do partido, editava, além dos informativos e resoluções do partido, artigos destinados à educação desses dirigentes (em sua maioria proletários, sem muitos estudos). Isso seguia a filosofia de Lênin referente à necessidade de educação para o socialismo. Exemplos disso são os artigos “Sobre a posição de Jaurès e do jauresismo no movimento trabalhador francês de antes de 1914”, “A importância histórica da primeira revolução russa” e “Karl Liebknecht e Rosa Luxemburg”, na edição de janeiro-fevereiro de 1956<sup>44</sup>. Mencionam-se, ainda, os ensinamentos diretos de Lênin, como, por exemplo, “Os cadernos filosófico de Lênin”, na mesma edição, ou, ainda, “O novo manual de economia política”<sup>45</sup> e “À ocasião da publicação de um novo manual de filosofia marxista na França”<sup>46</sup>.

---

<sup>44</sup> *Cahies du Communisme*, 32e annee – n° 1-2 – Janvier-fevrier 1956.

<sup>45</sup> *Idem*, 32e Annee – n° 4 – avril 1956.

<sup>46</sup> *Idem*, 32e Annee – n° 5.

O comunismo na França tem um aspecto bastante diferente do Brasil e até da Itália, embora mais próximo do segundo. O Partido Comunista Francês é um patrimônio histórico da França. O comunismo faz parte da formação cultural da França, do seu dia a dia, da sua formação política e social. Na Fête de L'Humanité<sup>47</sup> percebe-se que os temas humanidade, igualdade, justiça social entre outros são atuais na França.

Em conversas informais com diversos frequentadores dessa festa, percebe-se que muitos vão pela festa em si (badalação), mas muitos outros vão por simpatia aos temas lá abordados, inclusive participando de muitos debates que lá acontecem<sup>48</sup>. Esse fato, juntamente com a ideia de união dos operários do mundo, talvez ajude a esclarecer a constante subordinação dos PCs. Aqui, fica claro o caso do PCB, do PCF e do PCI, a Internacional Comunista e a dificuldade do PCI para retornar a uma social-democracia. Pode, também, ajudar a explicar a resistência que aparece no discurso de Roberto Freire (1992) e de outros militantes do PPS ao termo social-democracia. Resistência essa que parece ter desaparecido nos idos de 2004, conforme depoimento de Roberto Freire para esta pesquisa.

Uma das suposições deste trabalho é a existência de influências entre o PCF e o PCB. Primeiro, existe pouca influência do PCF no PCB, mas existe mais influência do que se “imagina”. Entre outras coisas, o fato de muitos comunistas brasileiros terem se exilado na França pode ter representado influências indiretas. O próprio Armênio Guedes, em entrevista para essa pesquisa, alega ter recebido uma ajuda de custo do PCF quando esteve na França de 1973 a 1982. O ex-presidente Juscelino Kubitschek, que, apesar de não ser do PCB, mas que contou com o apoio dos comunistas em sua eleição e por isso foi exilado pela ditadura, também esteve morando na França. Além desses, estiveram exilados na França os ex-ministros Celso Furtado, Almino Afonso, Raul Ryff e Valdir Pires, o ex-deputado Josué de Castro, dirigentes da UNE José Serra, Vinícius Caldeira Brandt e Nelson Vanuzi. Esse contingente de exilados aumentou, após 1968, com o AI-5. Chegaram em Paris Oscar Niemeyer, os ex-deputados cassados Márcio Moreira Alves, Fernando Perrone, David Lerer, Zuleika Alambert, além do governador Miguel Arraes. Esse último não se instalou na França, mas ficou na Argélia, que, mesmo após a sua

---

<sup>47</sup> A tradução literal seria Festa da Humanidade, mas esse nome é porque a festa é organizada pelo jornal *L'Humanité* (jornal oficial do PCF). De qualquer forma, acontece um jogo de palavras onde se dá a esse nome a ideia de uma festa do *L'Humanité* para a humanidade.

<sup>48</sup> Em dois dias que estive na festa presenciei um teatro – Salve a Humanidade – da barraca do Parti de Gauche e debates nas barracas da América Latina – inclusive uma sobre o MST brasileiro, no estande do PCF Nacional – com a participação de Marie George Buffet (secretária-geral do PCF), na barraca do Jornal *L'Humanité*, da Association de L'Humanité, Société des lectrices et lecteurs de L'Humanité, diretório do 13<sup>o</sup> arrondissement, Radio Francese.

independência em 1962, continuou sofrendo influências da França e de seu partido comunista. Oscar Niemeyer, que foi contra a mudança de PCB para PPS e que aderiu ao grupo que atualmente se intitula PCB, mantém fortes vínculos com o PCF – além de ter projetado a sede do PCF, pelo que não cobrou, do *L'Humanité*, jornal oficial do partido, e a Bolsa de Trabalho de Bobigny, um bairro industrial de Paris onde a influência do PCF era grande, seu nome foi citado em diversas entrevistas feitas com militantes comunistas franceses, para a realização desta pesquisa.

Além disso, a França foi o país europeu que recebeu o maior número de exilados vindos do Chile, entre os quais mais de 800 brasileiros, seguida da Suécia e Bélgica e, em menor escala, a Suíça, a Holanda e a Itália (Fundação Perseu Abramo). Além disso, o jornal *Voz Operária* teve aproximadamente 10 números editados em Paris e impressos na Itália, onde o PCI ajudava na sua remessa ao Brasil<sup>49</sup>. Percebem-se, ainda, semelhanças entre o PCF em relação à dependência do PCUS e essas semelhanças podem ter significado algum entrave para as mudanças que ocorreram no PCB.

Poderia ser feito um capítulo à parte sobre a estadia de comunistas brasileiros na França e em países ao redor, mas nos limitaremos a citar alguns nomes importantes: Oscar Niemeyer (Paris e Argélia), Luiz Hildebrando, Armênio Guedes, Roberto Morena (Praga), Agliberto Vieira de Azevedo (na clandestinidade, em Paris), Ivan Alves, Adhemar de Barros, Itobi Correa, Frei Osvaldo Rezende, Heron de Alencar (ex-vice-reitor da UnB), Ubirajara Brito, Hunio Suzuki, David Lerer (ambos em Paris e depois em Moçambique), Antonio Carlos Peixoto. Luiz Hildebrando (2001) conta até a história de um jantar oferecido, em Paris, por Roberto e Sônia Salmeron ao ex-presidente João Goulart, de passagem em Paris para consultas médicas, do qual participaram diversos comunistas (ex-ministro Celso Furtado, José Leite Lopes – físico, Ubirajara de Brito – físico, Hildebrando Pereira – médico. Após esse jantar, houve uma rodada de bate-papo de outros jovens comunistas com o ex-presidente).

Percebe-se, também, que, em vários momentos de sua história, o PCB seguia uma linha parecida com a do PCF, mais alinhado ao PCUS. Exemplo disso é a Declaração Política de março de 1958, que não foi colocada muito em prática. A influência do PCF no PCB foi muito mais no sentido de ser contra uma mudança que se delineava já há muito tempo dentro do

---

<sup>49</sup> Depoimento de Armênio Guedes, Sérgio Moraes, Francisco Almeida e Ivan Alves Filho, entre outros militantes do PCB em entrevista para esta pesquisa.

partido e que só aconteceu em 1992, talvez um pouco tarde. Nessas mudanças de 1992, a maioria do PCB esteve bem mais próxima do PCI.

Apesar de a imprensa oficial do PCF não tecer comentários sobre o PCB, pelos argumentos apresentados fica clara a influência que procurou exercer sobre o PCB para que não ocorressem as mudanças de 1992. A falta de notícias na imprensa oficial se deve ao fato de que, apesar de o comunismo ser uma atividade legal na França, no Brasil, o PCB foi ilegal por muitos anos. Os contatos com os comunistas brasileiros precisavam ser clandestinos, como mostra o depoimento de Ivan Alves filho, para esta pesquisa, ao dizer: “Meu pai chegou a ser recebido pessoalmente pelo menos duas vezes pelo Georges Marchais, então secretário-geral do PCF. Uma das vezes eu o acompanhei, mas era um encontro clandestino e fiquei esperando na portaria. Meu pai usava, inclusive, outro nome”.

Segue um artigo que foi escrito por Ivan Alvez Filho quando do centenário do *L’Humanité*<sup>50</sup>. A publicação de um artigo por um brasileiro por si só já mostra um bom relacionamento entre o PCF e os comunistas exilados na França. Além disso, no seu texto, é possível verificar diversas vezes o apoio do PCF não só aos exilados brasileiros como ao próprio PCB na luta contra a ditadura militar:

### Humanité

O jornal *L’Humanité* está completando um século de existência. E o fato merece uma saudação. Fundado em 1904 como órgão socialista independente, o jornal atrai, pela generosidade de suas propostas, a nata da intelectualidade francesa dessa data até a explosão da grande Guerra, em 1914. Escritores prestigiosos como Anatole France, Octave Mirbeau e Jules Renard publicam crônicas, comentários, reportagens e contos no órgão dos socialistas. Após a fundação do Partido Comunista Francês (PCF), no Congresso de Tours, em 1920, *L’Huma*, como é carinhosamente chamado pelos seus leitores, torna-se um diário comunista. O jornal seguia, assim, a tendência à ruptura com os social-democratas, que haviam aderido à política ultranacionalista e belicista do Governo francês nos episódios de 1914-1918. Não foi uma opção fácil essa. Em 1929, por exemplo, já dirigido pelo lendário Marcel Cachin, são criados os Comitês de Defesa do *L’Humanité*, para angariar apoio financeiro ao jornal, que vivia então uma grave crise. E no ano seguinte surgia a primeira Fête de *L’Huma*, a Festa do *L’Humanité*, o maior evento popular da França (a festa, que paralisa a França, reúne, sempre no mês de setembro, mais de um milhão de pessoas em Paris). Nascia assim uma tradição militante que jamais abandonaria o jornal dos comunistas. A mística do *L’Huma*. A intelectualidade progressista continuava, nos anos 30, como no início do século, a apoiar a linha editorial do jornal e intelectuais e escritores do porte de Louis Aragon, o maior poeta francês do século e uma das estrelas do movimento surrealista, trabalhavam como redatores do *L’Huma*. Homens

---

<sup>50</sup> O artigo me foi enviado pelo próprio autor, que informou ter sido publicado em um periódico parisiense, mas que ele não soube precisar qual.

como Ho Chi Minh se encontravam entre os seus colaboradores desde o início dos anos 20, o que honra qualquer publicação. Os tempos mais duros viriam com a Segunda Grande Guerra. Os ocupantes hitleristas da França e seus simpatizantes no interior do país elegeram os comunistas como os seus principais inimigos. E *L'Humanité* foi barbaramente perseguido pela repressão nazista. Entre 1939 e 1944, dois de seus principais redatores – Gabriel Péri, responsável pelo setor internacional, e Lucien Sampaix, secretário-geral do jornal – são presos e posteriormente fuzilados pelos nazistas. Mas o jornal continua a ser impresso na clandestinidade. Foram mais de 300 números publicados, durante a ocupação nazista. Anos mais tarde, cheguei a ver, com profunda emoção, na sede do jornal, exemplares manuscritos do *L'Huma*, com palavras de ordem contra a barbárie nazi-fascista que ensanguentava então a Europa. Com o término do conflito mundial, o jornal voltaria à luz do dia. Mas, com o advento da Guerra Fria, *L'Huma* sofreria novas perseguições, sendo inclusive empastelado várias vezes. Mais uma vez, *L'Huma* resistiu. Era da sua natureza. Como o jornal também resistiria, de certa forma, à queda do Muro de Berlim e ao fim da própria União Soviética. Nessa época, o jornal foi obrigado a rever determinadas posturas políticas, sem abandonar, contudo, a utopia. Hoje, *L'Huma* depende largamente do público leitor que, reunido em diversas associações, mantém financeiramente o jornal. Em linhas gerais, essa a trajetória de um jornal que nunca traiu os ideais libertários que motivaram a sua fundação, há cem anos. Que sempre esteve ao lado das causas populares. Mas existe um outro aspecto da história do *L'Humanité* que convém destacar – a bem da justiça: o seu internacionalismo, a sua solidariedade com os povos em luta no mundo. Dos argelinos aos vietnamitas e destes aos latino-americanos. **Para nós, brasileiros, *L'Huma* teve uma importância crucial: o jornal sempre denunciou os atentados aos direitos humanos perpetrados pela ditadura militar instalada no Brasil em 1º de abril de 1964.** Nesse sentido, posso dar um testemunho pessoal, direto. Pois, no início da década de 70, já em Paris, eu, juntamente com meu pai, Ivan Alves, e Agliberto Vieira de Azevedo, extraordinária figura humana que passou mais de 17 anos de sua vida nas prisões, redigíamos – com base nas denúncias estampadas na *Voz Operária*, jornal da resistência democrática rodado clandestinamente pelo PCB no Brasil – artigos, notas e crônicas sobre a dura realidade vivida pelo nosso povo. **Eu me recordo em particular das Lettres de Rio (Cartas do Rio), que o nosso modesto núcleo expatriado da *Voz Operária* produzia. Escrevíamos diretamente em francês e os redatores do *L'Huma* depois corrigiam. Companheiros como Georges Fournial e René Andrieu muito nos auxiliaram nessa tarefa militante.** Nós não medíamos esforços em nosso trabalho de denúncia, conscientes de que a imprensa internacional possuía um lugar de destaque na luta para isolar a ditadura e, mesmo, salvar a vida e a integridade física de inúmeros torturados. Eu mesmo havia sido arrastado encapuzado para o DOI-CODI e conhecia, portanto, o valor da solidariedade humana e política. *L'Huma* – e quase toda a imprensa francesa, comunista ou não, é preciso reconhecer – teve um comportamento exemplar nesse combate. Jornalistas progressistas do porte de Edouard Balby, então um profissional influente no semanário *L'Express* e que trabalhara durante muitos anos no Brasil, tiveram um papel fundamental nessas denúncias também. **A todos esses bravos jornalistas franceses, as nossas homenagens. Eles ajudaram a derrotar a ditadura brasileira.**

E como se tudo isso não bastasse, a sede do *L'Huma* foi projetada por Oscar Niemeyer, histórico militante das lutas pela liberdade entre nós. Raramente a comemoração de um centenário me deixou tão feliz.

Assim caminhou *L'Humanité*. Parabéns.



A influência do recuo do Partido Comunista Francês em relação ao eurocomunismo deu-se em função de sua dependência e proximidade do PCUS. O PCF ficou menos ortodoxo que o PCUS, mas mais ortodoxo que o PCI e o PCE, influenciando, assim, os diversos comunistas brasileiros que estiveram exilados em Paris depois do Golpe de 1964 no Brasil e mais ainda depois do Golpe de Pinochet no Chile em 1973. Percebeu-se, nas entrevistas para esta tese com Luis Hildebrando Pereira, Ivan Alves Filho, Zuleika Alembert e até Armênio Guedes, que os exilados brasileiros na França eram menos ortodoxos que os soviéticos. No entanto, os comunistas que ficaram exilados na URSS, como Luis Carlos Prestes e Hércules Corrêa, eram menos liberais do que os comunistas italianos e franceses.

É comum afirmar que não existem características comuns entre o PCB e o Partido Comunista Francês (PCF) e muito menos influência dele no PCB. Utiliza-se comumente a expressão: “um não tem nada a ver com o outro”.

Esse pensamento pode ser explicado por dois fatos. Primeiro, o fato de o PCF continuar, até hoje, com o mesmo nome de sua fundação. Outro fato é que, até pouco tempo, o partido não dava muita importância para a América Latina e para o Brasil, mais especificamente. Isso foi constatado pelo discurso de alguns entrevistados brasileiros e franceses e ainda pelo fato de a imprensa oficial do partido não se referir quase nada ao PCB em suas edições. O PCF reconhece como Partido Comunista Brasileiro Movimento de Defesa do PCB – aquele liderado por Ivan Pinheiro – que depois do X Congresso, após decisão de Sepúlveda Pertence, em 1996, reconquistou o nome de PCB. Não reconhecem o PPS como herdeiro do PCB.

Depois da análise das edições do jornal *L'Humanité*<sup>51</sup>, do *Cahiers Communistes*<sup>52</sup>, percebe-se que a imprensa do partido faz pouca menção ao Brasil e menos ainda ao PCB. Um artigo do *L'Humanité*, do dia 20/08/1968, faz referência a movimentos populares contra a ditadura relatando dois ataques à bomba em São Paulo. Um num bairro financeiro (não diz qual) e outro perto de um posto de polícia. Também não especifica qual, não permitindo sequer saber se trata-se de um posto avançado, uma cabine ou de uma delegacia de polícia.

---

<sup>51</sup> O jornal *L'Humanité* foi fundado por Jean Jaurès, em 18 de abril de 1904, para ser o jornal oficial do Partido Socialista Francês. Em 1920, com a cisão que houve no Congresso de Tours, o jornal passa a ser o órgão central do PCF, criado pela maioria dissidente. Ainda está em circulação.

<sup>52</sup> O *Cahiers Communistes* é um periódico do PCF destinado aos dirigentes do partido.

Na edição da revista *Nouvelle France*<sup>53</sup> da semana de 14/04/1956, há um artigo de sete páginas que, apesar do título “Le Socialisme système mondial” (O socialismo, sistema mundial) e de haver nele um mapa do mundo com comentários sobre os PCs de diversos países, utilizou três páginas para mencionar o combate ao capitalismo e ao comunismo chinês. Até existem comentários sobre o Japão, Inglaterra, Alemanha, Egito, Afeganistão, Polônia, Tchecoslováquia, Índia, Birmânia, mas, para o Brasil, restou apenas um quadro explicativo, no mapa, com os seguintes dizeres: “Grande vitória em 4 de outubro de 1955 com a eleição de Juscelino Kubitschek à presidência com o apoio dos comunistas, dos socialistas e de todos os outros democratas”.

O próprio *Le Figaro*<sup>54</sup>, que é tido como um jornal de direita, costumava veicular mais notícias sobre o Brasil do que o *L’Humanité*. Prova disso é que, de 04/04/1968 a 12/11/1968, o *L’Humanité* só apresentou duas reportagens de capa sobre o Brasil. Uma sobre os ataques à bomba já citados e outra do dia 12/11/1968, sobre o 900º gol do Pelé. No mesmo ano, de 04/04/1968 até o dia 25/06/1968, o *Le Figaro* veiculou cinco notícias sobre o Brasil. Entre elas uma reportagem detalhada, citando fatos, nomes e locais, em sua edição de 04 de abril de 1968, sobre o endurecimento do governo militar após uma manifestação em função da proibição pelo governo do Estado da Guanabara da realização de uma missa campal pela morte do estudante Edson Luis de Lima Souto, morto durante um confronto entre a polícia e estudantes, no Restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro.

A Revista *Recherches Internationales* apresenta alguns artigos sobre a América Latina citando o Brasil e outros especificamente sobre o Brasil. Percebe-se que esses artigos não se referem em nenhum momento ao PCB. Normalmente, referem-se a partidos de esquerda, citando principalmente o PMDB como tal. Em uma das edições (nº 16 – abril/ mai/ juin 1985), dentro da seção Cronologia de Relações Internacionais, cita a eleição indireta de Tancredo Neves, do partido de oposição Movimento Democrático Brasileiro (MDB), com 480 votos, contra 180 de Paulo Maluf, do partido de direita Partido Democrático Social (PDS). Essa mesma reportagem menciona a intimação de Tancredo Neves às vésperas de sua posse.

Ao contrário do PCF e semelhante ao PCI, o PCB, antes de ser um partido de trabalhadores, era um partido de intelectuais: estudantes, bacharéis, jornalistas (a exemplo de um de seus fundadores e secretário-geral, Astrojildo Pereira), médicos etc. O partido teve entre

---

<sup>53</sup> A revista *Nouvelle France* é um periódico de circulação semanal, elaborado por intelectuais ligados ao PCF.

<sup>54</sup> Jornal francês dito com posicionamento de extrema direita.

seus militantes escritores que falavam em nome dos trabalhadores, como Jorge Amado, Graciliano Ramos, Osvaldo de Andrade. O PCB tem uma origem parecida com a do PCI formado por intelectuais, como exemplo, Antonio Gramsci. Apesar de somente Astrogildo Pereira ter uma profissão mais intelectualizada (jornalista), entre os 9 membros que o fundaram o PCB em 1922, o partido teve diversos intelectuais filiados a ele e sua direção ficou cada vez menos composta por proletários. E esses dois partidos têm uma formação diferente do PCF que até veio a ter a participação de intelectuais, mas que tem originalmente uma formação proletária.

Outra semelhança entre o PCB e o PCF é que em ambos existia um centralismo. O que não era de se estranhar, pois era uma determinação direta da Internacional Comunista. A questão é que em ambos os partidos aconteceram ondas de divergências e lutas dos Comitês Estaduais contra os Comitês Centrais. No Brasil, isso aconteceu principalmente por volta de 1967, e, no PCF, teve lugar em 1978.

Procura-se, por outro lado impedir que a orientação da direção central desça normalmente a todos os órgãos e organizações do Partido, não distribuindo a *Voz Operária* e outros materiais editados pela Comissão Executiva. No Estado do Rio, desde dezembro do ano passado, foi suspensa, pelo Secretariado Estadual, a distribuição da *Voz Operária*, da *Revista Internacional* e de todos os folhetos publicados pela Comissão Executiva. Todos esses materiais, além do Manifesto lançado pela Comissão Executiva em janeiro, não foram sequer retirados do local em que se encontravam. A situação chegou a tal ponto que dois depósitos, indicados pelo secretariado do Comitê Estadual do Estado do Rio para entrega de materiais pela SAP do Comitê Central, ficaram lotados, com mais de 80 volumes. Caracteriza-se, assim, o boicote aos órgãos da direção central (CARONE, 1982c:394).

Como foi mencionado, quando se fala em PCB e, mais especificamente, em mudanças no partido, é normal dizer que não existem características em comum entre o PCF e o PCB. Por outro lado, é possível relacionar alguns traços comuns entre o PCB e o PCI, principalmente a mudança de 1992 no PCB que aconteceu de forma semelhante à que ocorreu em 1991, no PCI.

Ao fazer qualquer tipo de análise sobre a relação entre o Brasil e a França e alguns outros países da Europa, é necessário considerar que o Brasil é um país de uma origem pacífica, não tem histórico de envolvimento em grandes conflitos internacionais (apesar de sua pequena participação na Segunda Guerra Mundial, na Guerra do Paraguai e outros pequenos conflitos por disputa de terras com seus vizinhos). Até a sua independência e sua proclamação da

República foram pacíficas. Já alguns países da Europa têm sua história permeada de conflitos internacionais. Nesse caso, pode-se dar um destaque à França, que, por sua posição geográfica privilegiada e desejada por vários países (faz divisas com quase todos os países da Europa e é banhada pelo Oceano Atlântico e Mar Mediterrâneo), tem todo um histórico de luta armada. Essa tradição francesa pode ter contribuído para a predisposição dos franceses na busca de seus direitos pela força, ao contrário do Brasil, que poucas vezes tentou uma revolta armada. Exemplos dessa tentativa foram o movimento do Partido Comunista Brasileiro, em nome da Aliança Nacional Libertadora, denominado Intentona Comunista de 1935, e a Guerrilha do Araguaia, que não possuía um cunho propriamente popular. A Intentona, por causa da ANL, possuiu um envolvimento maior da sociedade, mas também não se pode dizer que a tentativa de golpe foi um movimento popular propriamente dito.

Por fim, cabe aqui comentar um pouco a relação do PCI com o PCF. Embora em diversas partes tenha havido referências a ambos os partidos permitindo uma certa visualização de suas características, decidiu-se por tentar defrontar um pouco essas características. Isso também pode contribuir para o melhor entendimento da relação do que aconteceu no comunismo brasileiro e no comunismo mundial.

Por um lado, o Partido Comunista Italiano, assim como o Partido Comunista Francês, foi um dos grandes expoentes do comunismo na Europa. Ambos tinham grande proximidade com o PCUS e, apesar das críticas do PCI ao partido da URSS, ambos compuseram o grupo dos eurocomunistas. Por outro lado, o PCI era um partido intelectualizado, tendo em vista ter como um de seus fundadores o escritor, jornalista, linguista, filósofo e cientista político, Antônio Gramsci. O PCF tinha uma direção proletarizada. Maurice Thorez, um de seus principais dirigentes, até se tornou um intelectual, mas depois de já ser secretário-geral do PCF.

Ambos os partidos surgiram de um rompimento com a social-democracia, mas o PCI se reaproximou dela para lutar contra o fascismo de Benito Mussolini. Segundo Hobsbawm, isso contribuiu para que o PCI tivesse uma visão mais crítica da Internacional Comunista e até tentasse algum afastamento dela. Ao contrário do PCF que, apesar de fazer parte da Internacional Comunista, permaneceu mais ortodoxo e mais próximo da URSS, até mesmo servindo, algumas vezes, como intermediador entre o PCUS e outros países da Europa. Exemplo disso foi a sua efetiva participação nos conflitos que culminaram com a invasão da Tchecoslováquia pelos países do Pacto de Varsóvia. Já o PCI, utilizando as palavras de

Giuseppe Vacca proferidas em entrevista a este pesquisador, foi um partido muito próximo do PCUS, mas desde Antonio Gramsci combateu diversos aspectos do comunismo russo.

Apesar dessas diferenças, ambos sofreram muita influência do PCUS e, em função disso, tiveram influências mútuas. Exemplo disso é a participação efetiva de Palmiro Togliatte (PCI) e de Maurice Thorez (PCF) no XX Congresso do PCUS e o fato de, embora tivessem posições divergentes sobre a invasão da Tchecoslováquia pelos países do Pacto de Varsóvia, terem trabalhado juntos na busca de um caminho pacífico e negociado para a defesa do socialismo naquele país, contra a invasão do capitalismo americano.

Ao que me parece, pode ter havido muita influência do PCI para a realização das mudanças que ocorreram em 1992, no Brasil, mas, tirando os fatos externos, como, por exemplo, a queda do Muro de Berlim, os motivos para as mudanças ocorridas no PC italiano foram bem específicos e diferentes dos motivos brasileiros. Parece-nos que o movimento de mudança no PCI foi mais proativo que o do PCB. Um dos sinais disso, como já dito, é que as mudanças no PCI continuaram. O partido, depois de passar a PDS, se transformou em DS e, mais tarde, em PD, sem mencionar que as duas últimas mudanças foram basicamente junções com outros partidos, ou seja, de natureza diferente da sua primeira mudança e da mudança que aconteceu no Brasil.

## CONCLUSÃO

O PCB chegou a ser a maior referência do movimento de esquerda brasileiro, mas foi perdendo sua força até o seu fim, em seu X Congresso em 1992. Por intermédio da análise do que chamamos de história do enfraquecimento do PCB, caracterizada pelos paradoxos autonomia *versus* heteronomia em relação à URSS e o da luta insurreta *versus* luta democrática, verificamos tanto os acontecimentos mundiais como os conflitos intra PCB e entre partidos brasileiros como causas desse enfraquecimento. Salienta-se que esses acontecimentos estão intimamente ligados a uma relação de causa e efeito circulares.

Muitos dos conflitos internos do PCB aconteceram quando o partido assumiu a estratégia de luta democrática (paradoxo luta insurreta *versus* luta democrática) e encontrou a discordância de militantes que preferiam a luta insurreta, a exemplo de partidos comunistas de outros países como a União Soviética e a China.

Muitos desses conflitos geraram dissidências que fizeram surgir outros partidos de esquerda, os quais dividiram a força da esquerda brasileira, contribuindo para o esforço das ditaduras – tanto a de Vargas quanto a militar de 1964 a 1985 – para acabar com o Partido Comunista Brasileiro – o Partidão. Se, por um lado, esses conflitos – intrapartido e entre partidos – contribuíram para o enfraquecimento do PCB, por outro, serviram para fortalecer a democracia brasileira, principalmente no seu restabelecimento a partir de 1979 – embora não se possa dizer que a esquerda brasileira tenha ficado forte.

Em função da oposição autonomia *versus* heteronomia em relação à URSS, o PCB adotou estratégias da Internacional Comunista e por isso faltou ao partido uma análise prévia aprofundada da realidade brasileira, a exemplo da que Gramsci fez da teoria marxista-leninista e da sociedade italiana. Devido às semelhanças em suas histórias política e social, houve bastante influência do pensamento gramsciano e das mudanças ocorridas no PCI nas transformações que aconteceram no X Congresso do PCB.

Se, no Brasil, faltava o conhecimento da realidade, frágeis eram as propostas de sua transformação. As palavras de Paulo Freire, que também foi influenciado por Gramsci, nos lembram do perigo de nos limitarmos ao entendimento da realidade sem nada fazer para mudá-la:

Assim como o ciclo gnosiológico não termina na etapa da aquisição do conhecimento já existente, pois que se prolonga até a fase da criação do novo conhecimento, a conscientização não pode parar na etapa do desvelamento da realidade. Sua autenticidade se dá quando a prática do desvelamento da realidade constitui uma unidade dinâmica e dialética com a prática da transformação da realidade (FREIRE, 1992a:103).

Houve influência negativa do Partido Comunista Francês nas mudanças do PCB. O posicionamento mais ortodoxo marxista do PCF influenciou negativamente nas mudanças do partido brasileiro, embora não se possa negar o grande apoio de segmentos sociais e acadêmicos à causa brasileira e aos exilados políticos brasileiros que viveram na França, principalmente depois do Golpe de Pinochet no Chile, em 1973.

No caso da Rússia e da Itália, alguns estudos aprofundaram a realidade específica desses países. Gramsci estudou a fundo a sociedade italiana, o que contribuiu para a percepção das diferenças culturais entre a Itália desenvolvida (ocidental) e a Rússia atrasada (oriental). Isso também contribuiu para suas críticas ao leninismo e por fim influenciou o movimento eurocomunista da Europa ocidental, o que significou um grande avanço político e social em relação ao socialismo no mundo.

As mudanças que ocorreram no X Congresso do PCB em 1992 foram fruto da assunção das inconsistências do comunismo como um todo, evidenciadas pelas teorias críticas ao marxismo-leninismo, pelos acontecimentos mundiais relativos ao comunismo e os acontecimentos do que chamamos de história do enfraquecimento do PCB.

A trajetória do PCB mostra duas facetas. Por um lado, enfraquecimento de um partido que teve grandes condições de influenciar nas mudanças sociais no Brasil, mas não o fez. Por outro lado, sua trajetória significou também um processo de amadurecimento tanto do movimento de esquerda brasileiro como da política brasileira como um todo, apesar de ainda ter muito a amadurecer. Isso pode ser evidenciado pela maior adaptação de nossa política à realidade brasileira, pela opção que a esquerda fez, pela luta democrática em detrimento da luta insurreta, pelo abandono do ataque frontal ao capitalismo e ao financiamento estrangeiro da indústria brasileira e, principalmente, pela assunção da democracia como fim e do socialismo, desassociado do marxismo-leninismo, como ferramenta para atingir esse fim.

O PCB amadureceu muito com os diversos erros cometidos e as idas e vindas entre a luta armada e a luta democrática, entre a aproximação e o afastamento da União Soviética. O problema é que, depois de atingir certo amadurecimento, ele já estava aniquilado pelos diversos

conflitos internos e externos sofridos e pela grande oposição da ditadura militar – que provocou grande número de mortes e exílios de seus dirigentes.

Esta tese teve o objetivo de provocar uma discussão que contribua para pensar sobre os melhores caminhos de intervenção do partido no rumo da democracia e da política brasileiras. Espera-se ter servido à abertura de espaço para futuros estudos de aprofundamento da realidade cultural brasileira e que possa contribuir para o melhor entendimento de sua política e consequente evolução e concretização de sua revolução social.

Gramsci começou a ser estudado no Brasil principalmente na década de 1970. Tendo em vista a enorme semelhança entre o contexto social da Itália e do Brasil, entre a história de seus partidos, a aderência do pensamento gramsciano com o caso brasileiro e também a sua universalidade, esse autor contribuiu muito para se repensar a democracia brasileira. Por isso, pode ser utilizado como importante componente para auxiliar no aprofundamento do estudo da realidade brasileira. Não necessariamente como método, mas pelo menos como referência de uma análise aprofundada de uma realidade. Isso antes de tentar uma revolução social ou qualquer estratégia para a implementação de uma sociedade mais justa e de uma sociedade política com maior participação da sociedade civil.



## ANEXO 1

### Manifesto de agosto de 1950 (PCB)

Unamo-nos, todos, democratas e patriotas, acima de quaisquer diferenças de crenças religiosas, de pontos de vista políticos e filosóficos, homens e mulheres, jovens e velhos, operários, camponeses, intelectuais pobres, pequenos funcionários, comerciantes e industriais, soldados e marinheiros, oficiais das forças armadas, em ampla *Frente Democrática de Libertação Nacional* para a ação e para a luta com o seguinte *Programa*.

1 - *Por um governo democrático e popular* - Substituição da atual ditadura feudal-burguesa servil do imperialismo por um governo revolucionário, emanção direta do povo e legítimo representante do bloco de todas as classes e camadas sociais, de todos os setores da população do país que participem efetivamente da luta revolucionária pela libertação nacional do jugo imperialista, sob a direção do proletariado.

2 - *Pela paz e contra a guerra imperialista* - Interdição absoluta da arma atômica, rigoroso controle internacional dessa interdição e condenação como criminoso de guerra do governo que primeiro utilizar essa arma de agressão e extermínio em massa. Luta efetiva pela paz, contra os provocadores de guerra e todas as medidas de preparação guerreira. Contra a política reacionária e guerreira do governo norte-americano, por uma política de paz e de luta efetiva pela paz no mundo inteiro e de apoio à luta anti-imperialista e de libertação nacional de todos os povos. Contra o Tratado do Rio de Janeiro e todos os demais tratados internacionais de guerra. Contra qualquer concessão de bases militares em nosso solo ao governo norte-americano. Imediato estabelecimento de relações comerciais e diplomáticas com a União Soviética, com a China Popular, com a Alemanha Democrática e todos os povos amantes da paz.

3 - *Pela imediata libertação do Brasil do jugo imperialista* - Confiscação e imediata nacionalização de todos os bancos, empresas industriais, de serviços públicos, de transporte, de energia elétrica, minas, plantações etc., pertencentes ao imperialismo. Imediata anulação da dívida externa do Estado e denúncia de todos os acordos e tratados lesivos aos interesses da nação. Imediata expulsão do território nacional de todas as missões militares ianques, de todos os técnicos, agentes e espiões norte-americanos, como de todos os destacamentos militares ianques que ocupam nossa terra.

4 - *Pela entrega da terra a quem a trabalha* - Confiscação das grandes propriedades latifundiárias com todos os bens móveis e imóveis nelas existentes, sem indenização e imediata entrega gratuita da terra, máquinas, ferramentas, animais, veículos etc., aos camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra e a todos os demais trabalhadores agrícolas que queiram se dedicar à agricultura. Abolição de todas as formas semifeudais de exploração da terra, abolição da “meia”, da “terça” etc., abolição do vale e obrigação de pagamento em dinheiro a todos os trabalhadores. Imediata anulação de todas as dívidas dos camponeses para com o Estado, bancos, fazendeiros, comerciantes e usurários.

5 - *Pelo desenvolvimento independente da economia nacional* - Completa nacionalização das minas, das quedas d'água e de todos os serviços públicos. Nacionalização dos bancos e empresas de seguro, assim como de todas as grandes empresas industriais e comerciais de

caráter monopolista ou que exerçam influência preponderante na economia nacional, com ou sem indenização, conforme a posição de seus proprietários na luta pela libertação nacional do jugo imperialista. Controle estatal do comércio externo, controle dos lucros dos grandes capitalistas, abolição dos impostos indiretos e instituição do imposto fortemente progressivo sobre a renda e ampla liberdade para o comércio interno. Ajuda estatal técnica e financeira para o cultivo da terra, estímulo ao cooperativismo e garantia de preço mínimo para a produção dos pequenos agricultores.

6 - *Pelas liberdades democráticas para o povo* - Efetiva liberdade de manifestação do pensamento, de imprensa, de reunião, de associação, de organização sindical etc. Direito de voto para todos os homens e mulheres maiores de 18 anos, inclusive analfabetos, soldados e marinheiros. Abolição de todas as desigualdades econômicas e jurídicas que ainda pesam sobre a mulher. Completa separação da Igreja do Estado e ampla liberdade para prática de todos os cultos. Abolição de todas as discriminações de raças, cor, religião, nacionalidade etc. Ajuda e proteção especial aos indígenas, defesa de suas terras e estímulo à sua organização livre e autônoma. Justiça rápida e efetivamente gratuita com juízes e tribunais eleitos pelo povo.

7 - *Pelo imediato melhoramento das condições de vida das massas trabalhadoras* - Aumento geral de salários, inclusive, do salário mínimo familiar, que devem ser colocados no nível já atingido pelo custo da vida. Escala móvel de salários. Salário igual para igual trabalho, para homens, mulheres e menores. Abolição imediata da assiduidade de cem por cento. Aposentadorias e pensões que satisfaçam as necessidades vitais dos trabalhadores e suas famílias, e ajuda aos desempregados. Democratização da legislação social, sua ampliação e extensão aos assalariados agrícolas. Assistência social custeada pelo patrão e pelo Estado. Fiscalização dos direitos dos trabalhadores, bem como a administração da assistência social, entregue aos próprios trabalhadores por intermédio de seus sindicatos. Imediata melhoria da situação econômica dos soldados e marinheiros.

8 - *Instrução e cultura para o povo* - Ensino gratuito para todas as crianças entre 7 e 14 anos de idade e redução de todas as taxas e impostos que pesam sobre a instrução secundária e superior. Trabalho para a juventude que termina seus estudos. Apoio e estímulo à atividade científica e artística de caráter democrático.

9 - *Por um exército popular de libertação nacional* - Expulsão das forças armadas de todos os fascistas e agentes do imperialismo e imediata reintegração em suas fileiras dos militares delas afastados por motivo de sua atividade democrática e revolucionária. Livre acesso das praças de pré ao oficialato de suas respectivas corporações. Armamento geral do povo e reorganização democrática das forças armadas na luta pela libertação nacional e para a defesa da nação contra os ataques do imperialismo e de seus agentes no país.

A maioria esmagadora da nação não pode deixar de concordar com este programa revolucionário, de luta concreta e ação imediata, que sintetiza as aspirações de todos e que oferece a todos os verdadeiros democratas e sinceros patriotas uma perspectiva de liberdade, de paz, de independência e progresso para o Brasil.

Saibamos levar esse programa às mais amplas massas da população do país. Através da imprensa do povo, em comícios e assembléias populares, saibamos abrir a mais ampla

discussão em torno de seu conteúdo que precisa ser conhecido de todos os brasileiros. Mas é fundamentalmente através da luta pelas diversas reivindicações nele contidas que o programa se tornará conhecido do povo, ganhará as massas e transformar-se-á na grande bandeira e na força poderosa capaz de libertar o país do jugo imperialista. Nesse processo, organizando para lutar e aproveitando a luta para organizar, unificar-se-ão as forças populares e rapidamente crescerá e estruturar-se-á, a partir das organizações de base, a grande e poderosa *Frente Democrática de Libertação Nacional*.

As diferenças de crenças religiosas, de pontos de vista políticos e filosóficos não podem impedir a união de todos os democratas e patriotas em torno desse programa democrático de libertação nacional. Os esforços que fazem os agentes do imperialismo, assim como particularmente o Vaticano e a alta hierarquia da Igreja Católica, para dividir nosso povo e arrastar, especialmente os católicos, na luta contra o proletariado mais consciente e revolucionário, contra os comunistas em particular, não pode ter sucesso, porque nem as calúnias do anticomunismo, nem a exploração dos sentimentos religiosos do povo poderão impedir que os democratas e patriotas participem da luta pela paz e pela libertação da pátria do jugo imperialista, que marchem conosco contra os traidores nacionais e os provocadores de guerra.

Chamamos a todos os trabalhadores das cidades e do campo, manuais e intelectuais, homens e mulheres, para a ação e para a luta por esse programa revolucionário e a todos convocamos para organizarem, sem perda de tempo, no país inteiro, amplos *Comitês Democráticos de Libertação Nacional*.

Dirigimo-nos a todas as personalidades de prestígio popular, aos dirigentes políticos efetivamente democráticos, aos intelectuais antifascistas e anti-imperialistas, aos verdadeiros líderes populares, e, a todos eles convocamos para que venham participar da *Frente Democrática de Libertação Nacional* e lutar pelo seu programa. Dirigimo-nos igualmente a todas as organizações operárias, às organizações de camponeses, de mulheres, de jovens a todas as organizações populares e democráticas de qualquer caráter, e apelamos para que venham organizadamente engrossar as fileiras nacional-libertadoras, aderindo à *Frente Democrática de Libertação Nacional* e participando ativamente da luta pela vitória de seu programa.

Avançamos com coragem e audácia no caminho das lutas revolucionárias de massa. É este o caminho que de nós exigem os superiores interesses nacionais. À medida que se agrava a situação do país e aumenta o perigo de guerra no mundo inteiro, aumentam a radicalização e a combatividade das massas trabalhadoras. À frente delas não devemos recear as formas de luta mais altas e vigorosas, inclusive os choques violentos com as forças da reação e os combates parciais que nos levarão à luta vitoriosa pelo Poder e à libertação nacional do jugo imperialista.

(CARONE, 1982b:22-26. In: Prestes Aponta aos Brasileiros o Caminho da Libertação ).

## **ANEXO 2**

### **Declaração sobre a Política do Partido Comunista Brasileiro: março de 1958**

Os documentos do XX Congresso do PCUS motivaram nas fileiras do nosso Partido intensa discussão, no curso da qual foram submetidos à crítica os graves erros de caráter dogmático e sectário da orientação política do Partido. O exame destes erros e a necessidade de superá-los levaram o Comitê Central do PCB a traçar uma nova orientação política, que é exposta na presente declaração. Ao fazê-lo, o Comitê Central considerou a experiência passada do Partido e as modificações essenciais ocorridas na situação do Brasil e do mundo. O Comitê Central espera que, no processo de sua aplicação prática, a política aqui traçada seja submetida à comprovação e enriquecida pela experiência do Partido e do povo brasileiro.

#### **I**

### **O processo de desenvolvimento econômico do Brasil**

Modificações importantes têm ocorrido, durante as últimas décadas, na estrutura econômica que o Brasil herdou do passado, definido pelas seguintes características: agricultura baseada no latifúndio e nas relações pré-capitalistas de trabalho, predomínio maciço da produção agropecuária no conjunto da produção, exportação de produtos agrícolas como eixo de toda a vida econômica, dependência da economia nacional em relação ao estrangeiro, através do comércio exterior e da penetração do capital monopolista nos postos-chave da produção e da circulação.

Nos quadros dessa estrutura atrasada, foi-se processando um desenvolvimento capitalista nacional, que constitui o elemento progressista por excelência da economia brasileira. Este desenvolvimento inelutável do capitalismo consiste no incremento das forças produtivas e na expansão, na base material da sociedade, de novas relações de produção, mais avançadas. Por sua própria natureza e ainda por se chocar com a resistência de elementos econômicos atrasados e sofrer a pressão do imperialismo, o desenvolvimento capitalista nacional vem-se realizando num ritmo bastante desigual, se bem que tenha se acelerado nos últimos vinte anos.

O desenvolvimento capitalista nacional já trouxe resultados que modificaram sensivelmente a vida econômica e social do país. Assim é que foi construído no Brasil um parque industrial, que abastece o mercado interno da quase totalidade de artigos de consumo comum. A indústria de meios de produção elevou a sua participação de 20 a 33% no conjunto da produção industrial, entre os anos de 1939 a 1956. Num prazo relativamente breve, de 1944 a 1956, o volume físico da produção industrial total foi duplicado. Surgiu e se fortaleceu no setor da indústria pesada um capitalismo de Estado de caráter nacional e progressista, que abrange empresas poderosas como a Petrobras e a Companhia Siderúrgica Nacional. Embora mais lentamente, também na agricultura vem-se desenvolvendo o capitalismo, que se traduz no crescimento do número de assalariados e semiassalariados, bem como na multiplicação da quantidade de máquinas e instrumentos agrários. Ampliou-se de modo acentuado o mercado interno, sendo que o volume do comércio de cabotagem entre 1921 e 1955 aumentou de cinco vezes.

Em consequência do desenvolvimento capitalista, cresceram os efetivos do proletariado industrial e aumentou o seu peso específico no conjunto da população. Enquanto esta duplicou de 1920 até hoje, o número de operários industriais aumentou de sete vezes no mesmo período,

passando de 275.000 a cerca de 2 milhões. Simultaneamente, surgiu e se fortaleceu cada vez mais uma burguesia interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia do país. O desenvolvimento capitalista, entretanto, não conseguiu eliminar os fatores negativos, que determinam as características do Brasil como país subdesenvolvido. Ao tempo em que se incrementam as forças produtivas e progridem as novas relações de produção capitalistas, conservam-se em vastas áreas as relações atrasadas e permanece a dependência diante do imperialismo particularmente o norte-americano.

Com a penetração do capitalismo na agricultura, combinam-se, em proporção variável, os métodos capitalistas à conservação do monopólio da terra e das velhas relações semifeudais, o que permite um grau mais elevado de exploração dos trabalhadores do campo. O Brasil continua a ser um país de grande concentração latifundiária: em 1950, os estabelecimentos agrícolas com 500 hectares e mais constituíam 3,4% do número total de estabelecimento e abrangiam 62,3% de toda a área ocupada.

As sobrevivências feudais obstaculizam o progresso da agricultura, que se realiza, em geral, lentamente, mantém o baixíssimo nível de vida das massas camponesas e restringem de modo considerável as possibilidades de expansão do mercado interno. As sobrevivências feudais são um dos fatores que acentuam a extrema desigualdade de desenvolvimento das diferentes regiões do país, especialmente entre o sul e parte do leste, que se industrializam, e o resto do país, quase inteiramente agrário. Apesar de detida sua penetração em algumas importantes esferas da economia brasileira, o imperialismo continua a dominar posições-chave em ramos fundamentais. Esta penetração é realizada em elevado grau, sobretudo pelos monopólios norte-americanos que, a partir da Segunda Guerra Mundial, alcançaram o predomínio absoluto sobre os seus competidores. Os investimentos diretos norte-americanos aumentaram de 193,6 milhões de dólares, em 1929, para 1.107 milhões de dólares em 1955. Cerca de 60% dos financiamentos estrangeiros procedem dos Estados Unidos. Mais de um terço do comércio exterior brasileiro é realizado com os Estados Unidos, que, além disso, dominam o mercado internacional de nossos principais produtos de exportação e podem, assim, fazer do comércio exterior um instrumento de controle da vida econômica e política do país. Mantendo embora o seu predomínio, o imperialismo norte-americano enfrenta no Brasil a crescente concorrência de outras potências imperialistas, principalmente da Alemanha Ocidental e da Inglaterra.

A exploração imperialista impõe pesado tributo à nação, transferindo para o exterior considerável parte do valor criado pelos trabalhadores brasileiros, o que reduz, em consequência, a taxa de acumulação capitalista no país, diminui o ritmo do seu progresso e influi no baixo nível de vida da sua população. A independência política do Brasil sofre sérias restrições em virtude da situação de dependência econômica. À medida que a nação se desenvolve, aguça-se o seu antagonismo com o imperialismo norte-americano. O desenvolvimento capitalista nacional exige cada vez mais, como seu instrumento, uma independência política completa, que se traduza numa política exterior independente e na proteção consequente do capital nacional contra o capital monopolista estrangeiro.

O processo de democratização se reflete no parlamento. É verdade que os setores reacionários e entreguistas ainda possuem poderosas posições naquela instituição e conseguem impor decisões opostas aos interesses nacionais, a exemplo da aprovação do Acordo Militar Brasil-Estados

Unidos, da rejeição de uma legislação social para os trabalhadores do campo e da cassação do direito de representação parlamentar para o Partido Comunista. É igualmente inegável, porém, que vem aumentando nas sucessivas legislaturas o número de parlamentares nacionalistas e democráticos integrantes dos mais variados partidos. Isto indica o aumento da influência da burguesia nesses partidos e a utilização do voto por grandes setores das massas, particularmente do proletariado, para apoiar uma política nacionalista e democrática. Se bem que o processo eleitoral ainda esteja submetido a restrições antidemocráticas, as massas têm conseguido influir na composição do parlamento e pressionando sobre ele com a ação extraparlamentar, já o levaram a adotar decisões positivas para a emancipação nacional, a exemplo do monopólio estatal do petróleo e da política nacionalista dos minerais atômicos.

O processo de desenvolvimento capitalista e a participação da burguesia no poder do Estado se refletem também na composição do atual governo. Em decorrência da coligação de que surgiu, o governo do Sr. Juscelino Kubitschek tomou um caráter heterogêneo, com um setor entreguista ao lado de um setor nacionalista burguês. A composição do governo do Sr. Juscelino Kubitschek é, em virtude disso, o resultado de um compromisso entre as duas alas que o integram. Este compromisso é frágil, não anula as contradições internas do governo e não impede a luta que lavra no seu seio. Apoiado nas massas, na Frente Parlamentar Nacionalista e no setor nacionalista das Forças Armadas, o setor nacionalista do governo tem influenciado para importantes decisões positivas. Disto são exemplos expressivos a defesa do monopólio estatal do petróleo e a manutenção de um clima de legalidade constitucional na vida Política. Por outro lado, sob a pressão do setor entreguista e do imperialismo norte-americano, os elementos nacionalistas do governo têm sido levados a vacilações, derrotas e mesmo a graves capitulações, como foi o caso da cessão do arquipélago de Fernando de Noronha aos Estados Unidos.

As contradições existentes no seio do governo se manifestam em todas as esferas de sua atividade. A política exterior permanece em geral caudatária do Departamento de Estado norte-americano, mas se fortalece a pressão do setor nacionalista por importantes modificações, como a exigência do estabelecimento de relações com a União Soviética e demais países socialistas. O governo tem desenvolvido e apoiado no povo, formas nacionais e progressistas de capitalismo de Estado, a exemplo da Petrobras e de Volta Redonda. O capitalismo de Estado vem sendo um elemento progressista e anti-imperialista da política econômica do governo, mas este ainda permite que empresas de capitalismo de Estado realizem uma política favorável ao imperialismo, como no caso dos financiamentos do BNDE ou da distribuição, pelos trustes, da energia produzida nas centrais elétricas estatais.

Enquanto toma medidas de interesse nacional, ao defender o café contra a especulação das firmas norte-americanas no mercado interno e mundial, o governo continua a propiciar inversões imperialistas à base de excepcionais privilégios, que suscitam protestos dos círculos mais representativos da burguesia. As medidas de reforma agrária não figuram sequer nos planos governamentais. A inflação e a carestia de vida continuam sendo fatores de instabilidade da economia nacional e de crescentes dificuldades para as massas.

Enquanto altera a velha estrutura econômica e cria uma nova e mais avançada, o desenvolvimento capitalista nacional entra em conflito com a exploração imperialista e a

estrutura tradicional arcaica e em decomposição. Este desenvolvimento se processa através de contradições, de avanços e recuos, mas é a tendência que abre caminho e se fortalece.

## II

### **A democratização da vida política nacional**

O desenvolvimento capitalista do país não podia deixar de refletir-se no caráter do Estado brasileiro, em seu regime político e na composição do governo. O Estado brasileiro atualmente representa os interesses dos latifundiários, dos setores de capitalistas ligados ao imperialismo, particularmente ao norte-americano, e também da burguesia interessada no desenvolvimento independente da economia nacional. Dai surgem contradições e tipos diversos de compromisso de classe no seio do próprio Estado. Os diferentes interesses de classe representados nos órgãos do Estado encontram pontos de contato e de acordo, mas, ao mesmo tempo, lutam entre si para impor determinados rumos à política estatal, chegando por vezes a conflito aberto, como em agosto de 1954 e em novembro de 1955.

As forças novas que crescem no seio da sociedade brasileira, principalmente o proletariado e a burguesia, vêm impondo um novo curso ao desenvolvimento político do país, com o declínio da tradicional influência conservadora dos latifundiários. Este novo curso se realiza no sentido da democratização, da extensão dos direitos políticos a camadas cada vez mais amplas. A democratização do regime político do país, que tomou impulso com os acontecimentos de 1930, não segue o seu curso em linha reta, mas, enfrentando a oposição das forças reacionárias e pró-imperialistas, sofre, em certos momentos, retrocessos ou brutais interrupções, como sucedeu com o Estado Novo, com a ofensiva reacionária de 1947 ou por ocasião do golpe de 1954. Mas o processo de democratização é uma tendência permanente. Por isto, pode superar quaisquer retrocessos e seguir incoercivelmente para diante. Vem-se firmando, assim, em nosso país, a legalidade democrática, que é defendida por amplas e poderosas forças sociais. A Constituição promulgada em 1946 encerra traços reacionários que resultaram da correlação de forças existente na época de sua elaboração e expressam aspectos retrógrados da estrutura econômico-social brasileira. Ao mesmo tempo, a Constituição consagra as liberdades democráticas e os direitos sociais das massas alcançados após a derrota mundial no nazifascismo e do Estado Novo em nosso país: as liberdades de expressão, inclusive de imprensa, de reunião e de organização, o direito de greve, etc.

As massas trabalhadoras das cidades têm obtido vitórias na justa luta pela concretização de seus direitos já consolidados em lei, como a liberdade sindical, a previdência social e outros. A democratização do país também influi, menos acentuadamente, nas zonas rurais, onde o tradicional despotismo dos grandes senhores de terra é obrigado a ceder terreno, conquanto ainda perdure. Os atentados cometidos pelos elementos reacionários do aparelho do Estado encontram a resistência cada vez mais eficiente das massas na defesa das liberdades e dos direitos constitucionais. Tudo isso explica por que, no curso da vida política recente do país, as forças nacionalistas e democráticas se colocaram ao lado da Constituição, como sucedeu a 24 de agosto de 1954 e a 11 de novembro de 1955, ao passo que as forças golpistas pró-imperialistas atentaram contra ela.

A política do governo do Sr. Juscelino Kubitschek não atende, assim, aos interesses nacionais e às aspirações das massas populares em questões essenciais, contendo, entretanto,

aspectos positivos de caráter nacionalista e democrático. À medida que os aspectos negativos da atuação do governo se tornam mais evidentes, acentua-se a luta por modificações na sua composição e na sua política num sentido favorável aos interesses nacionais e populares. Esta luta é apoiada pelo setor nacionalista do próprio governo e aprofunda as suas contradições com o setor entreguista. É na luta contra o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos que as forças progressistas da sociedade brasileira podem acelerar o desenvolvimento econômico independente e o processo de democratização da vida política do país. Para atingir este objetivo, as forças progressistas têm interesse em defender, estender e consolidar o regime de legalidade constitucional e democrático.

### III

#### **Crescem no mundo inteiro as forças da paz, da democracia e do socialismo**

Na situação do Brasil, no desenvolvimento de suas forças anti-imperialistas e democráticas, influem poderosamente as modificações essenciais verificadas na situação internacional, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial. A característica nova e principal de nossa época, o seu conteúdo fundamental, é a transição do capitalismo ao socialismo, iniciada pela Grande Revolução Socialista de Outubro na Rússia. O socialismo ultrapassou os marcos de um só país e se transformou num sistema mundial vigoroso e florescente, que exerce influência positiva na evolução política e social de todos os povos. São enormes os êxitos econômicos e culturais dos países socialistas, e em primeiro lugar da União Soviética, que já assumiu a vanguarda em importantes ramos da ciência e da tecnologia, marchando para superar, em breve prazo histórico, o país capitalista mais adiantado, os Estados Unidos, quanto aos índices fundamentais da produção por habitante. Estes êxitos crescentes atraem para a ideia do socialismo a consciência das grandes massas de todos os continentes. Aplicando com justeza os princípios do marxismo-leninismo às condições nacionais específicas, fortalecem-se os partidos comunistas e operários de numerosos países do mundo capitalista. O movimento comunista mundial elevou a novo nível a sua unidade. A luta da classe operária obtém grandiosas vitórias e constitui uma força decisiva na situação internacional.

Fato novo de imensa significação é o adiantado processo de desagregação do sistema colonial do imperialismo. Populações de mais de um bilhão de pessoas se libertaram do jugo colonial e alcançaram a independência política, enquanto os povos ainda submetidos àquele jugo intensificam a sua luta de libertação, colocando em situação cada vez mais difícil as potências imperialistas. Surgiu no mundo uma vasta zona de paz, que abrange os países socialistas e os países da Ásia e da África amantes da paz e promotores de uma política de defesa da sua soberania e de emancipação econômica. A luta contra o imperialismo norte-americano pela democracia e pela paz eleva o seu nível na América Latina. As ditaduras terroristas a serviço dos monopólios dos Estados Unidos estão sendo derrubadas, o que abre caminho para o avanço do processo democrático e emancipador. A política de chantagem guerreira praticada pelos círculos de Washington vem fracassando na América Latina, à medida que se acentua o alívio da tensão internacional.

Em consequência do impetuoso ascenso do socialismo e das vitórias do movimento de libertação nacional, acelerou-se o processo de debilitamento e decomposição do imperialismo. Não só se reduziu drasticamente a área do seu domínio, como se agravaram as contradições entre os países imperialistas e dentro de cada um deles. Aumentam as dificuldades econômicas



nos Estados Unidos, onde a produção vem caindo, enquanto cresce o número de desempregados, o que delinea uma perspectiva de crise econômica. O imperialismo norte-americano é o centro da reação mundial. Segue uma política de atentados contra a soberania nacional de todos os povos, de corrida armamentista e preparativa de uma Terceira Guerra Mundial, que seria a mais terrível catástrofe para a humanidade.

As guerras de agressão continuam a encontrar terreno na existência do imperialismo e este ainda tem desencadeado bárbaros atentados contra numerosos povos. Em virtude, porém, da correlação de forças favorável ao socialismo e às forças amantes da paz surgiu em nossa época a possibilidade real de impedir as guerras. A luta pela paz – tarefa primordial de todos os povos e tem condições para ser plenamente vitoriosa. A política conseqüente de coexistência pacífica praticada pela União Soviética e pelos demais países socialistas ganha a simpatia dos povos, desfaz as manobras da “Guerra Fria” e consegue resultados concretos no sentido do alívio da tensão internacional. A rápida cessação da agressão imperialista ao Egito mostrou mais uma vez que a causa da paz e da libertação nacional tem a seu favor forças mais poderosas do que os agentes da guerra. As modificações na arena internacional criam condições mais favoráveis para a luta pelo socialismo, tornam mais variados os caminhos da conquista do poder pela classe operária e as formas de construção da nova sociedade. A possibilidade de uma transição pacífica ao socialismo se tornou real numa série de países.

O ascenso do socialismo, da causa da paz e do movimento de libertação nacional no mundo inteiro influi de modo positivo no crescimento das forças políticas anti-imperialistas e democráticas no Brasil. A nova situação internacional cria condições favoráveis ao desenvolvimento econômico de nosso país, à libertação da dependência em relação ao imperialismo, à democratização da vida política nacional. Estas condições são especialmente favoráveis à aplicação de uma política externa independente e de paz, em benefício da emancipação econômica da nação. Uma política desta ordem, que muitos países do mundo capitalista já praticam, encontra o apoio de poderosas forças que atuam no cenário mundial. Conquanto se beneficie da influência dos fatores positivos da situação internacional, o povo brasileiro é obrigado a enfrentar a pressão e os atentados do imperialismo norte-americano, que ocupa posições-chave na economia de nosso país e interfere nas questões de sua política interna e externa. Não obstante as derrotas que tem sofrido, não cessa a penetração econômica dos monopólios norte-americanos.

Os círculos dirigentes dos Estados Unidos, com o apoio dos setores entreguistas, tomam medidas para vincular o Brasil aos preparativos bélicos e aos planos de uma Terceira Guerra Mundial. Esta é a mais grave ameaça que pesa sobre a nossa Pátria e contra esta ameaça tendem a unir-se todos os brasileiros favoráveis à manutenção da paz. A luta contra o imperialismo norte-americano, pela independência nacional do Brasil, é parte integrante da luta pela paz mundial. As vitórias da causa da paz no mundo inteiro contribuem para os êxitos da luta emancipadora de nosso povo. Existem condições para derrotar a política de dependência ao imperialismo norte-americano e anular suas ameaças. A situação internacional é favorável às forças que lutam pela paz, pela emancipação nacional e pela democracia no Brasil.

#### IV

#### **Aprofunda-se a contradição entre a nação brasileira e o imperialismo norte-americano**

As modificações na situação econômica e política do país, bem como na situação internacional, determinam importantes alterações na disposição das forças sociais e definem o caminho para a solução dos problemas da revolução brasileira. Como decorrência da exploração imperialista norte-americana e da permanência do monopólio da terra, a sociedade brasileira está submetida, na etapa atual de sua história, a duas contradições fundamentais. A primeira é a contradição entre a nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. A segunda é a contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção semifeudais na agricultura. O desenvolvimento econômico e social do Brasil torna necessária a solução dessas duas contradições fundamentais.

A sociedade brasileira encerra também a contradição entre o proletariado e a burguesia, que se expressa nas várias formas da luta de classes entre operários e capitalistas. Mas esta contradição não exige uma solução radical na etapa atual. Nas condições presentes de nosso país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo. A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática. A solução completa dos problemas que ela apresenta deve levar à inteira libertação econômica e política da dependência para com o imperialismo norte-americano; à transformação radical da estrutura agrária, com a liquidação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas de trabalho; ao desenvolvimento independente e progressista da economia nacional e à democratização radical da vida política. Estas transformações removerão as causas profundas do atraso de nosso povo e criarão, com um poder das forças anti-imperialistas e antifeudais sob a direção do proletariado, as condições para a transição ao socialismo, objetivo não imediato, mas final, da classe operária brasileira.

Na situação atual do Brasil, o desenvolvimento econômico capitalista entra em choque com a exploração imperialista norte-americana, aprofundando-se a contradição entre as forças nacionais e progressistas em crescimento e o imperialismo norte-americano, que obstaculiza a sua expansão. Nestas condições, a contradição entre a nação em desenvolvimento e o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos tornou-se a contradição principal na sociedade brasileira. O golpe principal das forças nacionais, progressistas e democráticas se dirige, por isto, atualmente, contra o imperialismo norte-americano e os entreguistas que o apoiam. A derrota da política do imperialismo norte-americano e de seus agentes internos abrirá caminho para a solução de todos os demais problemas da revolução nacional e democrática no Brasil.

Para realizar a sua política de exploração e de vinculação de nosso país aos seus planos guerreiros, o imperialismo norte-americano conta com o apoio de setores de latifundiários e de setores da burguesia. Servem ao imperialismo norte-americano os latifundiários que estão ligados, por seus interesses, à exploração imperialista, numerosos intermediários do comércio exterior, os sócios de empresas controladas pelo capital monopolista norte-americano e determinados agentes de negócios bancários e comerciais. Estes setores – minoria verdadeiramente ínfima – constituem as forças entreguistas que, dentro e fora dos órgãos de Estado, sustentam a política de dependência ao imperialismo norte-americano.

Ao inimigo principal da nação brasileira se opõem, porém, forças muito amplas. Estas forças incluem o proletariado, lutador mais consequente pelos interesses gerais da nação; os camponeses, interessados em liquidar uma estrutura retrógrada que se apoia na exploração

imperialista; a pequena burguesia urbana, que não pode expandir as suas atividades em virtude dos fatores de atraso do país; a burguesia, interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia nacional; os setores de latifundiários que possuem contradições com o imperialismo norte-americano, derivadas da disputa em torno dos preços dos produtos de exportação, da concorrência no mercado internacional ou da ação extorsiva de firmas norte-americanas e de seus agentes no mercado interno; os grupos da burguesia ligados a monopólios imperialistas rivais dos monopólios dos Estados Unidos e que são prejudicados por estes. São forças, portanto, extremamente heterogêneas pelo seu caráter de classe. Incluem desde o proletariado, que tem interesse nas mais profundas transformações revolucionárias, até parcelas das forças mais conservadoras da sociedade brasileira. A sua consequência na luta contra o imperialismo norte-americano não pode ser evidentemente a mesma, porém todas essas forças possuem motivos para se unirem contra a política de submissão ao imperialismo norte-americano. Quanto mais ampla for esta unidade, maiores serão as possibilidades de infligir uma derrota completa àquela política e garantir um curso independente, progressista e democrático ao desenvolvimento da nação brasileira.

## V

### **A frente única e a luta por um governo nacionalista e democrático**

As tarefas impostas pela necessidade do desenvolvimento independente e progressista do país não podem ser resolvidas por nenhuma força social isoladamente. Disto decorre a exigência objetiva aliança entre todas as forças interessadas na luta contra a política de submissão ao imperialismo norte-americano. A experiência da vida política brasileira tem demonstrado que as vitórias anti-imperialistas e democráticas só puderam ser obtidas pela atuação em frente única daquelas forças. A frente única se manifesta nas múltiplas formas concretas de atuação ou de organização em comum, que surgem no país, por iniciativas de diferentes origens e de acordo com as exigências da situação. Entre estas formas, a mais importante atualmente é o movimento nacionalista. O seu desenvolvimento expressa um grau mais elevado de unidade e concentração das forças anti-imperialistas. Constituiu um fato novo, resultante não só de fatores objetivos, entre os quais o desenvolvimento do capitalismo, que fortaleceu as posições da burguesia, como também das lutas patrióticas de massas, que se travaram durante muitos anos com a participação combativa do proletariado e de sua vanguarda comunista. Tendem a unir-se e podem efetivamente unir-se no movimento nacionalista a classe operária, os camponeses, a pequena burguesia urbana, a burguesia e os setores de latifundiários que possuem contradições com o imperialismo norte-americano.

O movimento nacionalista vem exercendo influência para elevar a consciência anti-imperialista das massas e para agrupar os setores nacionalistas dos partidos políticos, do parlamento, das Forças Armadas e do próprio governo. Superando as divergências que existem entre os seus participantes, o movimento nacionalista atrai para a sua frente de luta entidades, partidos, correntes e personalidades do mais variado caráter social e orientação política. Assim é que a Frente Parlamentar Nacionalista, cujo aparecimento tem notável significação em nossa vida política, unificou a ação de grande número de parlamentares pertencentes aos mais diversos partidos com representação no Congresso, quer sejam governistas ou opositoristas. O movimento nacionalista vem surgindo nas diferentes regiões com plataformas que, ao lado de pontos comuns, apresentam questões variadas, de acordo com a influência de determinadas

forças políticas e da maior sensibilidade, por motivos locais, a esta ou aquela reivindicação anti-imperialista.

Os comunistas consideram que é necessário tudo fazer, dentro do mais alto espírito de unidade, para impulsionar o movimento nacionalista, ampliar seu caráter de massas e ajudar sua coordenação em escala nacional. Isto contribuirá para acelerar a polarização em processo entre as forças anti-imperialistas e democráticas de um lado, e as forças entreguistas do outro lado. Os comunistas devem ser um fator por excelência unitário dentro da frente única nacionalista e democrática. Por isto, não condicionam a sua permanência na frente única à total aceitação de suas opiniões. Os participantes da frente única poderão aceitar essas opiniões somente como resultado de sua justeza, de sua força persuasiva e, acima de tudo, da sua comprovação pela experiência política concreta. Defendendo firmemente suas opiniões, os comunistas consideram que, se forem justas, tais opiniões acabarão sendo aceitas pelas massas e pelos aliados, vindo a prevalecer através de processos democráticos, dentro da frente única. Os comunistas não são exclusivistas e, ao mesmo tempo que encaram com espírito autocrítico a sua própria atividade, aceitam e valorizam as opiniões corretas procedentes das outras forças da frente única. Sendo inevitavelmente heterogênea, a frente única nacionalista e democrática encerra contradições. Por um lado, há interesses comuns e, portanto, há unidade. Este é um aspecto fundamental e explica a necessidade da existência da frente única, a sua capacidade de superar as contradições internas entre os seus componentes. Por outro lado, há interesses contraditórios e, portanto, as forças sociais integrantes da frente única se opõem no terreno de certas questões, esforçando-se para fazer prevalecer seus interesses e pontos de vista. O proletariado e a burguesia se aliam em torno do objetivo comum de lutar por um desenvolvimento independente e progressista contra o imperialismo norte-americano. Embora explorado pela burguesia, é do interesse do proletariado aliar-se a ela, uma vez que sofre mais do atraso do país e da exploração imperialista do que do desenvolvimento capitalista. Entretanto, marchando unidos para atingir um objetivo comum, a burguesia e o proletariado possuem também interesses contraditórios. A burguesia se empenha em recolher para si todos os frutos do desenvolvimento econômico do país, intensificando a exploração das massas trabalhadoras e lançando sobre elas o peso das dificuldades. Por isto, a burguesia é uma força revolucionária incosequente, que vacila em certos momentos, tende aos compromissos com os setores entreguistas e teme a ação independente das massas. O proletariado tem interesse no desenvolvimento anti-imperialista e democrático consequente. A fim de assegurá-lo, ao mesmo tempo que luta pela causa comum de todas as classes e camadas que se opõem à exploração imperialista norte-americana, o proletariado defende os seus interesses específicos e os das vastas massas trabalhadoras e bate-se por amplas liberdades democráticas, que facilitem a ação independente das massas. O proletariado deve salvaguardar, por isto, a sua independência ideológica, política e organizativa dentro da frente única. É indispensável, entretanto, jamais perder de vista que a luta dentro da frente única é diferente, em princípio, da luta que a frente única trava contra o imperialismo norte-americano e as forças entreguistas. Neste último caso, o objetivo consiste em isolar o inimigo principal da nação brasileira e derrotar a sua política. Já a luta do proletariado dentro da frente única não tem por fim isolar a burguesia nem romper a aliança com ela, mas visa defender os interesses específicos do proletariado e das vastas massas, simultaneamente ganhando a própria burguesia e as demais forças para aumentar a coesão da frente única. Por se travar dentro da frente única, esta luta deve ser conduzida de modo adequado, através da crítica ou de outras formas, evitando elevar as contradições internas

da frente única ao mesmo nível da contradição principal, que opõe a nação ao imperialismo norte-americano e seus agentes.

Assim, é preciso ter sempre em vista que as contradições de interesses e divergências de opinião dentro da frente única, embora não devam ser ocultadas e venham causar dificuldades, podem ser abordadas e superadas sem romper a unidade. Os comunistas de modo algum condicionam a sua participação na frente única a uma prévia direção do movimento. Tendo por objetivo a ampliação e a coesão da frente única, os comunistas trabalham para que as forças anti-imperialistas e democráticas, principalmente as grandes massas da cidade e do campo, aceitem a direção do proletariado, uma vez que esta direção é, do ponto de vista histórico, a única capaz de dar à frente única firmeza e consequência política. A conquista da hegemonia do proletariado é, porém, um processo de luta árduo e paulatino, que avançará à medida em que a classe operária forjar a sua unidade, estabelecer laços de aliança com os camponeses e defender de modo acertado os interesses comuns de todas as forças que participam da frente única.

Para a unidade da classe operária, tem grande importância o fortalecimento do movimento sindical. Este alcançou numerosas vitórias nos últimos tempos, possibilitando aos trabalhadores defender o seu nível de vida, restabelecer a liberdade sindical e elevar o seu grau de unidade e organização. As organizações intersindicais têm contribuído para a unidade da classe operária, mas a experiência vem demonstrando que o movimento sindical tem avançado à medida que se fortalece a unidade de ação dos trabalhadores nos sindicatos, federações e confederações, isto é, nos quadros da organização sindical existente no país. O movimento sindical tem avançado igualmente à medida que os trabalhadores aprendem a utilizar as conquistas da legislação social vigente e procuram concretizá-la e aperfeiçoá-la, influenciando no parlamento, com a pressão de massas, para a aprovação de novas leis. Os sindicatos e as demais organizações profissionais não devem servir a objetivos partidários, mas precisam ser instrumentos da unidade dos trabalhadores de todas as tendências ideológicas e políticas, na luta por suas reivindicações imediatas, pelo direito de greve, pelo melhoramento da previdência social etc. Simultaneamente, cabe aos sindicatos um grande papel no amplo movimento nacionalista e democrático.

Os camponeses constituem a massa mais numerosa da nação e representam uma força cuja mobilização é indispensável ao desenvolvimento consequente das lutas do povo brasileiro. O movimento camponês se encontra, entretanto, bastante atrasado, sendo baixíssimo o seu nível de organização. Para impulsionar o movimento camponês, é preciso partir do seu nível atual, tomando por base as reivindicações mais imediatas e viáveis, como o salário mínimo, a baixa do arrendamento, a garantia contra os despejos e evitando, no trabalho prático, as palavras de ordem radicais que ainda não encontram condições maduras para a sua realização. Também no campo, a experiência demonstra que a atuação através de formas legais de luta e de organização é aquela que permite alcançar êxitos para as massas. Assim é que tem progredido, além das associações rurais e cooperativas, a organização dos assalariados e semiassalariados em sindicatos, que já obtiveram vitórias em contendas com fazendeiros.

Tem grande importância a defesa jurídica dos direitos já assegurados aos camponeses. A ação de massas se mostra indispensável para vencer a resistência dos latifundiários no Parlamento e conquistar a aprovação de leis que correspondam aos interesses dos trabalhadores agrícolas, inclusive a elaboração de uma legislação trabalhista adequada ao campo. As camadas

médias urbanas são extremamente sensíveis às reivindicações de caráter nacionalista e democrático. Aos pequenos negociantes, ao funcionalismo civil e militar e a outros setores da pequena burguesia cabe um posto destacado nas lutas do povo brasileiro. Importante papel desempenha a intelectualidade, que em sua esmagadora maioria está interessada no progresso e na emancipação nacional. Como setor mais combativo da intelectualidade, o movimento estudantil tem dado importante contribuição às lutas do povo brasileiro. A unidade dos estudantes das mais diversas tendências doutrinárias e políticas é um fator essencial para o fortalecimento das organizações estudantis, universitárias e secundárias, que têm sido baluartes da frente única nacionalista e democrática. Seguindo o exemplo dos estudantes, a juventude dos sindicatos, dos clubes esportivos e recreativos pode unir-se e obter vitórias na luta por suas reivindicações.

A formulação dos objetivos comuns, num processo de discussão democrática, vai-se tomando necessária para a frente única à medida que aumenta a envergadura de suas tarefas. Os comunistas são de opinião que uma plataforma de frente única deve incluir os seguintes pontos fundamentais:

1º) *Política exterior independente e de paz.* Estabelecimento de relações amistosas com todos os países, acima de diferenças de regime social, na base de respeito mútuo da integridade territorial e da soberania, da não agressão, da não intervenção nos assuntos internos e da igualdade de direitos e vantagens recíprocas. Desvinculação de compromissos com quaisquer blocos militares, denúncia de tratados belicistas e de ajustes antinacionais como o da cessão de Fernando de Noronha. Apoio às propostas que visem ao alívio da tensão internacional e ao término da “Guerra Fria”. Apoio às lutas de libertação nacional de todos os povos.

2º) *Desenvolvimento independente e progressista da economia nacional.* Intercâmbio comercial com todos os países, inclusive socialistas. Desenvolvimento da iniciativa estatal nacionalista nos setores do petróleo, energia elétrica, siderurgia, minerais estratégicos e outros setores básicos. Proteção e estímulo da iniciativa privada nacional. Execução de um programa federal para o desenvolvimento das regiões mais atrasadas do país e, em particular, incentivo à industrialização do nordeste. Revogação dos privilégios cambiais ou de qualquer outra ordem concedidos ao capital estrangeiro, selecionando suas inversões de acordo com os interesses do desenvolvimento do país e sem prejuízo dos empreendimentos nacionais. Dar preferência aos financiamentos em geral, governamentais ou não, sempre que não condicionados a exigências políticas e escolhendo livremente aqueles que, seja qual for sua procedência, ofereçam melhores condições no que se refere a juros, prazos de amortização e assistência técnica.

3º) *Medidas de reforma agrária em favor das massas camponesas.* Redução das taxas de arrendamento e prolongamento dos seus prazos contratuais. Defesa dos camponeses contra a grilagem e os despejos. Facilitar aos camponeses o acesso à terra, particularmente junto aos centros urbanos e vias de comunicação. Garantia da posse da terra e entrega de títulos de propriedade aos atuais posseiros. Aplicação dos direitos dos trabalhadores do campo já consolidados em lei. Legislação trabalhista adequada ao campo. Facilitar aos camponeses o crédito bancário, particularmente do Banco do Brasil, os transportes, a armazenagem e a assistência técnica.

4º) *Elevação do nível de vida do povo.* Combate enérgico à inflação e à carestia. Equilíbrio orçamentário e política tributária que não sacrifique as massas nem prejudique as atividades produtivas. Salários e vencimentos que assegurem melhores condições de vida aos trabalhadores e ao funcionalismo. Democratização dos órgãos governamentais de controle do abastecimento e dos preços, de tal maneira que possam servir efetivamente aos interesses das massas populares. Aumento das verbas destinadas à educação e saúde do povo. Estímulo ao desenvolvimento da cultura nacional. Aplicação efetiva e melhoria da legislação trabalhista.

5º) *Consolidação e ampliação da legalidade democrática.* Garantia dos direitos democráticos contidos na Constituição. Abolição completa das discriminações políticas e ideológicas. Garantia do direito de greve e dos direitos sindicais dos trabalhadores. Direito de voto aos analfabetos, bem como aos soldados e marinheiros.

Os comunistas apresentam esta plataforma para um amplo debate do qual possa resultar a formulação unitária dos objetivos comuns das forças nacionalistas e democráticas. A frente única nacionalista e democrática acumula forças à medida que luta por soluções positivas para os problemas colocados na ordem do dia, realizando-as na proporção de sua capacidade e das condições favoráveis de cada momento. A exigência dessas soluções positivas para os problemas brasileiros conduz, inevitavelmente, à necessidade de um governo que possa aplicar com firmeza em todas as esferas da política interna e exterior a política de desenvolvimento e de emancipação reclamada pelo povo brasileiro. A luta das correntes nacionalistas e democráticas para alcançar modificações na composição e na política do governo atual assume, e tende a assumir cada vez mais, o caráter de luta por um governo de coligação nacionalista e democrática.

Um governo nacionalista e democrático pode ser conquistado pela frente única nos quadros do regime vigente e aplicar uma política externa de independência e de paz, assegurar o desenvolvimento independente e progressista da economia nacional, tomar medidas em favor do bem-estar das massas, garantir as liberdades democráticas.

O desenvolvimento da situação no país indica que esta orientação política pode vir a ser gradualmente realizada por um ou por sucessivos governos que se apoiem na frente única nacionalista e democrática. Um governo nacionalista e democrático dependerá fundamentalmente, do apoio das massas e, por isto, o ascenso do movimento de massas não poderá deixar de influir no sentido da radicalização de sua composição e de sua política. Esta radicalização será também resultado da necessidade inevitável de medidas mais enérgicas e profundas diante dos atentados do imperialismo norte-americano e das forças entreguistas e reacionárias no país.

O curso dos acontecimentos no Brasil indica, por conseguinte, a possibilidade real de um processo em que, sob a pressão das ações independentes das massas e diante da necessidade de medidas mais conseqüentes contra o inimigo, principal da nação, um governo de coligação nacionalista e democrática abrirá caminho para uma nova correlação de forças, que possibilite completar as transformações revolucionárias exigidas pelo desenvolvimento econômico e social de nossa pátria. Ainda que dispostos a participar dos governos de caráter nacionalista e democrático, os comunistas os apoiarão de modo resoluto, mesmo que não venham a fazer parte de sua composição.

## VI

### **O caminho pacífico da revolução brasileira**

Os comunistas consideram que existe hoje em nosso país a possibilidade real de conduzir, por formas e meios pacíficos, a revolução anti-imperialista e antifeudal. Nestas condições, este caminho é o que convém à classe operária e a toda a nação. Como representantes da classe operária e patriotas, os comunistas, tanto quanto deles dependa, tudo farão para transformar aquela possibilidade em realidade. O caminho pacífico da revolução brasileira é possível em virtude de fatores como a democratização crescente da vida política, o ascenso do movimento operário e o desenvolvimento da frente única nacionalista e democrática em nosso país. Sua possibilidade se tornou real em virtude das mudanças qualitativas da situação internacional, que resultaram numa correlação de forças decididamente favorável à classe operária e ao movimento de libertação dos povos.

O caminho pacífico significa a atuação de todas as correntes anti-imperialistas dentro da legalidade democrática e constitucional, com a utilização de formas legais de luta e de organização de massas. É necessário, pois, defender esta legalidade e esteridá-la, em benefício das massas. O aperfeiçoamento da legalidade, através de reformas democráticas da Constituição, deve e pode ser alcançado pacificamente, combinando a ação parlamentar e a extraparlamentar. O povo brasileiro pode resolver pacificamente os seus problemas básicos com a acumulação, gradual mas incessante, de reformas profundas e consequentes na estrutura econômica e nas instituições políticas, chegando-se até à realização completa das transformações radicais colocadas na ordem do dia pelo próprio desenvolvimento econômico e social da nação.

A fim de encaminhar a solução de seus problemas vitais, o povo brasileiro necessita conquistar um governo nacionalista e democrático. Esta conquista poderá ser efetuada através dos seguintes meios mais prováveis:

1. Pela pressão pacífica das massas populares e de todas as correntes nacionalistas, dentro e fora do Parlamento, no sentido de fortalecer e ampliar o setor nacionalista do atual governo, com o afastamento do poder de todos os entreguistas e sua substituição por elementos nacionalistas.
2. Através da vitória da frente única nacionalista e democrática nos pleitos eleitorais.
3. Pela resistência das massas populares, unidas aos setores nacionalistas do Parlamento, das forças armadas e do governo, para impor ou restabelecer a legalidade democrática, no caso de tentativas de golpe por parte dos entreguistas e reacionários, que se proponham implantar no país uma ditadura a serviço dos monopólios norte-americanos.

O complexo desenvolvimento da vida política nacional é que determinará como será realizada a conquista de um governo nacionalista e democrático. Sejam quais forem as vicissitudes que o povo brasileiro tiver de enfrentar para resolver pacificamente os seus problemas, será sempre necessário o amplo desenvolvimento da luta de classes do proletariado, dos camponeses e das camadas médias urbanas em defesa dos seus interesses específicos e dos interesses gerais da nação.



A escolha das formas e meios para transformar a sociedade brasileira não depende somente do proletariado e das demais forças patrióticas. No caso em que os inimigos do povo brasileiro venham a empregar a violência contra as forças progressistas da nação, é indispensável ter em vista outra possibilidade: a de uma solução não pacífica. Os sofrimentos que recaírem sobre as massas, em tal caso, serão da inteira responsabilidade dos inimigos do povo brasileiro. Quanto aos comunistas, tudo farão para alcançar os objetivos vitais do proletariado e do povo por um caminho que, sendo de luta árdua, de contradições e de choques, pode evitar o derramamento de sangue na insurreição armada ou na guerra civil.

Os comunistas confiam em que, nas circunstâncias favoráveis da situação internacional, as forças anti-imperialistas e democráticas terão condições para garantir o curso pacífico da revolução brasileira.

## VII

### **Pela vitória da frente única nacionalista e democrática nas eleições**

A experiência política do país vem demonstrando que o povo já alcançou importantes vitórias dentro do Parlamento e dos órgãos legislativos nos Estados e municípios. Esta experiência também já demonstrou que é possível eleger nacionalistas e democratas para os postos executivos. As eleições constituem, portanto, um acontecimento de excepcional importância em nossa vida política. As eleições, no Brasil, ainda estão submetidas a sérias restrições antidemocráticas. Certas destas restrições derivam do poder econômico e político concentrado em massas das classes exploradoras e são inevitáveis mesmo nas melhores condições da democracia burguesa. Outras, porém, são restrições possíveis de eliminar ainda no regime atual, à medida que avança o processo de democratização. Os comunistas lutam, por isto, pela extensão do direito de voto aos analfabetos, bem como aos soldados e marinheiros. Lutam, igualmente, pela restituição da legalidade ao Partido Comunista, fazendo cessar uma discriminação anticonstitucional, consumada numa conjuntura reacionária e mantida até hoje em flagrante desrespeito aos postulados da Carta Magna.

As restrições antidemocráticas que ainda pesam sobre o processo eleitoral não impedem, porém, a afirmação da sua crescente importância para determinar os rumos da vida política do país. Combinadas a outras formas pacíficas e legais de lutas de massas, as eleições podem dar vitórias decisivas ao povo. Massas de milhões vêm utilizando o voto para expressar a sua vontade e influir nos destinos da nação. A participação mais entusiástica nas eleições é, assim, um dever para os comunistas. Esta participação não visa exclusivamente a obter pequenos proveitos imediatos e a utilizar uma oportunidade para fazer agitação de palavras de ordem. O objetivo fundamental da participação dos comunistas nas eleições consiste em eleger para os postos executivos e legislativos os candidatos da frente única, que possam fortalecer os setores nacionalistas do Parlamento e do governo. Todo o trabalho eleitoral dos comunistas, seja em âmbito nacional como em estadual e municipal, deve ser considerado uma parte do trabalho geral de formação e desenvolvimento da frente única, visando sempre à mudança da correlação de forças políticas e à conquista de um governo nacionalista e democrático.

Os comunistas se empenham, por este motivo, em contribuir para a constituição de amplas coligações eleitorais, que tenham força para levar à vitória os candidatos da frente única. A ação independente dos comunistas se realizará, não fora, mas dentro da frente única. Lutando,

na medida de suas possibilidades, para eleger seus próprios candidatos, os comunistas não adotam, porém, uma posição exclusivista, colocam acima de tudo a necessidade de desenvolver e fortalecer a frente única e consideram que a vitória de candidatos não comunistas da frente única é também sua vitória. Esta orientação contribuirá para aprofundar nacionalmente e em cada local a polarizado em processo entre nacionalistas e entreguistas, a fim de isolar e derrotar os candidatos comprometidos com o imperialismo norte-americano. Buscando formar amplas coligações eleitorais, que levem à vitória os nacionalistas e os democratas, é necessário ter em vista a composição de classe mais ou menos heterogênea dos partidos políticos brasileiros, sem, entretanto, estabelecer identidade entre eles.

Os comunistas apoiam os elementos nacionalistas e democratas que existem em todos os partidos. Tais elementos constituem uma ala considerável do PSD, a qual tem lutado com relativo êxito contra a ala reacionária do mesmo partido, ligada aos latifundiários mais retrógrados e a interesses imperialistas. Em proporção menor, existem elementos nacionalistas na UDN que se chocam com a alta direção nacional do seu partido, ainda dominada por conhecidos golpistas e porta-vozes do imperialismo norte-americano. Partidos como o PTB, o PSP e o PSB, que possuem maior base popular nos centros urbanos, apresentam uma tendência nacionalista e democrática mais acentuada. O PTB, cujo maior contingente eleitoral provém das massas trabalhadoras, de modo geral orienta-se por uma política nacionalista e popular. O mesmo ocorre com o PSB, cuja base social repousa em setores da pequena burguesia urbana e, em particular, da intelectualidade. Tanto o PTB como o PSB já defendem plataformas nacionalistas e democráticas.

À medida que se desenvolve o capitalismo no país, os partidos políticos brasileiros adquirem um caráter cada vez mais estável e nacional. Em virtude, porém, da extrema desigualdade de desenvolvimento que se verifica entre as diferentes regiões, os partidos políticos não puderam ainda superar as divergências, por vezes agudas, que lavram entre as suas seções estaduais e até mesmo municipais. Esta circunstância não pode deixar de ser levada em conta, a fim de distinguir, com justeza, as variações de orientação entre os diretórios nacionais, estaduais e municipais.

Os comunistas apoiam nas eleições os partidos, alas e seções de partidos e personalidades de atuação nacionalista reconhecida, não confundindo-os, porém, com os falsos nacionalistas, que procuram enganar o povo com a sua demagogia eleitoreira. É com esta visão das eleições e de suas perspectivas essenciais que os comunistas se mobilizam para tomar parte nos pleitos de 1958 e 1960.

## VIII

### **Fortalecer o Partido para a aplicação de uma nova política**

O proletariado brasileiro necessita de uma vanguarda marxista-leninista organizada e combativa a fria (*sic*) de realizar sua política de classe. O Partido Comunista Brasileiro, que é esta vanguarda, deve ser capaz de cumprir o seu papel na ação política concreta.

Isto exige que o nosso Partido se depure de persistentes defeitos e adquira qualidades novas. O subjetivismo, que exerceu longo domínio em nossas fronteiras, deve ser combatido em profundidade, através da reeducação dos dirigentes e militantes no espírito de uma nova

política, que emane diretamente das condições objetivas de nosso país e seja a correta aplicação dos princípios universais do marxismo-leninismo às originais particularidades concretas do desenvolvimento histórico nacional. O abandono dos princípios universais do marxismo-leninismo, como síntese científica da experiência do movimento operário mundial, conduz inevitavelmente à desfiguração do caráter de classe do Partido, e à degenerescência revisionista. Mas o desconhecimento das particularidades concretas do próprio país condena o Partido, irremediavelmente, à impotência sectária e dogmática. As concepções dogmáticas e sectárias, que nas condições atuais de nosso Partido constituem o perigo fundamental a combater, se opõem de modo radical ao próprio caráter da missão que os comunistas têm a cumprir. A frente da classe operária deve estar um Partido que saiba dirigir a luta pelos objetivos revolucionários na ação política corrente, diária, determinada pelas próprias exigências do movimento real das massas, das classes e das forças políticas. A esta característica essencial se subordinam as atividades de agitação e propaganda, do trabalho de massas e de organização do Partido.

Para que os comunistas possam cumprir sua importante tarefa, devem estar a serviço das massas e lançar-se decididamente à atividade junto às massas. Ao invés de se voltarem apenas para o trabalho interno do Partido, precisam dedicar o fundamental de suas energias à atuação legal nas organizações de massas e aí exercer uma função eminentemente construtiva. É indispensável, por conseguinte, tomar as medidas adequadas para que o maior número possível de quadros, militantes e dirigentes, realizem atividades legais entre as massas. Participando das lutas de massas nos movimentos reivindicativos, nas campanhas políticas, nas eleições, os comunistas não têm outro fim senão o de tornar vitoriosas as aspirações das massas, aprender com elas e educá-las a partir do nível de consciência que já atingiram. Os comunistas devem ser em toda parte trabalhadores isentos de exclusivismo, abnegados e consequentes, pela construção da frente única nacionalista e democrática.

O Comitê Central concita a todos os militantes a empenharem-se no fortalecimento do Partido para torná-lo o instrumento adequado à execução vitoriosa da nova política traçada nesta Declaração, que deve guiar, de agora em diante, toda a atividade do Partido.

O Comitê Central do PCB  
Março de 1958

## ANEXO 3

### **Manifesto Programa de 1962 do Pcdob**

Documento aprovado na 5ª Conferência Extraordinária do PC do Brasil, em fevereiro de 1962. Um sentimento geral de insatisfação domina o país. Cresce a onda de descontentamento e de mal-estar entre o povo. Acumulam-se as dificuldades que tomam cada vez mais duras as condições de vida da quase a totalidade dos brasileiros. Os governantes não solucionam as questões de interesse nacional que precisam ser urgentemente enfrentadas. Entram e saem governos e a situação não se altera. Substitui-se o presidencialismo pelo parlamentarismo e o povo continua sofrendo privações. Em toda parte uma indagação está presente: como livrar o Brasil dos males que o atormentam?

#### **Difícil a situação do país e do povo**

Essa pergunta surge porque se agravam os problemas essenciais do país e do povo. De ano para ano, crescem desenfreadamente as emissões de papel-moeda. Os *deficits* no orçamento da República são sempre maiores. A dívida externa atinge atualmente quantia aproximada de 4 bilhões de dólares. Está em crise a produção cafeeira, principal fonte de divisas. O preço do café no mercado mundial cai continuamente. Sobem a 50 milhões de sacas os estoques desse produto, sem quaisquer possibilidades de escoamento. A economia de regiões onde se concentra numerosa população, como o Norte e o Nordeste, encontra-se virtualmente estagnada.

Os operários, apesar dos repetidos aumentos, percebem salário muito aquém de suas necessidades mínimas e intensifica-se a exploração a que são submetidos. Milhões de camponeses, esmagados pelo sistema da meia e da terça e pelas dívidas, assim como os assalariados agrícolas, aos quais são negados os direitos mais elementares, levam uma existência miserável. Importantes setores da classe média dispõem de menores recursos para manter-se. A carestia de vida constitui verdadeiro flagelo para todos os que vivem de salário e pequenos rendimentos. Acentua-se a falta de trabalho, mesmo em centros industriais como São Paulo e Rio de Janeiro. Comparativamente à população, é bastante reduzida a quantidade de empregos. Por isso, em quase todas as cidades, é enorme o contingente de pessoas que não têm onde realizar qualquer atividade produtiva. Levas humanas, do Norte e Nordeste, tangidas pela miséria, são obrigadas a abandonar seus lares em busca de trabalho noutras regiões, onde são brutalmente exploradas.

Estende-se a crise de habitação. Em todos os grandes centros urbanos multiplicam-se as favelas, os mocambos, as malocas, os cortiços etc. No Rio de Janeiro, até há pouco capital da República, no ano de 1948 havia 119 favelas, nas quais vegetavam 270 mil pessoas. Em 1960, essa cifra passou para 194 favelas, com um milhão de habitantes, dos quais 540 mil eram crianças, na maioria abandonadas. Persiste a chaga do analfabetismo, que envergonha a nação e humilha o povo. Mais da metade da população adulta do país não sabe ler. O número de escolas é insuficiente e expande-se a comercialização do ensino. Os índices de criminalidade, especialmente entre a juventude, são espantosos. Alastra-se a prostituição. A mortalidade infantil é das mais altas do mundo. De 100 crianças que nascem, somente 40 chegam aos 15

anos. Endemias assolam regiões inteiras, sem que sejam eficazmente combatidas. Mais de 500 municípios não possuem um único médico.

As estatísticas oficiais colocam o Brasil entre os países de mais baixo padrão de vida do mundo e revelam que em território brasileiro se encontra uma das mais extensas áreas geográficas da fome.

### **Onde residem as dificuldades**

Por que tudo isso ocorre num país tão imenso e rico, habitado por um povo laborioso? Isso se verifica devido à espoliação do país pelo imperialismo, em particular o norte-americano, ao monopólio da terra e à crescente concentração de riquezas nas mãos de uma minoria de grandes capitalistas.

Os imperialistas dominam importantes setores da economia nacional. São donos das indústrias de automóveis, pneumáticos, vidro plano, produtos farmacêuticos, frigoríficos etc. e controlam quase toda a produção e distribuição de energia elétrica, bem como o comércio de petróleo. Somente os investimentos públicos e privados dos Estados Unidos totalizam atualmente 2,5 bilhões de dólares. Os monopólios ianques ocupam posição destacada no comércio exterior do Brasil, impõem preços cada vez mais baixos aos produtos brasileiros de exportação e elevam constantemente os dos bens que o país importa. O café, por exemplo, baixou de 47 centavos de dólar a libra-peso, em 1956, para 35 centavos. Parte considerável da exportação desse produto, assim como o beneficiamento e o comércio interno e externo do algodão encontram-se em mãos de firmas norte-americanas. As empresas imperialistas gozam de privilégios na importação de maquinaria e equipamentos industriais. Os juros e a amortização das dívidas do Brasil com os Estados Unidos, contraídas, em grande parte, para atender os interesses dos próprios monopolistas ianques, exigem, anualmente, somas astronômicas, que consomem importantes parcelas da receita cambial. Assim, os imperialistas norte-americanos absorvem boa parte da renda nacional e drenam para o exterior vultosos recursos que poderiam ser empregados no desenvolvimento do país. Além disso, os governantes dos Estados Unidos, através de um sistema de compromissos, acordos e tratados, da pressão econômica e financeira, do suborno e de uma suposta ajuda, conseguem manter o Brasil sob a dependência dos monopolistas ianques, influem na vida do país no sentido da realização, tanto no plano interno quanto no externo, de uma política reacionária.

Os latifundiários monopolizam a terra e exploram as massas camponesas que vivem como párias na sociedade brasileira. Enquanto mais de 10 milhões de camponeses e assalariados agrícolas não possuem terra, 149 mil grandes proprietários ocupam 3/4 da área total das propriedades rurais. Cobram pesadas taxas de arrendamento, que encarecem enormemente a produção. Em muitos casos, tais arrendamentos pagam em dois ou três anos o preço da terra. Os latifundiários, dispendo de mão de obra extremamente barata, dificultam a aplicação da técnica e a inversão de capitais na agricultura, que se mantém atrasada e rotineira. Grandes áreas que poderiam ser cultivadas são convertidas em zonas de pastagem para a pecuária extensiva. Os grandes proprietários de terra saqueiam a Nação obtendo dos governantes moratórias e anulação de dívidas. Bilhões de cruzeiros são emitidos anualmente para assegurar a compra de toda a produção de café, boa parte da qual não encontra colocação. O latifúndio,

como sistema arcaico e parasitário impede, assim, a ampliação do mercado interno, freia o desenvolvimento da indústria nacional e é o principal responsável pela baixa produtividade na agricultura.

Grupos de grandes capitalistas nacionais estão associados às forças do latifúndio e do imperialismo na exploração comum do povo brasileiro. Tais grupos beneficiam-se da inflação e auferem fabulosos lucros devido às suas posições monopolistas em certos ramos da economia, prejudicam e submetem aos seus mesquinhos interesses as regiões mais atrasadas. Alguns desses capitalistas dedicam-se a atividades exclusivamente especulativas.

Em consequência da pilhagem do imperialismo, do domínio do latifúndio e da ação nociva de grandes capitalistas, o atraso e a miséria campeiam enquanto acumula-se a riqueza nas mãos de uns poucos magnatas. Segundo os dados do Imposto de Renda, em 1959, 1,02% dos contribuintes, ou seja, menos de 2.500 firmas, detinham 67,9% do montante dos lucros tributados. Desses contribuintes, 56 firmas declararam ter um lucro de 27 milhões de cruzeiros. Não é de se estranhar, portanto, que a Comissão Comercial norte-americana que visitou o país, em relatório publicado no Correio da Manhã, de 9 de outubro de 1960, tenha confessado que no Brasil “não é raro que uma fábrica se pague em um ou dois anos”.

Houve, sem dúvida, nas últimas décadas, um relativo desenvolvimento econômico do país. Elevou-se a produção dos meios de produção e de matérias-primas básicas. Os bens de consumo produzidos no país já abastecem quase todo o mercado interno. Mas esse desenvolvimento econômico, feito por intermédio de uma inflação desenfreada, da maior penetração do capital imperialista em setores fundamentais da indústria e com a manutenção da atual estrutura agrária, acentuou as desigualdades entre as diferentes regiões e agravou ainda mais a situação econômica, política e social do país. O imperialismo, o latifúndio e os grupos monopolistas da burguesia são, por conseguinte, os principais entraves ao progresso da Nação e à conquista do bem-estar do povo.

### **Um regime reacionário e antinacional**

Essas forças, desde há muito, instauraram no país um regime que serve aos seus interesses. A vida da sociedade brasileira está organizada em função da defesa dos privilégios de uma ínfima minoria e não de acordo com os interesses gerais da Nação.

O Estado brasileiro e suas instituições constituem uma anacrônica máquina destinada a proteger a estrutura existente e esmagar os anseios e as lutas do povo por suas liberdades e por seus direitos. A Justiça coloca-se quase sempre contra os pobres e serve aos poderosos.

As Forças Armadas intervêm nos acontecimentos políticos para sufocar os movimentos populares e defender as classes abastadas. O peso dos impostos, para sustentar o aparelho burocrático, policial e militar, em contínuo crescimento, recai nos ombros dos trabalhadores e dos pequenos e médios produtores. Baseado principalmente em teorias falsas e obscurantistas, o sistema educacional não corresponde às necessidades do avanço cultural e da educação popular.

Neste regime proliferam a corrupção administrativa, o contrabando e as negociatas de todos os tipos. Nunca, como hoje, foi maior o roubo dos dinheiros públicos. Políticos ou pessoas colocadas em cargos da administração estatal enriquecem da noite para o dia, à custa de negócios escusos ou da desonesta manipulação de verbas oficiais. Instituiu-se um verdadeiro sistema de majoração dos gastos com as obras públicas, em proveito de políticos inescrupulosos. As chamadas “caixinhas” funcionam, aberta ou clandestinamente, em toda parte. Sucedem-se os escândalos administrativos, mas os incriminados não vão parar na cadeia. O suborno é também empregado para enfraquecer e dividir os movimentos populares. Funções bem remuneradas e outras vantagens são meios utilizados para atrair e corromper dirigentes sindicais e de organizações de massa.

A fim de disfarçar o caráter reacionário do regime, as classes dominantes usam os mais variados artifícios. O governo é apresentado como governo de todo o povo. Na realidade, porém, representa os grandes capitalistas e latifundiários e serve, igualmente, aos monopólios estrangeiros. Essa aparência de governo de todo o povo é conseguida com a realização de eleições. Os eleitores são chamados, periodicamente, a escolher os governantes e parlamentares. As eleições, entretanto, não expressam a autêntica vontade popular. O direito de voto é negado a analfabetos, soldados e marinheiros. Torna-se evidente que o poder do dinheiro decide cada vez mais o resultado das eleições. A maioria dos candidatos eleitos é dos que contam com enormes recursos financeiros ou dos que são estipendiados por poderosos grupos econômicos. Generaliza-se a compra de votos. Desse modo, um posto eletivo significa, em muitos casos, verdadeira inversão de capital que rende elevadíssimos juros. Acresce, também, que os meios de propaganda, a imprensa, o rádio e a televisão são inacessíveis aos candidatos pobres. O Parlamento é, assim, em sua quase totalidade, formado por representantes dos ricos e os governantes são, em geral, banqueiros, industriais, fazendeiros e seus prepostos ou pessoas diretamente ligadas a empresas imperialistas.

A Constituição de 1946 é apresentada pelas classes dominantes como a expressão jurídica da igualdade de todos os cidadãos. No entanto, ela consagra, antes de tudo, os privilégios dos exploradores. Nenhuma desapropriação, mesmo quando se trata de interesse social, pode ser feita sem pagamento prévio em dinheiro na base de valorização indevida. As franquias democráticas que a Constituição proclama são sistematicamente negadas, sempre que as massas procuram defender seus direitos, contrariando os interesses das classes dirigentes. A legalidade constitucional é ou não respeitada de acordo com as conveniências daquelas classes, como demonstra a aprovação da emenda parlamentarista no curso da última crise político-militar. Dessa forma, a Constituição serve, fundamentalmente, aos que dominam o país.

Enfim, o regime atual, por maiores que sejam os disfarces utilizados para iludir as massas, é reacionário e se contrapõe às aspirações populares e à completa independência nacional.

### **Impossível resolver os problemas fundamentais do povo nos marcos do atual regime**

Os destinos do Brasil e a vida do seu povo não podem continuar nas mãos de um reduzido grupo de banqueiros, fazendeiros e grandes industriais nacionais e de miliardários norte-americanos. Por essa razão, aumenta o número de brasileiros que sente a necessidade de

transformações na estrutura econômica do país e em suas instituições políticas. Crescem os reclamos a favor de tais transformações. Descrentes das promessas, parcelas do povo começam a falar em revolução. Diante disso, diversas forças políticas procuram apresentar suas soluções. Mas, nenhuma delas enfrenta a questão básica, o problema do regime, cuja substituição é uma exigência inadiável do desenvolvimento da sociedade brasileira.

Há os que falam em reformas e, até mesmo, em reformas de base. É óbvio que o Brasil necessita de reformas profundas em sua estrutura econômica, tais como a reforma agrária que proscruva o latifúndio e medidas que liquidem a exploração imperialista. Todavia, essas reformas não podem ser realizadas nos marcos do regime vigente. Seria ingenuidade pensar que os latifundiários e os grandes capitalistas, ligados, de uma forma ou outra, ao monopólio da terra e ao imperialismo, pudessem levar a cabo uma orientação dessa natureza, que iria contrariar seus próprios interesses. Os projetos de reforma agrária das classes dominantes são meros paliativos que visam a fortalecer ainda mais a atual estrutura agrária baseada no latifúndio e não atendem ao desejo de posse da terra da esmagadora maioria dos camponeses. As glebas insignificantes que se promete distribuir terão de ser, em grande parte, compradas aos latifundiários por elevadíssimos preços. Em última instância, o próprio povo é que teria de pagar as indenizações exigidas.

Outros setores políticos afirmam que as causas dos males que afligem o país residem, exclusivamente, nos homens que o governam. Dizem que pessoas dotadas de certas qualidades, assumindo o poder, poderiam conduzir o país por um caminho acertado que assegurasse a felicidade do povo. A experiência tem demonstrado o quanto é ilusória tal opinião. Não há homens providenciais. Com o atual regime, mesmo que os governantes fossem bem-intencionados, encontrariam resistências de toda sorte e jamais conseguiriam superar as dificuldades inerentes ao próprio sistema econômico-político. Existem, também, os que defendem ser possível conseguir, com a substituição dos ministros mais reacionários por outros considerados democratas e nacionalistas, um gabinete capaz de livrar o país do latifúndio e do imperialismo. Nada mais absurdo. Como alcançar um gabinete efetivamente progressista por intermédio de um parlamento cuja composição é predominantemente reacionária? Mesmo que fossem designados para o ministério homens tidos como democratas e nacionalistas, a situação pouco se modificaria. Os ministros, ou seguem a política ditada pelas classes dominantes ou, se assim não o fizerem, serão inevitavelmente alijados de seus postos.

Há ainda os que defendem a necessidade de implantação de um governo forte, compreendendo como tal uma ditadura que seria a solução para os descabros atuais. É evidente, entretanto, que essa ditadura só poderia ser um governo tirânico que suprimiria as poucas liberdades ainda existentes, em benefício das classes dominantes. Os ditadores jamais castigariam os exploradores e opressores do povo.

Não será com tal solução nem com reformas parciais que o Brasil poderá avançar no caminho de sua libertação. Impõe-se a instauração de um novo regime, anti-imperialista, antilatifundiário e antimonopolista, regime que expresse as forças sociais em ascensão no país, os anseios dos operários e camponeses, da intelectualidade, da pequena burguesia urbana, dos pequenos e médios industriais e comerciantes e de outros elementos progressistas. Este regime,



porém, somente será criado se essas forças afastarem do poder as atuais classes dominantes e instalarem um governo popular revolucionário.

### **Instaurar um novo regime, conquistar um poder popular**

O Partido Comunista do Brasil, que se orienta pelo marxismo-leninismo e que objetiva o socialismo e o comunismo, considera que, na presente situação, a principal tarefa do povo brasileiro é a luta por um governo revolucionário, inimigo irreconciliável do imperialismo e do latifúndio, promotor de liberdades, cultura e bem-estar para as massas.

Um governo popular revolucionário acabará de uma vez para sempre com a espoliação que as empresas e os capitais norte-americanos realizam no país. Suspenderá o pagamento da dívida externa. Instituirá o monopólio estatal do comércio exterior. Denunciará os acordos e tratados lesivos ao Brasil, adotará uma política internacional de paz e solidariedade para todos os povos que lutam por sua independência. Manterá relações em pé de igualdade com todos os países.

Um governo popular revolucionário, procurando abrir caminho para um mais rápido desenvolvimento do país, realizará uma reforma agrária radical que acabe com todos os tipos de latifúndio e com todas as forças feudais de exploração. Desapropriará as propriedades latifundiárias e assegurará a posse da terra aos que trabalham ou desejam trabalhar no campo. Estimulará o cooperativismo. Garantirá aos camponeses crédito, ajuda técnica, preços mínimos compensadores e facilidades para o armazenamento e colocação de seus produtos. Com o fim de manter a unidade econômica dos grandes estabelecimentos agropecuários de alta produtividade, entregará a terra e os pertences desses estabelecimentos aos trabalhadores agrícolas sob a forma de propriedade coletiva e criará fazendas-modelo de propriedade do Estado.

Um governo popular revolucionário defenderá a indústria nacional. Facilitará a aquisição de equipamentos e matérias-primas. Estimulará a criação de novas indústrias nas áreas mais atrasadas, objetivando reduzir e depois extinguir as desigualdades no desenvolvimento econômico das diferentes regiões do país. Ampliará os meios de transporte e comunicações. Confiscará os capitais e as empresas dos grandes capitalistas brasileiros que estiverem aliados aos imperialistas norte-americanos.

Um governo popular revolucionário terminará com a carestia de vida, adotando drásticas medidas contra a inflação e os açambarcadores e especuladores. Incentivará a produção e reduzirá os impostos que incidem sobre os artigos de primeira necessidade. Reajustará os salários e vencimentos. Reorganizará a previdência social de modo a garantir aos beneficiários aposentadorias e pensões adequadas.

Um governo popular revolucionário realizará a reforma urbana, objetivando assegurar a todas as famílias a aquisição de casa própria. Terminará com a praga da especulação imobiliária. Desapropriará os terrenos baldios dos grandes proprietários nas zonas urbanas, visando à construção de habitações para o povo. Rebaixará os aluguéis exorbitantes. Isentará do imposto predial os imóveis habitados por seus próprios donos.

Um governo popular revolucionário empenhará todos esforços para extinguir o

analfabetismo. A educação escolar será atribuição exclusiva do Estado. Reorganizará o sistema educacional brasileiro com vista a democratização da cultura. Ampliará o número de escolas primárias, secundárias, técnicas e superiores. Cuidará da saúde pública, combatendo as endemias e estendendo a rede de hospitais e dispensários para atender os que necessitam de assistência médica e dentária.

Um governo democrático e revolucionário será intransigente na defesa dos bens públicos e punirá com todo rigor os dilapidadores dos dinheiros da Nação, os contrabandistas e negociastas de toda ordem. Confiscará as fortunas obtidas à custa da pilhagem do erário público. Liquidará o empreguismo e o parasitismo no aparelho do Estado.

Finalmente, um governo popular revolucionário, fiel intérprete da soberania do povo, assegurará a plena democratização da vida política brasileira, garantindo ampla liberdade de palavra, de reunião, de associação, de greve, de imprensa, de culto religioso. Outorgará o direito de voto a todo cidadão, independentemente de nacionalidade e instrução, abolirá as discriminações que existem em relação às mulheres. Combaterá todas as formas de racismo. Suprimirá os órgãos de repressão contra o povo.

### **Só a luta revolucionária dará ao povo um novo poder**

A luta por um governo popular revolucionário, por um novo regime, não é somente uma necessidade para salvar o país, mas também um direito sagrado do povo. Quando o sistema vigente e suas instituições se tornam caducos, constituem obstáculos ao avanço da sociedade e fontes de iniquidades e sofrimento para milhões de pessoas, não existe alternativa senão substituir o velho regime por um novo regime; este tem sido o caminho percorrido vitoriosamente pelos povos em busca da felicidade e do progresso social. Esse é o caminho do povo brasileiro.

Os atuais beneficiários da ordem imperante no país voluntariamente não cederão suas posições. Para se manter no poder, usam a demagogia, a corrupção e a violência. Admitem, em certa medida, a luta por reivindicações parciais, mas, quando tais lutas podem atingir, no mínimo que seja, o regime, tratam de esmagá-las impiedosamente. É cada vez mais frequente o emprego das forças armadas em funções de polícia contra os movimentos populares. Nos últimos anos, não se verificou uma só greve econômica de maior expressão, sem que tropas do exército, da marinha ou da aeronáutica fossem mobilizadas, até mesmo com ocupação ostensiva de cidades. Se isto ocorre com as lutas por reivindicações específicas dos diferentes setores da população, então quando se tratar da luta pelo poder político, as classes dominantes não vacilarão em correr a todos os recursos, os mais arbitrários, para tentar impedir a vitória das massas populares. Toda vez que seu poder estiver ameaçado, calarão as suas divergências e se unirão para enfrentar o povo. A crise político-militar de agosto/setembro de 1961 mostrou que, apesar das discordâncias, os diferentes grupos das classes dominantes buscaram uma solução de compromisso para que as massas não intervissem mais energicamente nos acontecimentos e dessem à crise uma solução em seu favor.

Nessas circunstâncias, as classes dominantes tornam inviável o caminho pacífico da revolução. Por esse motivo, as massas populares terão de recorrer a todas as formas de luta que

se fizerem necessárias para conseguir seus propósitos. As ações por conquistas parciais contribuem para reforçar a organização e a unidade do povo. As campanhas eleitorais são importante forma de atividade política e uma acertada participação nas eleições permite esclarecer as massas, divulgar o programa revolucionário e eleger candidatos que defendam as causas populares. Todos os movimentos democráticos e patrióticos devem ajudar a alcançar a grande meta – a conquista de um novo poder político, principal objetivo do povo. Mas só a luta decidida e enérgica, as ações revolucionárias de envergadura, darão o poder ao povo.

Aos brasileiros apresenta-se, assim, árdua e difícil tarefa que é, no entanto, plenamente realizável, porque um povo que se bate pela liberdade e pelo direito a uma existência feliz, alcançará, por mais ásperas que sejam as condições de luta, a vitória final. Os inimigos da revolução não possuem a força que aparentam ter. Por mais vultosos que sejam os seus recursos, por mais numerosas que sejam as armas de que disponham, eles são débeis porque se colocam contra as mais profundas aspirações populares e defendem uma causa injusta. Sua derrota será inevitável. Cuba é um exemplo de como um povo oprimido, mas decidido a vencer, pode bater seus algozes e construir uma nova vida.

É imprescindível, porém, que todos os que desejam mudar o atual estado de coisas se congreguem estreitamente. Os operários e os camponeses, núcleo fundamental da unidade do povo, junto com os estudantes, os intelectuais progressistas, os soldados e marinheiros, sargentos e oficiais democratas, os artesãos, os pequenos e médios industriais e comerciantes, os sacerdotes ligados às massas e a outros patriotas constituirão o elemento indispensável para conseguir um governo popular que realize um programa revolucionário. A unidade da esmagadora maioria da Nação é necessária e possível e, sob a direção da classe operária, será a força capaz de varrer todas as barreiras que se ergam no caminho da emancipação nacional e social do povo brasileiro.

A revolução brasileira se processa numa época de grandes transformações. Países com mais de 1 bilhão de habitantes construíram ou constróem o socialismo. A União Soviética marcha para o comunismo e a China Popular, até há pouco escravizada, forja uma nova sociedade e constitui hoje, um poderoso baluarte da luta contra o imperialismo. O sistema colonial está em vias de desaparecer. Os povos da África e da Ásia conquistam a sua independência política. Na América Latina já tremula vitoriosamente a bandeira do socialismo e seus povos se levantam para derrubar o jugo dos monopólios norte-americanos.

Os imperialistas, em bancarrota, e os reacionários apelam para todos os recursos, a fim de esmagar os movimentos revolucionários e conspiram contra a paz mundial. Nada, contudo, impedirá a vitória das forças da democracia e do socialismo.

O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, convencido do acerto das soluções que indica, convida as forças populares e revolucionárias, especialmente as forças de esquerda, para o debate destas questões com vista à luta e à união de todos os que se dispõem a pôr fim ao atual regime de injustiça social, de parasitismo, de imoralidade administrativa, de subserviência ao estrangeiro, de escravização iníqua dos camponeses, de abandono da infância e da juventude, de democracia de fachada, de prazeres e esbanjamentos para uns poucos e de miséria e sofrimento para a maioria do povo.

*Documento aprovado na Conferência Nacional Extraordinária do Partido Comunista do Brasil, realizada em 18 de fevereiro de 1962 em São Paulo.*

## ANEXO 4

Manifesto aprovado no X Congresso do Partido Comunista Brasileiro (PCB)/Partido Popular Socialista (PPS), realizado em São Paulo, em 26 de janeiro de 1992

“Aos seres humanos que, por nascimento ou opção, habitam terras brasileiras, o PPS dedica seus 70 anos de lutas, e todas as lutas futuras”.

Há uma crise no mundo e no Brasil e todos podemos senti-la. Uma crise que solapa a esperança, que chega ao fundo dos corações, gerando frustrações, descrença e cinismo. Frente aos desafios destes novos tempos, seu compromisso de luta por uma sociedade mais justa e mais humana, o Partido Popular Socialista (PPS) se oferece à sociedade brasileira como um novo instrumento de luta.

Um Partido que, desde sua formação, é plural, aberto à participação de todos os que acreditam que é possível, a todos os seres humanos, viverem iguais e livres. Um Partido que, num mundo de mudanças, assume o compromisso central com a vida, entendendo-a como indissociável da natureza e da cultura. Um Partido que quer contribuir para a construção de uma nova ética, onde o ser humano, sem nenhuma discriminação, seja protagonista e beneficiário das transformações sociais.

Um Partido novo, democrático, socialista, que se inspire na herança humanista, libertária e solidária dos movimentos sociais e das lutas dos trabalhadores em nosso País e em todo o mundo, prolongando hoje a luta que travamos desde 1922. Um partido que não use o povo, mas seja um instrumento para que cada cidadão seja sujeito de sua própria história. Um Partido socialista, humanista e libertário, que tenha como prática a **radicalidade democrática**, que permita a cada ser humano exercer sua plena cidadania, na área em que reside e no planeta em que habita.

Um Partido que tem como metodologia de ação política, a não violência ativa, e que repudia toda e qualquer forma de violência (econômica, racial, religiosa, física, psicológica etc). Um Partido que faz da eliminação da miséria a questão primeira de sua política. Porque enquanto houver um ser humano sem comida, sem moradia, sem educação ou sem as mínimas condições de acesso à saúde, nossa luta tem e terá razão de continuar.

Um Partido que defende que a propriedade dos meios de produção e de comunicação deve ser social, com propostas autogestivas, cogestivas e cooperativistas, contrapondo-se aos **modelos neoliberais**.

Um Partido que se empenhará para que o desenvolvimento científico e tecnológico seja considerado prioridade nacional, pois não haverá progresso social sem amplo desenvolvimento científico e tecnológico.

Um Partido que tem como objetivo a **reforma democrática do Estado** para que ele não tutele, mas que seja controlado pelos cidadãos e pela sociedade.

Um Partido que luta por um programa radical de desenvolvimento que tenha o ser humano como sujeito e que seja capaz de eliminar a injusta distribuição de renda, acabando com a brutal concentração hoje existente. A consolidação da democracia política e a retomada do desenvolvimento, pondo fim à recessão e ao desemprego são claras prioridades para a construção da cidadania.

Um Partido que lutará pela implantação do **parlamentarismo**, pelas reformas estruturais de que o País necessita e pela preservação dos direitos consagrados constitucionalmente. Um Partido que se dispõe a repensar tudo, mas que não abre, de forma alguma, seu compromisso de luta por uma sociedade mais justa e mais humana. Um Partido que é e será um espaço aberto à participação de todos os que têm aspiração de construir essa sociedade. Um Partido que assume sem medo compromissos com o presente e o futuro, recusando a infalibilidade e o dogma, mas tendo em conta a experiência do passado.

Um Partido que não tem fórmulas prontas e acabadas, e que se propõe a discutir e formular um Projeto para a Nação Brasileira, com a colaboração de todas as forças do campo democrático. Esse é o desafio lançado a todos os militantes deste novo Partido e o convite a todos os que queiram nele se integrar.

## BIBLIOGRAFIA

ALVES, Márcio Moreira; BAPTISTA, Artur. As eleições de 1978 no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Lisboa, p. 29-52, 3 dez.1979. Disponível em: <[http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/003/Alves\\_e\\_Baptista\\_pp29-52.pdf](http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/003/Alves_e_Baptista_pp29-52.pdf)>. Acesso em: 16 ago 2010.

ALVES, Rubens. **Filosofia da ciência**: introdução ao jogo e suas regras. 18. ed. Brasiliense: São Paulo, 1993.

ANDERSON, Perry; CAMILLER, Patrick. **Um mapa da esquerda na Europa Ocidental**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ARON, Raymond. Ecteurs, Parti et Elus. **Revue Française de Science Politique**, v. 5, n. 2. p. 245-266, 1955.

**Banco de Dados Políticos das Américas**. Brazil: Eleições Legislativas de 1945 / 1945 Legislative Elections. Georgetown University e Organização dos Estados Americanos,1999. Disponível em: <<http://pdba.georgetown.edu/Elecdata/Brazil/legis1945.html>>. Acesso em: 29 jan. 2002.

BIANCHI, Álvaro. Croce, Gramsci e a autonomia da política. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, n. 29, p. 15-30, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 04 set. 2009.

BOBBIO, Norberto; PASQUINO, Gianfranco; MATTEUCCI, Nicola. **Dicionário de política**. 6. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1994.

\_\_\_\_\_. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. **Direita e esquerda**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1995.

BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Propôs sur le champ politique**. Lyon: Univer de Sitaires de Lyon, 1993.

BRANDÃO, Gildo Marçal. **A Esquerda positiva**: as duas almas do partido comunista. São Paulo: Hucitec, 1997.

BRASIL, Jocelyn. **Entre as letras e as baionetas**: a trajetória de Raimundo Jinkings. Rio de Janeiro: Jotanesi, 1995.

CARONE, Edgard. **O PCB:1922 a 1943**. São Paulo: Difel, 1982a. (Coleção Corpo e Alma do Brasil, v. 1).

\_\_\_\_\_. **O PCB: 1943 a 1964**. São Paulo: 1982b. (Coleção Corpo e Alma do Brasil, v. 2).

\_\_\_\_\_. **O PCB: 1964 a 1982**. São Paulo: 1982c. (Coleção Corpo e Alma do Brasil, v. 3).

CARVALHO, Maria Alice R. Entrevista com Werneck Vianna. **Gramsci e o Brasil**, Juiz de Fora, nov. de 2008. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci>>. Acesso em: 29 ago 2009.

CAVALCANTE, P. Os comunistas e as eleições Pós-Revolução de 30. In: LAVAREDA, José Antonio Guimarães; SÁ, Constança (Org.). **Poder e voto: a luta política em Pernambuco**. Recife: FUNDAJ/Ed. Massangana, 1986. p. 11-24.

CHILCOTE, R.H. **Partido comunista brasileiro: conflito e integração**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

COELHO, Maria Francisca Pinheiro. **José Genoio: escolhas políticas**. São Paulo: Centauro, 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marcos Aurélio. **Gramsci e a América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

\_\_\_\_\_. O marxismo no Brasil. In: JINKINGS, Ivana; PESCHANSKI, João Alexandre (Org). **As utopias de Michael Löwy: reflexões sobre um marxista insubordinado**. São Paulo: Boitempo, 2007.

DEL PICCHIA, P. **O PCB no quadro atual da política brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DORMAGEN, Jean-Yves. Au nom du nom. La fin du parti communiste italien et la naissance du parti de la refondation communiste du Vingtième Siècle. *Revue d'histoire*, v. 48, n. 48, p. 75-90, 1995.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Brasil: 1954 prenúncios de 1964. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 21, n. 34, p. 484-503, jul. 2005.

FAORO, Raymundo. A aventura liberal numa ordem patrimonialista. **Revista USP**, São Paulo, n. 17, mar./maio,1993.

FERNANDES, Florestan. **Movimento socialista e partidos políticos**. São Paulo: HUCITEC, 1980.



\_\_\_\_\_. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo Editora, 2005.

FIGUEIREDO, Vilma de Mendonça; ARAUJO, Caetano Ernesto Pereira de. **Roberto Freire**. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento: dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (Org.). **Democracia hoje**: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992a.

FREIRE, Roberto. **PCB-PPS**: repensando o socialismo, discutindo o Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados, 1992.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Positivismo, trabalhismo, populismo: a ideologia das elites gaúchas. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, a.14, n. 2, p. 410-421,1993.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br>>. Acesso em: 02 jul. 2009.

GIDDENS, Anthony. **Novas regras do método sociológico**: uma crítica positiva das sociologias Compreensivas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

\_\_\_\_\_. **Contemporary critique of historical materialism**. London: Macmillan, 1981.

\_\_\_\_\_. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: UNESP, 1996.

\_\_\_\_\_. **A terceira via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record, 2000.

HECHER, A. **Socialismo sociável**: história da esquerda democrática em São Paulo (1945-1963). São Paulo: UNESP, 1998.

HILDEBRANDO, Luiz. **O fio da meada**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. **Crônicas de nossa época**: memórias de um cientista engajado. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

HILTON, S. **A rebelião vermelha**. São Paulo: Record, 1986.

**HISTÓRIA VIVA**. São Paulo: Duetto Editorial. Edição especial temática, n. 5.

HOBBSAWM, E. J. **Revolucionários**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HOLANDA, Sérgio B. **Raízes do Brasil**. 19. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1987.

IANNI, Octávio. **Política e revolução social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

JESSOP, Bob. O estado, o poder, o socialismo de poulantzas como um clássico moderno. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 17, n. 33, jun. 2009. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 30 ago. 2007.

JUDT, Tony. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

KONDER, Leandro. A esquerda no Brasil. **Revista História Viva**. Edição Especial temática n. 5.

LAVAU, Georges. A hegemonia socialista e a crise do partido comunista francês. In: CARDOSO, Fernando Henrique; TRINDADE, Hégio (Org). **O novo socialismo francês e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **A falência da II Internacional**. São Paulo: Kairós, 1979. (Série Materialismo Histórico).

\_\_\_\_\_. **Acerca del partido y la dictadura del proletariado**. Habana: Ciencias Sociales, 1973.

LÖWY, Michael (Org.). **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias de hoje**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

LUXEMBURGO, Rosa. **Greve de massas, partidos e sindicatos**. São Paulo: Kairós, 1979. (Série materialismo histórico).

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: M. Fontes, 1993.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

\_\_\_\_\_. **A ideologia alemã**. São Paulo: M. Claret, 2005.

\_\_\_\_\_. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: M. Claret, 2004.

\_\_\_\_\_. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1983.

MOISÉS, José A. **Os brasileiros e a democracia**. São Paulo: Ática, 1995.

MONDAINI, Marcos. Há trinta anos, o eurocomunismo. **Gramsci e o Brasil**, Juiz de Fora, 16 ago. 2006. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/>>. Acesso em: 16 ago. 2006.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 18, n. 35, 1998.

NETO, Elias Chaves. O imperialismo no setor agrícola. **Revista Brasiliense**, São Paulo, n. 4, mar./ abr. 1956.

NOGUEIRA, Marcos Aurélio. Gramsci, a questão democrática e a esquerda no Brasil. In: COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marcos Aurélio. **Gramsci e a América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

PACHECO, Eliezer. **O partido comunista brasileiro (1922-1964)**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1983.

PANDOLFI, D. **Camaradas e companheiros: memória e história do PCB**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PEDREIRA, Fernando. **31 de março: civis e militares no processo da crise brasileira**. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1964.

PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PRESTES, Anita Leocádia. **Luiz Carlos Prestes: patriota, revolucionário, comunista**. São Paulo: Expresso Popular, 2006.

PUDAL, Bernard. **Prendre Parti: pour une sociologie historique du PCF**. Paris: F.N.S.P., 1989.

REIS, José Carlos. **Anos 1960: Caio Prado Jr. e "A Revolução brasileira"**. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 37, set. 1999.

REVISTA HISTÓRIA VIVA: esquerda no Brasil, uma história nas sombras. São Paulo: Duetto. Edição especial temática n. 5.

ROSANVALLON, Pierre. **Pour une histoire conceptuelle du politique**. Paris: Éditions du Seuil, 2003.

RODRIGUES, Leôncio M. O PCB. In: História geral da civilização brasileira. São Paulo: Defel, 1981. v. 3, t. 3.

ROSE, R. S.; GORDON, D. S. **Johnny: a vida do espião que delatou a rebelião comunista de 1935**. São Paulo: Record, 2010.

SAMUEL, David. As bases do petismo. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 10, n. 2, out. 2004.

SANTOS, Raimundo (Org.). **Caio Prado Junior: dissertações sobre a revolução brasileira**. Estudos Sociologia e Agricultura, 2009.

\_\_\_\_\_. **O pecebismo inconcluso**. Rio de Janeiro: Universidade Rural Sociedade do Livro, 1994.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

SEGATTO, J. A. **Breve história do PCB**. 2. ed. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1989.

\_\_\_\_\_. **A reforma e revoluções**: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SEGRILLO, Ângelo. **Herdeiros de Lênin**: a história dos partidos comunistas na Rússia pós-soviética. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.

SEMERARO, Giovanni. Da libertação à hegemonia: Freire e Gramscio no processo de democratização do Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 29, nov. 2007.

SILVA, A. O. Histórias das tendências. [S. l: s. n., 199-?]. p. 69-148.

SILVA, Fabrício Pereira. **Crise e extinção do PCB (1979-1992)**. 2005. Rio de Janeiro, RJ. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

SIMON, Pedro (Org.). **Alberto Pasqualini**: textos escolhidos. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à revolução Brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SOUZA, Jessé. **A modernização coletiva**: uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: UnB, 2000.

TAVARES, Assis. Causas da derrocada de 1º de abril de 1964. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, a. 1, n. 8, p. 9-33. jul.1966.

VENCESLAU, Paulo de Tarso. Entrevista com Florestan Fernandes. **Teoria & Debate**, Fundação Perseu Abramo. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br>>. Acesso em: 20 mar. 2009.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

\_\_\_\_\_. Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira. **Dados, Rio Janeiro**, v. 39, n. 3, 1996. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 23 set. 2009.

VIANNA, Luiz Werneck; CARVALHO M. A. Experiência brasileira e democracia. In: **Retorno ao republicanismo**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

VIANNA, M. A. G. **Revolucionários de 1935**: sonhos e realidade. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

VICTORIANO, Marcia R. **A questão nacional em Caio Prado Jr.:** uma interpretação original do Brasil. São Paulo: Pulsar, 2001.

VOLKOGONOV, Dmitrii Antonovich. **Stalin:** triunfo e tragédia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004. 2 v.

WAACK, W. **Camaradas:** nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

WEBER, Max. **Economia e sociedade.** 4. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2004. 1 e 2 v.

\_\_\_\_\_. **Ciência e política:** duas vocações. São Paulo: M. Claret, 2004.

WRIGHT, Olin Erik; LEVINE, Andrew; SOBER, Elliott. **Reconstruindo o marxismo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

ZAIDAN, Michel (Org.). **Astrogildo Pereira:** Construindo o PCB (1922-1924). São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1980.

## **DOCUMENTOS**

Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro – Março de 1958

Declaração Política XIII Congresso Nacional do PPS – 2002

Declaração Política XIV Congresso Nacional do PCB-PPS – 2004

Manifesto aprovado no X Congresso do Partido Comunista Brasileiro-PCB/Partido Popular Socialista-PPS em 1992

Manifesto de Agosto de 1950 (PCB)

Manifesto Programa do PCdoB de 1962

Manifesto do Partido Social Liberal (PSL)

Nota aprovada pelo XI Congresso do Partido Popular Socialista em 1996

PCB: processo de cassação do registro (1947)

Resoluções do Comitê Central do PCB, baseadas nas conclusões da Conferência Nacional de Organização do PCB, realizada em março de 2008.

Resolução política do XII Congresso Nacional do PPS

VIII Congresso [extraordinário] do Partido Comunista Brasileiro

## **PERIÓDICOS**

Voz Operária

Voz da Unidade

L'Humanité (França)

Le Figaro (França)

L'unitá

France Nouvelle (revista dos intelectuais do PCF)

Cahiers du Communisme – (o periódico da direção do PCF)

## **ENTREVISTAS**

### **Brasil**

Amauri Pessoas Veras, Dirigente do PPS/DF – Brasília, 28/08/2008.

Arildo Sales Dória, militante do PPS/DF – Brasília, 27/08/2008. n

Armênio Guedes, ex-militante do PCB – São Paulo, 10/03/2009.

Caetano Ernesto Pereira de Araújo, Dirigente Nacional do PPS – Brasília, 17/11/2006.

Carlos Alberto Muller Lima Torres, filiado do PPS-DF e ex-Dirigente Nacional do PPS – Brasília, 27/08/2008.

Carlos Nelson Coutinho, 02/03/2010.

Francisco Inácio de Almeida, Dirigente Nacional do PPS – Brasília, 09/10/2008.

Frank Algo Algot Eugen Svensson, militante do PCB-DF, pós X Congresso – 27/08/2008.

Gildo Marçal Brandão, ex-militante do PCB – Caxambu, 25/10/2007.

Gilvan Cavalcante, Dirigente Nacional do PPS – Rio de Janeiro, 02/09/2009.

Givaldo Siqueira, Dirigente Nacional do PPS – Rio de Janeiro, 14/10/2008.

Ivan Alvez Filho, militante do PPS-RJ – Rio de Janeiro, 02/09/2009

Ivan Pinheiro, Dirigente Nacional do PCB, pós X Congresso – Rio de Janeiro, 19/08/2009.

José Raimundo da Silva, ex-militante do PCB, Rio de Janeiro, 28/08/2009

Paulo Nascimento, ex-militante do PCB – Rio de Janeiro, 11/08/2008.

Percinoto, Dirigente do PPS-RJ – Rio de Janeiro, 20/08/2008.

Raimundo Santos, ex-militante do PCB – Caxambu, 25/10/2007 e Rio de Janeiro, 04/03/2010

Roberto Freire, Presidente do PPS – Brasília, 10/12/2008.

Sérgio Moraes, dirigente nacional do PPS – Rio de Janeiro, 20/08/2008.

Tereza Vitale, Coordenadora do PPS-mulher – 06/11/2008.

Severino Theodoro de Mello, militante do PPS – Rio de Janeiro, 27/08/2009.

Zuleide Faria de Melo, Dirigente Nacional do PCB, pós X Congresso – 19/08/2009.

Zuleika Alambert, 04/03/2010

### **Itália**

Alberto Martinelli, militante do PD e professor da Università degli studi di Milano – Milão, 24/03/2009.

Andréas Lanzi, militante do PD – Rio de Janeiro, 14/10/2008.

Eugênio Marino, dDirigente do PD – Roma, 27/05/2009.

Giuseppe Vacca, militante do PD e pPresidente da Foudation Antonio Gramsci – Roma, 26/05/2009.

Fabio Porta, deputado do PD eleito pelos italianos residentes na América do Sul – Rio de Janeiro, 15/10/2008, e Roma, 25/05/2009.

Luciano Fasano, militante do PD e professor da Università degli studi di Milano – Milão, 25/03/2009.

Micael Salvati, militante do PD e professor da Università degli studi di Milano – Milão, 25/03/2009.

Roberto Vitale, direigente do PD – Milão, 24/03/2009.

### **Paris**

Alan Obadia, dirigente do PCF – Paris, 06/04/2009.

Bernard Pudal, ex-militante do PCF – Paris, 25/03/2009.

Chrystel Le Moing, coordenadora de Relações Internacionais da Fundação Gabriel Peri – Paris, 06/04/2009.

Daniel Cirera, diretor de Relações Internacionais do PCF – Paris, 11/08/2009.

Jacqueline Varliette, militante do PCF – Paris, 10/03/2009.

Jean Lojkine, militante do PCF – Paris, 25/03/2009.

Luis Hildebrando Pereira, ex-militante do PCB – Paris, 27/07/2009.

Jean Hébrard, ex-militante do PCF e professor da École des Hautes Études en Sciences Sociales.



This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.  
This page will not be added after purchasing Win2PDF.